



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

THAYSE ANCILA MARIA DE MELO GOMES

**Empresas de Educação Superior na Bolsa de Valores:
conflitos laborais e trabalho docente**

RIO DE JANEIRO - RJ

2021

THAYSE ANCILA MARIA DE MELO GOMES

**Empresas de Educação Superior na Bolsa de Valores:
conflitos laborais e trabalho docente**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na linha de pesquisa “Estado, Trabalho-Educação e Movimentos Sociais”.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Leher

RIO DE JANEIRO - RJ

2021

CIP - Catalogação na Publicação

G
G633e Gomes, Thayse Ancila Maria de Melo
 Empresas de Educação Superior na Bolsa de
Valores: conflitos laborais e trabalho docente /
Thayse Ancila Maria de Melo Gomes. -- Rio de
Janeiro, 2021.
 230 f.

Orientadora: Roberto Leher.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós
Graduação em Educação, 2021.

1. Educação Superior. 2. Empresas educacionais de
capital aberto. 3. Conflitos Laborais. 4. Trabalho
docente. 5. Educação a distância. I. Leher, Roberto,
orient. II. Título.

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação
ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE TESE
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Ao 1 dia do mês de abril de 2021, às 17h:00m, com base na Resolução CEPG nº 01/2020, reuniu-se em sessão remota e que foi gravada a Banca Examinadora da Tese intitulada “Empresas de Educação Superior na Bolsa de Valores: conflitos laborais e trabalho docente”, de autoria da doutoranda Thayse Ancila de Melo Gomes (participação por videoconferência), candidata ao título de **Doutora em Educação**, turma **2017** do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Banca Examinadora, constituída pelo Professor Roberto Leher, orientador; pela Profa Dra. Katia Lima (UFF - participação por videoconferência), pela Profa. Dra. Maria Rosimary Soares dos Santos (UFMG - participação por videoconferência), pela Profa. Dra. Vânia Cardoso da Motta (FE - UFRJ participação por videoconferência) e pelo Prof. Dr. Valdemar Sguissardi (UFSCAR/ UNIMEP - participação por videoconferência), considerou o trabalho:

Link da defesa:

<https://drive.google.com/file/d/1zLRC3vtVjWWKaAfsqZ3sNTkXQQkIoDDN/view?usp=sharing>

(x) Aprovado, () Aprovado com recomendações de reformulação, () Reprovado

A banca considerou o trabalho aprovado. Destaca a relevância da tese para compreender conflitos docentes nas empresas privadas-mercantis de educação, o referencial teórico, a contribuição da pesquisa para entender o panorama geral do setor educacional de capital aberto, e coloca em relevo a qualidade do trabalho empírico e da redação do texto. Recomenda a publicação do trabalho.

Profa. Dra. Katia Lima (UFF)

Profa. Dra. Maria Rosimary Soares dos Santos (UFMG)

Prof. Dr. Valdemar Sguissardi (UFSCAR/UNIMEP)

Profa. Dra. Vânia Cardoso da Motta (UFRJ)

Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ)

Presidente da Banca

Eu, Roberto Leher, Presidente da Banca, lavrei a presente Ata que segue por mim assinada, representando todos os membros da Banca Examinadora e a candidata.



Roberto Leher
Professor Titular
FE / UFRJ
SIAPE: 6363485

*Aos que resistem, sonham e
constroem um futuro melhor.*

RESUMO

GOMES, Thayse. **Empresas de Educação Superior na Bolsa de Valores: conflitos laborais e trabalho docente**. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2021.

A presente tese pesquisa o trabalho docente na educação superior brasileira em empresas deste campo que operam no mercado de ações na bolsa de valores B3, especificamente: Ânima Educação, Estácio, Kroton e Ser Educacional. Com essa finalidade, a investigação focalizou conflitos laborais que envolvem esses trabalhadores. Inicialmente, elaborou-se um panorama da educação superior, das empresas educacionais de capital aberto, do trabalho docente e dos conflitos nesses ambientes de educação superior. A caracterização da educação superior e do trabalho docente foi realizada por meio dos microdados do Censo da Educação Superior (MEC/Inep), anos 1995, 2003, 2011, 2016 e 2019 — periodização adotada para discutir essa etapa de educação nas diferentes fases do neoliberalismo que o país experimentou sob os governos Collor-FCH, Lula-Dilma, Golpe-Temer-Bolsonaro. A caracterização das empresas educacionais de capital aberto foi desenvolvida a partir do seu exame no portal da bolsa de valores B3, *sites* e relatórios das empresas selecionadas. Quanto aos conflitos, o levantamento foi realizado a partir de reportagens publicadas em jornais eletrônicos datadas da última década (2010-2020), o que resultou na identificação de 117 reportagens que relatavam a ocorrência de 60 conflitos relacionados ao trabalho docente. Para análise desse material, os conflitos foram organizados a partir da sua cronologia, cartografia, mecanismo de desdobramento, agentes envolvidos, pautas e desfecho. Como resultado, foram constatadas mudanças no Fies, na contrarreforma trabalhista (Lei 13.467/2017), na ampliação da Educação a Distância nos cursos presenciais (Portaria 2.117/2019) e na influência do capital financeiro que induz uma necessidade constante de rendimento e mudanças organizacionais nos ambientes de educação. A pesquisa desenvolvida indica que está em andamento uma reestruturação da grade curricular dos cursos de graduação com disciplinas e atividades pedagógicas *online* que exploram e expropriam o trabalho docente por meio da proliferação de cursos ofertados total ou parcialmente por EaD, acarretando superlotação nas salas de aulas, fusões de disciplinas e, sobretudo, provocando demissões e *turnover* entre os docentes. A tese sustenta que todos esses elementos rebaixam e precarizam a formação acadêmica, colocando a educação em segundo plano, em favor dos lucros.

Palavras-chave: Educação Superior. Empresas educacionais de capital aberto. Conflitos Laborais. Trabalho docente. Educação a distância.

ABSTRACT

GOMES, Thayse. **Higher Education Companies on the Stock Exchange: labor conflicts and teaching work.** Thesis. (PhD in Education) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2021.

This thesis researches the teaching work in Brazilian higher education in companies in this field that operate in the stock market on the B3 stock exchange, specifically: Ânima Educação, Estácio, Kroton and Ser Educacional. For this purpose, the investigation focused labor conflicts that involve these workers. Initially, it elaborated a panorama of higher education, publicly traded educational companies, of teaching work and conflicts in these higher education environments. The characterization of higher education and teaching work was carried out through the microdata of the Censo da Educação Superior (MEC/Inep), years 1995, 2003, 2011, 2016 and 2019 - periodization adopted to discuss this stage of education in the different phases of neoliberalism that the country experienced under the governments Collor-FCH, Lula-Dilma, Coup-Temer-Bolsonaro. The characterization of publicly traded educational companies was developed based on their examination on the B3 stock exchange portal, websites and reports of selected companies. As for conflicts, a survey was realized from reports published in electronic newspapers dated in the last decade (2010-2020), which resulted in the identification of 117 reports pointing out the occurrence of 60 conflicts related to teaching work. For the analysis the conflicts were organized based on their chronology, cartography, deployment mechanism, factors involved, guidelines and outcome. As a result, there were constant changes in the Fies; at labor counter-reform (Law 13.467/2017); the expansion of Distance Education in classroom courses (Ordinance 2.117/2019); and the influence of financial capital that induces a constant need for income and organizational changes in education environments. The outcome of this research indicates that a restructuring of the curriculum of undergraduate courses is underway with disciplines and pedagogical activities online format that explore and expropriate teaching work, through the proliferation of courses offered wholly or partially by EaD, entailing overcrowding in classrooms, mergers of disciplines and, above all, causing layoffs and turnover among teachers. The thesis maintains that all these elements demean and precarize academic training, placing education in the background, in favor of profits.

Keywords: Higher education. Publicly traded educational companies. Labor conflicts. Teaching work. Distance education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABC	Academia Brasileira de Ciências
Abed	Associação Brasileira de Educação a Distância
Abrafi	Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades
Abruc	Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior
Adea	Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado
Aelis	Associação Educacional do Litoral Santista
Adunimep	Associação dos Docentes da Universidade Metodista de Piracicaba
Assesc	Associação de Ensino de Santa Catarina
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
Cade	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
Capex	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEA	Confederação dos Educadores Americanos
Cenesup	Centro Nacional de Ensino Superior
CEO	Chief Executive Officer
CESA	Centro de Ensino Superior de Arcoverde
CESVASF	Centro de Ensino Superior do Vale São Francisco
Ceteba	Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia
Cetip	Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
Ceut	Centro de Ensino Unificado de Teresina
CIA	Central Intelligence Agency
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico
Colemarx	Coletivo de Estudos em Educação e Marxismo
Confenen	Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino
Contee	Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Estabelecimentos de Ensino
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSB	Central dos Sindicatos Brasileiros
CST	Cursos Técnicos Superiores

CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DCE	Diretório Central dos Estudantes
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EaD	Educação a distância
Ebradi	Escola Brasileira de Direito
Embraer	Empresa Brasileira de Aeronáutica
Enad	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ESBJ	Ensino Superior Bureau Jurídico
ESSA	Escola Superior de Saúde de Arcoverde
FACAL	Faculdade de Ciências Aplicadas de Limoeiro
FACAPE	Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina
FACHUSC	Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central
FACHUSST	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Serra Talhada
FACIAGRA	Faculdade de Ciências Agrárias de Araripina
FACIGA	Faculdades Integradas de Garanhuns
Facimed	Faculdade de Ciências Biomédica de Cacoal
Facimpa	Faculdade de Medicina de Marabá
FACIP	Faculdade de Ciências Sociais dos Palmares
FACISST	Faculdade de Ciências da Saúde de Serra Talhada
Facitec	Faculdade de Ciências e Tecnológicas de Janaúba
FADIMAB	Faculdade de Ciências de Tecnologia Professor Dirson Maciel de Barros
UNIFAE	Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
FAFOPA	Faculdade de Formação de Professores de Araripina
FAFOPST	Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada
FAL	Faculdade Anglo Líder
FAMASUL	Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul
Famil	Faculdade Talles de Miletto
Faseh	Faculdade da Saúde e Ecologia Humana
FASP	Faculdade do Sertão do Pajeú
FBJ	Faculdade do Belo Jardim

Fesar	Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fies	Fundo de Financiamento Estudantil
Fise	Federação Internacional de Sindicatos de Educadores
FIT	Faculdades Integradas Tapajós
FMIT	Faculdade de Medicina de Itajubá
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
Fufs	Faculdade Unidas Feira de Santana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBM	International Business Machines
IES	Instituição de Educação Superior
Iesam	Instituto de Estudos Superiores da Amazônia
IESVAP	Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba
IMESA	Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEMED	Instituto de Pesquisa e Ensino Médico
IPO	Initial Public Offering
Ises	Instituto Santareno de Educação Superior
ITPAC	Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCPES	Movimento Contra a Precarização do Ensino Superior
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MEI	Microempreendedor Individual
MPL	Movimento Passe Livre
Nasdaq	Valores de Nova York
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
Osal	Observatório Social de América Latina
PDC	Partido Democrata Cristão
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto

PJ	Pessoa Jurídica
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPR	Partido Progressista Reformador
Prouni	Programa Universidade para Todos
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SAG	Sistema de Acampamento de Greves
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Secargo	Sociedade Educacional Carvalho Gomes
Semerj	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro
Semesp	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo
Sinepe/RS	Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul
Sinpes	Sindicato dos Professores do Ensino Superior de Curitiba e Região Metropolitana
Sinpro Minas	Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais
Sinpro Rio	Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região
Sinpro/DF	Sindicato dos Professores no Distrito Federal
Sinprosp	Sindicato dos Professores de São Paulo
Sociesc	Sociedade Educacional de Santa Catarina
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
Unama	Universidade da Amazônia

Unespa	União de Ensino Superior do Pará
Unimep	Universidade Metodista de Piracicaba
UNG	Universidade de Guarulhos
UNI-FACEF	Centro Universitário Municipal de Franca
UniBH	Centro Universitário de Belo Horizonte
UniCuritiba	Centro Universitário Curitiba
Uniderp	Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal
UniFG	Centro Universitário dos Guararapes
Unimonte	Centro Universitário Monte Serrat
Uninassau	Centro Universitário Maurício de Nassau
UNIPTAN	Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves
UniREDENTOR	Centro Universitário Redentor
Unirondon	Centro Universitário Cândido Rondon
UniToledo	Sociedade de Ensino Superior Toledo
UNITPAC	Centro Universitário Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos
UNIVAÇO	Faculdade de Medicina do Vale do Aço
Univag	Universidade de Várzea Grande
Unopar	Universidade Norte do Paraná
USJT	Universidade São Judas Tadeu

LISTA DE GRÁFICOS, FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Gráfico 1 – Instituições, organizações de educação e matrículas (presencial e a distância), por categoria administrativa pública e privada (com e sem fins lucrativos), graduação, educação superior, 2019	20
Quadro 1 – Endereços eletrônicos empresas de capital aberto, educação superior, Brasil	38
Gráfico 2 – Matrículas (presencial e EaD) por categoria administrativa pública (federal, estadual e municipal) e privada (sem e com fins lucrativos), graduação, educação superior, 1995, 2003, 2011, 2016, 2019	48
Gráfico 3 – Fies: Dotação orçamentária (bilhões) e financiamentos concedidos (milhares), 2009 – 2019	52
Tabela 1 – Matrículas (presencial e EaD), instituições e organizações de educação por categoria administrativa, graduação, educação superior, 2019	61
Tabela 2 – Instituições federais de ensino e matrícula por tipo de organização acadêmica, educação superior, 2019	62
Quadro 2 – Empresas de capital aberto, educação superior, Brasil, 2020.....	64
Gráfico 4 – Matrículas nos cursos de graduação na Ânima, Estácio, Kroton e Ser Educacional por modalidade de ensino (presencial e EaD), graduação, educação superior, 2020.....	65
Figura 1 – Marcas associadas às empresas de capital aberto, educação superior, Brasil, 2020	68
Quadro 3 – Entidades representativas do setor privado, educação superior, Brasil	88
Tabela 3 – Escolas e matrículas, público e privado, educação básica, 2010 – 2018.....	93
Gráfico 5 – Matrículas na EaD por categoria administrativa pública (federal, estadual e municipal) e privada (com e sem fins lucrativos), graduação, educação superior, 2019	95
Tabela 4 – Matrículas por modalidade de ensino (presencial e a distância) e categoria administrativa pública (federal, estadual e municipal) e privada (com e sem fins lucrativos), graduação, educação superior, 2019	96
Gráfico 6 – Matrículas por modalidade de ensino (presencial e a EaD) e categoria administrativa pública e privada, graduação, educação superior, 1995, 2003, 2011, 2016, 2019	98
Gráfico 7 – Docentes dos cursos de graduação (presencial e EaD) da educação superior por sexo e cor, 2019	106
Tabela 5 – Docentes (presencial e EaD) por categoria administrativa pública (federal, estadual, municipal) e privada (com e sem fins lucrativos), graduação, educação superior, 2019	107
Gráfico 8 – Docentes dos cursos de graduação (presencial e EaD) por categoria administrativa pública (federal, estadual e municipal) e privada (com e sem fins lucrativos), 2019	108
Tabela 6 – Docentes (presencial e EaD), em exercício e afastados, graduação, educação superior, 2019	109

Tabela 7 – Docentes (presencial e EaD), em exercício, por regime trabalhista, graduação, educação superior, 2019	111
Tabela 8 – Docentes (presencial e EaD), em exercício e afastados, por grau de formação, graduação, educação superior, 2020.....	113
Gráfico 9 – Docentes (presencial e EaD) que realizam pesquisa acadêmica, por categoria administrativa pública (federal, municipal, estadual) e privada (com e sem fins lucrativos), graduação, educação superior, 2019.....	115
Gráfico 10 – Docentes dos cursos de graduação da educação superior por modalidade de ensino (presencial e a distância), 2019	117
Tabela 9 – Docentes (em exercício) por modalidade de ensino (presencial e EaD) e categoria administrativa pública (federal, estadual, municipal) e privada (com e sem fins lucrativos), graduação, educação superior, 2019.....	117
Tabela 10 – Matrículas e docentes (em exercício), geral, presencial e a distância nas categorias administrativa pública (federal, estadual, municipal) e privada (com e sem fins lucrativos), graduação, educação superior, 2019.....	118
Gráfico 11 – Relação matrícula/docente (presencial, EaD e geral) por categoria administrativa pública (federal, estadual, municipal) e privada (com e sem fins lucrativos), graduação, educação superior, 2019	119
Tabela 11 – Demissões de professores, educação superior, Brasil, 2017-2020	128
Gráfico 12 – Conflitos nas empresas de capital aberto que atuam na educação superior: Ânima, Estácio, Kroton e Ser Educacional, 2010-2020.....	145
Tabela 12 – Impacto do Fies (milhões de reais) no Rendimento Líquido nas empresas de capital aberto: Ânima, Estácio, Kroton e Ser Educacional, 2010-2016	146
Tabela 13 – Conflitos por estado e município, Brasil, 2010 – 2020	160
Tabela 14 – Quantidade de conflitos laborais (trabalho docente) por empresa de capital aberto (Ânima, Estácio, Kroton, Ser Educacional), 2010-2020	162
Gráfico 13 - Pautas dos conflitos vinculados às empresas de capital aberto, educação superior, Brasil, 2010 – 2020.....	168
Quadro 4 – Reportagens demissões de professores, educação superior, 2017-2020	208
Quadro 5 - Reportagens conflitos Ânima, Estácio, Kroton e Ser Educacional 2010 – 2020 .	212
Quadro 6 - Conflitos laborais Ânima, Estácio, Kroton e Ser Educacional 2010 - 2020.....	227

SUMÁRIO

Introdução.....	19
Contextualização e problemática do objeto.....	19
A nova morfologia do mundo do trabalho e os conflitos laborais.....	30
Justificativa da pesquisa.....	33
Objetivos do estudo.....	34
Estratégias de análise.....	34
Estrutura da tese.....	39
Capítulo 1: Brasil neoliberal.....	41
1.1 Governo Collor e FHC: a implementação do neoliberalismo e da educação superior mercantil.....	43
1.2 Governo Lula e Dilma: o aprofundamento do neoliberalismo e expansão do setor privado sob tutela do Estado.....	47
1.3 Golpe, Temer e Bolsonaro.....	55
Capítulo 2: A educação superior mergulhada na mercantilização e o avanço de empresas educacionais de capital aberto no Brasil.....	61
2.1 Os fundos de investimento.....	70
2.2 As empresas listadas na B3 que atuam na educação superior.....	71
2.2.1 Ânima Educação.....	72
2.2.1.1 Laureate.....	76
2.2.2 Estácio.....	77
2.2.3 Kroton.....	80
2.2.4 Ser Educacional.....	83
2.3 Empresas listadas em bolsas de valores estrangeiras que atuam na educação superior no Brasil.....	86
2.4 Entidades representativas do setor privado.....	88
2.5 A intensificação dos negócios na educação básica.....	91
2.6 EaD como nicho de mercado no capitalismo dependente.....	94
2.7 As empresas de capital aberto da educação superior diante da Covid-19: a oportunidade da EaD e de mais aquisições.....	99
Capítulo 3: O trabalho docente nos cursos de graduação da educação superior brasileira.....	104
3.1 Perfil docente.....	105
3.1.1 Sexo e cor.....	106
3.1.2 Categoria administrativa.....	107
3.1.3 Professores em exercício e afastados.....	108

3.1.4 Regime trabalhista	110
3.1.4.1 Regime salarial	112
3.1.5 Grau de formação	113
3.1.6 Atuação em pesquisa	114
3.1.7 Modalidade de ensino: presencial e a distância.....	116
3.1.8 Quantidade de estudantes por docente.....	118
3.1.9 Entidades representativas dos docentes na educação superior	120
3.1.9.1 Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) .	120
3.1.9.2 Sindicatos de Professores (Sinpros)	122
3.1.9.3 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee)	123
3.2 Conformações do mundo do trabalho.....	124
3.2.1 A contrarreforma trabalhista.....	124
3.2.2 Demissões em foco.....	127
3.3 Tecnologia, ensino a distância, exploração e expropriação do trabalho docente	133
3.3.1 O “exemplo” da Laureate: exploração e expropriação do trabalho docente	137
3.3.2 Professores em quarentena e o fortalecimento da EaD	139
Capítulo 4: Conflitos laborais e os docentes nas empresas de educação superior de capital aberto	142
4.1 Cronologia	147
4.2 Cartografia	160
4.3 Protagonistas do conflito: o papel dos estudantes na luta dos professores.....	163
4.4 Mecanismos de luta	166
4.5 Os anseios em pauta: ensino <i>online</i> e demissões.....	168
4.6 E o desfecho?.....	177
5 Considerações finais	180
6 Referências	188
7 Anexo	208
7.1 Reportagens demissões, educação superior, 2017-2020	208
7.2 Reportagens conflitos laborais Ânima, Estácio, Kroton e Ser Educacional.....	212
7.3 Conflitos laborais Ânima, Estácio, Kroton e Ser Educacional.....	227

Introdução

Com o intuito de introduzir a temática, nas próximas páginas deste tópico serão apresentadas a contextualização e problemática do objeto de pesquisa, com destaque, em item específico, da nova morfologia do trabalho que conforma e determina a realidade dos docentes, e de todos os trabalhadores.

Para compreender essa nova morfologia, a pesquisa focalizou os conflitos laborais como fonte investigativa. Compõem a presente seção, ainda, a exposição dos objetivos, a relevância do estudo, os procedimentos metodológicos e a estrutura da tese, apontando hipótese, categorias e conceitos que constituem a questão.

Contextualização e problemática do objeto

A pesquisa¹ possui como nervura a investigação de conflitos laborais que envolvem o trabalho docente em empresas educacionais de *capital aberto* (BRASIL, 1976) que atuam na educação superior, cursos de graduação², e negociam seus títulos na bolsa de valores oficial do Brasil, a B3³ (antiga Bovespa). O ano de referência é 2020⁴, e as empresas que possuem essa configuração, são: Ânima Educação, Estácio (Yduqs⁵), Kroton (Cogna⁵) e Ser Educacional (B3, 2020a).

De acordo com a Lei 6.404/1976 (BRASIL, 1976), empresa de capital aberto, também designada como “companhia” ou “sociedade anônima”, é uma associação mercantil, regida por Leis e usos do comércio, fracionada em parcelas negociadas no formato de ações (títulos) em bolsas de valores.

¹ Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

² A tese não analisa a pós-graduação; embora apresente dados pontuais sobre ela nas páginas 62, 114 e 118.

³ A B3, que possui como símbolo “[B]” em alusão às palavras “Brasil, Bolsa, Balcão”, é a bolsa de valores oficial do país e a 5ª maior bolsa em valor de mercado do mundo (ONZE, 2021a). Com sede em São Paulo, a B3 é fruto da fusão que ocorreu em 2017 entre a Cetip (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos) e a BM&F Bovespa (bolsa de valores anterior); é através da bolsa que ocorrem negociações de ações e outros ativos financeiros (ONZE, 2021a).

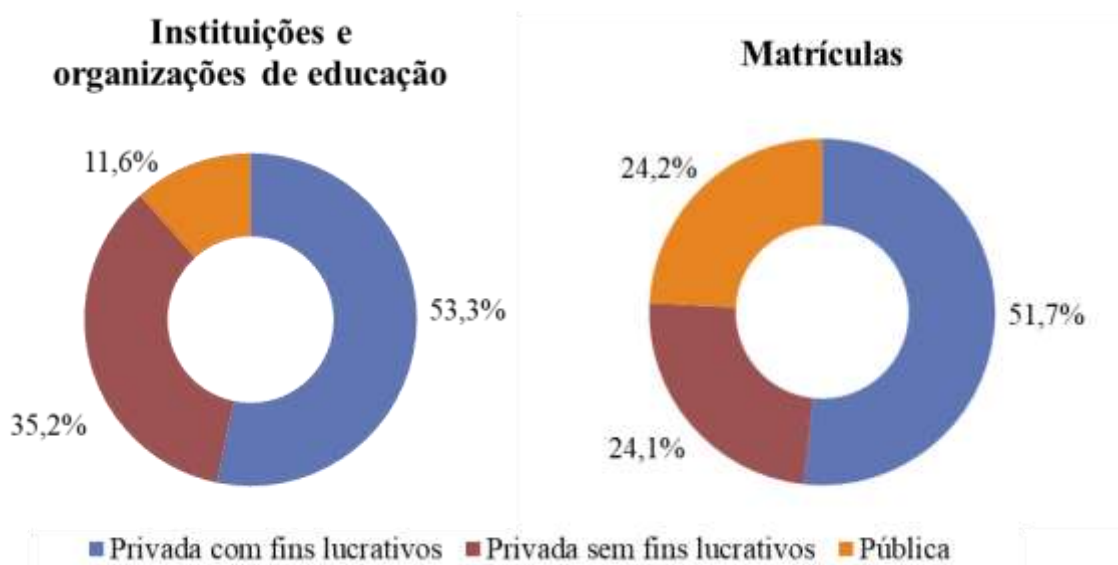
⁴ A empresa Cruzeiro do Sul, com ingresso em fevereiro de 2021 na B3, não entra em análise.

⁵ Em 2019, Estácio e Kroton criaram duas *holdings* para administrar seus negócios: Yduqs (KAHIL, 2019) e Cogna (MOURA, 2019), respectivamente. *Holding* corresponde uma sociedade que administra um conglomerado de empresas (ROMANO, 2019), questão abordada no capítulo 2.

No caso da educação superior, as quatro empresas mencionadas que possuem capital aberto fazem parte da categoria administrativa privada, que é dividida em: organizações⁶ de educação *com fins lucrativos* e *sem fins lucrativos*. A primeira, *com fins lucrativos*, é formada por organizações de interesses mercantis, como as empresas estudadas nesta tese. E a segunda, as *sem fins lucrativos*, são compostas por instituições educacionais sem caráter lucrativo, como as confessionais e comunitárias.

Na categoria administrativa pública, a divisão é feita entre municipal, estadual e federal. E, a partir da soma dessas categorias, conforme o Censo da Educação Superior, levantamento anual coletado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a educação superior no país possui 2.608 instituições e organizações de educação que atendem 8.603.824 estudantes (INEP, 2020a) divididos nas seguintes proporções:

Gráfico 1 – Instituições, organizações de educação e matrículas (presencial e a distância), por categoria administrativa pública e privada (com e sem fins lucrativos), graduação, educação superior, 2019



Elaboração própria.

Fonte: Censo da Educação Superior 2019 (INEP, 2020a).

⁶ Aqui, utiliza-se o termo *organização* de educação e não *instituição*, por compreender, com base em Chauí (1999), que os termos não são sinônimos. Segundo a autora, as organizações são movidas por interesses particulares, balizados por ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito, não lhe competindo discutir ou questionar sua própria existência, função ou seu lugar. No que tange às instituições, Chauí (1999) discute que estas se definem pela prática social, possuindo a sociedade como princípio e referência normativa e valorativa, conseguindo perceber o seu local de inserção na divisão social e política, tomando como tarefa responder as contradições dessa divisão. Enquanto isso, a organização tem apenas a si como referência, num processo de competição com outras que fixam os mesmos objetivos particulares.

Como o gráfico apresenta, o setor privado detém parcela de 88,5% (2.306) das instituições de educação superior e 75,8% (6.523.678) das matrículas; sendo o maior segmento nesses quesitos as privadas com fins lucrativos com 4.446.268 matrículas em 1.389 organizações (INEP, 2020a). Ainda longe da meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, indicador 12C, de ocupar pelo menos 40% das novas matrículas até 2024 (BRASIL, 2014), as Instituições de Educação Superior (IES) públicas federais, estaduais e municipais detêm apenas 24,2%.

No quantitativo do setor privado, as quatro empresas de capital aberto, como descrito no capítulo 2, possuem juntos 1.758.254 matrículas (ÂNIMA EDUCAÇÃO, 2020a; COGNA, 2020a; YDUQS, 2020a; SER EDUCACIONAL, 2020a), 39,5% do valor total do segmento com fins lucrativos (4.446.268) e 20,4% das matrículas gerais da educação superior (8.603.824).

Compondo uma porcentagem considerável do segmento, a comercialização frenética da educação na bolsa de valores é um movimento que se inicia em 2007 (SGUISSARDI, 2015; LEHER, 2018, 2019a). Outrora, a educação não compunha as transações do mercado de ações, possuindo alcance local, sendo gerida por familiares ou religiosos no formato de capital fechado.

Atualmente, o mercado educacional possui organizações de educação de comercialização mais intensa, direcionadas por empresas de alcance nacional ou internacional. Por isso, o sentido mercantil que guia a educação não é o mesmo de tempos atrás, ele se complexificou na profissionalização da gestão e no enfoque ao lucro.

Em virtude do fato de essas organizações possuírem ações na bolsa, as empresas educacionais estão constrangidas por outra perspectiva de tempo de circulação do capital em que as expectativas de lucro são monitoradas diuturnamente por acionistas e por grupos de investidores, como os *fundos de investimentos*.

Fundos de investimento é uma forma de aplicação financeira, baseada na rentabilidade, que encontrou no Brasil, na educação superior privada, condições favoráveis para atuar e investir. Segundo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade⁷, os fundos de investimento foram fundamentais para a configuração atual do mercado educacional (CADE, 2016).

⁷ O Cade é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça que possui como missão zelar pela livre concorrência, sendo a entidade responsável por investigar e decidir sobre a matéria concorrencial (CADE, 2021).

Registrados e fiscalizados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM⁸, os fundos correspondem a uma modalidade de investimento coletiva, existindo diferentes tipos. No caso do mercado educacional, o tipo de fundo envolvido são os fundos de investimento em participações (também conhecidos por *private equity*), que são regularizados pela instrução nº 578 da CVM (2016), que o define como:

[...] constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos destinada à aquisição de ações, bônus de subscrição, debêntures simples, outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, bem como títulos e valores mobiliários representativos de participação em sociedades limitadas, que deve participar do processo decisório da sociedade investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão (CVM, 2016).

Como definido pela CVM (2016), os fundos de investimentos possuem participação no processo decisório da companhia investida, influenciando diretamente em decisões estratégicas. Desse modo, mesmo que os investimentos nas empresas muitas vezes tenham caráter minoritário, os fundos têm como prática assegurar o controle de gestão para garantir as melhorias no negócio (CADE, 2016).

Conforme Oliveira (2009), esses fundos possuem condições de investir altas quantias em empresas educacionais, ao mesmo tempo em que empreendem ou induzem processos de reestruturação das organizações de educação por meio da redução de custos e da racionalização administrativa, buscando a ‘profissionalização’ da gestão em uma perspectiva claramente empresarial que prioriza a maximização do lucro.

Segundo Oliveira (2009), a primeira manifestação de algo nesse sentido na educação superior ocorreu em 2001 através da parceria entre o Grupo *Pitágoras* (hoje Kroton) e a *Apollo internacional*. O autor aponta que no início dos anos 2000, ao se identificar que o setor de educação superior possuía rápida expansão, os fundos de investimento voltaram sua atenção para a área educacional, inclusive sendo formados nesse período os primeiros fundos exclusivamente direcionados para educação.

Nessa época, o foco era a educação superior privada, que, até 2015, foi um setor redefinido por um forte processo de aquisições e fusões sob a liderança crescente dos fundos de investimentos, que adquiria participação em empresas existentes com o intuito de vender sua parcela posteriormente, o chamado “desinvestimento”; assim o lucro era obtido na

⁸ Vinculada ao Ministério da Economia, a CVM foi criada com o objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil (CVM, 2019a). São valores mobiliários quaisquer títulos ou contratos de investimento coletivo que geram direito de participação, de parceria ou remuneração (CVM, 2019b).

operação do negócio (por meio de reestruturações) e, principalmente, após a elevação da rentabilidade da empresa.

Importante sublinhar que esses investidores passam a possuir títulos de propriedade que funcionam, fundamentalmente, como ativos financeiros e, portanto, como títulos com rentabilidade balizada pelos demais títulos em circulação no mercado, exigindo, assim, alto retorno financeiro e elevada distribuição de dividendos. O foco não é o controle total da empresa, pois isso aumentaria os riscos e dilataria a temporalidade, mas o controle do poder de decisão nos Conselhos de Administração [...] (LEHER, 2018, p. 23).

Por isto que, em certa medida, há uma complexidade nas empresas, principalmente na relação de controle. Os ativos financeiros são livremente negociados no mercado financeiro, sem restrição de nacionalidade; sendo assim, capitais internacionais têm a possibilidade de adquirir ativos das instituições de educação superior brasileiras, buscando apenas a rentabilidade através do lucro crescente.

Nesse processo, é importante problematizar que a essência dos fundos de investimentos é rentista, logo, todas as estratégias e mecanismos que essas empresas utilizam nas organizações de educação são voltadas para a geração do lucro: concepção de organização, estratégias de negócio, publicidade, escolha dos cursos ofertados, uso de tecnologias de ensino, bases curriculares comuns a diversos cursos etc.

Desse modo, isso resulta em uma dinâmica específica de altas margens de lucro, em que a nova forma de organização das empresas educacionais, com determinada subordinação financeira, engendra novas formas de ensino-aprendizagem. Com efeito, a partir da entrada na bolsa de valores, a formação humana foi incisivamente considerada uma mercadoria. Essa mercadorização da educação é produto da adequação do setor às demandas do capital financeiro internacional na busca cada vez maior de uma hegemonização de mercados.

Um detalhe pertinente sobre essas empresas é que sua atuação na educação é guiada por uma lógica estritamente empresarial, por isso os atores envolvidos com o ensino são vistos de outro modo diferente do tradicional, sendo os professores prestadores de serviço; os estudantes clientes; e a educação um produto que pode ser produzido com qualidade variável a depender do mercado.

Fairclough (2001) chama esse processo de *comodificação*, nas quais domínios e instituições sociais, que não possuíam como propósito produzir mercadorias no sentido econômico, passam a produzir e comercializar. Para o Fairclough (2001), essa não é uma movimentação nova, não surpreendendo mais que setores como artes e educação sejam referidos como “indústrias”, destinada a “clientes/consumidores”. Embora não seja uma

novidade, o autor reconhece que o assunto ganhou vigor e intensidade. Fairclough já indicava isso no início da década de 2000, o que certamente se complexificou ainda mais nos tempos atuais.

A temática de estudo está inserida em um contexto distinto da expansão privado-mercantil vigente no país em períodos anteriores, visto elementos recentes como a presença de investidores nacionais e estrangeiros provenientes do mercado financeiro, a negociação de títulos de organizações de educação e a própria *financeirização da educação*.

Sobre a financeirização, vale abrir um parêntese para explicar que esse fenômeno se apresenta como uma estruturação político-econômica que comporta o controle crescente de domínios da vida, anteriormente pensados como bens comuns, como os direitos sociais e direitos humanos, pelos capitalistas que operam o comércio de dinheiro a que se refere Marx ([1894] 2017) no Livro III d'O Capital.

O processo de financeirização é a mercadorização do próprio dinheiro; ou seja, vende-se dinheiro (ele próprio *fetichizado* como se desvinculado do processo do valor) para gerar capital. Por isso que Marx ([1894] 2017, p.386) indica que “o capital como tal torna-se mercadoria”, e, aparentemente, a impressão que fica é que o dinheiro se reproduz e produz um montante adicional decorrente dos juros como se esse circuito fosse completamente à parte da produção de mercadoria e do chamado trabalho vivo. Mesmo sob essa aparência, os operadores do capital comércio de dinheiro engendram mudanças sistêmicas da economia, sempre gerando mais expropriações e exploração do trabalho.

Na educação, atrelado à financeirização, a subsunção da educação à forma-mercadoria e a sua lógica indissociável da lucratividade, tem constituído uma *mercantilização* da educação (MOTTA, ANDRADE, 2020). Conforme Motta e Andrade (2020), sob a ótica burguesa, a educação se restringe a moldar a força de trabalho, e não por acaso a educação historicamente é alvo das ações do capital.

No caso da mercantilização da educação superior no país, Sguissardi (2019, p.44) aponta sua relação com o surgimento das organizações privadas com fins lucrativos “que fazem da educação uma mercadoria e da sua oferta um efetivo negócio”, com destaque para o “processo de abertura de capital e entrada na Bolsa de Valores dos maiores e principais grupos empresariais mantenedores da educação superior particular”, problematizando:

[...] não são apenas as regras do mercado que orientam parte importante da vida institucional, mas são a própria educação transformada em mercadoria e o objetivo do lucro antes de tudo, inclusive via valorização acionária, no caso das empresas de capital aberto e ações em bolsa de valores, que comandam, de modo direto e

indireto, o cotidiano dessas instituições ou organizações (SGUISSARDI, 2019, p. 45).

Segundo Santos Filho (2016, p. 51), é justamente esse movimento de “expansão do setor privado-mercantil com objetivo de lucro e com a inserção do capital especulativo, por meio do ingresso de grupos estrangeiros, de capitais fechados e abertos, e com a inclusão de grupos educacionais no mercado de ações em bolsa de valores”, que tem colaborado para a financeirização do setor educacional.

Saad Filho e Moraes (2018, p. 117), auxiliam na compreensão que estamos vivendo no Brasil um sistema de acumulação neoliberal baseado “na financeirização, em um novo papel econômico do Estado e na integração mais próxima da indústria e do setor financeiro brasileiro ao capital transnacional”. Desse modo, as políticas macroeconômicas neoliberais tiveram forte impacto sobre o capital produtivo, transformando a estrutura industrial brasileira e os padrões de emprego no país (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

Segundo Chaves (2010), desde o final dos anos de 1970, com a crise do sistema capitalista, iniciada nos países centrais e estendida para periferias do mundo, houve necessidade da adoção de uma série de “reformas” estruturais que buscavam diminuir os gastos públicos, ao mesmo tempo em que as chamadas Leis do Mercado eram fortalecidas.

Para Saad Filho e Moraes (2018), a transição para o neoliberalismo incorporou nas formulações de políticas públicas os interesses do capital como um todo, transferindo para o setor financeiro a capacidade estatal de alocar recursos, controlar a composição da produção, investimento, consumo e emprego.

Isso inclui uma ampla desnacionalização, a fusão de capitais nacionais e estrangeiros no âmbito das empresas e um padrão de especialização determinado pelos imperativos globais de cada conglomerado, e não pelas necessidades da economia doméstica [...] (FILHO; MORAIS, p. 118, 2018).

No âmbito do emprego, um novo padrão foi moldado diante desse contexto em ascensão: o número de trabalhadores qualificados com empregos estáveis e relativamente bem pagos caiu, enquanto o desemprego, o emprego precário e o trabalho terceirizado aumentaram (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

Como desdobramento, em menos de uma década, o ajuste estrutural e a abertura ao capital estrangeiro, advindos de políticas macroeconômicas, flexibilizaram dispositivos e legislações que favoreceram o crescimento do setor privado e a precarização do trabalho, contribuindo para uma educação superior mercantil, sobretudo a partir do estímulo à

desnacionalização mediante entrada de capitais estrangeiros no mercado educacional (CHAVES, 2010).

Entretanto, os elementos estruturantes para que fosse possível a entrada e atuação incisiva do capital estrangeiro não só na educação superior, mas no país como um todo, antecede a última década. Acerca, Fernandes (2006) auxilia na compreensão desse fenômeno a partir da suposta “superação” do modelo colonial para um novo tipo de autonomia política relacionada à economia capitalista mundial, que não negava a ordem social colonial, pelo contrário, as reforçavam.

Para Fernandes (2006), a economia brasileira desenvolveu o básico para assimilar o modelo de organização econômica predominante nas economias centrais; todavia, sem condições de reproduzir igual desenvolvimento (FERNANDES, 2006). Segundo Fernandes (2006) a inclusão do país no mercado mundial foi articulada pelos interesses da própria burguesia brasileira e pressupunha que a economia, as instituições econômicas e as relações econômicas fossem adaptadas a essa nova realidade.

Na prática, ocorreu a consolidação e crescimento de firmas, agências e escritórios que representavam internamente capitais internacionais; enquanto que “a expansão do capitalismo comercial e financeiro faziam pressão estrutural e funcional no sentido de ajustar a vida econômica interna aos padrões de uma economia capitalista” (FERNANDES, 2006, p.154).

Analisando a situação, Fernandes (1975) salienta que tanto o Brasil, como demais países da América Latina, ficaram diante da dominação externa com no mínimo dois problemas: o primeiro foi a nova forma de imperialismo sob a hegemonia dos Estados Unidos, e o outro, o enfrentamento desse imperialismo na época de grandes empresas corporativas. Para Fernandes (1975, p.18), “essas empresas trouxeram à região um novo estilo de organização, de produção e de *marketing*, com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos”.

[...] esse tipo de imperialismo demonstra que mesmo os mais avançados países latino-americanos ressentem-se da falta dos requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônoma [...] ela prova que uma economia satélite ou dependente não possui as condições estruturais e dinâmicas para sobrepujar nacionalmente, pelos esforços [...] dos setores dominantes das classes alta e média [...] Como ocorre com os interesses privados externos, os interesses privados internos estão empenhados na exploração do subdesenvolvimento em termos de orientações de valor extremamente egoístas e particularistas (FERNANDES, 1975, p. 18).

Consoante Fernandes (2006), essa subordinação às políticas macroeconômicas, orientadas pelos centros econômicos hegemônicos, é típica de países periféricos como o Brasil que possuem modelo de desenvolvimento desigual e limitador, combinando relações sociais e produtivas, além do moderno com arcaico, características do *capitalismo dependente*.

Segundo Fernandes (2006), durante muito tempo foi difundida a ideia de que a dependência e o subdesenvolvimento eram elementos passageiros, destinados a desaparecer graças ao avanço do capitalismo. Entretanto, a expansão capitalista dos países periféricos foi redesenhada por permanentes modelamentos do mercado mundial, que não só faziam manutenção da dependência e do subdesenvolvimento, como os aprofundavam.

Em outro prisma crítico ao capitalismo dependente, o pré-requisito crucial para a autonomização do desenvolvimento capitalista é a ruptura da dominação externa, o que, no caso brasileiro, requereria frações burguesas com disposição de empreender um projeto autopropelido de nação, o que, objetivamente, inexistia nas classes dominantes do país.

Para este estudo, é interessante refletir sobre esse ponto colocado em relevo por Fernandes (2006), pois o capital estrangeiro tem atuado em escala cada vez maior no Brasil, a exemplo dos espaços de formação da força de trabalho especializada (educação superior), justo porque tem encontrado condições ideais de investimento (amplo mercado, frágil regulação, subsídios públicos) e, por conseguinte, de lucro através da educação superior brasileira.

Além das influências externas, manejadas pela burguesia das nações capitalistas hegemônicas, ocorre uma apropriação interna das próprias frações burguesas nacionais. A compatibilização das expectativas dessas frações burguesas, externas e locais, somente é possível em virtude da forte exploração do trabalho, combinada, sempre, com expropriações.

Fernandes (2005) problematizava que a extrema concentração social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho, a incorporação cultural e política das nações capitalistas hegemônicas, e a dominação imperialista, são elementos limitadores para os países periféricos. Portanto, o desafio “não é tanto como produzir riqueza, mas como retê-la e distribuí-la” (FERNANDES, 1975, p. 20).

Oliveira (2003) acrescenta que o subdesenvolvimento não se inscrevia numa cadeia de evolução que buscava alcançar, por meio de estágios sucessivos, o pleno desenvolvimento. De fato, o que estava ocorrendo era o desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformando-

as em periferias, cuja função histórica era fornecer base material para a acumulação de capital nos centros hegemônicos, gerando uma subordinação financeira externa e impedindo o alcance de estágios econômicos superiores.

No caso da educação, para Algebaile (2004), a primeira gestão (1994 – 1998) de Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) compatibilizou o setor educacional com novos parâmetros apresentados pelas organizações internacionais, Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial, sendo parte de uma negociação que intensificava perdas no plano dos direitos e retraía a esfera pública.

De acordo com Algebaile (2004) esses parâmetros representavam um quadro amplo de modificações econômicas, políticas e sociais, de alcance mundial que ainda estavam sendo disseminados como consequência dos efeitos negativos da crise do petróleo na década de 70 nos países industrializados pelo mundo.

Ocorreu também nos anos posteriores, especialmente na América Latina, a crise dos anos 80, marcada pela estagnação econômica e que fez esse período ficar conhecido como a “década perdida”; repercutindo no esgotamento do sistema de acumulação por substituição das importações e da própria ditadura empresarial militar - que em nome do desenvolvimentismo aumentou os níveis de endividamento – o que tornou o sistema de acumulação neoliberal uma saída para os problemas que estavam se alastrando.

E, ao encaminhar conformações do modelo neoliberal, a desregulamentação e a liberalização das finanças para as empresas que operam no mercado financeiro, como os fundos de investimentos, tornaram-se marcas fortes nas alterações que ocorreram na economia. A expansão do setor privado-mercantil e a entrada de empresas educacionais na bolsa de valores fazem parte justamente desse contexto que possibilitou a constituição de grandes empresas de capital aberto no país e a intensificação do investimento de capital estrangeiro.

Para Oliveira (2017), a entrada do capital financeiro na área educacional alterou radicalmente o formato da educação superior privada no Brasil, impondo padrões de gestão com o objetivo máximo de reduzir custos. As empresas educacionais que estão na bolsa de valores possuem vantagens financeiras e operacionais em relação às demais organizações de educação, que estimulando ou elimina a concorrência, principalmente através de processos de aquisição e função, gerando o que Marx ([1890] 2013, p. 853) chamou de *centralização*.

Concomitantemente, sob o discurso de democratização da educação, sobretudo durante o segundo governo de Lula da Silva (2007-2010), ocorreu um forte estímulo estatal

para que as empresas privadas adentrassem o mercado educacional, o que favoreceu a abertura de capital de empresas educacionais que passam a ter suas ações negociadas na bolsa. Entre as medidas indutoras, as mais relevantes foram a isenção de tributos através do Programa Universidade para Todos (Prouni) e a forte ampliação do Financiamento Estudantil (Fies) (LEHER, 2010).

Koike (2018) aponta que entre 2010 e 2014 o Fies foi a mola propulsora do setor privado da educação superior, na qual em 2014 cerca de 40% dos universitários de graduações presenciais no país tinham vínculo com o programa, chegando a compor 70% em algumas organizações de educação. O crescimento do repasse de verbas do fundo público para o setor empresarial possibilitou uma expansão acentuada de organizações de educação superior privada, sobretudo entre as empresas com fins lucrativos. Com esses movimentos, o próprio fundo público passou a contribuir com o processo de rotação e valorização do capital, convertendo a educação superior privada em um setor bastante dinâmico e atrativo para investimentos e extração de lucro.

Desse modo, o Fies apresentou um saliente investimento proveniente dos cofres públicos que resultou no crescimento de financiamentos concedidos até 2014. Com a queda do programa em 2015, como consequência de critérios mais rígidos, o Fies tem apresentado declínio na sua expansão dos contratos, ocorrendo declínio também nos negócios das empresas que se beneficiavam do Fies (AZEVEDO, 2017; AMORIM, 2017; EXAME, 2018).

Diante dessa questão, analisamos que estratégias foram desenvolvidas para continuar repassando altas taxas de lucros, entre elas identificamos que se encontra em curso um processo de reestruturação dos cursos de graduação presenciais, sobretudo a partir da Portaria nº 2.117 (BRASIL, 2019) que torna possível que cursos presenciais possuam até 40% da sua carga horária total na modalidade de Educação a Distância (EaD), o que tem induzido uma reestruturação nas organizações de educação mercantis, acarretando formas de trabalho mais flexíveis e demissões; ambas amparadas pela *contrarreforma*⁹ trabalhista, Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 (BRASIL, 2017a), encaminhada no governo de Michel Temer, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Como resultado dessa movimentação para manter o lucro, empresas educacionais de capital aberto são evidenciadas nos meios de comunicação, ora superestimados por ganhos

⁹ O termo *contrarreforma* é adotado devido ao caráter de retrocesso e de perdas de direitos que as alterações constituem.

financeiros atraentes, ora sendo alvo de críticas relacionadas ao crescimento da EaD, das demissões de trabalhadores e da sobrecarga do trabalho docente.

Considerando todos esses elementos apresentados, surgiram indagações, que se tornaram as questões norteadoras da pesquisa, que são: *Que mudanças estão em curso na educação superior privada a partir da presença de fundos de investimentos nas aquisições e fusões? Quem são – e como se constituíram – as empresas de capital aberto que lideram a expansão privada-mercantil? Como essas empresas forjam suas atuações no mercado considerando as induções estatais e suas estratégias corporativas lideradas por seus conselhos de administração? Como essas estratégias moldam suas características organizacionais, entre as quais modalidades de ensino, planejamento da força de trabalho, reorganização das disciplinas? Como os docentes vivenciam as relações de trabalho engendradas nas corporações, especialmente intensificação e exploração do trabalho, desqualificação do fazer docente por meio de expropriação, e incertezas quanto aos futuros contratos? Que formas de resistência têm sido adotadas pelos docentes frente aos conflitos laborais decorrentes da precarização do trabalho?*

Antecipamos que, ao buscar responder as questões, ficou evidente que a agressividade do capital na formação do mercado educacional revela um ambiente em expansão que se molda pela busca incessante de lucro, deixando a educação em segundo plano. E, assim, o controle financeiro e a lógica financeira subjacente redefinem de modo drástico as formas de exploração do trabalho docente e acarretam conflitos laborais, tema axial da presente tese.

Nossa hipótese é que o controle de organizações educacionais pelo capital comércio de dinheiro (MARX, [1894] 2017), engendrando centralização (MARX, [1890] 2013) desse segmento, requer métodos específicos de controle do trabalho que conjugam exploração, expropriações do conhecimento do professor/a, e modelos organizacionais que, associados, resultam em demissões e formas precárias de trabalho.

A nova morfologia do mundo do trabalho e os conflitos laborais

Segundo Antunes (2012, p.44), “a subcontratação, os ‘sistemas flexíveis’ e outras inovações produtivas desenharam uma nova morfologia do trabalho, caracteriza por sua precariedade estrutural”. Conforme Antunes (2018), mais do que nunca, trabalhadores se encontram em situações precárias ou vivenciando o flagelo do desemprego. Por um lado,

existe, em escala global, uma redução de postos de trabalho; e, por outro, os que se mantêm empregados presenciam a erosão dos seus direitos sociais (ANTUNES, 2018).

Compondo esse contexto, em um universo em que a economia está sob comando e hegemonia do capital financeiro e das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs, Antunes (2018) destaca que as empresas estão buscando garantir seus lucros exigindo dos trabalhadores uma maximização da produtividade, além de flexibilizar crescentemente os contratos de trabalho.

Para Antunes (2018), é evidente que está em curso um salto tecnológico que intensifica os processos produtivos automatizados em toda a cadeia geradora de valor, de modo que a logística empresarial esteja amplamente digitalizada. E como mecanismo de valorização do capital, uma das estratégias para aumentar a produtividade do trabalho tem sido a expansão das TIC, o uso de algoritmos e a transformação do que for possível em plataforma digital.

Antunes (2018), retomando os estudos de Marx ([1890] 2013), aponta uma ampliação do *trabalho morto*, a partir do maquinário digital como dominante e uma conseqüente redução do *trabalho vivo*, que expulsa da produção trabalhadores que se tornam sobrantes, descartáveis e desempregados. Antunes (2018) salienta que esse processo tem clara funcionalidade para o capital ao permitir a intensificação em larga escala dos desempregados, reduzindo ainda mais a remuneração da força de trabalho por meio da retração salarial daqueles assalariados que se encontram empregados, além de legitimar formas precárias de contratação.

No Brasil, as alterações na Lei Trabalhista (BRASIL, 2017a) adequaram a legislação às novas relações de trabalho. Para Mancebo, Santorum, Ribeiro e Léda (2020), essa mudança criou condições para o aumento da acumulação de capital, sobretudo pela via da exploração e da dominação da classe trabalhadora.

Tal alteração na legislação amplificou mudanças instituídas desde os anos 1990, inserindo-se numa perspectiva de flexibilização das relações de trabalho que, sob o pretexto de modernizar a legislação, reduz e retira direitos, aumenta a vulnerabilidade do trabalhador e incide negativamente em suas formas de organização sindical (MANCEBO; SANTORUM; RIBEIRO; LÉDA, 2020). De acordo com Mancebo, Santorum, Ribeiro e Léda (2020), longe de ser uma reforma apta a reduzir os índices de desemprego, as novas Leis representaram o aprofundamento do processo de precarização da vida.

Nessa direção, têm ocorrido mudanças precarizantes nas normas de regulação do trabalho, e, conforme Antunes (2018), somente através de fortes ações coletivas em um processo de disputa é que será possível contrapor-se ao sistema adverso ao trabalhador. Pois, se há uma nova morfologia do trabalho, ela inclui o advento de uma *nova morfologia das lutas* e das suas formas de organização.

Nas mudanças do mundo do trabalho, os movimentos sociais e suas manifestações ganham importância crucial. A análise dos conflitos laborais amplia a perspectiva de compreensão da realidade em que os trabalhadores estão inseridos, possibilitando compreender “pontos cegos” e construir narrativas a partir da cronologia das ações, mecanismos e desfecho dessas manifestações de inconformismo.

Segundo Izaguirre (2003), o estudo dos movimentos sociais e de seus confrontos sempre foi uma tarefa complexa. Os conflitos constituem uma das dimensões explicativas de mudanças sociais e a compreensão deles pode revelar, da perspectiva das frações subordinadas, sua relação com a ordem social dominante; e ao buscar compreender essa relação também é possível conhecer sua gênese e como os envolvidos são afetados por ela.

No caso desta pesquisa, os conflitos apresentam um retrato amplo do trabalho docente nas organizações de educação, e as vivências que desencadeiam os conflitos inevitavelmente atingem as *experiências* e a *consciência* dos trabalhadores, construindo uma ideia de *classe*. Thompson (1987a; 1987b) auxilia na compreensão desses elementos destacados.

Aqui, compreende-se como classe, com base em Thompson (1987a), um fenômeno histórico que unifica acontecimentos na experiência e na consciência. Na qual, o fazer-se da classe “é um fato tanto da história política e cultural quanto da economia” (THOMPSON, 1987b, p. 17), que traz consigo uma ideia de algo fluido que se efetiva nas relações humanas.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 1987a, p.10).

Desse modo, de acordo com Thompson (1987a), se a experiência é determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Existe uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências de classe parecidas, entretanto, não é adequado predicar uma regra sobre a consciência de classe, pois ela pode surgir em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (THOMPSON, 1987a).

Quando esse processo desencadeia em crítica ao “senso comum” do poder, devido a uma experiência vivida de caráter explorador das relações produtivas, originando manifestação de valores antagônicos, Thompson (2001) indica a possibilidade de conflito. Segundo o autor, a transformação da vida material parte desses conflitos, que a depender do seu caráter e desdobramentos, possuem potencial de reestruturar as relações de poder, as formas de dominação e a organização social.

Assim, identificar e analisar os conflitos laborais que têm ocorrido através de manifestações públicas proporcionam elementos relevantes, que, obviamente, não esgota a temática, mas que fornecem algumas indicações de como é o trabalho docente nessas organizações de educação que estão hegemônicas o setor.

Justificativa da pesquisa

As alterações trabalhistas da CLT (BRASIL, 2017a) refletem o encaminhamento de mudanças no mundo do trabalho e legitimam a precarização. Por outro lado, o uso das tecnologias tem permitido maior cobrança e controle sobre a atividade laboral, intensificando a exploração do trabalhador e diminuindo os postos de trabalho.

Com a necessidade de continuar repassando bons rendimentos para os investidores, as empresas educacionais estão cada vez mais precarizando o trabalho docente, ao mesmo tempo em que demissões estão se tornando rotineiras, e a educação a distância vem sendo apresentada como estratégia de negócio.

Conforme Sebim (2015), tratando-se de valorização do capital, o rendimento se torna maior à medida que os custos são reduzidos, e uma das maneiras de fazer isso é intensificando a exploração de seus trabalhadores. Desse modo, a redução de custo pode implicar no rebaixamento salarial, subcontratações, na contratação de professores com baixa titulação, na redução do número de trabalhadores e no aumento do número das demissões.

Como um movimento de causa e efeito, as medidas desenvolvidas por essas empresas repercutem no cotidiano das organizações e podem gerar conflitos e movimentos de resistência. Considerando que acontecimentos como esses são mecanismos de luta que fornecem evidências sobre o que os docentes vivenciam e como eles reagem, a pesquisa tem delineado a repercussão que a composição e atuação das empresas de capital aberto têm engendrado na educação, uma vez que, influenciados por investidores, os estabelecimentos

priorizam a busca do lucro, assumindo medidas que maximizam o rendimento, reconfiguram o trabalho docente e acarretam conflitos.

Diante disso, este estudo foi desenvolvido com o intuito de discutir os conflitos que ocorrem com os docentes que trabalham na educação superior e que estão vinculados às organizações de educação superior pertencentes às empresas de capital aberto. Desse modo, optou-se por analisar a inserção laboral nessas organizações, que possuem como plano de fundo a precarização, inerente à nova morfologia do mundo do trabalho (ANTUNES, 2012) e às experiências (THOMPSON, 1987a; 1987b. 2001; MATTOS, 2007) que elas proporcionam, como os movimentos de resistência desenvolvidos.

Objetivos do estudo

O objetivo geral da tese é analisar os conflitos relacionados ao trabalho docente em organizações de educação superior vinculadas a empresas que atuam na educação superior brasileira e que estão na bolsa de valores assumindo a composição de capital aberto, enfatizando as experiências laborais, as pautas de reivindicações e mecanismos de resistência.

E, especificamente: elaborar um panorama atual da educação superior brasileira, colocando em relevo as organizações privadas com fins lucrativos e o trabalho docente; identificar e descrever as empresas educacionais de capital aberto que atuam na educação superior, apresentando dados gerais, histórico na bolsa de valores, aquisições e nichos de mercado prioritários; e, elencar, mediante cronologia espacialmente referenciada, a ocorrência de conflitos laborais relacionados ao trabalho docente e que envolvam as empresas educacionais estudadas, analisando motivações, formas de luta, organizações envolvidas e desenlace dos conflitos.

Estratégias de análise

A tese, na área da educação, compõe a linha de pesquisa “Estado, Trabalho, Movimentos Sociais e Educação”, e foi desenvolvida como uma pesquisa documental¹⁰. O estudo possui como ponto de partida a análise dos Censos da Educação Superior do Brasil e

¹⁰ Segundo Pimentel (2001), a pesquisa documental possui como procedimento a investigação de documentos, extração de análises, organização e interpretação dos conteúdos reunidos no levantamento de dados.

apresenta um panorama atual da educação superior no país, colocando em relevo o setor privado mercantil.

Ao mesmo tempo, identifica e caracteriza as empresas de capital aberto que atuam na educação superior, finalizando com o estudo do trabalho docente nessas organizações, sobretudo, analisando empiricamente os conflitos laborais que têm ocorrido nesses ambientes tomando como base o modelo de sistematização utilizado no Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos¹¹ (Dieese) e do Observatório Social de América Latina¹² (Osal) do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso).

É importante destacar que a proposta investigativa é ampla e em muitos aspectos inédita, por isso não é possível um modelo de pesquisa padronizado ou uma fonte única de investigação. Desse modo, a construção do objeto da pesquisa exigiu a análise sistemática de diferentes fontes investigativas, como: i) os microdados do Censo da Educação Superior 1995, 2003, 2011, 2016, 2019 (INEP, 1996; 2004; 2012; 2017; 2020a); ii) site da bolsa de valores B3 (B3, 2020b); iii) endereços eletrônicos das empresas de capital aberto que atuam na educação superior (ÂNIMA EDUCAÇÃO, 2020b; ESTACIO, 2020a; KROTON, 2020a; SER EDUCACIONAL, 2020b); iv) documentos e relatórios financeiros disponibilizados no portal de relações com investidores das empresas estudadas (ÂNIMA EDUCAÇÃO, 2020c; YDUQS, 2020b; COGNA, 2020b, SER EDUCACIONAL, 2019c); v) reportagens que mencionam a ocorrência de conflitos nas organizações estudadas; e vi) boletins sindicais e sites de sindicatos envolvidos.

A primeira parte do estudo corresponde ao panorama da educação superior que elenca: i) quantidade de instituições e organizações de educação; ii) matrículas e iii) docentes. Tais informações estão disponibilizadas no Censo da Educação Superior, levantamento anual realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)¹³.

¹¹ Fundado em 1955, o Dieese (2020) é uma entidade criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro com o objetivo de desenvolver pesquisas que subsidiassem as demandas dos trabalhadores.

¹² O Osal possui como objetivo promover estudos e pesquisas sobre os processos de mobilização e conflito social de organizações populares em países da América Latina e do Caribe (Osal, 2012).

¹³ Autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, que possui como objetivo subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo (INEP, 2020b).

O Censo é o mais completo levantamento estatístico sobre a educação superior do país. Nele é possível ter acesso aos “microdados”¹⁴, que correspondem a informações coletadas nos questionários preenchidos pelas instituições e organizações de educação do país, organizados em bancos de dados, que podem ser acessados e analisados por *softwares* específicos de estatística. Nessa pesquisa, optou-se por rodar as análises dos microdados no programa estatístico *SPSS* (Statistical Package for the Social Sciences) da IBM (International Business Machines).

Além dos microdados, que podem ser considerados como os dados “brutos”, a cada Censo é disponibilizado sua *sinopse estatística*, que equivale ao resumo dos microdados a partir da seleção de informações e caminhos de análises do Inep. As sinopses são importantes fontes investigativas que fornecem os principais dados coletados.

Contudo, justamente por ser um tipo de resumo, as sinopses possuem limitações como a não apresentação de todas as informações coletadas no Censo. Logo, existem pesquisas que os dados de interesse se encontram disponíveis nas sinopses, como existem outras em que os dados almejados não são elencados ou a informação apresentada é insuficiente.

Desse modo, o principal motivo para a escolha de trabalhar com os microdados é a junção que o Inep faz em suas sinopses das organizações com fins lucrativos e as instituições privadas sem fins lucrativos na categoria administrativa privada, sem distinção alguma das suas subdivisões. Essa junção, que parte da metodologia escolhida pelo Inep, vem ocorrendo nos últimos oito censos publicados, desde a apresentação dos dados do Censo de 2010. Por isso, como esta tese possui como foco o setor privado com fins lucrativos, segmento em que as empresas de capital estão inseridas, optou-se por utilizar diretamente os microdados, e assim coletar as informações relacionadas aos docentes, matrículas e organizações de educação dessa parcela da educação superior.

E ao encaminhar a separação dos tipos de instituições e organizações de educação nos microdados, foi constatada a seguinte divisão adotada pelo Inep: pública federal, pública estadual, pública municipal, privada com fins lucrativos, privada sem fins lucrativos e *especial*. Acerca da categoria “especial”, ela aparece a partir de 2012 nos bancos dos microdados.

De acordo com o glossário do Censo da Educação Superior 2013 (MEC, 2014a, p.4), enquadram-se na classificação de “especial” as organizações de educação superior “criada por

¹⁴ Segundo Qedu (2016), os microdados correspondem à menor fração de um dado e a partir da sua agregação é construída a informação, podendo estar relacionado a uma pesquisa ou avaliação.

lei, estadual ou municipal, e existente na data da promulgação da Constituição Federal de 1988, que não seja total ou preponderantemente mantida com recursos públicos, portanto, não gratuita”.

Essa parcela classificada como “especial” possui atualmente 21 organizações de educação¹⁵ pelo país que na sinopse o Inep insere nas públicas municipais. Para padronizar com demais pesquisas na área que utilizam a sinopse, nas tabelas, gráficos e cálculos das próximas páginas também é realizada essa incorporação na esfera municipal, sobretudo porque esse movimento não altera e não compõe o foco de análise desta tese.

Feitos esses apontamentos, outra nota metodológica importante é a série histórica adotada para os microdados, que são os anos de 1995, 2003, 2011, 2016 e 2019, referentes: 1995 – primeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e ano anterior à promulgação da LDB (BRASIL, 1996); 2003 – fim do governo FHC e início governo Lula; 2011 – fim governo Lula e início governo Dilma; 2016 – golpe (MIGUEL, 2019) e início governo Temer; 2019 – governo Bolsonaro. No capítulo 1 são apresentados mais detalhes dessa periodização.

Para identificação das empresas educacionais de capital aberto, como essa informação não é fornecida no Censo da Educação Superior, foi consultado primeiramente o próprio portal eletrônico da bolsa de valores (B3, 2020b) e, em seguida, outras estratégias foram utilizadas para refinar a coleta de dados, como a realização de pesquisas nos sites oficiais das empresas identificadas e nos relatórios financeiros direcionados aos investidores. Através do portal eletrônico da B3 foi possível ter acesso à listagem das empresas (B3, 2020a) que possuem ações nela negociadas. No caso da educação superior, as empresas que estão nesse

¹⁵ As 21 organizações consideradas *especiais*, em relação ao total do país, representam 0,7% das instituições e organizações de educação; 0,3% das matrículas, com 23.958 estudantes; 0,5% dos docentes, com 1.893 professores; e não possuem cursos registrados como EaD. São elas: Faculdade de Ciências Sociais dos Palmares – FACIP (PE), Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul - FAMASUL (PE), Centro de Ensino Superior de Arcoverde - CESA (PE), Escola Superior de Saúde de Arcoverde – ESSA (PE), Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino - FAE/UNIFAE (SP), Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada - FAFOPST (PE), Faculdade de Ciências da Saúde de Serra Talhada - FACISST (PE), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Serra Talhada - FACHUSST (PE), Centro de Ensino Superior do Vale São Francisco - CESVASF (PE), Faculdade do Belo Jardim – FBJ (PE), Faculdade de Ciências Aplicadas de Limoeiro - FACAL (PE), Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina - FACAPE (PE), Faculdades Integradas de Garanhuns – FACIGA (PE), Faculdade de Ciências de Tecnologia Professor Dirson Maciel de Barros - FADIMAB (PE), Faculdade de Ciências Agrárias de Araripina - FACIAGRA (PE), Faculdade de Formação de Professores de Araripina - FAFOPA (PE), Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central - FACHUSC (PE), Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA (SP), Faculdade do Sertão do Pajeú – FASP (26), Centro Universitário Municipal de Franca - UNI/FACEF (SP), e Centro Universitário de Adamantina (SP) (INEP, 2020a).

setor de atuação se encontram no segmento “serviços educacionais”, sendo identificados as empresas: Ânima Educação, Estácio, Kroton e Ser Educacional.

Em acesso às informações fornecidas das empresas foram coletados os dados: i) razão social; ii) nome do pregão; iii) ano de ingresso na bolsa de valores; e iv) site oficial da companhia. A partir dos sites da companhia, identificou-se que as empresas, além de disponibilizarem informações em seus portais eletrônicos para a comunidade de um modo geral, também possuem um departamento chamado “relações com investidores”; ambas as fontes foram utilizadas.

Quadro 1 – Endereços eletrônicos das empresas de capital aberto, educação superior, Brasil

Empresa de capital aberto	Endereço eletrônico	Endereço da relação com investidores
Ânima Educação	animaeducacao.com.br	ri.animaeducacao.com.br
Estácio	portal.estacio.br	yduqs.com.br
Kroton	kroton.com.br	ri.cogna.com.br
Ser Educacional	sereducacional.com	ri.sereducacional.com

Elaboração própria.

Fonte: B3 (2020a), Ânima Educação (2020b; 2020c), Estácio (2020a), Yduqs (2020b), Kroton (2020a), Cognia (2020b), Ser educacional (2020b; 2020c).

Este departamento, como o nome indica, é o responsável por auxiliar os investidores na coleta de informações para tomada de decisão e, a partir dele, são fornecidos os resultados da companhia, geralmente sistematizados nos relatórios técnicos publicados periodicamente. Nessa parte da pesquisa, o intuito foi coletar nos sites das corporações informações sobre unidades de ensino, matrículas, corpo docente e proposta pedagógica.

Após encerrar esse primeiro momento do estudo que contextualiza a educação superior brasileira e descreve as empresas de capital aberto, a pesquisa focalizou a identificação e o mapeamento dos conflitos laborais que envolveram as organizações aqui analisadas.

O rastreamento do trabalho nesses ambientes empresariais possui consideráveis limitações, como a dificuldade de acesso direto aos professores, ainda que sob garantia de anonimato, por receios de perseguição, redução de carga horária de aulas e demissão, como é recorrente em organizações privado-mercantis. Por isso, a pesquisa buscou identificar os conflitos laborais examinando formas diversas de mobilização como manifestações públicas, denúncias, protestos, greves e abaixo-assinados.

Essa identificação ocorreu a partir do modelo de quantificação e sistematização das greves, adotado pelo SAG Dieese (DIEESE, 2018), mediante extração de informações

selecionadas de notícias em jornais eletrônicos da grande mídia e da imprensa sindical que relatavam conflitos laborais vinculados às empresas de capital aberto que atuam na educação superior no Brasil.

Neste sentido, primeiramente foi consultado o site de busca do *Google* para localização dessas notícias mediante as palavras-chave de pesquisa “conflitos”, “protesto”, “greve”, “paralisação” e “manifestação”; seguido do nome da empresa e/ou organização de educação associada. O recorte temporal das notícias selecionadas e, conseqüentemente, dos conflitos elencados foi de uma década, sendo selecionadas reportagens datadas no período de 2010-2020. Como resultado dessa etapa, o quadro 5 (anexo) foi elaborado como material inicial de referência, contendo título da reportagem, empresa e marca envolvidos, localização, ano e endereço eletrônico do material. Posteriormente, buscou-se identificar nos conflitos os protagonistas, mecanismos utilizados, pautas reivindicadas, empresa local e marca envolvida, ano e reportagens relacionadas.

Após esse levantamento que resultou no quadro 6 (anexo), no capítulo 4 os dados sobre os conflitos foram analisados, identificando padrões e discutindo as evidências que eles fornecem sobre o trabalho docente. Ainda nesse capítulo, em que apresenta o cerne da pesquisa, em tópico separado (seção 4.1), foi sistematizada a cronologia dos conflitos estudados, modelo adotado com base na metodologia utilizada pela Osal/Clacso (OSAL, 2012). A seguir, na exposição da estrutura da tese indica-se como os materiais são nela apresentados.

Estrutura da tese

Para contextualizar a temática e construir um roteiro lógico que auxilie o leitor na compreensão dos problemas da pesquisa, o estudo apresenta um panorama atual da educação superior no Brasil com indicadores como a quantidade de instituições e organizações de educação, docentes, matrículas, e a identificação das empresas de capital aberto; e, em seção específica, analisa os conflitos laborais que envolvem os docentes que atuam nessas organizações de educação. Desse modo, os eixos centrais podem ser resumidos nas palavras-chave: conjuntura brasileira (capítulo 1), educação superior (capítulo 2), trabalho docente (capítulo 3) e os conflitos laborais (capítulo 4).

Em breve descrição dos capítulos, no primeiro capítulo é discutido o desenvolvimento do neoliberalismo e da educação superior mercantil nos governos Collor-FHC, Lula-Dilma e

Temer-Bolsonaro. Já no capítulo 2, é exposto um panorama da educação superior, indicando a predominância do setor privado-mercantil, as empresas educacionais de capital aberto, áreas de atuação no mercado e movimentações financeiras.

No capítulo 3, são abordadas discussões consideradas pertinentes para uma leitura atual do trabalho docente, com exposição do perfil desses professores, as mudanças no mundo do trabalho, a nova legislação trabalhista (BRASIL, 2017a), crescimento da educação a distância e a ocorrência das demissões.

No que diz respeito aos conflitos laborais, essa temática é aprofundada no capítulo 4. Nele é abordada a materialização das experiências (THOMPSON, 1987a; 1987b; 2001), metodologia de resistência e as motivações que desencadearam esses conflitos, contribuindo para investigação do trabalho docente nas empresas de capital aberto. Finalizando, em última seção, são apresentadas as considerações finais retomando os principais pontos discutidos nesta tese, seguidas dos anexos com os dados que subsidiaram a pesquisa.

Capítulo 1: Brasil neoliberal

A proposta deste primeiro capítulo é fornecer a base para as seções seguintes, tomando como ponto de partida o sistema de acumulação neoliberal brasileiro. O intuito é discutir como seus diferentes períodos reverberaram na educação superior brasileira. Desse modo, adotando a periodização utilizada por Saad Filho e Moraes (2018), é caracterizado o sistema de acumulação neoliberal a partir de três diferentes fases que o Brasil tem experimentado, tomando como base os governos: i) Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002); ii) Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016); iii) Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-atualidade).

A primeira fase remete aos anos 90, entre o governo de Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2000), e possui como central o deslocamento do modelo de *industrialização por substituição das importações* para o neoliberalismo. Na educação, ganha destaque a criação da atual Lei de Diretrizes de Bases da Educação e do Fies, programa que colaborou decisivamente com as empresas aqui estudadas.

A segunda fase é iniciada com o governo Lula da Silva (2003-2011) e finaliza com o *impeachment* ilegítimo (MIGUEL, 2019) da presidente Dilma Rousseff (2011-2016). O período ficou conhecido como *neoliberalismo desenvolvimentista* (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 154), e foi marcado pelo aprofundamento do neoliberalismo no Brasil e pela expansão da educação superior via transferência de dinheiro público para o setor privado sob o discurso da democratização do acesso.

E a terceira fase começa a partir do golpe de 2016 que culminou no *impeachment* da presidente Dilma, e com Michel Temer, seu vice, assumindo sua posição durante os anos de 2016 a 2018. Posteriormente, ocorrendo o governo de Jair Bolsonaro em 2019 até o momento, e corresponde à etapa atual de escrita da tese que possui entre alguns dos elementos centrais a Emenda Constitucional (EC) 95 (BRASIL, 2016) e a contrarreforma trabalhista, Lei 13.467 de 13 de julho de 2017 (BRASIL, 2017).

Diante desse breve resumo, mais elementos de cada fase são apresentados nos próximos itens. Porém, antes de prosseguir com as discussões, alguns apontamentos são pertinentes. Aqui, compreende-se como sistema de acumulação:

[...] a configuração, a fase, a forma ou o modo de existência [...] do capitalismo em dada conjuntura [...] determinado pelas relações de classe encapsuladas no modo de extração, acumulação e distribuição do mais-valor e pelas estruturas e pelos processos institucionais mediante os quais essas relações se reproduzem [...] (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p.24).

O sistema de acumulação neoliberal corresponde ao modo de existência do capitalismo contemporâneo que se pauta em quatro características centrais: i) a financeirização; ii) a integração internacional da produção; iii) o papel proeminente do capital externo; iv) e uma combinação de políticas macroeconômicas com base em políticas fiscais e monetárias contracionistas, e em metas de inflação (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

Com política voltada para privatização, liberalização financeira e importações, o neoliberalismo atacou sistematicamente avanços sociais conquistados, contribuindo para elevar a taxa de exploração acima de sistemas de acumulação anteriores. Para Saad Filho e Morais (2018), isso só foi possível a partir de uma ampla desnacionalização, da fusão entre capitais nacionais e estrangeiros, e da adoção de um padrão de especialização determinado pelos imperativos globais de cada conglomerado, e não pelas necessidades da economia doméstica.

Na maioria dos países, a primeira fase (de transição, ou de choque) do neoliberalismo priorizou os interesses diretos do capital privado transnacional e, em especial, do setor financeiro, sem levar em consideração o custo da destruição do sistema produtivo preexistente e suas consequências sociais (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 97).

Por conseguinte, círculos viciosos das políticas macroeconômicas neoliberais tiveram forte impacto sobre o capital produtivo, transformando a estrutura industrial brasileira, que passou a ser mais integrada ao capital e aos padrões de emprego transnacionais, agora com taxas mais elevadas de precarização e desemprego (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

Essa ampla reestruturação da base econômica, a partir da transição para o neoliberalismo, incorporou na formulação de políticas públicas os interesses do capital como um todo, transferindo para o setor financeiro a capacidade de alocar recurso estatal, e controlando o nível e a composição da produção, do emprego, do investimento e do próprio consumo.

Por fim, sob o neoliberalismo, as instituições financeiras intermediavam as relações entre o país e o resto do mundo, abandonando a maior parte das políticas setoriais de desenvolvimento, sendo o Estado o principal condutor da “liberação” e da “desregulamentação” da economia, condição que tornou possíveis mudanças estruturais e a proliferação das empresas de capital aberto na educação superior do país.

1.1 Governo Collor e FHC: a implementação do neoliberalismo e da educação superior mercantil

A década de 1990 foi uma época atravessada por alterações de profunda significação para o Brasil orientada por privatizações, flexibilização dos direitos trabalhistas e início do desmonte da recém promulgada Constituição Federal (BRASIL, 1988). Nessa época, um dos acontecimentos mais relevantes e que reverbera até a atualidade foi a transição do sistema de acumulação que passou do modelo de *industrialização por substituição de importações* - ISI¹⁶ para um sistema *neoliberal* entre os governos de Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

Anteriormente, a crise da dívida externa de 1982 que atingiu mais fortemente os países da América Latina desencadeou sucessivo aumento da dívida (interna e externa), inflação e recessão, contribuindo para o esgotamento do ISI, mostrando sua insuficiência e impulsionando a ideologia neoliberal (HARVEY, 2011).

Na esteira do *Consenso de Washington* e do Programa de Ajuste Estrutural balizado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, concessões financeiras eram condicionadas ao cumprimento de recomendações fornecidas aos países afetados pela crise, o que gerou a base para incorporação das políticas neoliberais nos anos 90. As concessões financeiras, principalmente do FMI, estariam condicionadas ao cumprimento de recomendações sob os preceitos de liberalização econômica, abertura comercial, redução de gastos públicos, privatização de empresas e, os considerados serviços, saúde e educação.

No Brasil, Fernando Collor foi o primeiro presidente a introduzir ideias neoliberais após o ressurgimento desta vertente liberal conservadora nos anos 1970. Mesmo com breve período de governo, que iniciou em 1990 e terminou com seu *impeachment* em 1992, Collor propôs medidas como a criação de uma nova moeda, abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro, privatização de estatais e mudanças de Leis Trabalhistas, no que ficou conhecido como Plano Collor.

E, no documento “Brasil, um projeto de reconstrução nacional” (BRASIL, 1991, p. 70), foi proposto um novo modelo educacional para a educação superior, que perpassava pela: implementação da autonomia universitária por meio da desregulamentação; ênfase nos

¹⁶ Segundo Saad Filho e Morais (2018, p.37) a industrialização por substituição de importações “é um sistema de acumulação que se orienta pela internalização da produção de bens manufaturados (anteriormente importados) e de serviços auxiliares, a fim de aliviar a restrição do balanço de pagamentos, criar empregos e incorporar novas (‘modernas’) tecnologias e novos valores culturais”.

procedimentos de avaliação e gestão administrativo-financeira; instituição de um novo sistema de alocação de recursos financeiros articulado à avaliação de desempenho; estímulo à busca por recursos extra orçamentários para complementar orçamentos de pesquisa, sobretudo junto às empresas; discussão da gratuidade indiscriminada do ensino público de graduação; e aperfeiçoamento do sistema de bolsas e de crédito educativo.

Mesmo com interesses bem definidos, Collor não conseguiu encaminhar satisfatoriamente suas propostas, e apenas com Fernando Henrique Cardoso o neoliberalismo seria mais bem sucedido. Sua eleição foi em grande parte motivada pela avaliação positiva do Plano Real em conter a elevada inflação; lançado por ele em 1994 enquanto era Ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco que, na condição de vice-presidente de Collor, assumiu a presidência após o *impeachment* do Presidente.

Foi com FHC que as privatizações foram encaminhadas, ocorrendo também uma abrangente reforma administrativa que ajustou o Estado aos preceitos neoliberais, como as organizações sociais, o público não estatal, avanço da terceirização de trabalhadores inclusive no âmbito do serviço público, além do ingresso de empresas estrangeiras também no setor de serviços.

No seu primeiro ano de governo, em 1995, foi elaborado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995) com a finalidade de gerar uma mudança econômica orientada para o mercado e um Estado com governança mais “eficiente” e voltado para o controle dos resultados. Com foco em uma mudança gerencial, o Plano Diretor foi executado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE, e posteriormente, com a sua extinção, pelo Ministério do Planejamento e Gestão.

Na educação, a primeira gestão de FHC compatibilizou o setor educacional com a agenda em voga nos organizações internacionais, Fundo Monetário Internacional – FMI e, sobretudo, o Banco Mundial. Cardoso e seu ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, afastaram, fortemente, as universidades de qualquer projeto estratégico da nação, desrespeitando a autonomia constitucional e estancando os concursos públicos. Foi nesse contexto que importantes cargos do serviço público foram extintos para favorecer as empresas de terceirização. O balizamento da política educacional foi claramente referenciado no documento do Banco Mundial “*La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*” (BANCO MUNDIAL, 1995) com indicações para expansão do setor privado, a diversificação das fontes de financiamento e para a diferenciação das instituições de ensino superior.

A atual formatação da educação superior possui forte influência dos anos de 1990 e do próprio neoliberalismo. Ela reflete uma adequação ao contexto geral, na qual a esfera pública tem sido retraída, enquanto o setor privado obteve apoio financeiro e legal, favorecendo, sobremaneira, o setor particular, isto é, com fins lucrativos.

Anteriormente, o setor privado apenas era composto por instituições educacionais privadas sem fins lucrativos de caráter tradicional e atuação local, geralmente gerida por grupos familiares ou religiosos. Embora a livre iniciativa privada não seja uma novidade¹⁷ da década de 90 ela apresenta novos contornos.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 (BRASIL, 1996) foi um marco para o setor privado, especialmente para organizações com fins lucrativos.

Na linha inaugurada pela LDB-96, a legislação pertinente ao ensino superior admitiu a existência de entidades mantenedoras de instituições de ensino superior dotadas de fins lucrativos. Até então as instituições de ensino não podiam mesmo ter fins lucrativos, mas suas mantenedoras, sim, existindo mecanismos de transferências de recursos entre ambas as entidades, o que a legislação ignorava (CUNHA, 1997, p. 19).

Segundo Cunha (1997, p. 15), o reconhecimento da existência de organizações de educação com fins lucrativos “até então somente existia de fato, não de direito”, sendo a LDB quem a categorizou inicialmente a partir da distinção entre as privadas, as particulares (em sentido estrito), comunitárias, confessionais e filantrópicas; especificação que veio na esteira da Constituição de 1988, Art. 213 (que também é reafirmada na LDB, Art. 77), de que os recursos públicos poderiam ser destinados às organizações, comprovadamente não lucrativas, do setor privado.

E no ano seguinte, em 1997, com o Decreto 2.207 (BRASIL, 1997a), e posteriormente, o Decreto 2.306 (BRASIL, 1997b) que regulamentava o Sistema Federal de Ensino, as condições necessárias para a constituição de organizações de educação sem e com finalidade lucrativa foram específicas sem muitas exigências, dando andamento à legalização do formato mercantil da educação superior; e a possibilidade de assumir as formas diversas previstas no inciso I e II¹⁸ do Art. 16 (capítulo I, das disposições gerais), e posteriormente Art.

¹⁷ A liberdade de ensino está presente em outras legislações, como: Desde a Constituição Federal de 34, Art. 150: “liberdade de ensino em todos os graus e ramos” (BRASIL, 1934); Constituição de 37, Art. 128: “a arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e a de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares” (BRASIL, 1937); Constituição de 46, Art. 167: “o ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem” (BRASIL, 1946).; e a Constituição de 88, Art. 209: “o ensino é livre a iniciativa privada” (BRASIL, 1988).

¹⁸ “Art.16: São pessoas jurídicas de direito privado: I. As sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações; II. As sociedades mercantis” (BRASIL, 1916, s.p.).

24¹⁹ (seção IV, das fundações) do Código Civil Brasileiro de 1916 (BRASIL, 1916), código vigente na época, com destaque para o inciso II, correspondente à sociedade mercantil.

Além de reiterar que o ensino é livre à iniciativa privada, reconhecer a existência das organizações privadas com fins lucrativos e reafirmar o repasse de recursos públicos para o setor privado, outro ponto marcante na LDB e que tem reverberado atualmente é o surgimento da educação a distância na legislação com apontamento que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas EaD em todos os níveis e modalidades de ensino.

Os desdobramentos desses dois pontos são marcantes. Em vinte e cinco anos, as organizações privadas com fins lucrativos apresentam consistente crescimento na educação superior, enquanto as instituições privadas sem fins lucrativos estão em declínio. Enquanto por outro lado, os cursos de EaD se popularizam como alternativa de ingresso à educação superior.

Outrossim, a implementação e o desenrolar do receituário neoliberal não representou apenas um crescimento da quantidade das organizações educacionais mercantis ou da modalidade a distância. Proporcionou também um modelo de negócios consistente para “modernizar” a educação superior adequando-a ao mercado e às novas formas de indução estatal; o que permitiu seu “livre comércio”, proporcionando abertura de novos nichos e introduzindo uma cultura empresarial baseada na “eficiência” da gestão, que futuramente transformarão o cotidiano do trabalho docente.

Por fim, também nessa época, no final dos anos 1990, ocorreu a criação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, atualmente chamado de Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), em 1999, a partir da substituição do Programa de Crédito Educativo (Creduc). O Fies foi criado com o objetivo de financiar a graduação de estudantes matriculados em cursos não gratuitos. Nesse momento, ele não logrou grande repercussão, apenas foi criado, sendo seus efeitos e as consequências mais perceptíveis na segunda fase neoliberal.

¹⁹ “Art.24: Para criar uma fundação, far-lhe-á seu instituidor, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que a destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la” (BRASIL, 1916, s.p.).

1.2 Governo Lula e Dilma: o aprofundamento do neoliberalismo e expansão do setor privado sob tutela do Estado

A ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, mediante a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) nas eleições presidenciais de 2002, proporcionou uma expectativa de melhora significativa para a classe trabalhadora do país. Parte dessa expectativa foi construída pelo histórico de luta que o partido possui na sua trajetória, sendo frustrada, em diversos domínios, com o aprofundamento da política neoliberal que prevalecera no governo anterior de Fernando Henrique Cardoso.

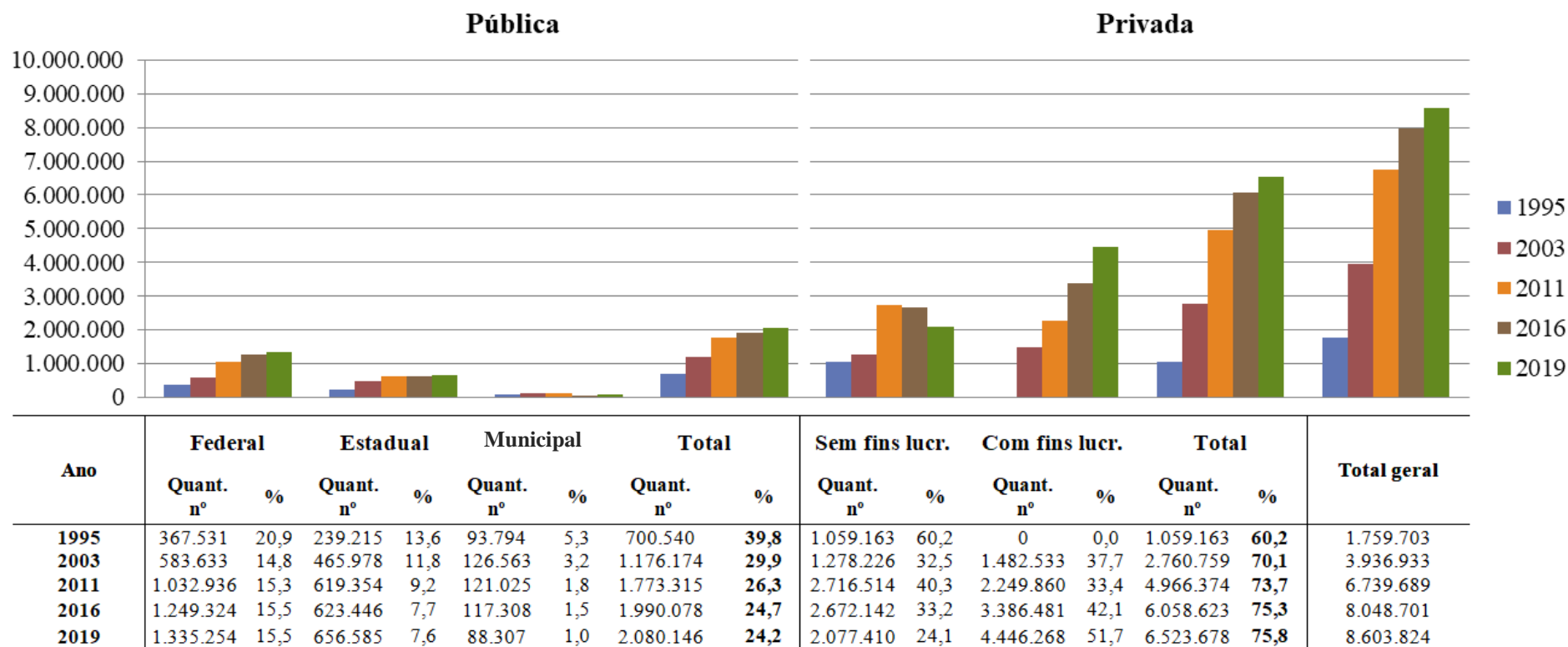
Segundo Leher (2010), o governo de Cardoso, foi asperamente criticado pelo PT por favorecer o setor privado e retrain o setor público. Entretanto, foi no governo do Lula que, paralelamente às concessões para a classe trabalhadora e aos avanços para o setor público, políticas neoliberais tiveram continuidade e foram intensificadas, e o setor privado foi favorecido.

O novo governo não alterou radicalmente a política macroeconômica em vigor desde 1999. Em vez disso, introduziu uma série de iniciativas novo-desenvolvimentista [...]. Essa justaposição introduziu uma variante do SA [sistema de acumulação] (e uma nova estratégia de acumulação) que pode ser chamada de *neoliberalismo desenvolvimentista* (SAAD, FILHO; MORAIS, 2018, grifos do autor, 2018, p.154).

Na educação superior, dois acontecimentos que evidenciaram isso foram a retomada do crescimento do setor público, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), entre 2007 e 2014; e o crescimento simultâneo do setor privado (especialmente o segmento com fins lucrativos), financiado em grande parte pelo fundo público (Prouni e Fies).

Todavia, embora possa parecer um movimento equilibrado, as proporções são discrepantes com as organizações com fins lucrativos possuindo um maior crescimento quantitativo.

Gráfico 2 – Matrículas (presencial e EaD) por categoria administrativa pública (federal, estadual e municipal) e privada (sem e com fins lucrativos), graduação, educação superior, 1995, 2003, 2011, 2016, 2019



Observação: em 1995 não apresenta matrículas em organizações de educação *com fins lucrativos*, pois a existência desse segmento é posterior à Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

Elaboração própria

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior 1995, 2003, 2011, 2016 e 2019 (INEP, 1996; 2004; 2012; 2017; 2020a).

O gráfico 2 ilustra que nos últimos anos entre as instituições e organizações de educação, as que possuíram crescimento mais acentuado foram as privadas com fins lucrativos. Uma das justificativas desse quadro foi o apoio que o governo deu aos programas direcionados para o setor privado, especialmente para as empresas educacionais.

Apresentados como programas de atendimento às demandas das classes populares e de interesses universais, de acordo com Leher (2010), a reformulação e ampliação do Financiamento Estudantil (Fies), junto com criação em 2004 do Programa Universidade para Todos (Prouni), foram as principais estratégias do governo para massificação da educação superior, que, com base no argumento de “avanço democrático”, a partir da ampliação privado-mercantil, beneficiou empresas em profunda transformação, inseridos na carteira de negócios dos fundos de investimentos. Conseqüentemente, a expansão do setor privado sob égide financeira foi encaminhada no governo do PT, aprofundando a mercantilização da educação a níveis inéditos no país.

Aliás, as empresas educacionais também foram beneficiadas com a Portaria nº 4.059 (BRASIL, 2004). Publicada no final de 2004, a Portaria dispõe sobre o ensino *semipresencial*, modalidade que envolve atividade didática, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem com a mediação de tecnologias de comunicação remota. A partir de então foi possibilitado que as disciplinas de cursos presenciais poderiam integralmente ou parcialmente adotar essa modalidade, desde que não fossem ultrapassados 20% da carga horária do curso, o que para as empresas educacionais foi algo positivo, uma vez que esse modelo oferece oportunidades para a redução dos custos, movimento que foi mais perceptível nos anos posteriores.

Posto isto, é importante sublinhar que o presidente Lula não encaminhou mudanças estruturais, e dadas suas opções políticas, o PT estava restrito a gerenciar o neoliberalismo e, na melhor das hipóteses, gerar mudanças marginais (SAAD FILHO; MORAIS, 2018). Todavia, mesmo com as limitações da gestão, é notável que Lula inseriu a classe trabalhadora, ainda que de modo difuso, na sua agenda de prioridades, proporcionando avanços, o que contribuiu para a sua reeleição.

A partir do governo Lula foi ampliado o suporte às camadas mais pobres por diversos programas, desde os de caráter mais geral à população como o programa de transferência de renda Bolsa Família, o programa de habitação Minha Casa Minha Vida, o Programa Luz para Todos, e programa de distribuição de alimentos Fome Zero, aos mais específicos voltados para educação superior, ponto central de análise aqui, como crescimento das bolsas de estudo,

a interiorização das instituições federais pelo Reuni, e cotas nas instituições de ensino superior para afrodescendentes e indígenas.

No final do segundo mandato de Lula, sua candidata sugerida à presidência da República, a ministra Dilma Rousseff, também do Partido dos Trabalhadores, venceu o pleito eleitoral em 2010 e tornou-se a primeira mulher a assumir o governo brasileiro. No seu mandato, pode-se dizer que Dilma estava comprometida com a aceleração do crescimento econômico e com a distribuição de renda por meio do fortalecimento das políticas econômicas, mesmo sem indicação de que o neoliberalismo seria abandonado.

Um dos avanços significativos dos 13 anos de governo do PT com Lula e Dilma foi o aumento real do salário-mínimo²⁰. Em 2002 o salário-mínimo era R\$ 200. Quando Lula assumiu o governo em 2003 o valor estava em torno de R\$ 200, e em 2010 aumentou para R\$ 510; com sua sucessora, o valor em 2016 foi para R\$ 880, o que se tornou um marco histórico para as políticas sociais do país (DIEESE, 2021a).

Reeleita em 2014, com 52% dos votos, Dilma venceu o candidato do PSDB, Aécio Neves. Mesmo com a vitória legítima, Aécio Neves criou um ambiente de desconfiança, sem fundamentos, sobre o processo eleitoral. Nesse mesmo ano, a economia do país sofreu grande impacto com acentuada queda da taxa de crescimento do PIB, que desde 2010 vinha caindo, tornando-se negativa em 2014, colaborando para a pior crise econômica que ocorreu na história do país recentemente, e levando o governo ao colapso (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

Durante o governo, Dilma continuou com a mesma postura de Lula da Silva e deu andamento as políticas traçadas por ele, como o Fies. Entre os programas do governo que privilegiaram o setor privado, o Fies, programa do Ministério da Educação (MEC), ganhou destaque por financiar estudantes no setor privado através de dinheiro público. Desse modo, o governo do PT optou por ampliar vagas em unidades de ensino privadas, consolidando assim um favorecimento, por parte do governo, pela educação privado-mercantil.

Segundo Burgarelli (2017), o crescimento foi tão expressivo que, de uma hora para outra, empresas de educação superior passaram a figurar no rol das empresas que mais

²⁰ Analisando o reajuste do salário-mínimo real por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2003 o reajuste nominal foi 20%, INPC 18,54% e aumento real 1,23%; em 2010 o reajuste nominal foi 9,68%, INPC 3,45% e aumento real 6,02%; 2016 o reajuste nominal foi de 11,68%, INPC 11,28% e aumento real 0,36% (DIEESE, 2021b). E essa valorização, utilizando a quantidade de cestas básicas adquiridas pelo salário-mínimo foi: 2003: 1,38; 2010: 2,06; 2016: 1,98. Ainda assim, apesar do avanço, existe uma distância em relação ao salário-mínimo constitucional necessário, nos anos citados, que deveria ser: 2003: R\$ 1.358,91; 2010: R\$ 1.987,26; 2016: R\$ 3.795,24 (DIEESE, 2021b).

embolsaram dinheiro da União, especialmente as empresas de capital aberto. Entre eles, o conglomerado da Kroton foi o que mais recebeu pagamentos do governo federal naquele ano, um valor em torno de R\$ 2 bilhões. Para efeito de comparação, esse valor foi o dobro do faturamento naquele ano de empresas como a Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica) e a empresa de engenharia e construção Odebrecht que estava responsável por dezenas de obras de grande porte no país (BURGARELLI, 2017).

O aumento com os gastos do Fies começou logo após uma série de mudanças feitas no programa sob a orientação do então ministro Fernando Haddad, com o intuito de flexibilizar as regras de acesso ao programa e incentivar a adesão ao Fies (BURGARELLI, 2017). Em 2009, o Fies estava custando um pouco mais de R\$ 1 bilhão, dali em diante as despesas totais do governo com o Fies passaram a crescer em um ritmo alucinante, chegando em 2014, a um gasto superior ao valor de R\$ 15 bilhões (recursos orçamentários e subsídios implícitos), ou seja, um crescimento de mais de 15 vezes em apenas 5 anos (BURGARELLI, 2017).

E, a partir do crescimento dos repasses, cada vez mais ficava evidente a relação do programa de financiamento estudantil e o valor das ações das grandes empresas de educação superior. Segundo Sguissardi (2014), durante 2012, 2013 e 2014, as empresas educacionais na bolsa de valores, entre cerca de 350 empresas listadas, compunham o segmento mais lucrativo: nesse período a evolução média das ações da Kroton foi de 314,87% e da Estácio 240,97%, contra uma desvalorização média de -3% das demais centenas de empresas da Bovespa.

De acordo com Burgarelli (2017), o bom momento do setor no mercado estava intrinsecamente ligado às políticas do governo. A Kroton é um exemplo disso, foi a líder desse crescimento por dois anos seguidos, 2013 e 2014, chegando a ser listada como a 17ª empresa mais valiosa da bolsa, com o valor de mercado de R\$ 25 bilhões (BURGARELLI, 2017).

O autor relata que a Anhanguera, empresa hoje incorporada à Kroton, entre o período de 2010 a 2013 obteve um crescimento de 2.000% da quantidade de estudantes vinculados ao programa de financiamento estudantil. Um ponto interessante para destacar é que esse salto não significou um maior número de estudantes, no total: eram 230 mil estudantes em 2010, que continuaram sendo 230 mil em 2013 (BURGARELLI, 2017). Ou seja, de acordo com o autor, a diferença foi que menos alunos passaram a bancar a mensalidade por conta própria.

Certamente, os defensores da iniciativa privada viam no Estado a oportunidade de altos lucros e baixos riscos para os negócios. Contudo, com o agravamento da crise em 2014 ficou evidente a impossibilidade das grandes quantias de repasse para o Fies.

Gráfico 3 – Fies: Dotação orçamentária (bilhões) e financiamentos concedidos (milhares), 2009 – 2019



Elaboração própria.

Fonte: TCU (2016), FNDE (2020) e Senado (2020).

Até então os repasses públicos asseguravam um patamar elevado de lucratividade seguro e, aparentemente, estável, o que acabou ruindo a partir de 2014, sobretudo com as Portarias Normativas nº 21 e 23 que modificaram dispositivos do Fies, publicadas em dezembro desse ano (MEC, 2014b; 2014c). As mudanças que mais impactaram na Portaria nº 21 foi o veto a existência simultânea do Fies e de bolsa do ProUni, e a exigência de nota igual ou superior a quatrocentos e cinquenta pontos no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, com pontuação da redação diferente de zero (MEC, 2014b).

E, na Portaria 23, a definição que as entidades mantenedoras com número igual ou superior a vinte mil matrículas financiadas pelo Fies receberiam em até oito parcelas anuais os repasses dos encargos educacionais (MEC, 2014c). Para Consultoria Educacional Hoper (2015), a mudança no cronograma de repasses foi crítica, uma vez que anteriormente o repasse ocorria em doze vezes, gerando impacto direto no fluxo de caixa das empresas envolvidas.

Posteriormente, em 2015, o Conselho Monetário Nacional publicou no Diário Oficial da União o valor da nova taxa de juros que passava a ser 6,5% por cento ao ano (CMN, 2015). Anteriormente a taxa era de 3,4%. Todas essas mudanças geraram visível queda do valor dos

papéis na bolsa de valores dessas empresas educacionais e significativo declínio de novos contratos conforme é possível observar no Gráfico 3.

Vale lembrar que em um dado momento o governo passou a gastar mais com o pagamento de mensalidades em faculdades privadas do que em repasses para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), principal contribuição da União para melhorar a educação básica no país (BURGARELLI, 2017). O autor aponta que, em 2010, gastava-se quase seis vezes mais com o Fundeb do que com o financiamento estudantil na educação superior; em 2014, porém, o custo do Fies passou a ser quase 13% maior do que o da educação básica.

Em junho de 2013 eclodiram diversas manifestações que, inicialmente, foram organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), motivadas pelo aumento da tarifa de ônibus que tinha ocorrido em São Paulo e no Rio de Janeiro, posteriormente possuindo outros contornos. Como consequência dessa movimentação inicial, as manifestações explodiram em tamanho com a participação de mais de 1 milhão de pessoas nas ruas protestando, superando os maiores protestos desde a campanha pela democracia, no início dos anos 1980, e contra Fernando Collor, em 1992 (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

Saad Filho e Morais (2018) apontam que em um segundo momento, as manifestações não possuíam líderes claros, dividindo-se em várias marchas independentes com pautas diversas como: a favor do serviço público, contra Copa do Mundo de 2014, pela expansão dos direitos dos LGBT, pela legalização das drogas, contra o PT e a Dilma; e com forte destaque da mídia à corrupção. Além disso, “muitos manifestantes pediam o *impeachment* da presidente, e alguns sugeriam um golpe militar” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 209).

Durante essa onda de protestos, Dilma Rousseff negociou com as prefeituras municipais e com os governos estaduais de São Paulo e do Rio de Janeiro a reversão do aumento das tarifas de transporte, reduzindo os tributos para viabilizar a diminuição do custo do transporte urbano; todavia, o movimento estava sendo direcionado por uma direita política emergente (SAAD FILHO; MORAIS, 2018). Diante desse contexto, os autores indicam que o PT e as organizações progressistas do país mostraram-se politicamente isolados, na defensiva, e não souberam ou não conseguiram canalizar as manifestações para fins progressistas.

Conforme os autores relatam, ocorreram repetidos fracassos políticos e deterioração do convívio com o Congresso Nacional, além de uma forte pressão da grande imprensa que diariamente fazia críticas severas ao governo e ao próprio PT. Tudo isso se intensificou consideravelmente com o avanço e a cobertura da *Operação Lava Jato*, investigação

comandada pelo MPF e pela Polícia Federal que identificou uma rede de corrupção adotando métodos que dificilmente poderiam ser reconhecidos como legítimos.

Diante desses elementos, Miguel (2019) ressalta que as classes dominantes brasileiras declaravam seu inconformismo com a elevação do salário-mínimo, e a timidez das reformas neoliberais para reduzir os gastos sociais, admitindo, apenas, as políticas sociais compensatórias mais decisivas para manter a governabilidade. Com efeito, grandes manifestações pelo *impeachment* foram realizadas em 2015 e 2016 com a bandeira de defesa da “meritocracia” e rejeição a programas de inclusão social, como as cotas raciais nas universidades e o Programa Bolsa Família (MIGUEL, 2019).

Paralelamente, o PSDB, que tinha sido derrotado nessa eleição e nas anteriores, tomou iniciativas que conspiravam contra a normalidade política, recusando-se a aceitar o resultado das urnas. Para Saad Filho e Morais (2018, p.185), a contestação do resultado eleitoral mostrava o intuito da oposição em quebrar a ordem constitucional e mesmo que os protestos do PSDB, encaminhados principalmente por Aécio Neves, fossem infundados, “eles elevaram a temperatura política e contribuíram para a deslegitimação da presidenta, preparando o caminho para sua derrubada”.

Consoante análise de Saad Filho e Morais (2018), Rousseff foi derrotada por uma coalização de grupos privilegiados, cujos líderes estavam mergulhados em uma variedade de escândalos de corrupção. Nessa época, o Judiciário operou politicamente invadindo os espaços do Executivo e do Legislativo, desmontando tanto a economia quanto o sistema político, alegando a importância maior de uma “luta contra a corrupção”, que no fim das contas gerou poucos ganhos duradouros (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

Como repercussão, o Congresso foi desmoralizado, o Executivo desorganizado e a vida política afundada no caos, com a elite passando a praticamente exalar ódio contra a esquerda, os partidos políticos, o PT, Lula, Dilma, os pobres, os negros, as mulheres, os gays e tudo que fosse “diferente” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018). E dessa maneira, diante de toda essa conjuntura política, foi elaborada a proposta de golpe, que culminou no *impeachment* ilegal e na “substituição” por Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), vice-presidente da República que assumiu a presidência do Brasil de 31 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

1.3 Golpe, Temer e Bolsonaro

Considerado como um golpe (MIGUEL, 2019), o primeiro afastamento de Dilma ocorreu após derrota na votação na Câmara dos Deputados, em 17 de abril, na qual 367 votos foram favoráveis ao *impeachment* e substituição do governo, contra 137. Segundo Saad Filho e Moraes (2018), o tamanho da derrota ajudou a legitimar o golpe, apesar de todo o processo ter parecido uma peça grotesca de teatro político. Para Saad Filho e Moraes (2018), o golpe poderia ter sido executado de várias maneiras, e todas elas foram testadas na busca por uma “bala de prata” contra o PT.

Primeiro, tentou-se impugnar a legitimidade da reeleição em 2014; em seguida, buscou-se imputar ao governo crimes fiscais por iniciativas sem consequência real e que não apenas nunca tinham sido consideradas criminosas nas administrações federais anteriores, como continuaram a ser praticadas pelos governos estaduais. Enquanto isso, o Ministério Público, em estreita colaboração com a Polícia Federal e juízes das altas cortes, desfigurava as iniciativas de Rousseff no Congresso e nos tribunais, promovendo também uma enxurrada de acusações contra políticos e servidores públicos ligados ao governo (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 235).

Na direção do golpe estavam presentes as lideranças do PSDB, as principais figuras do Judiciário, o próprio vice-presidente Michel Temer e Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, que sofria graves acusações de corrupção no Brasil e na Suíça, preso algumas semanas depois.

De um modo geral, Miguel (2019) aponta que a Dilma perdeu o apoio da elite econômica, da mídia e do Congresso sem que fosse demonstrado que ela cometera qualquer ação ilegal que justificasse seu afastamento. E, do outro lado, os setores de aparelho de Estado – o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Polícia Federal – decidiram unilateralmente mudar as regras em proveito próprio.

Miguel (2019) aponta que o papel da mídia foi expressivo evidenciando a corrupção, os desdobramentos da *Operação Lava Jato* e a piora dos indicadores da economia, todos apresentados como consequência direta das medidas adotadas no início do governo Dilma. Para completar, de acordo com Miguel (2019), os protestos de junho de 2013 permitiram que fosse explorado o argumento de que os serviços públicos não atendiam às expectativas da população.

Em meio a esse processo, o desemprego subiu rapidamente, ao mesmo tempo em que escândalos de corrupção de lideranças do PT eram divulgados, e a popularidade de Dilma despencava. Apesar de tudo isso, o PT não conseguiu responder satisfatoriamente, reagindo de uma maneira débil e lenta contra aos ataques sistemáticos da direita.

Diante disso, o então juiz, Sérgio Moro ocupou posição central ao liderar a *Operação Lava Jato*, que mesmo que a justificativa para o *impeachment* não tivesse a ver com a operação, ela foi instrumento para criar o clima de opinião que sustentou a derrubada do governo. E, após o *impeachment*, com Temer assumindo o governo, a agenda neoliberal continuou sendo implementada no país, mas agora com novos elementos.

Uma das primeiras iniciativas de Temer nessa época foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 (BRASIL, 2016) que congelava os gastos primários, como educação e saúde, do orçamento fiscal por até vinte anos. Segundo Leher e Santos (2020), a emenda nº 95 representa a destruição de importante e fundamental conquista social inscrita na Constituição Federal de 1988. Para Leher e Santos (2020), a Emenda foi o principal marcador temporal dessa nova fase neoliberal que a efetivação da destituição ilegítima de Dilma inaugurou.

E para piorar esse cenário, como se discute no capítulo 3, foram aprovadas em julho de 2017 alterações na legislação trabalhista (BRASIL, 2017a) que liberalizaram amplamente o mercado de trabalho, ocorrendo também a tentativa de encaminhar mudanças na previdência social, que, em razão da proximidade com as eleições, não foram implementadas, fato que viria a ocorrer no governo seguinte. Foi notável nesse período que Temer possuísse uma forte rejeição da população e dos movimentos sociais.

Em meio a todos esses elementos, Jair Bolsonaro²¹, na época do Partido Social Liberal (PSL), concorreu à eleição presidencial de 2018, sendo o candidato vencedor. Nas eleições, a candidatura do ex-presidente Lula foi barrada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com base na Lei da Ficha Limpa, que o impedia de participar por causa do envolvimento em processo jurídico, encaminhado pela 13ª Vara da Justiça Federal em Curitiba (PR), por Sérgio Moro, que o acusava de ter recebido como propina um tríplice em Guarujá (SP), imóvel supostamente relacionado à corrupção passiva e lavagem de dinheiro; Lula também foi acusado em outros processos, ganhando destaque a acusação de envolvimento com sítio em

²¹ Eleito o 38º Presidente da República pela coligação “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” (PSL/PRTB), Bolsonaro é formado pela Academia Militar das Agulhas Negras, foi vereador e deputado federal do Rio de Janeiro e defende bandeiras como redução da maioria penal, posse de arma de fogo, valores cristãos e família tradicional (PLANALTO, 2019). Durante sua trajetória foi filiado a nove partidos políticos: Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Progressista (PP), Partido Progressista Reformador (PPR), Partido Progressista Brasileiro (PPB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Social Cristão (PSC) e Partido Social Liberal (PSL), último partido pertencente (O GLOBO, 2019). O partido ao qual esteve filiado por mais tempo foi o PP que tem Paulo Maluf como uma das suas principais figuras. Recentemente desfiliou-se do PSL encontrando-se, no momento, sem partido (março de 2021).

Atíbia (SP), sob acusação corrupção e lavagem de dinheiro (FARIA, 2019). Lula foi preso em um processo hoje considerado ilegal²². Na época, e anterior ao caso, Lula possuía índices de aprovação superiores²³ aos de Bolsonaro, que:

[...] partindo de um nível de popularidade bastante reduzido, essa personalidade [...] especializada no cultivo de escândalos disparou nas pesquisas de opinião, conquistou o entusiasmo de amplas massas populares, da classe média e do capital – e marchou para uma eleição que seria imprevisível apenas poucas semanas antes (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 239).

Somando a essa conjuntura, segundo Leher (2019c), a vitória do Bolsonaro na eleição, em grande parte, ocorreu devido ao apoio de um núcleo ideológico formado por religiosos e *think tanks* de extrema direita sob influência do conservador Olavo de Carvalho. Para Miguel (2019), é razoável pensar que os grandes articuladores e operadores do golpe de 2016 que ocorreu anteriormente às eleições não planejavam colocar Bolsonaro na Presidência. Mas, como consequência, a mobilização agressiva da extrema-direita acuou a esquerda, ao mesmo tempo em que abriu caminho para o retorno ao poder da velha elite conservadora.

Após a sua posse, esses grupos e suas ideias estão representados em ministérios como da Educação, das Relações Exteriores, Meio Ambiente, Justiça e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; além das correntes ideológicas possuem relevância nas votações de parlamentares vinculadas a tais movimentos, como a bancada evangélica (LEHER, 2019c).

Esses grupos, de acordo com análises de Leher (2019c), compõem o que Poulantzas (1981) denomina de *classe-apoio*, conjunto de camadas, entre as classes dominantes, que têm uma função particular de apoio em relação ao *bloco no poder*. Por *bloco no poder* Poulantzas (1981) compreende as classes e frações de classe que ocupam e participam do espaço de dominação política com áreas de poder próprio no seio do aparelho de Estado.

Nesse caso, orbitando e construindo o governo brasileiro, existe uma coalização de classe e frações de classes dominantes que compõem o bloco no poder, que é constituído por,

²² Em março de 2021, o ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, determinou “a anulação de todas as decisões tomadas pela 13ª Vara Federal de Curitiba (PR) nas ações penais contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Como consequência, ficam anuladas as condenações proferidas” (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2021, s.p.). Segundo o STF (2021), a justificativa é que a Vara do Paraná não era o órgão competente para processar e julgar o ex-presidente, e em vista disso, foi ordenado pelo ministro que os casos sejam reiniciados na Justiça Federal do Distrito Federal.

Para os advogados do Lula, Cristiano Zanin Martins e Valeska Martins (apud AGOSTINE, RIBEIRO, CUNTO, 2021, s.p.), os danos causados com a prisão de 580 dias são irreparáveis; e salientam: “sempre apontamos e provamos que Moro jamais atuou como juiz, mas sim como um adversário pessoal e político do ex-presidente Lula, tal como foi reconhecido majoritariamente pelos eminentes ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal”.

²³ De acordo com pesquisa do Datafolha (2018), em relação à intensão de voto, Lula possuía 39% dos votos, enquanto Bolsonaro possuía 19%.

primeiramente, e com maior vigor, frações que operam o capital comércio de dinheiro, o agronegócio, o setor de *commodities*, os serviços em processo monopólico e as frações industriais (LEHER, 2019c), cujo núcleo mais forte e de maior aderência ao bloco no poder é liderado pelo Ministro da Economia Paulo Guedes (LEHER, 2019c), economista conhecido no mercado de ações e um dos fundadores do *Instituto Millenium*, *think tank* brasileiro. Guedes possui títulos de mestre e doutor em Economia pela Escola de Milton Friedman na *Chicago University* e participou da equipe responsável pelas reformas econômicas do Governo Pinochet, no Chile (GIOLO; LEHER; SGUISSARDI, 2020).

Mesmo a classe-apoio não fazendo parte do bloco no poder, ela possui considerável impacto no governo. Um dos seus maiores influenciadores foi a figura de Olavo de Carvalho, que efetivou uma série de indicações na gestão, entre elas a nomeação de Ricardo Vélez Rodríguez e posteriormente a de Abraham Weintraub ao Ministério da Educação (LEHER, 2019c).

Ambos protagonizaram diversas polêmicas, como a carta enviada às escolas, em fevereiro de 2019, em nome do MEC e assinada por Vélez Rodriguez enquanto ministro, junto com a solicitação de leitura do *slogan* da campanha de Bolsonaro “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” (LEHER, 2019c). Além disso, também foi solicitado que os estudantes cantassem o hino nacional enquanto o ato era filmado para posteriormente ser enviado ao MEC (LEHER, 2019c).

No caso do Weintraub, uma de suas polêmicas foi a afirmação de que as universidades públicas promoviam “balbúrdia”, e o anúncio da intenção em deixar de investir nos cursos de ciências sociais e humanas por considerá-los irrelevantes para o país, já que não seria possível obter “resultados” ou produtos para o mercado através deles (COLEMARX, 2019). Nesse caso, os ataques não foram só morais ou ameaçadores, aliado a boatos com o intuito de desmoralização ocorreu a proposta de corte de 30% das verbas destinadas às universidades federais (COLEMARX, 2019).

A pós-graduação também foi alvo de cortes, alguns fatos exemplificam isso, como a suspensão de 2.516 bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico - CNPq, o corte de 4.788 bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e as ameaças de corte das bolsas de pesquisas dos programas com nota 3 e 4 (COLEMARX, 2019).

Episódios como esses de ataque às instituições públicas têm sido comuns. Enquanto isso, no setor privado, demandas estão sendo encaminhadas e avaliadas positivamente. Um

exemplo disso foi a Portaria nº 2.117 (BRASIL, 2019), medida que atendeu a uma pauta antiga dos empresários, e que tem forte influência na temática de pesquisa. Assinada pela Weintraub no final de 2019, a Portaria tornou possível a oferta de até 40% da carga horária na modalidade EaD em cursos presenciais de graduação; anteriormente a EaD poderia ocupar até 20% (Portaria nº 4.059).

Além disso, nesse contexto, ocorreu o lançamento do programa *Future-se*, apresentado no final do primeiro semestre de 2019, que também é problemático. O programa é uma proposta do MEC que possui como objetivo fornecer “autonomia” financeira às instituições federais de educação superior – universidades e institutos federais – por meio do fomento à captação de recursos próprios e empreendedorismo.

Giolo, Leher e Sguissardi (2020) analisam que o *Future-se* contém um ardil, pois embora seja indicado que a proposta é fornecer autonomia para as universidades e institutos federais, ele interfere na autonomia administrativa, financeira, patrimonial e didático-científica das referidas instituições. Longe de fortalecer a autonomia, Giolo, Leher e Sguissardi (2020) afirmam que o programa é uma estratégia que privatiza recursos públicos e que beneficia empresas privadas, enquanto busca diminuir o peso dessas instituições federais sobre o orçamento da União que está estrangido pela EC 95.

A ação do MEC em apoio aos empresários do ensino não é uma aliança nova. Nos últimos anos tem sido mais evidente essa relação, sobretudo por propostas como o programa *Future-se*. Para o Coletivo de Estudos em Educação e Marxismo - Colemarx (2019), o programa pode ser visto como o somatório dos anseios neoliberais de retirar a responsabilidade do Estado para com a universidade pública, na qual os setores mais interessados em negociar com o governo são os representantes do capital financeiro, com o intuito nada ingênuo de abocanhar o fundo público.

Nesta situação, é preocupante que a proposta surja quando as universidades se encontram em situação precária por conta da Emenda Constitucional 95 (BRASIL, 2016) que institui um novo regime fiscal no âmbito do orçamento público colocando teto de gastos para os próximos 20 anos.

Segundo Leher (2019d), o Projeto de Lei do *Future-se* parece ser um ajuste das instituições ao novo contexto de decréscimo do financiamento público resultante da Emenda 95, servindo como transição para um modelo em que o Estado, à revelia da Constituição Federal, renuncia ao seu dever de prover recursos para as autarquias e fundações públicas.

Com efeito, Leher (2019b) aponta que as primeiras manifestações massivas contra as políticas do governo Bolsonaro tiveram como tema central a educação, especialmente, as universidades públicas. Os protestos de 2019, como a greve nacional da educação no dia 15 de maio, e as manifestações seguintes do dia 30 de maio e 13 de agosto representam isso. Neste sentido, este e outros elementos de reformulações no Estado brasileiro potencializaram-se nos últimos meses sob o governo Bolsonaro, o que tem colocado a educação como um dos centros dos conflitos sociais.

Capítulo 2: A educação superior mergulhada na mercantilização e o avanço de empresas educacionais de capital aberto no Brasil

A educação superior no Brasil tem sido conduzida por políticas públicas que, como exposto até aqui, beneficiaram, sobretudo, o setor privado. Privilegiadas por ações do governo, atualmente as organizações de educação desse setor compõem a maior parte das instituições e respectivas matrículas dos cursos de graduação da educação superior no país. Segundo o Inep (2020), existem 2.306 organizações de educação no setor privado (88,4%) em contraste com 302 instituições públicas (11,6%) do total de 2.608 do país.

Chama atenção nesse cenário que dentre as 2.306 organizações privadas, que perfazem 88,4% da educação superior do país, 1.389 são organizações com fins lucrativos (53,3%), enquanto 917 são instituições privadas sem fins lucrativos (35,2%). Ou seja, observando apenas esse segmento, é possível identificar que as com fins lucrativos estão compondo mais da metade do total; isto também se verifica em relação às matrículas. A tabela 1 abaixo o demonstra.

Tabela 1 – Instituições, organizações de educação e matrículas (presencial e EaD) por categoria administrativa, graduação, educação superior, 2019

Categoria administrativa	Instituições e organizações de educação		Matrículas		
	Quant. num.	%	Quant. núm.	%	
Pública	Federal	110	4,22	1.335.254	15,52
	Estadual	132	5,06	656.585	7,63
	Municipal	60	2,30	88.307	1,03
Total pública	302	11,58	2.080.146	24,18	
Privada	Com fins lucrativos	1.389	53,26	4.446.268	51,68
	Sem fins lucrativos	917	35,16	2.077.410	24,15
Total privada	2.306	88,42	6.523.678	75,82	
Total Brasil	2.608		8.603.824		

Elaboração própria.

Fonte: Censo da Educação Superior 2019 (INEP, 2020a).

Como apresentado, o setor público compõe a minoria, e entre as instituições federais, estaduais e municipais, a maior concentração de matrículas ocorre nas federais, que

corresponde a 15,5% do total, mais de 1 milhões de estudantes. Dessa quantidade de matrículas, uma parcela considerável encontra-se nas 63 universidades federais do país.

Tabela 2 – Instituições federais de educação e matrícula, por tipo de organização acadêmica, educação superior, 2019

Tipo de organização acadêmica	Instituições federais de educação		Matrículas	
	Quant. num.	%	Quant. num.	Quant. num.
Universidade	63	57,27	1.114.468	84,11
Centro Universitário	1	0,91	2.167	0,16
Faculdade	6	5,45	2.776	0,21
Instituto Federal de Educação	38	34,55	202.056	15,25
Centro Federal de Educação	2	1,82	13.787	1,04
Total	110		1.324.984	

Elaboração própria.

Fonte: Censo da Educação Superior 2018 (INEP, 2019a).

Mesmo não sendo a ala mais expressiva quantitativamente, é nas universidades federais que ocorre a maior produção de conhecimento do país. De acordo com Moura (2019), mais de 95% da produção científica brasileira nas bases internacionais deve-se à capacidade das universidades de elaborar pesquisas que beneficiam a população e contribuem para a riqueza nacional em áreas de impacto como agricultura, medicina, física, ciência espacial, psiquiatria, entre outras.

Segundo o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich, graças a essas pesquisas, o petróleo do pré-sal representa atualmente mais de 50% do petróleo produzido no país, a agricultura brasileira sofisticou-se e aumentou sua produtividade, epidemias como o vírus da Zika são enfrentadas por grupos científicos de qualidade, novos fármacos são produzidos e alternativas energéticas são propostas (MOURA, 2019).

De acordo com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, a própria pandemia da Covid-19 chama atenção para a importância da ciência e para o necessário fortalecimento de políticas públicas de apoio à construção do conhecimento científico (SBPC, 2020). Principalmente porque foram os cientistas brasileiros, as universidades e as instituições públicas de pesquisa que se empenham efetivamente no enfrentamento da pandemia na busca de medicamentos, materiais de segurança, novos equipamentos a custo acessível, pesquisa sobre o contágio, testes diagnósticos, análise do código genético e vacina (SBPC, 2020).

Para o presidente da SBPC, um ponto significativo que contribui para o desenvolvimento da pesquisa brasileira são os cursos de pós-graduação, já que boa parte das pesquisas brasileiras provém deles (SBPC, 2020). No país existem 4.570 programas de pós-graduação *stricto sensu* (doutorado e mestrado), em que 82% estão nas instituições públicas (58% nas federais, 23% nas estaduais e 1% nas municipais), enquanto 18% estão nas privadas (GEOCAPES, 2021). Proporção quase inversa com a graduação.

Sobre o avanço das pesquisas, para Sidarta Ribeiro, diretor da SBPC, a ciência brasileira vive um verdadeiro pesadelo e retrocesso. Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, exibida no dia 6 de janeiro de 2020, o neurocientista indicou que o investimento em ciência aumentou muito na primeira década do século, tendo sofrido uma drástica parada no fim de 2015, situação agravada no governo atual (RODA VIVA, 2020).





De acordo com Sidarta Ribeiro (RODA VIVA, 2020), estamos fazendo o caminho reverso de voltar ao investimento de 20 anos atrás, sendo que vários problemas do Brasil poderiam ser sanados com investimento em todos os níveis da educação e pesquisa. Ao mesmo tempo, Sidarta Ribeiro aponta que hoje no país existe um debate muito mais aprofundado sobre qual projeto queremos, qual a vocação do Brasil, se é apenas produzir e vender soja/minério, ou produzir conhecimento e capital humano.

Nesse sentido, em relação à produção do setor privado, além de representar menos de 20% dos programas de pós-graduação no país, apenas 16 instituições e organizações privadas de educação estão presentes entre as 100 que mais publicam artigos científicos em revistas de circulação internacional (CRUZ, 2019), aparecendo a primeira privada, a PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Paraná, somente na 37ª colocação, que, neste caso. Desse modo, mesmo sendo nas instituições públicas que ocorre a produção de pesquisas no país, é o setor privado que cresce quantitativamente, principalmente com as organizações com fins lucrativos, especialmente as organizações de educação de capital aberto.

No setor privado, a negociação de ações na bolsa de valores e a aquisição de organizações de educação se tornaram atividades rotineiras. Atualmente, em 2020, compondo o setor educacional na bolsa de valores, as empresas de capital aberto que atuam na educação superior²⁴ no país são: Ânima Educação, Estácio, Kroton e Ser Educacional.

²⁴ Como demarcado na tese, o estudo se restringe aos cursos de graduação da educação superior brasileira, por isso as empresas de capital aberto que atuam na educação básica (Bahema e Somos Educação) não foram listadas e não entram em análise nesta pesquisa.

Quadro 2 – Empresas brasileiros de capital aberto, educação superior, Brasil, 2020

Empresa	Logo	Holding	Nome do Pregão	Ano de ingresso na bolsa de valores	Endereço eletrônico
Ânima Educação		Ânima Educação	ANIMA	2013	animaeducacao.com.br
Estácio		Yduqs	YDUQS PART	2007	portal.estacio.br
Kroton		Cogna	COGNACION	2007	kroton.com.br
Ser Educacional		Ser Educacional	SER EDUCACIONAL	2013	sereducacional.com

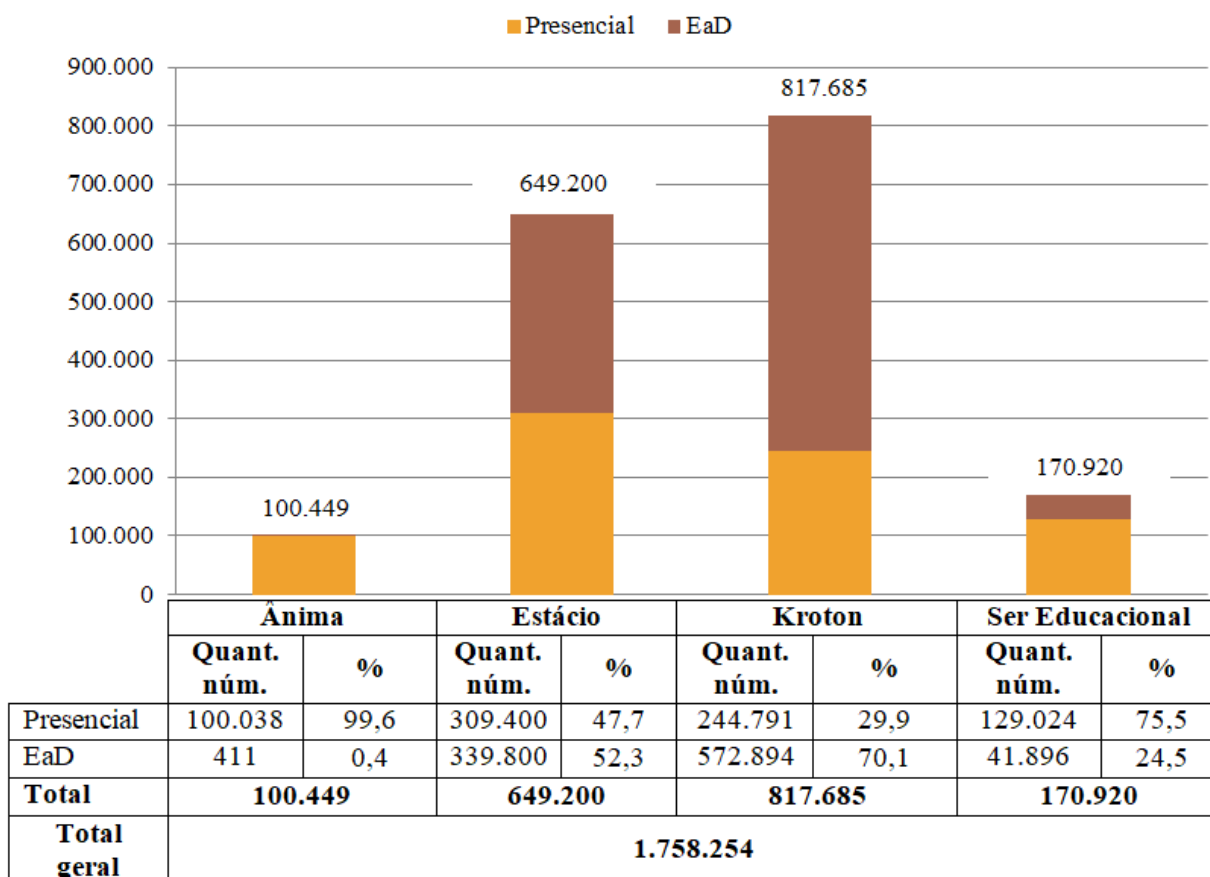
Elaboração própria.

Fonte: B3 (2020a).

No Brasil, a primeira oferta pública inicial – IPO (do inglês *Initial Public Offering*) de empresa de educação superior na bolsa de valores ocorreu em 2007 (SGUISSARDI, 2015). Comparando com essa época, quando as empresas pioneiras no ramo eram Anhanguera, Estácio, Kroton e SBE (Sistema Brasileiro de Educação), em 13 anos ocorreram fatos relevantes no setor, como o ingresso na bolsa de valores em 2013 da Ânima e Ser Educacional (REUTERS, 2013), a fusão da Kroton com a Anhanguera em 2014 (SOUSA, 2014), e a tentativa de compra da Estácio pela Kroton, barrada pelo Cade em 2017 (VENTURA, 2017). Além disso, em julho de 2019, a Estácio criou a *holding* Yduqs (KAHIL, 2019), e, em outubro do mesmo ano, a Kroton criou a *Cogna* (MOURA, 2019).

Mirando o aumento dos lucros, pode-se dizer que todas as transações almejavam um crescimento do número de “estudantes-clientes”. O resultado foi auspicioso: atualmente apenas essas quatro empresas aglutinam mais de 1,7 milhão de estudantes, 20% das matrículas gerais da educação superior.

Gráfico 4 – Matrículas nos cursos de graduação na Ânima, Estácio, Kroton e Ser Educacional por modalidade de ensino (presencial e EaD), graduação, educação superior, 2020



Elaboração própria.

Fonte: Ânima Educação (2020a), Cogna (2020a), YDUQS (2020a) e Ser Educacional (2020a).

Um detalhe importante nas empresas de educação superior que possuem o capital aberto é a tendência à educação a distância, principalmente por ser um modelo de ensino mais barato e rentável. Kroton e Estácio lideram neste aspecto, enquanto Ser Educacional e, principalmente, a Ânima apresentam baixo índice, o que se explica pela entrada recente da Ânima no “mercado” de cursos EaD.

Dentre estas empresas, a Kroton é a que detém a maior quantidade de matrículas geral e EaD. Mediante movimentações de aquisições e fusões, a empresa, hoje controlado pela *holding* Cogna, adquiriu, por meio de ações agressivas, mantenedoras em operação no mercado para aumentar seu lucro, transformando-se no maior conglomerado educacional e a empresa com mais matrículas. Movimentações como essas são comuns no mercado de ações. Para o Cade (2016), o setor tem se *centralizado*.

A centralização, de acordo com Marx ([1890] 2013), seria o processo de acumulação de capital que contribui para “absorção” de capitalistas menores por capitalistas maiores. Para Marx (2013), a centralização pode ocorrer pelo caminho violento da anexação, quando certos capitais se tornam centros de gravitação tão superiores a outros que lhes rompem a coesão individual e, então, atraem para si os fragmentos isolados. Por isto, se nesses casos de centralização o capital “cresce nas mãos de um homem até atingir grandes massas, é porque acolá ele se perde nas mãos de muitos outros” (MARX, 2013, p. 853).

Marx (2013) salienta que a energia do movimento centralizador é determinada até certo ponto pelo volume já alcançado de riqueza, mas o progresso da centralização não depende do crescimento do volume de capital social, uma vez que a centralização pode ocorrer por meio de uma “mera alteração na distribuição de capitais já existentes, da simples modificação do agrupamento quantitativo dos componentes do capital social” (MARX, 2013, p. 853).

Essa centralização ocorre principalmente pela luta concorrencial e pelo barateamento das mercadorias, que se efetiva pela escala da produção (MARX, 2013). Desse modo, a tendência à centralização dos capitais é um fenômeno cada vez mais forte que complementa a acumulação. Por isso, quando se fala de acumulação, tacitamente a centralização e seus efeitos são relevantes para análise, sobretudo porque a centralização é um movimento inato do modelo de concorrência e expansão do capitalismo em direção à formação de oligopólios, que, no futuro, podem ser absorvidos por outros oligopólios maiores. Ou seja, a centralização não exclui a possibilidade dos oligopólios: ela é o caminho até eles.

Na educação superior esse é um movimento contínuo. Transações realizadas nos últimos anos evidenciam o interesse das empresas educacionais em continuar adquirindo fatias cada vez maiores do mercado educacional ao absorver empresas que anteriormente eram concorrentes; fazendo sua incorporação e transformando-as em marcas associadas, como ocorreu em transações que são explicitadas posteriormente, a saber: Anhanguera pela Kroton, Laureate pela Ânima e a antiga Devry pela Estácio.

Portanto, a centralização alcançaria o seu limite último quando todos os capitais fossem fundidos e estivessem reunidos com um capitalista ou com única sociedade de capitalistas (MARX, 2013). Assim, o sucesso e o insucesso levam aqui simultaneamente à centralização dos capitais e, portanto, à expropriação na escala mais alta. Conforme Marx (2013), em comparação ao processo anterior de acumulação de capital, a centralização pode

se desenvolver de maneira rápida, alterando só o agrupamento dos componentes do mercado. Tratando-se de sociedade de ações a velocidade aumenta mais ainda.

E enquanto reforça e acelera desse modo os efeitos da acumulação, a centralização amplia e acelera, ao mesmo tempo, as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam a parte constante desde último à custa de sua parte variável, reduzindo, com isso, a demanda relativa de trabalho (MARX, 2013, p. 844).

Conforme análise de Marx (2013), o capital adicional formado no decorrer da acumulação atrai menos trabalhadores, enquanto o capital já existente repele cada vez mais trabalhadores que ele anteriormente ocupava.

No caso da educação superior, a Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Estabelecimentos de Ensino (Contee) tem alertado para o crescimento dos conglomerados educacionais de capital aberto que possuem como foco a racionalização administrativa em uma busca constante pelo aumento do rendimento (CONTEE, 2016), o que tem atingindo os docentes a partir de movimentos como demissões e exploração do trabalho, discutido mais adiante.

Segundo Maués (2015), as aquisições e fusões de empresas no mundo todo criaram os oligopólios e uma conseqüente concentração de serviços nas mãos de poucos “vendedores”, como uma das estratégias para potencializar empresas, já que, quando as maiores empresas se juntam, possivelmente eles se tornem líderes no setor ou caminham para isso. Na educação superior, este cenário obteve aval dos governos que criaram uma estrutura jurídica e política que atraiu o interesse de investidores, o que colaborou para o avanço do comércio de ações e a inserção dos fundos de investimento estrangeiros no país (MAUÉS, 2015).

Com efeito, os quatro conglomerados de capital aberto lograram condições para acumular capital e a partir das suas movimentações no mercado concentram 20% das matrículas na educação superior; além de apresentarem interesse e expectativas de expansão e centralização do setor.

Sobre o papel dos fundos e do capital estrangeiro, Chesnais (1995), ao analisar esse movimento de maneira ampla, já observava, na década de 1980, que a maior parte dos investimentos estrangeiros era direcionada para aquisição e fusão de empresas existentes, ou seja, tratava-se de *uma mudança de propriedade do capital* e não de uma criação de novos meios de produção.

Movimento semelhante tem ocorrido na educação superior, na qual empresas compram outras empresas existentes, incorporando e associando a elas sua própria marca. Por

isso, associadas às empresas de capital aberto investigados nesta tese - Ânima, Estácio, Kroton e Ser Educacional - existem as demais organizações educacionais:

Figura 1 – Marcas associadas às empresas brasileiras de capital aberto, educação superior, Brasil, 2020



Elaboração própria.

Fonte: Ânima (2020b), Estácio (2020a), Kroton (2020a) e Ser educacional (2020b).

Para Chesnais (1995), estamos vivendo um novo regime mundial de acumulação mais intenso, a que o autor chama de *mundialização do capital*, pautado pelo capital privado concentrado, aplicado na produção de bens e serviços, mas também, de forma crescente, do capital financeiro centralizado, mantendo-se sob a forma de dinheiro e obtendo rendimento como tal.

Chesnais (1995) aponta que a economia mundial efetivamente carrega expressão cada vez mais nítida de um capitalismo predominantemente rentista e parasitário, cujo funcionamento parece estar subordinado às necessidades próprias das novas formas de centralização do capital-dinheiro.

Nessa lógica, o movimento de centralização se desenvolveu nos últimos anos de um modo sem precedentes, impulsionado pelas exigências da concorrência de empresas mais

fortes no sentido de arrebatar das firmas absorvidas suas fatias de mercado; reestruturando e “racionalizando” suas capacidades produtivas (CHESNAIS, 1995).

Nesse processo, aquilo que chamamos de “novas formas do investimento”, assim como a maioria dos acordos entre empresas de poder econômico desigual se pauta em uma apropriação de valores existentes, buscando um engajamento nas operações realizadas na busca do lucro, sendo seu objetivo “frutificar” o capital (CHESNAIS, 1995).

E em cadeia, a mobilidade internacional do capital, a partir da sua mundialização, permite que as empresas obriguem os países a padronizar leis trabalhistas e de proteção social de acordo com aquelas dos Estados que lhes são mais favoráveis, ou seja, onde a proteção social é mais fraca (CHESNAIS, 1995). Desse modo, de acordo com o autor, os investimentos não são sinônimos de criação de novas capacidades, já que é por meio das fusões/aquisições que as grandes empresas procuram conquistar fatias do mercado já existentes.

Ademais, trata-se, cada vez mais, da predominância de empresas com diversificações para os serviços financeiros, como as *holdings*²⁵, fortalecendo o capital rentista (CHESNAIS, 1995). A economia, explicitamente, tem sido orientada para os objetivos da rentabilidade e da competitividade, ganhando um grande destaque as demandas monetárias; e, atrelado a esse contexto, as fusões-aquisições dos últimos anos empurraram o processo de concentração a níveis que pareciam impossíveis até vinte anos atrás (CHESNAIS, 2001).

Sobre o impacto disso no trabalho, os investidores institucionais tornam-se, mediante mercado financeiro, os proprietários das empresas, atuando de um modo particular com estratégias de exigências de produção muito agressivas no plano do emprego e dos salários, sendo eles próprios, os proprietários-acionários, os beneficiários dessa configuração do capitalismo (CHESNAIS, 2001). Pois, “em um mundo dominado pelas finanças, a vida social em quase todas as suas determinações tende a sofrer as influências daquilo que Marx designa como a forma mais impetuosa de fetichismo” (CHESNAIS, 2001, p. 9).

Por isso que, para esta pesquisa, tão importante quanto a análise do trabalho docente nesses ambientes listados é a própria compreensão do contexto que o cerca e o funcionamento dessas empresas mediante a presença ativa do capital. Harvey (2011), pensando o enigma do capital, já destacava a importância de compreender o seu fluxo, uma vez que a leitura dos

²⁵ Uma *holding* corresponde a uma forma de sociedade criada com o objetivo de administrar um conglomerado de empresas (ROMANO, 2019). Ela administra e possui a maioria das ações ou cotas das empresas componentes de um determinado grupo, visando poder de controle ou participação relevante, ao invés de exercer uma atividade produtiva ou comercial (ROMANO, 2019).

caminhos sinuosos e sua estranha lógica de comportamento são questões fundamentais para entendermos as condições em que vivemos.

Desse modo, esses e os demais elementos apresentados, circundam os novos caminhos da educação superior, que, mergulhada na mercantilização, mantém a busca frenética de lucro, gerando consequências para a educação superior e para os docentes que nela atuam.

2.1 Os fundos de investimento

Segundo Sguissardi (2014, p.112), em tempos de mundialização financeirizada do capital “não é por acaso que por detrás da aparência ou da ‘marca’ das empresas desse mercado estejam Bancos e Fundos de Investimento nacionais e, principalmente, transnacionais”.

Como apresentado na parte introdutória desta tese, os fundos de investimento são importantes agentes no setor privado-mercantil. Parte do desempenho das empresas de capital aberto se deve à gestão desses fundos. Na busca do lucro, eles implementam reestruturações nas empresas com o intuito de elevar a rentabilidade do negócio para em seguida vender sua participação, depois de valorizá-la, através do desinvestimento, sendo seu ganho principal proveniente da operação de negócio.

No caso da Ânima, Estácio, Kroton e Ser, a partir de sua composição acionária foram identificados que todos possuem fundos de investimento. Em breve pesquisa, constatou-se que a Cogna possui 10% das suas ações geridas pelos fundos da gestora brasileira de investimento Alaska, que possui US\$ 2 bilhões de dólares em patrimônio líquido e é administrada pelo banco BTG Pactual (BTG PACTUAL, 2021). Além da Alaska, a BlackRock também possui títulos da companhia (3,21%). A BlackRock, com sede em Nova York, é a maior gestora de recursos do mundo e administra US\$ 7,2 trilhões de dólares, quantia quase seis vezes maior do que todos os fundos brasileiros (FONTENELE, 2020).

A Estácio tem o Rose Fundo de Investimento com parcela de 10,7% da companhia. O fundo existe desde 2017, é gerido por Trust Investimentos e seu patrimônio líquido é de cerca de R\$ 1,5 bilhão de reais (CVM, 2020). Na Ser Educacional, o fundo de investimento envolvido é o Cape Ann Asset Management Limited com 5,10% dos seus títulos. A Cape Ann administra mais de US\$ 260 milhões dólares e possui sede em Londres (WALLMINE, 2021).

E a Ânima possui os fundos da gestora Atmos Capital (4,82%) e Dynamo (9,5%). Ambas possuem sede no Rio de Janeiro com a Atmos com patrimônio líquido de R\$ 1 bilhão de reais (MONETUS, 2021); e a Dynamo patrimônio de mais de R\$ 7 bilhões de reais (SUNO FUNDOS, 2021).

Vale lembrar que essa composição é volátil pela própria dinâmica dos fundos e da configuração de capital aberto, e que outros fundos já passaram pelas empresas. Como a Estácio que foi administrada pelo Fundo GP Investments, que possuía na época US\$ 5 bilhões captados de investidores pelo mundo, e que em 2013 vendeu sua participação na empresa (7,5%) por US\$ 179,1 milhões de dólares (SGUISSARDI, 2014). E o fundo Advent International que investia em mais de 280 companhias em 36 países e em 2009 comprou 50% da *holding* controladora da Kroton no valor de R\$ 280 milhões de reais (SGUISSARDI, 2014). Em 2013, o fundo Advent vendeu sua participação por R\$ 436,5 milhões de reais (GASPARINI, 2013).

2.2 As empresas listadas na B3 que atuam na educação superior

Neste tópico serão descritas as empresas aqui estudadas, expondo elementos públicos disponibilizados em seus portais eletrônicos (quadro 1), somando com as informações fornecidas também pelo canal da B3 e notícias que estão em circulação nos jornais do país, com ênfase em informações sobre sua trajetória, quantidade de estudantes e movimentações no mercado. Vale alertar o leitor que são numerosas as aquisições realizadas, que se mesclam com as histórias das empresas.

De acordo com Barbosa (2014), a possibilidade de investir em universidades e cursos privados tornou o mercado educacional um meio atraente e lucrativo, que, desde então, segue constantemente envolvido em milionárias negociações. Isso ocorre, sobretudo, porque o capital não pode estagnar e a concorrência necessita ser alimentada.

Acerca disso, Harvey (2011, p.42) aponta que a continuidade do fluxo do capital é muito importante, existindo incentivos para acelerar sua velocidade de circulação, pois “aqueles que podem se mover mais rapidamente [...] acumulam lucros superiores aos de seus concorrentes”. Harvey (2011) avalia que a aceleração quase sempre leva a maiores lucros, sendo grande a busca por inovações que ajudam nessa aceleração.

A continuidade do fluxo na circulação do capital é muito importante. O processo não pode ser interrompido sem incorrer em perdas. Há também fortes incentivos para

acelerar a velocidade da circulação. Aqueles que podem se mover mais rapidamente pelas diversas fases da circulação do capital acumulam lucros superiores aos de seus concorrentes (HARVEY, 2011, p. 42).

Na sociedade atual, de acordo com as análises de Harvey (2011), existe uma tendência para redução do tempo e das barreiras espaciais, na busca por movimentos mais rápidos e uma relação com o espaço mais estreito. Harvey (2011) refletindo sobre, exemplifica:

Se eu, como capitalista, não reinvestir em expansão e um rival o fizer, então depois de um tempo eu provavelmente estarei fechando as portas. Preciso proteger e expandir minha participação no mercado. Tenho de reinvestir para permanecer um capitalista. Isso pressupõe, no entanto, a existência de um ambiente competitivo, que exige que também expliquemos como a concorrência é perpetuada em face das tendências para a monopolização ou outras barreiras sociais ou tradicionais ao comportamento competitivo (HARVEY, 2011, p. 43).

Como resultado da procura por expansão cria-se uma necessidade permanente de encontrar novos campos de atividades, não havendo limite inerente à capacidade monetária de estimular o crescimento, ao mesmo tempo que o sistema de crédito permite que grandes quantidades de dinheiro possam ser reunidas rapidamente por meios diferentes. Fusões e compra de ações com capital emprestado também têm sido um negócio lucrativo, podendo acarretar novas rodadas de acumulação (HARVEY, 2011).

Introduzido o porquê de tantas movimentações no setor financeiro, apresentam-se as quatro empresas de capital aberto da educação superior, detalhando sua trajetória e configuração no tempo presente.

2.2.1 Ânima Educação

Fundada em 2003, a Ânima Educação possui cursos presenciais em campi localizados nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Bahia e Sergipe (ÂNIMA EDUCAÇÃO, 2020d). Em 2020, a Ânima conta com aproximadamente 100,5 mil estudantes matriculados, distribuídos:

[...] uma Universidade (Universidade São Judas Tadeu) no Estado de São Paulo; uma rede de sete Centros Universitários (Una, Una Bom Despacho, UniBH, Centro Universitário São Judas Tadeu, UniSociesc, UniSociesc Curitiba, Centro Universitário UniAGES), nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Sergipe e Bahia; além de Faculdades e unidades acadêmicas nas cidades de Betim, Contagem, Divinópolis, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Itabira, Uberlândia, Nova Serrana, Conselheiro Lafaiete (Una – Minas Gerais), Jataí, Catalão e Itumbiara (Una - Goiás), Florianópolis, Blumenau, Balneário Camboriú, São Bento do Sul, Jaraguá do Sul, Itajaí (UniSociesc - Santa Catarina), além de Jacobina, Jeremoabo, Senhor do Bonfim, Tucano, Irecê (AGES – Bahia) e Lagarto (AGES – Sergipe) [...] (ÂNIMA EDUCAÇÃO, s/p, 2020d).

Além dessas organizações direcionadas para a educação superior, a Ânima também inclui: i) HSM: plataforma de soluções educacionais integradas para executivos e gestores; ii) Ebradi (Escola Brasileira de Direito): oferece ensino e capacitação jurídica *online*, pós-graduação *lato sensu* em direito e cursos preparatório para o exame da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; e a iii) *Le Cordon Bleu* (unidade São Paulo): a escola francesa de culinária (ÂNIMA EDUCAÇÃO, 2020d).

Sua trajetória se inicia em Belo Horizonte (MG) com a aquisição da Minas Gerais Educação Ltda., mantenedora do Centro Universitário Una em maio de 2003, tendo os empresários Daniel Faccini Castanho, Maurício Nogueira Escobar e Marcelo Battistella Bueno como fundadores, que durante os anos seguintes se concentraram na reestruturação administrativa, acadêmica e financeira daquele centro universitário (ÂNIMA EDUCAÇÃO, 2020d).

Três anos após, em 2006 a Ânima adquiriu a Associação Educacional do Litoral Santista – Aelis, mantenedora do Centro Universitário Monte Serrat, conhecido como Unimonte; existente desde 1971, a instituição do litoral de São Paulo (Santos), também foi intensamente reestruturada com ajustes administrativos, acadêmicos, financeiros, de imagem e de funcionários (ÂNIMA EDUCAÇÃO, 2020d).

Segundo Barbosa (2014), a partir dessa reestruturação intensa que a compra da Unimonte provocou, a empresa começou a direcionar seus esforços para uma gestão mais integrada com foco em ganhos e qualidade de ensino.

Já em 2009, Ânima Educação intensifica sua presença em terras mineiras e adquiri o Centro Universitário de Belo Horizonte, o UniBH, que na época passava por delicada situação financeira. E posteriormente, em 2013, a empresa ingressou na bolsa de valores, adquirindo nesse mesmo ano 100% de participação da HSM, efetivando a associação com a educação executiva (ÂNIMA EDUCAÇÃO, 2020d).

Quando a Ânima abriu seu capital, seu primeiro balanço financeiro como empresa aberta indicava um lucro líquido de R\$ 77,2 milhões, valor 166% maior na comparação com o ano anterior (BARBOSA, 2014). Após isso, no mesmo ano, sua receita cresceu 43%, alcançando R\$ 461,3 milhões, já a base de alunos chegou a quase 50.000, com crescimento de 19% em relação a 2012 (BARBOSA, 2014).

Seguindo em 2014, a Ânima realizou a aquisição da Universidade São Judas Tadeu (USJT), em São Paulo, por R\$ 320 milhões, dobrando seu número de estudantes, que, à época, chegou a 81.200 (BARBOSA, 2014). De acordo com Barbosa (2014), a aquisição da

USJT representou um importante passo na estratégia de expansão nacional da companhia, cujo faturamento líquido, com sua integração, somou R\$ 644,1 milhões.

Dando continuidade ao crescimento da empresa, em 2016 ocorreu a aquisição da Sociedade Educacional de Santa Catarina, a Sociesc, de Joinville (SC), que marcou o início das operações no eixo Sul do País (ÂNIMA EDUCAÇÃO, 2020d). Diante dessas várias movimentações, a Ânima ainda comprou em 2016 a Alis Educacional e a Faculdade Politécnica de Uberlândia, instituições que foram vinculadas à marca Una, e firmou parceria com a rede internacional de culinária francesa *Le Cordon Bleu*, inaugurada em 2018 em São Paulo.

Nesse mesmo ano ocorreu a expansão por meio da marca São Judas em três unidades em São Paulo: Paulista, Santo Amaro e Jabaquara, fincando sua marca na região da Baixada Santista, e transformando a Unimonte, que foi adquirida em 2006, em Centro Universitário São Judas Tadeu - Campus Unimonte (ÂNIMA EDUCAÇÃO, 2020d). Também nesse momento ocorreu a compra da Faculdade Divinópolis (MG) e do Cesuc (GO), ambas ligadas à Una, além da aquisição da Faculdade Jangada (SC) que foi vinculada na sequência à marca UniSociesc.

Com a expansão da marca São Judas, em 2019 deu início às operações em mais cinco pontos do estado de São Paulo: Vila Leopoldina e Santana na capital, Guarulhos e São Bernardo do Campo na grande São Paulo, e Cubatão no litoral paulista. Já no nordeste, sua inserção ocorreu a partir de agosto desse ano por meio da integração da Ages, organização presente em sete cidades nos estados da Bahia e Sergipe, com 26 cursos de graduação.

Fora do país, a Ânima em 2019 se inseriu no mercado internacional a partir da parceria estabelecida com a Singularity University, corporação do Vale do Silício, referência em programas educacionais voltados para executivos. E, no Brasil, as ocorrências que marcaram as movimentações em 2019 foram as negociações com as organizações Unisul e Unicuritiba.

De acordo com Samor (2019), a Ânima investiu R\$ 300 milhões para comprar a Unisul, numa transação que deve torná-la líder de mercado no estado, com os 18.700 estudantes da Unisul e cerca de 6.800 da Unisociesc. A Unisul, em 2019, teve receita líquida de R\$ 220 milhões e oferece ensino presencial na cidade de Tubarão (onde fica sua sede) e na Grande Florianópolis (SAMOR, 2019).

Já em relação à Unicuritiba – Centro Universitário Curitiba, a aquisição 100% da sua mantenedora Aena custou R\$ 130 milhões e foi coordenada pela VC Network, sua controladora integral (PALMA, 2020). Localizada no Paraná, na cidade de Curitiba, a

Unicuritiba oferece 13 cursos de graduação e 20 opções de especialização, contando com 5.200 alunos, receita líquida de cerca de 79 milhões e lucro estimado de R\$9,3 milhões em 2020 (PALMA, 2020). Conforme Palma (2020) relata, após anúncio de compra da Unicuritiba, as ações da Ânima na bolsa de valores foram valorizadas, o que indicou boa aceitação da estratégia no mercado.

O acordo dessa compra envolveu duas etapas, que, segundo Juliboni (2020), a primeira foi a aquisição de 84,6% da participação da Unicuritiba por R\$110 milhões, dos quais R\$ 104,5 milhões foram pagos no fechamento da transação, e o restante, depois de 30 dias. Desse modo, os outros 20 milhões foram representados pela entrada dos proprietários da Unicuritiba no capital da VC Network por meio do aporte de 15,4% das cotas; mais cerca de 1% do capital da Ânima. Essa e as demais operações recentes no sul do país intensificaram os negócios na região (JULIBONI, 2020).

No Sudeste, em Belo Horizonte (MG), em maio de 2020 a Ânima realizou a aquisição da Faculdade da Saúde e Ecologia Humana (Faseh), organização de educação focada em medicina, no valor de R\$ 110 milhões (KOIKE, 2020a). E no Nordeste, em Guanambi (BA), em julho do mesmo ano, Ânima adquiriu 50% do Centro Universitário FG (UniFG) por R\$ 57,5 milhões (PUJOL, 2020). A UniFG possui cursos de graduação em áreas como Saúde, Direito e Engenharia (PUJOL, 2020).

Segundo Sutto (2019), nos últimos anos a empresa passou por momentos turbulentos, considerando que este é um setor bastante competitivo, o que fez a Ânima concorrer com outras empresas mais antigas e estruturadas, como Kroton e a Estácio, sobretudo na parte tecnológica. Para o autor (SUTTO, 2019), a Ânima tem apostado mais enfaticamente em soluções digitais e nos processos de governança trazendo mais agilidade e planejamento para as ações comerciais, considerando que apenas nos últimos 12 meses suas ações apresentaram valorização de cerca de 40%.

A companhia possui o paulista Marcelo Bueno como CEO (do inglês *chief executive officer*; corresponde ao diretor executivo/diretor geral) da Ânima Educação. Para Bueno (apud BOMFIM, 2020) o Brasil precisa discutir seriamente o financiamento da educação superior, ou não vai atingir a meta de colocar mais jovens nas universidades. De acordo com o CEO da Ânima, não existe uma solução única, mas sim uma série de políticas públicas, na qual para conseguir chegar a 33%, que era a meta dos governos anteriores, ou ao nível dos países desenvolvidos, é necessário encarar o problema do financiamento estudantil (apud BOMFIM, 2020).

Além de ser CEO da Ânima, Bueno é o segundo maior acionista da empresa. Anteriormente à composição atual, outros investidores possuíram ações na companhia. No mercado de negociações as mudanças ocorrem constantemente. Um exemplo disso foi a participação do Fundo Península entre os acionistas, que atualmente não se encontra mais na listagem de investidores. O Fundo Península é uma empresa de investimento privada, fundada em 2006 pelo empresário Abílio Diniz.

Em 2014 o Fundo comprou 6,03% da Ânima, assumindo 5 milhões de ações que antes pertenciam ao fundo BR Educacional, um fundo gerido por Paulo Guedes (SAMOR, 2014). Como na época cada ação estava custando R\$ 27,60, o investimento foi de cerca de R\$ 140 milhões.

Paulo Guedes, além de ser Ministro da Economia do governo Bolsonaro, é cofundador do banco de investimentos BTG Pactual e do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC (CONTEE, 2019). De acordo com a Contee (2019), Guedes também atuou no mercado de ações através do Fundo BR Educacional e foi do Conselho Administrativo das empresas educacionais HSM e Ânima até outubro de 2014. Guedes também é irmão de Elizabeth Guedes, atual Presidente da Associação Nacional de Universidades Particulares (ANUP).

Com a maior parcela de ações atualmente, Daniel Faccini Castanho é um dos fundadores da Ânima. Graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, atualmente é o Presidente do Conselho de Administração da companhia e ocupou a presidência da Ânima até agosto de 2018 (ÂNIMA EDUCAÇÃO, 2020d).

2.2.1.1 Laureate

Acerca da trajetória da Ânima mais atual, um ponto relevante foi a aquisição da parcela brasileira da rede Laureate cuja venda estava sendo negociada com a Ser Educacional. A rede integrava uma empresa de capital aberto internacional que atua na educação superior em diferentes países, sobretudo na América Latina.

A negociação com a Ser Educacional ocorreu em setembro de 2020 com proposta de aquisição no valor de R\$ 4 bilhões (CAMARGO, 2020). Com essa transação, a Laureate passaria a ser uma das subsidiárias da Ser Educacional, concretizando uma forte estratégia que consolida a posição da Ser entre as maiores empresas de educação superior privado do

país. Contudo, a Ânima fez uma proposta superior no valor aproximado de R\$ 4,5 bilhões, R\$ 500 milhões acima da Ser, sendo a Ânima a compradora final, incorporando a Laureate ao seu conjunto de marcas.

A Laureate iniciou suas atividades no país em 2005 e atualmente possui mais de 270 mil estudantes, distribuídos em 11 instituições de ensino superior (ÂNIMA EDUCAÇÃO, 2020e). A partir dessa compra a Ânima passa a ter o controle da Anhembí Morumbi (São Paulo), Universidade Potiguar (Natal), Unifacs (Salvador) e Uniritter (Porto Alegre); com exceção da FMU (São Paulo) que foi vendida para o fundo de investimento Farallon (DOMENICI, 2020a).

Anteriormente à venda, Laureate estava envolvida em uma série de denúncias referentes à falsificação de documentos, irregularidades no reconhecimento de cursos no MEC, atuação de docentes fora de sua área de formação e uso de robôs para correção de provas (DOMENICI, 2020a), assunto abordado com mais precisão no tópico 3.3.1.

2.2.2 Estácio

Com quase cinco décadas de existência, a Estácio possui aproximadamente 650 mil estudantes (YDUQS, 2020a). No ensino presencial atua em 23 estados e no Distrito Federal, com cursos de graduação e pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), além de soluções corporativas e cursos de extensão. Recentemente a Estácio ingressou na educação básica a partir do ensino médio, atuando também na preparação para o vestibular, formação técnica e desenvolvimento profissional (ESTÁCIO, 2020b).

A Estácio foi fundada em 1970 por João Uchôa Cavalcanti Netto, no Rio de Janeiro, a partir da criação da Faculdade de Direito Estácio de Sá, que posteriormente se transformou em Faculdades Integradas Estácio de Sá, incorporando outros cursos (ESTÁCIO, 2020b).

Em 1996 começou a expansão para outras regiões do estado do Rio de Janeiro, inserindo-se em Resende, Niterói e Nova Friburgo; e em 1998: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco, Pará e Ceará (YDUQS, 2020c).

Anteriormente, a Estácio era uma Sociedade Civil Filantrópica que em 2005 passou a ser uma sociedade civil *com fins lucrativos*, abrindo seu capital na bolsa de valores em 2007 (ESTÁCIO, 2020a). No ano seguinte, em 2008, o fundo GP Investments ingressou na empresa educacional passando a deter 20% do controle da companhia (YDUQS, 2020c). E em

2011 a Estácio entrou no ramo de preparação para concursos públicos a partir da aquisição da Academia do Concurso (YDUQS, 2020c).

Em 2012 a Estácio foi intensamente às compras, realizando uma série de aquisições, sendo elas: Seame, no Amapá, com 2,8 mil estudantes; Faculdade São Luís, no Maranhão, com 4 mil estudantes; Faculdade iDez, na Paraíba, com 500 estudantes; Fargs, no Rio Grande do Sul, com 1,1 mil estudantes; e Uniuiol, na Paraíba, com 300 estudantes (YDUQS, 2020c).

Já em 2013, 3.614.913 ações foram vendidas pelas *private equity* Partners C, LLC e GPCP4, e 14.687.100 ações foram emitidas pela companhia ao preço de R\$ 42 por ação, o que somou o total de R\$768,7 milhões (ESTÁCIO, 2020b). Nesse ano também ocorreu a aquisição em Minas Gerais da Faculdade de Ciências e Tecnológicas de Janaúba (Facitec), da Associação de Ensino de Santa Catarina (Assesc) e do Centro Universitário UniSEB em São Paulo (YDUQS, 2020c).

Mesmo a aquisição da UniSEB ocorrendo em 2013, apenas em 2014 ela foi aprovada pelo Cade, ano em que foi realizada outras aquisições: Faculdade Literatus, em Manaus, com 4.800 estudantes; Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (Iesam), no Pará, com 4.500 estudantes; e Centro de Ensino Unificado de Teresina (Ceut), no Piauí, com 3.700 estudantes (YDUQS, 2020c).

Posteriormente, em 2015, ocorreu a aquisição da Faculdade Nossa Cidade, em São Paulo, que possuía 8.700 estudantes, e a aquisição da Faculdade de Castanhal no Pará com 2.700 estudantes (YDUQS, 2020c). Em 2016, seguindo a lista extensa de aquisições, a companhia comprou na Bahia a Faculdade Unidas Feira de Santana (Fufs), com 1.500 estudantes (YDUQS, 2020c).

E, em 2019, ocorreu uma mudança na organização da empresa. Após uma reunião do Conselho de Administração, foi anunciada ao mercado (YDUQS, 2019c) a criação da *holding* Yduqs e sob seu guarda-chuva ficarão as marcas operacionais, entre elas a Estácio.

De acordo com comunicado da companhia (YDUQS, 2020c), a criação da Yduqs abre uma nova fase de crescimento mais flexível em que o grupo pretende adquirir empresas com diferentes posicionamentos, mantendo as marcas dessas organizações, comportamento até então inédito na companhia, já que geralmente ocorria uma incorporação de unidades de ensino para a marca Estácio, reproduzindo seu nome e apagando o anterior existente.

No seu início, a Estácio optou ao longo dos anos por uma estratégia de aquisições baseada na criação de uma marca nacional, e agora essa mudança para Yduqs (2020c) indica

que será possível a criação de um portfólio mais diversificado, aumentando seu mercado potencial.

Depois dessa alteração a Estácio tem atuado no mercado adquirindo novas organizações de educação. Recentemente, em 2019, ocorreu a aquisição da Sociedade de Ensino Superior Toledo LTDA (UniToledo), organização localizada em São Paulo com 5.300 estudantes (ESTÁCIO, 2020b).

A aquisição da UniToledo foi fechada por R\$102,5 milhões, sendo que, desse total, R\$55 milhões foram pagos à vista e, o restante, de R\$47,5 milhões, dividido em três parcelas anuais. Como adicional, ainda foi incluso o pagamento de R\$15 milhões à UniToledo caso a organização apresente bons resultados no credenciamento da operação de ensino a distância (LAZARINI, 2019).

A Estácio considera essa aquisição um marco histórico, pois é a primeira ocasião em que a companhia manterá a marca de uma organização de educação adquirida, já que a estratégia adotada anteriormente era apagar o nome da marca, o substituindo pelo nome Estácio (LAZARINI, 2019). Criada em 1966, a UniToledo é uma organização de educação superior tradicional que oferta 25 cursos de graduação e 18 de pós-graduação (*lato sensu*), além de cursos técnicos (LAZARINI, 2019). De acordo com Lazarini (2019), no último ano antes da aquisição, a UniToledo obteve uma receita líquida de R\$42,7 milhões.

Após essa operação, Yduqs realizou a aquisição do grupo americano Adtalem por R\$1,92 bilhões (SODRÉ, 2019). Segundo o presidente da empresa, Eduardo Parente, a compra foi a maior realizada pela companhia (GUIMARÃES, 2019). No total, de acordo com Sodré (2019), a Adtalem administra 20 organizações de educação superior no Brasil, com quase 102 mil alunos e 180 polos de ensino a distância. A Adtalem é dividida em Wyden (antiga Devry Brasil), Damásio Educacional e IBMEC (SODRÉ, 2019).

Damásio é uma rede tradicional na área do Direito que possui unidades em todo o país e sede em São Paulo com cursos de graduação, pós-graduação (*lato sensu*), preparatório para o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e para as carreiras públicas (DAMÁSIO EDUCACIONAL, 2021). E o IBMEC é um grupo de ensino conceituado que oferece no seu portfólio cursos de graduação e pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) com sede no Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (IBMEC, 2021). O IBMEC já possuiu como investidor o Fundo de Investimento Capital Group que na época administrava ao redor do mundo patrimônio que ultrapassava a soma de US\$ 1,2 trilhão (SGUISSARDI, 2014).

E em 2020, a Yduqs comprou por R\$ 120 milhões a Athenas Grupo Educacional. O grupo é formado por 5 organizações de educação localizadas em Rondônia e Mato Grosso, possui 9 mil estudantes e 67 cursos de graduação, cursos técnicos superiores (CST) e programas de pós-graduação (*lato sensu*) na modalidade ensino a distância (RYNGELBLUM, 2020).

2.2.3 Kroton

Com trajetória de mais de 50 anos, a Kroton possui em torno de 817,5 mil estudantes (COGNA, 2020a). O grupo apenas surge como Kroton em 2007. Anteriormente a isso, ele se inicia com a marca Pitágoras, em 1966, com um curso pré-vestibular em Belo Horizonte (MG); expandindo-se em 1972 com a inauguração do primeiro Colégio Pitágoras voltado para educação básica (KROTON, 2020b).

Nos anos seguintes, o grupo avançou na expansão do ensino básico e no início da década de 1990 criou a Rede Pitágoras que contava com 106 escolas associadas; e no final dessa década, em 1999, foi criada a Fundação Pitágoras²⁶ para viabilizar projetos educacionais tanto no segmento privado, quanto no público (KROTON, 2020b).

Apenas no início dos anos 2000 é que o grupo começou a sua inserção na educação superior a partir da primeira Faculdade Pitágoras mediante parceria com a *Apollo International*, companhia internacional que a auxiliou na construção da sua metodologia. A parceria durou até 2005 quando a *Apollo* vendeu sua participação. Em 2007 entrou no mercado de ações com o nome Kroton Educacional. Já em 2009, a Kroton recebeu o aporte financeiro do fundo de investimento *Advent International*, compartilhando com este o controle da companhia (KROTON, 2020b).

Na busca por uma expansão na educação superior, em 2010 a Kroton começou um processo de aquisições, efetuando a compra da Iuni Educacional, grupo que oferece programas de graduação e pós-graduação sob as marcas Unic (*stricto sensu* e *lato sensu*), Unime (*lato sensu*) e Fama (*lato sensu*). E, em 2011, comprou: em julho, a Faculdade Atenas Maranhense (São Luís e Imperatriz – MA) e Faculdade União (Ponta Grossa – PR); em

²⁶ A Fundação Pitágoras possui como missão melhorar os níveis de aprendizagem na educação básica mediante o fortalecimento de sua gestão e apoio técnico (PITAGORAS, 2021). Atende 85 municípios, aproximadamente 500 mil alunos e possui 16 parceiros empresariais (FUNDAÇÃO PITÁGORAS, 2021a), além de parcerias com o poder público (FUNDAÇÃO PITÁGORAS, 2021b). A Fundação possui um modelo de gestão próprio, o Sistema de Gestão Integrado – SGI, que é aplicado nos locais que atua, como em redes públicas de ensino (FUNDAÇÃO PITÁGORAS, 2021b).

novembro, a Fais – Faculdade de Sorriso (Sorriso – MT); e em dezembro, a Universidade Norte do Paraná – Unopar (sede em Londrina – PR), tornando-se a partir dessa compra a líder no setor de educação a distância do país (KROTON, 2020b).

O ano de 2012 também foi um ano marcado com novas aquisições realizadas pela companhia: em abril, a Kroton adquiriu, em Cuiabá (MT), o Centro Universitário Cândido Rondon (Unirondon), e, em maio, realizou a aquisição da Uniasselvi (sede em Indaial – SC), fortalecendo sua liderança na educação a distância (KROTON, 2020b). Em 2013, com o foco nessa modalidade de ensino, a Kroton expandiu com 40 novos polos de graduação a distância da Unopar (KROTON, 2020b).

No mesmo ano de 2013 ocorreu um grande marco para a companhia, que foi o anúncio do acordo de fusão entre a Kroton e a Anhanguera, o que, em 2014, resultou na incorporação das ações da Anhanguera pela Kroton. Em 2014 também foi desenvolvido um novo modelo acadêmico chamado *Kroton Learning System 2.0.*, trazendo mais tecnologia para os cursos de graduação (KROTON, 2020b).

Para realização da fusão, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica definiu como condição a venda da Uniasselvi para evitar o monopólio no setor; a Kroton acatou a condição e vendeu em 2015 a Uniasselvi no valor de cerca de R\$ 1 bilhão de reais aos fundos Carlyle²⁷ e Vinci Partners²⁸ (REUTERS, 2015).

Após o início da fusão em 2014, e a queda do Fies, em 2015 foi realizado o lançamento do programa de financiamento próprio, o PEP – Parcelamento Estudantil Privado, ocorrendo também nesse ano a aquisição da empresa tecnológica *Studiare* para somar com o sistema de ensino adaptativo da companhia (KROTON, 2020b). Já em 2018 foi criada a Saber, *holding* de educação básica, sendo anunciada posteriormente a associação entre a Kroton e Somos Educação (KROTON, 2020b). A Somos atua no mercado da educação básica

²⁷ A Carlyle foi fundada em 1987 em Washington e é uma das maiores firmas de investimento do mundo com US\$ 246 bilhões em ativos distribuídos em diferentes segmentos (CARLYLE, 2021). Desde a sua fundação o grupo possui consultores e diretores influentes na política e no mundo dos negócios, como o ex-presidente dos Estados Unidos George Bush, o ex-primeiro-ministro britânico John Major, Príncipe Saudita Al-Walid, o ex-secretário dos EUA Colin Powel, o ex-secretário de defesa dos EUA Caspar Weinberge, e membros da família Bin Laden (LE MONDE, 2004). Na diretoria, vale salientar também que Frank Carlucci foi o diretor-geral do grupo apenas seis dias depois de deixar oficialmente o Departamento de Defesa dos Estados Unidos; Carlucci também foi agente e diretor da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos – CIA (do inglês *Central Intelligence Agency*), trazendo em sua gestão tenentes da CIA e do Departamento de Estado e Defesa. A Carlyle no início dos anos 2000 era a investidora majoritária de uma das principais fornecedoras de mísseis e veículos blindados do Departamento de Defesa dos Estados Unidos; além do setor de defesa, o grupo também investia em biotecnologia, tecnologia da informação ligada à segurança, telecomunicação e tecnologia espacial (LE MONDE, 2004).

²⁸ A Vinci Partners é uma empresa brasileira de atuação global, com fundação em 2009 e que gerencia atualmente quantia de R\$ 50 bilhões de reais (VINCI PARTNERS, 2021).

com escolas próprias, cursos pré-vestibular e idiomas, além de sistemas de ensino e livros, sendo dona das editoras Ática, Scipione e Saraiva²⁹, do Anglo e a escola de inglês Red Ballon (KROTON, 2020b).

Seguindo com sua onda de inovação, surge a Cogna, empresa responsável por gerir e tomar as decisões comuns da empresa, possuindo como líder Rodrigo Galindo. O surgimento da *holding* Cogna ocorreu em 2019 e foi fruto de uma reestruturação, vislumbrando a abertura de novos mercados, que passou a abrigar quatro empresas sob seu guarda-chuva: Kroton, Platos, Saber e Somos (DRSKA, 2019a).

Sobre as empresas, a Kroton reuniu os negócios da educação superior sob o comando de Roberto Valério; e na educação básica passou a atuar com a marca Saber, com Paulo Serino como diretor (DRSKA, 2019a). Em relação à venda de produtos e serviços educacionais, outras duas empresas foram criadas: a Platos para a educação superior, e a Vasta para a educação básica, com Paulo de Tarso e Mario Ghio, respectivamente, assumindo como CEOs (DRSKA, 2019a).

Com a mudança, um dos primeiros passos foi a oferta de serviços da Platos para a própria rede de cursos de graduação e pós-graduação da Kroton como plataformas de tecnologia, ferramentas de captação de estudantes, conteúdos e serviços acadêmicos (DRSKA, 2019a). Na educação básica, o escopo de ofertas divide-se em duas frentes: recursos acadêmicos e pedagógicos; e sistemas e recursos digitais para aprimorar a gestão dos colégios (DRSKA, 2019a).

Diferente de outras movimentações apontadas neste tópico pelas demais empresas, essa não foi uma estratégia que causou impacto positivo nas ações da Cogna (DRSKA, 2019a). E como mais uma novidade, pensada para 2020, Drska (2019a) aponta que a Cogna programou a estruturação de um fundo de *venture capital*³⁰, batizado de Cogna Ventures.

²⁹ No final de 2018, a Saraiva fechou 19 lojas no país e entrou com um pedido de recuperação judicial para reorganizar suas dívidas que somavam aproximadamente R\$ 645 milhões (JORNAL NACIONAL, 2018). E, “com o deferimento do pedido de recuperação judicial a Companhia intensificou as negociações com seus principais credores tendo como objetivo estabelecer condições comerciais e modelos de pagamento que pudessem viabilizar os interesses comuns, visando, principalmente, o êxito na aprovação do plano de recuperação judicial, além de implementar diversas ações para garantir a sustentação dos negócios” (SARAIVA, 2021, p.21). No entanto, de acordo com a própria Saraiva (2021), as medidas adotadas pelo Plano de Recuperação Judicial ainda não foram suficientes para concretizar crescimento e geração de caixa, fechando o terceiro trimestre de 2020 com receita bruta de R\$ 41,8 milhões, queda de 73,8% em comparação ao terceiro trimestre de 2019.

³⁰ *Venture capital*, conhecido também como *capital de risco*, é uma modalidade de investimento com o objetivo de desenvolver uma empresa, valorizar seus títulos e vendê-la posteriormente (ONZE, 2021b).

Segundo Drska (2019b), entre os elementos dessa nova equação, a Platos enxerga no ensino a distância a fórmula ideal para alcançar um resultado bilionário. Ela é a empresa mais recente, com início da sua estruturação em 2017 (DRSKA, 2019b). Na prática, o portfólio da Platos vai envolver mais especificamente frentes como assessoria regulatória, desenvolvimento e gestão dos ambientes digitais de captação de estudantes, oferta de conteúdos e de plataformas de interação, além de sistemas de aprendizagem (DRSKA, 2019b).

A Platos também presta serviço aos concorrentes da Cogna. De acordo com Drska (2019b), uma das medidas para vencer um eventual receio dos clientes em trabalhar com um fornecedor ligado a um concorrente foi o modelo de negócios que só é remunerado mediante apresentação de resultados. Em contraponto, Platos também colocou na balança o risco dessa estratégia impactar o crescimento da Cogna.

2.2.4 Ser Educacional

Presente no norte, nordeste e sudeste do país, a Ser Educacional possui aproximadamente 170 mil estudantes (SER EDUCACIONAL, 2020a), e seu surgimento possui relação com a criação do curso preparatório para concurso público Complexo Educacional Bureau Jurídico, no ano de 1994, em Recife (SER EDUCACIONAL, 2020d). Com o avanço desse complexo, em 2003, foi criada a Faculdade Maurício de Nassau, mantida pelo ESBJ – Ensino Superior Bureau Jurídico Ltda., sucessor do Complexo Educacional Bureau Jurídico (SER EDUCACIONAL, 2020d). Apenas posteriormente a empresa mudou seu nome para Ser Educacional.

A Ser foi fundada por José Janguê Bezerra Diniz, que, além de ter estruturado a empresa, é o maior acionista dela (57%). Nascido no sertão paraibano, o empresário foi engraxate na infância, mudando-se para o Recife na adolescência. Formado em direito, no começo do Bureau Jurídico ele era o único professor, ocupava uma sala alugada e dava aula para estudantes da universidade que iriam prestar concurso para magistratura (LIMA, 2019). Na época, Janguê percebeu que só existiam quatro faculdades em Pernambuco que ofereciam o curso de direito, enquanto era enorme a demanda para essa área, o que o motivou a fundar uma organização de educação com esse curso (LIMA, 2019).

Em 2006, a empresa em processo de expansão adquiriu organizações de educação na Paraíba, nas cidades de João Pessoa e Campina Grande (SER EDUCACIONAL, 2020d).

Dando continuidade ao seu processo de expansão, a Ser buscou consolidar uma política de governança corporativa e instituiu em 2008 o Conselho de Administração composto por profissionais reconhecidos no mercado (SER EDUCACIONAL, 2020d). Nesse mesmo ano, em outubro, o Cartesian Capital Group se associou ao Grupo Universitário Maurício de Nassau, com um aporte de R\$48 milhões, passando a deter uma participação de 11,3% do total das ações da ESBJ (SER EDUCACIONAL, 2020d).

Outro marco que ocorreu nesse ano foi a inauguração de uma nova unidade da Faculdade Joaquim Nabuco, localizada no centro do Recife, ocorrendo ainda as aquisições da: Fabac (Ceteba – Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.), nas cidades de Salvador e Lauro de Freitas, no estado da Bahia; Esamc (Adea – Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.), localizada no município de Maceió, no estado de Alagoas; e a Faculdade CDF (Secargo – Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.), em Natal no estado do Rio Grande do Norte (SER EDUCACIONAL, 2020d).

No ano seguinte, em 2009, a empresa, que até então se chamava Grupo Universitário Maurício de Nassau redefiniu as suas diretrizes acadêmicas, unificando as matrizes curriculares e os planos de ensino das disciplinas. Continuando as reformulações em 2010, o grupo recebeu auditores do Banco Mundial, tendo sido aprovada uma linha de crédito no valor de R\$ 80 milhões (SER EDUCACIONAL, 2020d).

Em 2010 ainda, o grupo decidiu mudar seu nome para Ser Educacional S.A., trabalhando em 2011 para aumentar o portfólio de cursos em suas unidades de ensino, ocorrendo as incorporações das unidades de Aracaju (SE) e Belém (PA), além da inauguração da unidade das Mercês, em Salvador (BA) (SER EDUCACIONAL, 2020d).

Em 2012, o MEC conferiu à Faculdade Maurício de Nassau, no Recife, o credenciamento como centro universitário, alterando sua nomenclatura para Uninassau – Centro Universitário Maurício de Nassau. Em 2012 também foram iniciadas as atividades na unidade Caruaru em Pernambuco e ocorreu a incorporação de unidades em Manaus (AM) e São Luís (MA) (SER EDUCACIONAL, 2020d).

Com 10 anos de existência, em 2013 adquiriu três unidades no Piauí (FAP Teresina, a Faculdade Aliança e a FAP Parnaíba), uma unidade em Paulista, no Recife (Faculdade Decisão) e uma unidade em Vitória da Conquista, na Bahia (Faculdade Juvêncio Terra) (SER EDUCACIONAL, 2020d); e ingressou na bolsa de valores.

Em continuação ao movimento de aquisições, em 2014 adquiriu a Faculdade Anglo Líder – FAL, localizada no município de São Lourenço da Mata (PE); a União de Ensino

Superior do Pará – Unespa, mantenedora da Universidade da Amazônia – UNAMA, no município de Belém (PA); e o Instituto Santareno de Educação Superior – Ises, mantenedora das Faculdades Integradas Tapajós – FIT, sediado em Santarém, também no estado do Pará (SER EDUCACIONAL, 2020d).

Conhecida na região norte e nordeste, ingressou no Sudeste em 2015, adquirindo, através da sua subsidiária Cenesup – Centro Nacional de Ensino Superior Ltda., 100% do capital social da Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda., mantenedora da Universidade de Guarulhos – UNG (SER EDUCACIONAL, 2020d).

Ao longo de 2015 também realizou a aquisição por R\$ 6 milhões da Faculdade Talles de Mileto (Famil) com suas 2 unidades: uma em Fortaleza (CE) e outra em Parnamirim (Rio Grande do Norte) (SER EDUCACIONAL, 2020d). Nesse mesmo ano, a Ser Educacional contou com a aprovação de quatro novas unidades de ensino presencial, localizadas nas cidades de Petrolina (PE), Olinda (PE), Jaboatão dos Guararapes (PE) e Feira de Santana (BA), encerrando o ano com 42 unidades (SER EDUCACIONAL, 2020d).

Em relação à educação a distância, também obteve credenciamento da UNG que passou a operar com 6 polos, ocorrendo também o reconhecimento da EaD da Uninassau, o que permitiu que a abertura de mais 400 polos de ensino a distância (SER EDUCACIONAL, 2020d).

E em 2016, para as operações nas regiões Sudeste e Sul, foi criada a marca Univeritas. Complementando essa expansão, os anos de 2016 e 2018 foram marcados por novas unidades credenciadas pelo MEC: no total foram 43 espalhadas pelo país. Além disso, foram aprovados 699 novos cursos, totalizando 1.605 cursos de graduação (SER EDUCACIONAL, 2020d).

Na região norte, em 2019, por meio da subsidiária do grupo Cenesup, foi anunciada a aquisição da Uninorte de Manaus (AM) no valor de R\$194,8 milhões. No último ano antes da compra a Uninorte possuía um número total de 25.200 mil estudantes com matrícula ativa, sendo 23.200 mil estudantes de graduação e 2.000 de pós-graduação (*lato sensu*) (SER EDUCACIONAL, 2020d).

Em 2020, a Ser adquiriu a Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (Facimed) em Rondônia, com o pagamento de R\$ 100 milhões na celebração do contrato e mais quatro parcelas anuais de R\$ 12,5 milhões – que serão pagas a partir de 2022 (PUJOL, 2020).

Em setembro do mesmo ano a Ser Educacional também fechou acordo com a rede internacional Laureate para adquirir sua parcela brasileira no valor de R\$ 4 bilhões.

Entretanto, a Ânima fez proposta superior a Ser no valor de R\$4,5 bilhões, adquirindo a rede (CAMARGO, 2020).

Após perder a disputa com a Ânima pelos ativos da Laureate no Brasil, a Ser Educacional, por meio da subsidiária Cenesup, anunciou em dezembro a aquisição da Sociedade Educacional de Rondônia por R\$ 120 milhões, sendo R\$70 milhões pagos à vista (RYNGELBLUM, 2021). A Sociedade Educacional de Rondônia é mantenedora da Faculdade de Educação e Cultura de Porto Velho, Faculdade de Educação e Cultura de Vilhena, Faculdades Integradas de Cacoal e da Faculdade de Educação e Cultura de Ji-Paraná (RYNGELBLUM, 2021).

No total, a mantenedora adquirida conta com cerca de 2,9 mil estudantes de graduação e possui no seu portfólio de cursos as áreas de engenharia, direito e saúde, com 162 estudantes inscritos em Medicina, curso altamente rentável para as organizações de educação privado que conseguem faturamento promissor devido a elevada mensalidade. O interesse por essa área é tanto que, caso o MEC autorize a criação de mais 50 vagas no curso de Medicina em Vilhena (RO) até data estipulada em acordo (três anos contados da data de fechamento da operação), serão desembolsados mais R\$ 55 milhões, com previsão de mais R\$ 30 milhões caso outras 50 vagas sejam aprovadas em Ji-Paraná (RO).

E no mesmo mês, em dezembro, a Ser concluiu a última aquisição de 2020, ao comprar a faculdade baiana Centro Universitário São Francisco de Barreiras (Unifasb) por R\$ 210 milhões, R\$ 130 milhões pagos à vista (SUNO, 2021). A negociação inclui também a compra do edifício sede da Unifasb, avaliado em R\$ 34 milhões.

A aquisição compõe estratégia do grupo em investir em cursos de medicina. A Unifasb conta com 332 estudantes nesse segmento, com criação de 96 vagas anuais. Além do curso de medicina, a Unifasb possui pós-graduação (*lato sensu*) e graduação em Administração, Agronomia, Biomedicina, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Marketing e Psicologia (SUNO, 2021).

2.3 Empresas listadas em bolsas de valores estrangeiras que atuam na educação superior no Brasil

De acordo com Tricontinental (2020), além das cinco empresas que estão listados na bolsa de valores brasileira B3 (Ânima, Yduqs/Estácio, Cogna/Kroton, Ser Educacional na

educação superior, e Bahema³¹ na educação básica), existem mais três empresas de capital aberto que atuam no setor educacional no país. Essas empresas estão listados na Bolsa de Valores de Nova York – Nasdaq e correspondem às empresas: Arco Educação³², Afya Educacional e Vasta³³ (TRICONTINENTAL, 2020).

Na Nasdaq, entre as três empresas, a única que atua na educação superior é a Afya, empresa especializada na área da saúde, principalmente em Medicina, que oferece cursos de graduação e pós-graduação (*latu sensu e stricto sensu*) em oito estados brasileiros (AFYA, 2021a). A empresa educacional atende 38 mil estudantes, possui mais de R\$ 2 bilhões em patrimônio, receita líquida de R\$ 172 milhões, e cursos preparatórios para residência médica, Ensino Técnico e Superior da área de saúde (TRICONTINENTAL, 2020).

A Afya surgiu em 2019 da união do grupo NRE Educacional (MG), responsável por faculdades de Medicina pelo país, com a Medcel (SP), grupo voltado para especializações de saúde e cursos preparatórios para residência médica; atualmente é a maior empresa educacional com faculdades de Medicina do país (AFYA, 2021c).

Entre suas marcas, as que oferecem cursos de graduação são a Faculdade de Medicina de Itajubá – FMIT (MG), Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN (MG), Centro Universitário UNINOVAFAPI (PI), Centro Universitário de Pato Branco UNIDEP (PR), Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba - IESVAP (PI), Faculdade de Medicina do Vale do Aço - UNIVAÇO (MG), Faculdades Santo Agostinho (MG), Centro Universitário ITPAC (TO), Instituto de Pesquisa e Ensino Médico – IPEMED (BA), Centro Universitário Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos - UNITPAC (TO), Centro Universitário Redentor – UniREDENTOR (RJ), São Lucas Educacional (RO), Faculdade de Medicina de Marabá – Facimpa (PA), Ciências Médicas Paraíba (PB),

³¹ A Bahema possui sua origem no agronegócio, mas especificamente no comércio de tratores, máquinas e implementos agrícolas (TRICONTINENTAL, 2020). Em 2016 a Bahema migrou para os serviços educacionais e hoje possui receita líquida de R\$ 53 milhões, cerca de 6 mil estudantes, R\$ 98 milhões em patrimônio líquido e atua nos estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco (TRICONTINENTAL, 2020). Os fundos de investimento que estão nela são: Potenza Fundo de Investimento em Ações e Mint Educação Fundo de Investimento em Ações (TRICONTINENTAL, 2020).

³² Com mais de 1 milhão de alunos espalhados em escolas de todo o país, a Arco possui R\$ 1,5 bilhão em patrimônio, receita líquida de R\$ 169 milhões, e atua na educação básica, com produção de material e métodos didático, e plataformas de ensino através das marcas SAS, SAE, *International School*, Positivo e Conquista Solução Educacional (TRICONTINENTAL, 2020).

³³ A Vasta, como apresentado no tópico 2.23, referente à trajetória da Kroton, é uma empresa controlada pela Cognia. A empresa atinge cerca de 1 milhão de estudantes em todo o país, e está inserida na educação básica, cursos pré-vestibulares e preparatórios para concursos, ensino de idiomas, produção de material e métodos didáticos e plataformas de ensino; suas marcas são: Anglo Sistema de Ensino, PH Sistema de Ensino, Ético Sistema de Ensino, Maxi Sistema de Ensino, Rede de Ensino Pitágoras, Editora Atual, Editora Saraiva, Editora Scipione, Editora Ática, English Stars, Editora Livro Fácil, Lideremim, Matific, Mind Markers, Profs e Rede Cristã de Educação (TRICONTINENTAL, 2020).

Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida – Fesar (PA), e o Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos - ITPAC (AC, MA) (AFYA, 2021b).

Desse modo, para além das quatro empresas estudadas na tese, existe a empresa brasileira Afya, que atua no país, mas cujos títulos estão na Nasdaq, e não na B3. A *Laureate Education*, grupo de que a Ânima comprou parte dos ativos, também é listada nessa bolsa norte-americana (NASDAQ, 2021).

A Nasdaq é a segunda maior bolsa de valores do mundo, depois da tradicional NYSE (*New York Stock Exchange*), também em Nova York. A *Adtalem Global Education*, antiga Devry e que atualmente foi incorporada a Yduqs/Estácio possui ações na NYSE (2021).

2.4 Entidades representativas do setor privado

As empresas de capital aberto aqui estudados, assim como as demais empresas do setor privado, não atuam apenas de maneira isolada; existem espaços em que eles agem coletivamente a partir dos seus interesses defendidos por representantes. Neste tópico, uma breve descrição das principais entidades é realizada, principalmente por serem elas que por vezes estão se pronunciando pelas organizações educacionais privadas, e até mesmo se colocam em negociações com o governo para encaminhar políticas públicas direcionadas para o setor. As entidades são:

Quadro 3 – Entidades representativas do setor privado, educação superior, Brasil

Nome	Sigla	Logo	Endereço eletrônico
Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior	Abmes	 ABMES Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior	abmes.org.br
Associação Brasil para o Desenvolvimento da Educação Superior	Abraes	 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	Não localizado
Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades	Abrafi		abrafi.org.br

Associação Nacional das Universidades Particulares	Anup		anup.org.br
Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Ensino Superior	Abruc		abruc.org.br
Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino	Confenen		confenen.org
Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular	-		forumensinosuperior.org.br

Elaboração própria.

Fonte: Leher (2019a).

Como apresenta o quadro acima, um total de 7 entidades atualmente estão envolvidas com a educação superior privada. A primeira listada é Abmes, entidade que se coloca como representante das mantenedoras de educação superior particular e que atua junto ao governo e Congresso Nacional pelos interesses das organizações educacionais, informando aos seus associados sobre as principais diretrizes e conquistas do setor (ABMES, 2020a).

Fundada em 1982, a associação possui abrangência nacional, sendo a maior associação representativa da educação superior particular do país (ABMES, 2020a). A Abmes (2020a) busca se engajar nas mais diversas instâncias para consolidação efetiva do interesse de seus pares.

Com expressiva atuação, a Abmes (2020a) oferta assessoria pedagógica, administrativa, técnica e jurídica às organizações associadas, promovendo seminários, *workshops*, ações de capacitação, além da produção de materiais jornalísticos, desenvolvimento de pesquisas e elaboração de publicações. No âmbito político, a Abmes ocupa posições em frentes importantes junto aos órgãos governamentais para a formulação de políticas públicas, estando presente na construção e revisão de normas legais (ABMES, 2020a).

A história da Abmes teve início na década de 1980, quando um grupo de dirigentes decidiu criar uma associação para representar nacionalmente o setor privado nas discussões da Constituição Federal de 1988 (ABMES, 2020b). Atualmente a associação tem Celso Niskier como presidente (mandato de 2019 – 2022), e defende os direitos das mantenedoras, buscando

uma maior participação na elaboração de políticas públicas (ABMES, 2020b). Antes de Niskier, Janguê Diniz foi o presidente de 2016 a 2019 (ABMES, 2020b). Janguê, como mencionado, é o fundador da Ser Educacional.

Embora a Abmes represente os interesses do setor privado, Leher (2019a) aponta que as grandes empresas que operam na bolsa de valores possuem sua própria representação, que é a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior – Abraes, associada à Anup (Associação Nacional de Universidades Privadas).

A Anup é uma sociedade civil fundada para defender as prerrogativas das universidades, faculdades e centros universitários particulares, estabelecendo diálogo com o Poder Público e demais entidades representativas, tendo Elizabeth Guedes na presidência (ANUP, 2020). A entidade, que atua pelos interesses do setor privado, tem adotado linha de negociação direta com o governo, logrando êxito.

E representando as instituições privadas comunitárias sem fins lucrativos existe a Abruc – Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior. Fundada em 1995, atualmente a Abruc representa 68 instituições sem fins lucrativos que desenvolvem ações essencialmente educacionais, como ensino, pesquisa e extensão (ABRUC, 2020).

A associação possui como objetivo promover e defender os interesses de faculdades, centros universitários e universidades comunitárias, participando de diferentes fóruns oficiais e organizando eventos em todo o país (ABRUC, 2020).

Somando com essas entidades representativas, também existe a Abrafi – Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades, que surgiu em 2005, em Brasília, com a finalidade de postular e defender, em juízo e administrativamente, os direitos difusos, coletivos e individuais de seus associados, bem como a livre concorrência na educação superior (ABRAFI, 2020).

Em nível de confederação, existe a Confenen – Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, que foi fundada em 1944 por educadores do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, inicialmente como Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – Fenen, transformando-se em 1990 na atual Confederação, que corresponde à entidade máxima e única, em nível nacional, de representação da categoria (CONFENEN, 2020).

E aglutinando essas formas de organização, existe o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior, que tem como missão formular propostas que visem

assegurar o direito da livre iniciativa das organizações educacionais, de modo a contribuir com o desenvolvimento do setor (FÓRUM, 2020).

Por fim, o Fórum foi constituído a partir da integração de entidades voltadas para a educação superior particular, denominadas associadas fundadoras, sendo elas: Abmes, Abrafi, Anup e o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo – Semesp (FÓRUM, 2020). Posteriormente, a Confenen passou a integrar o Fórum como associada participante, juntamente com o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro – Semerj. De acordo com o próprio Fórum (2020), seu objetivo é acompanhar e apresentar propostas de inovação da legislação e de políticas públicas educacionais, promovendo também debates, por meio da realização de simpósios, seminários, congressos e outros eventos.

2.5 A intensificação dos negócios na educação básica

Analisando a movimentação das empresas de capital aberto que atuam na educação superior, é possível notar um interesse na educação básica. Segundo Cunha (2018), após dominar a educação superior, esses grandes conglomerados estão avançando na formação básica que abrange desde o ensino infantil até o ensino médio.

Para Cunha (2018), o passo mais contundente dessa transição foi a decisão da Kroton/Cogna de comprar o grupo Somos. Anteriormente a transição, a Cogna atuava na educação básica, mas a novidade agora é que a partir dessa aquisição, de acordo com Portinari (2018), a fatia da sua receita que vem da educação básica aumentou de 3% para 28%.

A rede Pitágoras, conectada à Kroton, em 2014 possuía mais de 800 escolas de educação básica (SGUISSARDI, 2014). Todavia, novos elementos foram inseridos no interesse de investir nesse segmento a partir de 2017, principalmente o avanço da financeirização da educação e o aumento de aquisições que ocorreram nos últimos anos nessa etapa de ensino.

A presença do setor privado na educação básica como proprietários de escolas particulares [...] não é um elemento novo na história da educação brasileira. Porém, esse novo tipo de empreendimento na educação, que reúne grupos empresariais e investidores nacionais e/ou estrangeiros, está inserido em novos ambientes de negócios forjados pelo processo de acumulação do capital, sob dominância financeira (COSTA, 2020, p.13).

Com a educação superior saturada, o faturamento do mercado da educação básica no Brasil também se tornou um elemento atrativo. No ano anterior à aquisição da Somos, em 2017, foram contabilizados R\$ 101 bilhões de faturamento na educação básica, 83% maior que os R\$ 55 bilhões da educação superior (PORTINARI, 2018).

Além da Kroton, outras empresas começaram a aumentar a aproximação com a educação básica, como a Estácio que desocupou espaços em alguns dos seus campi para direcionar para turmas de ensino médio; ocorrendo também esse interesse na Ânima, que fez parceria com a escola Lumiar (CUNHA, 2018).

Essa busca revela um crescimento no olhar dos conglomerados, que, para Cunha (2018), é uma consequência da observação de que esse segmento possui 40 mil escolas privadas no país, pulverizadas em pequenas organizações de educação, o que potencialmente é um terreno fértil para aquisições. Conforme Beck (2019), em sua grande maioria, as escolas privadas da educação possuem o formato de empresas familiares e sem forte concentração de capital, o que gera um mercado relativamente fácil com vantagens competitivas para as grandes empresas.

Segundo o censo da educação básica 2019 (INEP, 2020), existe uma proporção de mais de 100 mil escolas públicas (77,06% do total de escolas) que atendem 38 milhões de matrículas (80,92% do total de matrículas) *versus* aproximadamente 40 mil estabelecimentos privados (22,94%) que atendem quase 10 milhões de estudantes. Embora possa parecer uma proporção baixa, sobretudo em comparação à educação superior, é possível perceber uma tendência de declínio no setor público e de crescimento do setor privado, tanto em relação à quantidade de estabelecimentos, quanto em relação ao número de matrículas.

Tabela 3 – Escolas e matrículas, público e privado, educação básica, 2010 – 2018

Ano	Escolas (mil)				Matrículas (milhões)			
	Público		Privado		Público		Privado	
	Nº Total	%	Nº Total	%	Nº Total	%	Nº Total	%
2010	158.650	81,38%	36.289	18,62%	43.989.507	85,33%	7.560.382	14,67%
2011	156.164	80,89%	36.883	19,11%	43.053.942	84,46%	7.918.677	15,54%
2012	154.616	80,25%	38.060	19,75%	42.222.831	83,54%	8.322.219	16,46%
2013	151.884	79,64%	38.822	20,36%	41.432.416	82,79%	8.610.032	17,21%
2014	149.098	79,02%	39.575	20,98%	40.680.590	81,73%	9.090.781	18,27%
2015	147.110	78,90%	39.331	21,10%	39.738.780	81,44%	9.057.732	18,56%
2016	146.065	78,50%	40.016	21,50%	39.834.378	81,60%	8.983.101	18,40%
2017	144.117	78,26%	40.028	21,74%	39.721.032	81,72%	8.887.061	18,28%
2018	141.298	77,66%	40.641	22,34%	39.460.618	81,44%	8.995.249	18,56%

Elaboração Costa e Gomes (2019).

Fonte: Sinopse estatística Inep, 2010 – 2018.

Segundo Cunha (2018), entre os elementos que tornam a educação básica atrativa destaca-se a prioridade dos pais quanto à educação dos seus filhos, que, mesmo em tempo de crises, se esforçam para continuar pagando as mensalidades de suas respectivas escolas. Por outro lado, na graduação, muitas vezes ela é paga pelo próprio estudante, sendo um gasto que costuma ser postergado quando é necessário economizar (CUNHA, 2018). Beck (2019) acrescenta também que na educação básica o estudante passa mais tempo do que na educação superior.

É pertinente mencionar que o declínio do Fies contribuiu para a visualização da educação básica como um novo mercado em potencial. O Fies, programa de financiamento estudantil do governo, a partir do seu enxugamento, deixou de ser um forte motor que atrai estudantes para a educação superior (CUNHA, 2018).

O interesse pela educação básica também ganhou força após o Cade barrar a fusão entre Kroton e Estácio em 2017, o que dava indícios que a concentração da educação superior caminhava para sua saturação (CUNHA, 2018). Segundo Sguissardi (2016), a transação envolvia cerca de meio milhão de matrículas e modificaria o quadro do mercado educacional brasileiro. A operação foi questionada pela Ser Educacional, que também possuía interesse em protagonizar a fusão, mediante a alegação de que tal compra iria estabelecer o monopólio parcial ou total no setor em dezenas de municípios (SGUISSARDI, 2016).

Como uma galinha dos ovos de ouro, a educação básica passou a atrair outras empresas que nem possuíam tradição no ramo, como foi o caso da Bahema que atuava no

agronegócio. A Bahema é a única empresa de capital aberto que se encontra entre as empresas listadas da B3 no segmento “serviços educacionais” com atuação exclusivamente na educação básica.

De acordo com as informações disponíveis na bolsa de valores (B3, 2020a), a atividade principal do grupo é a prestação de serviços educacionais, diretamente, ou por meio de participação em outras sociedades, nas áreas de educação pré-escolar; infantil e básico (do ensino fundamental ao médio).

A Bahema, em 2017, anunciou aquisições no setor de educação, adquirindo as escolas Balão Vermelho e Mangabeiras, em Belo Horizonte, a Escola Parque, no Rio de Janeiro, e a Escola da Vila, em São Paulo (CUNHA, 2018). Segundo a autora, tais compras repercutiram negativamente para os pais dos estudantes que ficaram apreensivos com possíveis mudanças que as escolas adquiridas poderiam sofrer.

Para além dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica vinculadas a essas empresas, Cunha (2018) ainda aponta que os estudantes que estão nas escolas públicas também são público-alvo por meio da venda de sistemas de ensino e material didático. Por isso que o caso da compra da Somos pela Cogna é relevante, já que agora o conglomerado passa a se associar às três importantes editoras Ática, Scipione e Saraiva (CUNHA, 2018).

Segundo Kenji (apud CUNHA, 2018), a investida da Cogna no mercado de editoras e sistemas de ensino reflete o interesse pelo recurso público, que, na década passada, a expansão dos conglomerados de educação superior, como a Kroton, ocorreu em grande parte devido ao financiamento público através do Fies; e agora, no ingresso na educação básica, estaria se apoiando outra vez no governo, mediante demanda por material didático e sistemas de ensino.

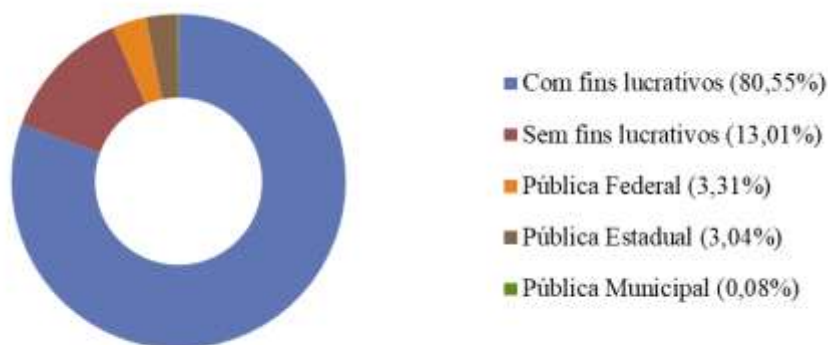
2.6 EaD como nicho de mercado no capitalismo dependente

O interesse pelo fundo público, as aquisições e a ampliação de empresas no segmento da educação básica compõem uma robusta estratégia para satisfazer o intento de acumulação de capital das empresas educacionais mercantis. Além dessas, a educação a distância ganha um papel notável nessa frente, contribuindo para a formação de grandes contingentes de estudantes com custo operacional baixo.

É considerada educação a distância (EaD) a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios tecnológicos de informação e comunicação, com profissionais qualificados, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis; tudo isso a partir de atividades educativas entre estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2017b).

Com 28,5% do total das matrículas no país, a EaD representa mais de ¼ dos estudantes que estão na educação superior. Atualmente, encontram-se nessa modalidade aproximadamente 2,5 milhões de estudantes assim distribuídos:

Gráfico 5 – Matrículas na EaD por categoria administrativa pública (federal, estadual e municipal) e privada (com e sem fins lucrativos), graduação, educação superior, 2019



Elaboração própria.

Fonte: Censo da Educação Superior 2019 (2020a).

Ao verificar as matrículas, é possível perceber que a maioria se encontra no setor privado, 93,6%, que se distribuem em quase 2 milhões nas com fins lucrativos, e aproximadamente 300 mil nas privadas sem fins lucrativos, enquanto no setor público inteiro existem cerca de 150 mil estudantes (INEP, 2020a).

Tabela 4 – Matrículas por modalidade de ensino (presencial e a distância) e categoria administrativa pública (federal, estadual e municipal) e privada (com e sem fins lucrativos), graduação, educação superior, 2019

Categoria administrativa	Presencial		Distância		Total	
	Quant. num.	%	Quant. num.	%		
Pública	Federal	1.254.065	93,92	81.189	6,08	1.335.254
	Estadual	582.134	88,66	74.451	11,34	656.585
	Municipal	86.290	97,72	2.017	2,28	88.307
Total Pública		1.922.489	92,42	157.657	7,58	2.080.146
Privada	Com fins lucrativos	2.472.517	55,61	1.973.751	44,39	4.446.268
	Sem fins lucrativos	1.758.554	84,65	318.856	15,35	2.077.410
Total Privada		4.231.071	64,86	2.292.607	35,14	6.523.678
Total Brasil		6.153.560	71,52	2.450.264	28,48	8.603.824

Elaboração própria.

Fonte: Censo da Educação Superior 2019 (2020a).

Essa distribuição revela o interesse do capital – manejado por frações burguesas nacionais e estrangeiras – pelo segmento da educação a distância, justamente por ser uma modalidade de ensino mais barata do que a presencial. Isso ocorre por causa da sua própria configuração que permite o uso de reduzida mão de obra e escassa estrutura de instalações. A partir da educação a distância um único docente ministra aula para inúmeros estudantes mediante exibição incansável do mesmo conteúdo para diferentes turmas e cursos, sem prover infraestrutura. A EaD é uma estratégia que as empresas de capital aberto têm utilizado para atender a seus investidores que esperam sempre um bom rendimento.

Aos olhos dos gestores, isso parece uma excelente maneira de obter maiores índices de lucro mediante diminuição de investimento no corpo docente (trabalho vivo), e investimentos pontuais em equipamentos e tecnologias (trabalho morto). De acordo com Pinto (2005), a palavra “tecnologia” pode incorporar definições que perpassam pelo estudo de uma técnica e da habilidade do fazer, generalizando os modos de produzir alguma coisa; como também ser fruto do conjunto de todas as técnicas de que dispõe uma determinada sociedade. A técnica, ao configurar um dado da realidade objetiva, torna-se uma produção da percepção humana que retorna ao mundo em forma de ação, sendo materializada em instrumentos e máquinas; na qual a constituição como técnica é baseada nas relações sociais como uma formação histórica sucessiva (PINTO, 2005).

Nessa direção, as tecnologias na atual configuração da sociedade são inclinadas para a obtenção de capital a partir do encurtamento dos processos produtivos, aumentando também a

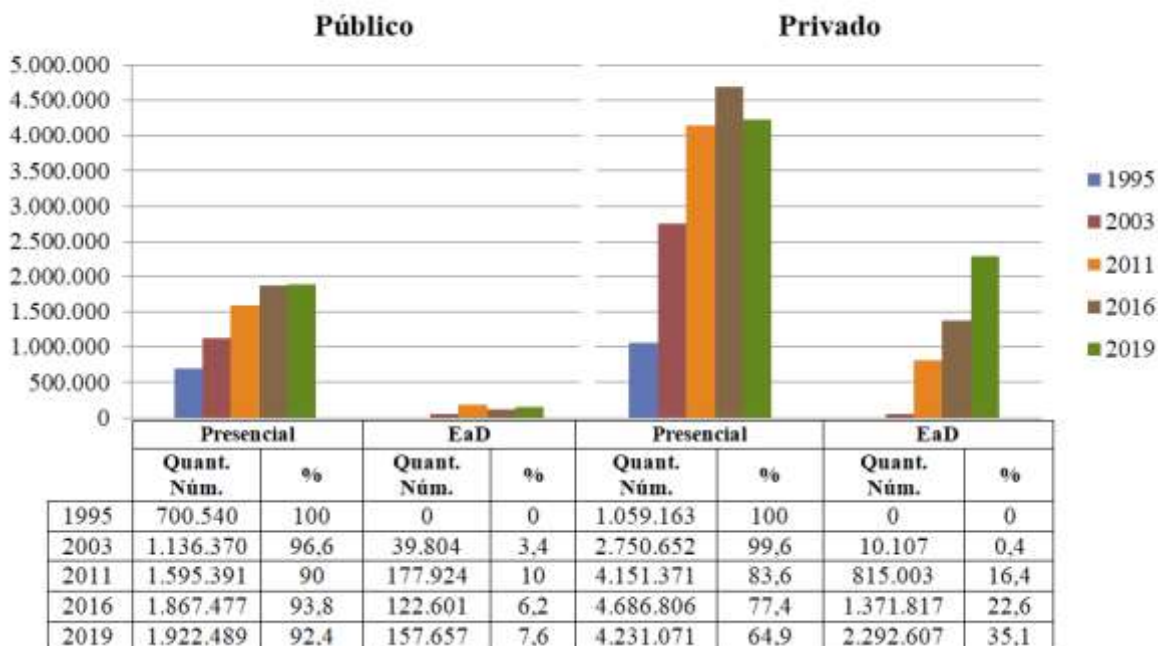
exploração e expropriação do trabalhador, ao passo que fornece base para demissões. Como uma estratégia para aumentar o lucro, na educação superior, o crescimento da educação a distância só foi possível mediante incorporação das tecnologias a partir da gravação e transmissão de aulas.

Todavia, embora represente uma alternativa econômica para os donos das organizações de educação, para os estudantes não necessariamente é uma escolha, mas sim uma condição da falta de acesso a uma formação de educação superior presencial e mais completa, principalmente pelos cursos EaD possuírem mensalidades inferiores. De acordo com o Censo da Educação a Distância de 2018, da Associação Brasileira de Educação a Distância - Abed, a EaD parece estar se firmando como opção de baixo custo no país em comparação aos cursos presenciais: dos cursos que são totalmente a distância, a maioria cobra entre R\$251 e R\$500 (ABED, 2019).

Regulamentada desde a década de 1990, a EaD é oficializada a partir da instauração da LDB em 1996 (BRASIL, 1996), que tornava válida a modalidade em todos os níveis de escolarização. Posteriormente, no final dos anos 1990, o MEC começou a realizar o credenciamento dos estabelecimentos e da oferta de cursos, sendo em 2017 atualizada a legislação que resultou no Decreto nº 9.057 (BRASIL, 2017b), revogando Decretos anteriores.

De acordo com a LDB (BRASIL, 1996), é previsto que o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis de ensino, e de educação continuada, resultando nas facilidades às organizações de educação que buscavam ofertar cursos com essa característica, o que tem ocorrido nos últimos anos e que contribui para o crescimento da educação a distância.

Gráfico 6 – Matrículas por modalidade de ensino (presencial e a EaD) e categoria administrativa pública e privada, graduação, educação superior, 1995, 2003, 2011, 2016, 2019



Elaboração própria.

Fonte: Censo da Educação Superior 1995, 2003, 2011, 2016, 2019 (INEP, 1996; 2004; 2012; 2016; 2020a).

Entre os motivos que explicam esse crescimento, Bruno Eizerik, presidente do Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinepe/RS), destaca a facilidade para o credenciamento dos cursos a distância que ocorreu após a edição do Decreto nº 9.057 (BRASIL, 2017b) que apresenta normas de credenciamento menos rígidas que legislação anterior.

Anteriormente, a abertura de cursos a distância estava condicionada a vistoria *in loco* feita por técnicos; a mudança na legislação fez com que bastasse apenas a apresentação de alguns indicadores de qualidade, e assim as organizações de educação não precisariam mais de autorização prévia do governo para oferecer cursos a distância (MATOS, 2020).

Eizerik aponta que a situação econômica do país também é um elemento para se considerar, já que, como mencionado, essa modalidade de ensino geralmente possui mensalidade inferior ao ensino presencial (MATOS, 2020). Desse modo, quem procura essa modalidade geralmente é o estudante trabalhador que terminou o ensino médio há algum tempo e quer ingressar na educação superior com baixo custo (MATOS, 2020).

Outra questão pontuada pelo presidente do Sinepe/RS que favoreceu o crescimento da EaD foi a redução da oferta de vagas no Fies, diminuindo as possibilidades de ingresso na educação superior privada (MATOS, 2020). Vale sublinhar que, após gastos significativos em

capital fixo, é possível ampliar a oferta de matrículas de baixo custo por meio do crescimento da oferta da educação a distância, sendo este um mecanismo para captar estudantes de menor poder aquisitivo que outrora podiam frequentar cursos presenciais com o Fies.

Conforme Pereira (2009), do ponto de vista didático-pedagógico, o ensino a distância reconfigura completamente a formação, deixando de lado as dimensões de extensão e pesquisa. Além disso, altera a figura do professor para “tutor” e anula a vivência acadêmica, o que colabora para não aproximação com movimentos coletivos, como o movimento estudantil.

Segundo Leher (2011), a educação a distância deveria ser pensada como um meio adicional do processo de formação acadêmica e na educação permanente, tal como vem ocorrendo nos países centrais. Diferentemente disso, a modalidade de ensino de graduação a distância de larga escala é algo presente basicamente nos países capitalistas dependentes.

Nessa direção, um fato relevante nesse contexto é o ingresso da educação a distância não só nos cursos que são categorizados nessa modalidade, mas nos cursos presenciais também com a Portaria nº 2.117 (BRASIL, 2019). Essa possibilidade de um ensino *semipresencial* e com formação *híbrida* existe desde 2004, com a Portaria nº 4.059 (BRASIL, 2004), mas apenas nos últimos anos é que ela ganhou impulso e novos contornos.

2.7 As empresas de capital aberto da educação superior diante da Covid-19: a oportunidade da EaD e de mais aquisições

O advento da pandemia da Covid-19 no primeiro semestre de 2020 repercutiu em diferentes áreas da sociedade, inclusive na educação. Pensando nas oscilações do mercado de ações, a ocorrência da pandemia gerou alterações no mundo dos negócios. A indução do isolamento social e a suspensão de todos os tipos possíveis de aglomeração como medida para conter a contaminação do vírus forçaram as diferentes organizações de educação a paralisar suas atividades presenciais. Para as empresas de capital aberto aqui estudadas, provavelmente a pandemia foi mais facilmente contornado do que para as faculdades de tamanho menor e alcance local.

Com as aulas presenciais encerradas durante o período da pandemia, uma das estratégias adotadas foi o uso de aulas remotas ao vivo pela internet, as *aulas síncronas*,

geralmente realizadas com o mesmo professor e no horário que eram as aulas presenciais antes da pandemia, mediante programas de videochamada como *Zoom, Hangout e Jitsi*.

De um modo geral, o setor privado adaptou sua metodologia diferenciando-se do modelo de educação a distância tradicional, na qual os conteúdos eram em grande parte gravados e reaproveitados em larga escala, prevalecendo atividades *assíncronas* (material gravado), que na maioria das vezes são conduzidas por tutores nas suas plataformas de ensino.

Desse modo, enquanto as estruturas físicas estão ociosas, os profissionais desse setor estão trabalhando em regime *home office* com adaptações do conteúdo, avaliação e confirmação de presença nas salas de aula virtuais; movimento que só foi possível devido ao uso das tecnologias.

As organizações particulares de ensino mantiveram o calendário acadêmico, amparadas pela Portaria nº544 do MEC (BRASIL, 2020), que autorizou até o fim de 2020 a substituição das aulas presenciais por uso de recursos tecnológicos. Para as que mantiveram suas aulas, elas ficaram responsáveis pela definição das disciplinas que ocorreriam remotamente, bem como a disponibilização de ferramentas aos estudantes para acompanhamento dos conteúdos ofertados e realização de avaliações durante esse período.

Em relação às instituições de educação superior que não adotarem as aulas remotas, elas poderão suspender suas atividades acadêmicas, devendo ser integralmente repostas para fins de cumprimento dos dias letivos estabelecidos na legislação, podendo também alterar o calendário de férias, desde que seja cumprida a duração prevista dos dias/aulas.

Diante dessa situação, as salas de aula passaram para casas dos estudantes e dos professores, transformação digital que chegou antes do esperado, acelerando o processo que, de acordo com a Abmes (2020c), era o que o setor já desejava e que em outra conjuntura poderia levar anos para ser implementado.

Não necessariamente os estudantes dos cursos presenciais também queriam essa transformação do ensino, como foi o caso de um dos estudantes de ciências contábeis que trancou sua matrícula logo no início da pandemia, justamente quando as faculdades migraram para o *online* (ABMES, 2020d). De acordo com o relato desse estudante:

[...] tranquei logo no início das aulas online, já que, para mim, essas aulas não agregaram em nada, em relação ao meu conhecimento. Outro ponto foi que eu não iria pagar a mensalidade total, que pagamos quando temos aula presencial, na modalidade do EaD, é muito diferente [...] é inaceitável comparar o estilo de ensino EaD com presencial, envolve muitos aspectos. Houve muita falta de organização, mas não culpo a instituição, foi um momento complicado para todos (ABMES, 2020d, s.p.).

A Abmes (2020d) também expõe um relato de um estudante que trancou seu curso de design gráfico. Para esse estudante, houve problemas em se adaptar ao estilo de ensino *online* e que não conseguiu criar uma rotina produtiva de estudos para esse novo método.

Segundo o Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF), nesse período de aulas remotas, os estudantes enfrentam grandes dificuldades pedagógicas e significativa perda de qualidade no processo de aprendizagem (SINPRO-DF, 2020). Para o Sinpro-DF (2020), esse momento não se resume em apenas transportar o conteúdo das aulas presenciais para o ambiente virtual; em muitos casos é necessária uma dedicação de tempo maior para a preparação dos conteúdos e desenvolvimento de metodologias, sobretudo porque a maioria dos trabalhadores em educação no país não tem formação em educação a distância e nem no uso de tecnologias.

Nesse sentido, para Schwartzman (2020) não basta simplesmente colocar as aulas tradicionais na internet e achar que tudo vai continuar como antes, o ensino a distância de qualidade requer aulas bem preparadas, estudantes que possam participar e sistemas de acompanhamento e avaliação de resultados diferentes dos tradicionais.

Schwartzman (2020) salienta que provavelmente os estudantes jovens possuem mais facilidade em lidar com as novas tecnologias do que seus professores, entretanto, muitos podem não ter equipamento adequado, acesso rápido à internet e lugar em casa para participar das aulas. Por isso, existe uma preocupação de que, com a adoção do ensino a distância, a desigualdade na educação superior se acentue.

Por outro lado, a projeção do Semesp (MARTINS, 2020) aponta que a alta taxa de inadimplência e evasão, juntamente com Projetos de Lei que propõem redução do valor das mensalidades, podem levar 30% das instituições da educação superior brasileiras a fecharem até o final do ano. De acordo com o Semesp, a taxa de inadimplência do mês de abril foi 72,4% maior do que a do mesmo período de 2019; em relação à evasão, ocorreu um aumento de 32,5% em relação a 2019 (MARTINS, 2020).

Segundo Cavalcanti e Neto (2020), a inadimplência saltou devido ao freio que a economia sofreu com o coronavírus. E com a economia encolhendo, é previsto recuo das empresas educacionais com perda de estudantes, inadimplência e venda de unidades de ensino.

Neste tempo em que a pandemia ainda está acontecendo, dezenas de Projetos de Lei estão em tramitação pedindo desconto de 10% a mais de 50% nas mensalidades, como

ocorreu no Rio de Janeiro, com Lei sancionada no começo de junho de 2020 que permitia redução de até 30% (CAVALCANTI; NETO, 2020).

Sólton Caldas, diretor executivo da Abmes, recomenda negociação caso a caso e questiona o desconto linear, problematizando que ele inviabiliza organizações de educação (apud CAVALCANTI; NETO, 2020). Concordando com isso, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) alerta que a redução linear de mensalidades gera problemas financeiros para as empresas educacionais, podendo ocasionar redução de salário ou demissão de professores, concentração no setor, e uma possível alta nas mensalidades após a pandemia (apud CAVALCANTI; NETO, 2020). Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, prevê aumento do desemprego e perda de renda da população, trazendo restrições ao orçamento das famílias, sendo uma provação para o modelo de negócios dessas organizações de educação (apud CAVALCANTI; NETO, 2020).

Neste cenário, é relevante ponderar outra vez que esta é uma realidade que aflige as empresas menores que atuam na educação superior, sobretudo faculdades isoladas, de alcance local. Em se tratando dos grandes conglomerados de capital aberto aqui estudados, a situação é menos nociva, já que existem elementos favoráveis como acúmulo de caixa e outras fontes de financiamento que não se resumem a mensalidades diretas.

Por isso, pensando nesses dois lados, das organizações menores e das empresas de capital aberto, fica evidente que um novo processo de centralização surge a partir da venda de organizações de educação diante da crise da Covid-19, e a compra desses estabelecimentos por empresas maiores que possuem base e interesse para investir em longo prazo.

Além disso, muitas faculdades pequenas estão enfrentando dificuldades para investir em plataformas tecnológicas e desenvolver aulas a distância, além das dificuldades inerentes à inadimplência. Se por um lado a pandemia se apresenta para essas empresas como um gasto a mais em tecnologia, risco de prejuízo e falência; para as empresas maiores, ela se apresenta como uma oportunidade de economizar e otimizar orçamento. Por isso, essa é uma questão que não atinge da mesma forma as empresas de capital aberto por possuírem robusto sistema EaD, caixa consistente e, inclusive, interesse em crescer sua base de estudantes que consome esse “serviço”.

Para o diretor de relações com investidores da Ser Educacional, Rodrigo Macedo, a empresa observa com animação o mercado de fusões e aquisições; também otimista, Marcelo Bueno, presidente da Ânima Educação, indica que a oferta de ativos aumentou com a pandemia (KOIKE, 2020a).

Como abordado no item 2.2, as empresas continuaram seu processo de expansão no ano de 2020, mesmo em meio à pandemia. Em resumo, apenas na primeira metade de 2020, a Ânima conseguiu negociar a compra da Faseh por cerca de R\$ 110 milhões (KOIKE, 2020a); 50,01% da UniFG por R\$ 57,5 milhões (PUJOL, 2020); e a parcela brasileira da rede Laureate no valor de R\$ 4,5 bilhões (CAMARGO, 2020). Posteriormente, na segunda metade do ano, a Ser adquiriu a Facimed por aproximadamente R\$ 100 milhões (PUJOL, 2020). E a Yduqs adquiriu o Athenas Grupo Educacional R\$ 120 milhões (RYNGELBLUM, 2020).

Embora o momento seja de fortes aquisições, nem todas as empresas educacionais de capital aberto estão realizando compras. A Cogna, por exemplo, não pretende fazer aquisições no período da pandemia, sendo sua prioridade a manutenção do caixa (KOIKE, 2020b). Mesmo assim, Rodrigo Galindo, presidente da Cogna, enxerga oportunidade na migração de estudantes de cursos presenciais para graduação híbrida, não só durante a pandemia, mas depois dela, já que havia muita resistência dos estudantes de cursos presenciais com a graduação a distância; e agora, com a necessidade de ter aulas 100% *online*, essa percepção, para ele, está mudando (KOIKE, 2020b).

E assim, aproveitando a “oportunidade” de todos esses elementos, e amparados pela Portaria 2.117 (BRASIL, 2019), uma reestruturação dos cursos de graduação presencial tem se concretizado durante a pandemia. Alguns conflitos laborais são sintomas deste processo, mas, antes de aprofundar nessa temática, presente no capítulo 4, algumas pontuações sobre o trabalho docente são necessárias.

Capítulo 3: O trabalho docente nos cursos de graduação da educação superior brasileira

O presente capítulo dedica-se à abordagem do trabalho docente nos cursos de graduação da educação superior brasileira e coloca em relevo os professores que atuam nas organizações mercantis educacionais, grupo de sujeitos de interesse desta tese. Com esta finalidade, esta seção é dividida em três tópicos que englobam: caracterização dos professores que atuam na educação superior, conformidades do mundo do trabalho e o ensino a distância.

Fazendo uma breve descrição das informações coletadas e que são apresentadas nas próximas páginas, ao investigar-se o trabalho docente contabilizou-se que no Brasil existem aproximadamente 400 mil docentes registrados na educação superior (INEP, 2020a). Do total, 53% identificam-se como do sexo masculino e 53% declaram-se brancos, 15%, pardos e apenas 2% se reconhecem como pretos, enquanto 30% não declararam sua cor.

Os docentes estão em maior quantidade nas instituições públicas federais (32%), segmento que também aloca a maioria dos professores pesquisadores do país, docentes com dedicação exclusiva e doutorado. Em contraste, as organizações de educação *com fins lucrativos* possuem baixa quantia de doutores, professores que realizam pesquisa, ou que estão em regime de dedicação exclusiva, sendo a forma de contratação mais usual a por tempo parcial, seguido da de contratos por hora/aula.

Em relação à modalidade de ensino, os professores atuam majoritariamente no ensino presencial, enquanto apenas 5,6% desses atuam nos cursos a distância; em quantidade numérica, isso representa uma quantia um pouco maior que 20 mil professores para atender os 2,5 milhões de estudantes no país que estão matriculados nessa modalidade de ensino.

Por trás desses números, sobretudo os referentes ao regime trabalhista, titulação e educação a distância, ao longo do capítulo é discutido como eles se relacionam nas organizações privado-mercantis, passando por questões atuais do mundo do trabalho como a Lei 13.467 (BRASIL, 2017a) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a eminência das demissões de professores na educação superior. Ademais, também se analisa como as tecnologias e a ampliação da oferta da EaD nos cursos presenciais (Portaria 2.117/2019) estão reconfigurando o labor dos docentes.

Como discute o tópico 3.3.2, atualmente já existem registros de *software* utilizados para correção de atividades acadêmicas, tarefa originalmente pertencente a professores. Junto a isso, o avanço das tecnologias e da internet tornam possível gravar aula e transmiti-las para

uma quantidade quase ilimitada de estudantes e por tempo indeterminado. Situações que durante a pandemia da Covid-19 se potencializaram.

Adicionadas a essa realidade, as conformações do mundo do trabalho modificam constantemente a imagem do trabalhador, destituindo-os dos seus direitos. Na educação superior a *pejotização*³⁴ do professor é um exemplo, além das contratações por trabalho intermitente, ambas previstas na dita “reforma” trabalhista (BRASIL, 2017a).

Desse modo, para “aproveitar” tal condição, organizações de educação têm demitido professores para contratar novos profissionais segundo modelo “atualizado” de contrato, como os autônomos Microempreendedores Individual (MEI), ou os tutores na educação a distância. Com efeito, as demissões ganham uma nova tônica no trabalho docente, fazendo os docentes aceitarem quase todo tipo de condição adversa de trabalho.

3.1 Perfil docente

Dando início ao capítulo, em números específicos, tabelas e gráficos, neste subtópico são apresentadas informações sobre os docentes da educação superior. Primeiramente, vale demarcar que no país, neste nível de ensino, são registrados exatamente 399.428 professores (INEP, 2020a).

Deste contingente, as informações selecionadas para compor sua caracterização são: 3.1.1 sexo e cor; 3.1.2 categoria administrativa; 3.1.3 regime trabalhista; 3.1.4 professores em exercícios e afastados; 3.1.5 grau de formação; 3.1.6 atuação em pesquisa; 3.1.7 modalidade de ensino: presencial e a distância; 3.1.8 quantidade de estudantes por docente; e 3.1.9 entidades representativas.

A coleta das informações, referentes aos itens 3.1.1 a 3.1.8, ocorreu a partir dos microdados existentes no Banco de Dados dos Docentes (SUP_DOCENTE_2019) do Censo da Educação Superior (INEP, 2020a), como descrito nas notas metodológicas. E no item 3.1.9, são apresentadas as entidades representativas dos docentes: Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes-SN), Confederação Nacional dos Trabalhadores em educação do setor privado (Contee) e os Sindicatos de Professores (Sinpros).

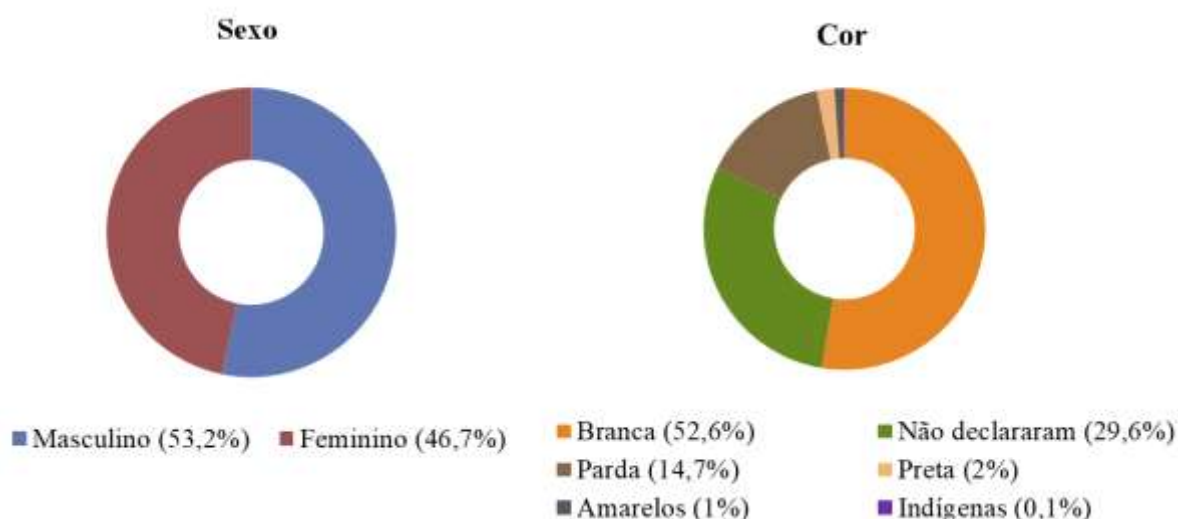
³⁴ Segundo Nascimento (2008, s.p.), “a ‘pejotização’ é conhecida como uma prática do empregador em contratar um funcionário como pessoa jurídica (PJ) ou de dispensar um empregado com registro em carteira e recontratá-lo na forma de pessoa jurídica. Em qualquer dos casos, é necessário que o funcionário constitua formalmente uma PJ”.

A seguir, a sistematização das características pontuadas.

3.1.1 Sexo e cor³⁵

Segundo os microdados do Censo da Educação Superior (INEP, 2020a), dos quase 400 mil docentes: 212.614 se identificam com o sexo masculino, enquanto 186.814 com o sexo feminino. Em relação à cor, 118.232 docentes não a declaram, em oposição a 281.196, que se declaram: 210.037 brancos, 58.542 pardos, 8.089 pretos, 4.023 amarelos e 505 indígenas.

Gráfico 7 – Docentes dos cursos de graduação (presencial e EaD) da educação superior por sexo e cor, 2019



Elaboração própria.

Fonte: Censo da Educação Superior 2019 (INEP, 2020a).

Chama atenção que, embora no país a maior parte da população, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad (IBGE, 2020a) se declare como parda ou preta (55%), apenas 17% dos professores que estão na educação superior se declarem assim. Possivelmente isso ocorre por causa do processo de desenvolvimento econômico que produziu clivagens ao longo da história, do racismo e da reação a ele, resultando em baixos indicadores sociais, e desiguais de renda, moradia e inserção no mercado de trabalho, além de uma série de dificuldades desde o acesso à escola até a educação superior e pós-graduação.

³⁵ Nomenclatura do Inep (2020b).

3.1.2 Categoria administrativa

Inicialmente, uma das questões de interesse que surgiu ao realizar o levantamento de informações sobre os docentes foi a distribuição desses professores nos ambientes de educação superior a fim de verificar a proporção do corpo docente nas diferentes categorias administrativas das instituições e organizações de educação. A análise da frequência docente realizada nos microdados do Inep (2020a) revelou a composição:

Tabela 5 – Docentes (presencial e EaD) por categoria administrativa pública (federal, estadual, municipal) e privada (com e sem fins lucrativos), graduação, educação superior, 2019

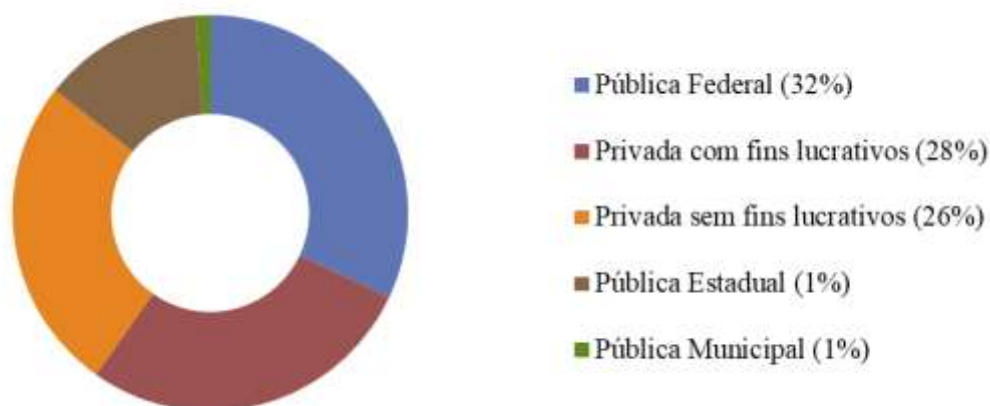
Categoria administrativa		Quant. num.	%
Pública	Federal	127.326	31,88
	Estadual	52.162	13,06
	Municipal	6.729	1,68
Total pública		186.217	46,62
Privada	Com fins lucrativos	110.461	27,65
	Sem fins lucrativos	102.750	25,72
Total privada		213.211	53,38
Total Brasil		399.428	

Elaboração própria.

Fonte: Censo da Educação Superior 2019 (2020a).

Representando 32% do magistério superior, a esfera federal é a que concentra mais professores, seguida pela privada com e sem fins lucrativos. É interessante resgatar que as IES federais ocupam apenas 4% do total das instituições e organizações de educação e 15% das matrículas, o que certamente colabora para uma melhor qualidade de trabalho e de acompanhamento dos estudantes nesse ambiente.

Gráfico 8 – Docentes dos cursos de graduação (presencial e EaD) por categoria administrativa pública (federal, estadual e municipal) e privada (com e sem fins lucrativos), 2019



Elaboração própria.

Fonte: Censo da Educação Superior 2019 (2020a).

Mesmo sendo as privadas com fins lucrativos o segmento mais numeroso em relação aos demais em quantidade de organizações de educação (53%) e matrículas (52%), elas possuem apenas 28% dos docentes, o que representa um número baixo para a proporção que ocupa no setor, indicando uma maior quantidade de estudantes por docente neste segmento. No tópico 3.1.8 a questão da proporção de estudantes por professores é especificada.

3.1.3 Professores em exercício e afastados

Como mencionado, no Brasil existem 399.428 docentes na educação superior, mas nem todos estão em pleno exercício. Fitando o Censo da Educação Superior (INEP, 2020a), foi observado que nesse montante existe um grupo de 13.355 que está afastado de suas atividades.

Um primeiro contato com essa informação revela que a principal razão de afastamento dos docentes é a qualificação com o intuito de complementar a formação acadêmica através de cursos de mestrado, doutorado ou pós-doutorado. Enquanto no setor público temos 4.181 docentes que estão buscando essa formação; no setor privado esse número é ínfimo, com 214, sendo que destes apenas 69 se encontram em organizações com fins lucrativos, em contraste aos 3.299 da rede federal.

Tabela 6 – Docentes (presencial e EaD), em exercício e afastados, graduação, educação superior, 2019

Categoria administrativa	Afastado									
	Em exercício		Qualificação		Exercício em outros órgãos/ Entidades		Tratamento de saúde		Outros motivos	
	Quant. n°	%	Quant. n°	%	Quant. n°	%	Quant. n°	%	Quant. n°	%
Pública Federal	120.497	94,64	3.299	2,59	1.305	1,02	281	0,22	1.944	1,53
Estadual	49.437	94,78	862	1,65	187	0,36	202	0,39	1.474	2,83
Municipal	6.469	96,14	20	0,30	13	0,19	25	0,37	202	3,00
Total pública	176.403	94,73	4.181	2,25	1.505	0,81	508	0,27	3.620	1,94
Privada Com fins lucrativos	109.168	98,83	69	0,06	42	0,04	107	0,10	1.075	0,97
Sem fins lucrativos	100.502	97,81	145	0,14	47	0,05	230	0,22	1.826	1,78
Total privada	209.670	98,34	214	0,10	89	0,04	337	0,16	2.901	1,36
Total Brasil	386.073	96,66	4.395	1,10	1.594	0,40	845	0,21	6.521	1,63

Elaboração própria.

Fonte: Censo da Educação Superior 2019 (2020a).

Por outro lado, o tipo de afastamento menos numeroso é o para tratamento de saúde com 845 professores nessa situação atualmente no país. Quantidade baixa que levanta suspeita. Todavia, vale a reflexão de que a atividade docente, influenciada pelas condições, contexto social, desvalorização e sobrecarga, pode gerar o adoecimento do trabalhador que nem sempre é expresso nas estatísticas. Sobre isso, Oliveira, Pereira e Lima (2017) analisam que:

[...] para a maioria das pessoas, pautadas em uma perspectiva naturalizante, as dificuldades emocionais e psíquicas devem ser solucionadas pelo próprio sujeito, posto que acreditam que essas são ocasionados por ele mesmo. Temos aqui a visão que tende a culpabilizar a própria vítima, condizente com o modo de subjetivação característico do capitalismo, que reduz todos os aspectos, inclusive o adoecimento, ao âmbito individual (OLIVEIRA, PEREIRA, LIMA, 2017, p.616).

Além disso, nas instituições e organizações de educação, geralmente são inexistentes setores de atendimento à saúde do professor, sendo a busca por avaliação e acompanhamento médico realizada em clínicas particulares.

Segundo Elias e Navarro (2019), ao realizarem entrevistas com o enfoque na relação que os professores atuantes em organizações privadas de educação superior possuem entre o

trabalho e a saúde, identificou-se a problemática da intensificação e ampliação do trabalho para fora do espaço da sala de aula, invadindo a vida privada.

De acordo com as autoras, essa ampliação das atividades segue a lógica gerencialista, com cobrança de metas e uso de recursos tecnológicos como aulas informatizadas e em ambiente virtual, intensificando o labor. E assim, consolidando um modo de gerenciar o trabalho que utiliza ameaça e pressão, produzindo trabalhadores submetidos ao medo, ansiosos, submissos e obedientes (ELIAS; NAVARRO, 2019).

Elias e Navarro (2019) sublinham que o modelo gerencial afeta diretamente as relações interpessoais, conduzindo ao risco da quebra da solidariedade, relativizando a violência das situações de pressão e ameaça, e tornando-as inerentes ao trabalho. Por isso que o mal-estar em si e nos colegas deixa de ser percebido e reconhecido, e, ao mesmo tempo, o lazer e as horas de descanso são comprometidos pela atividade que não cessa (ELIAS; NAVARRO, 2019).

Os dados levantados por Elias e Navarro (2019) destacam a recorrência de atividades extraclasse e sintomas de mal-estar que foram ignorados pelos profissionais em nome do cumprimento das tarefas e da responsabilidade com o ofício. E, ao adicionar a ausência de descanso e lazer, apareceram também a autorresponsabilização pelo adoecimento, que agrava cobranças internas, sobretudo pela condição de instabilidade e insegurança profissional (ELIAS; NAVARRO, 2019).

Além dessa pesquisa, outros estudos também compõem essa importante linha investigativa, como o trabalho de Mancebo, Santorum, Ribeiro e Léda (2020) que apontou para a busca desenfreada das corporações por manter suas margens de lucros, que acirra a pressão no ambiente de trabalho, e abre um campo fértil para o assédio moral, que gera consequências para a saúde mental. E o estudo de Sguissardi e Silva Júnior (2018) nas universidades federais que apresentou as problemáticas do produtivismo acadêmico.

3.1.4 Regime trabalhista

Seguindo na esteira dessa caracterização, ao observar os dados referentes ao regime trabalhista, constatou-se que o mais usual é o Tempo Integral (TI). Do total de docentes, 213.204 (55%) encontram-se nessa condição, que é subdividida em TI com Dedicção Exclusiva (DE) e TI sem DE.

A Dedicção Exclusiva é a mais numerosa com 125.368 professores ocupando 32% do total. Dessa quantidade chama atenção que 97.283 docentes se concentram nas instituições federais, ou seja, 78% do total de professores com dedicação exclusiva. Nas organizações com fins lucrativos, que hegemonomizam a educação superior, apenas 1.432 professores podem se dedicar exclusivamente ao seu trabalho, sendo o regime mais comum nelas o por tempo parcial, seguido por contrato de hora/aula.

Tabela 7 – Docentes (presencial e EaD), em exercício, por regime trabalhista, graduação, educação superior, 2019

Categoria administrativa	Tempo integral				Tempo parcial		Horista		
	Dedicção exclusiva		Sem dedicação exclusiva		Quant. num.	%	Quant. num.	%	
	Quant. num.	%	Quant. num.	%					
Pública	Federal	97.283	80,73	14.392	11,94	8.286	6,88	536	0,44
	Estadual	24.804	50,17	13.338	26,98	8.545	17,28	2.750	5,56
	Municipal	234	3,62	1.976	30,55	2.079	32,14	2.180	33,7
Total público	122.321	69,34	29.706	16,84	18.910	10,72	5.466	3,1	
Privada	Com fins lucrativos	1.432	1,31	31.139	28,52	44.520	40,78	32.077	29,38
	Sem fins lucrativos	1.615	1,61	26.991	26,86	41.248	41,04	30.648	30,49
	Total privada	3.047	1,45	58.130	27,72	85.768	40,91	62.725	29,92
Total Brasil	125.368	32,47	87.836	22,75	104.678	27,11	68.191	17,66	

Elaboração própria.

Fonte: Censo da Educação Superior 2019 (2020a).

Acerca disto, Leher e Motta (2014) apontam que o trabalho docente na educação superior exige um complexo aprendizado que abarca vários elementos como seleção de bibliografia, relação pedagógica com os estudantes, aprendizado com os colegas mais experientes e processos de formação; todos os processos que envolvem tempo e continuidade.

Segundo Leher e Motta (2014), desde o início da década de 1980, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) concebeu o trabalho docente como parte de seu projeto de universidade, sustentando que a carreira é condição para uma docência plena e para garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Anteriormente a isso, na segunda metade do século XX, um grupo de cientistas organizados na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, criada em 1948, já sustentava que a relação de trabalho do professor possibilitasse condições para um trabalho concentrado na teoria, na pesquisa e na docência, dando ênfase à importância do regime de

Dedicação Exclusiva (LEHER, MOTTA, 2014). Todavia, no setor privado como um todo, somando as com e as sem fins lucrativos, apenas 3.047 dos docentes possuem essa condição. Ou seja, o setor privado possui uma quantidade baixa de docentes com dedicação exclusiva, situação completamente inversa da do setor público.

A problemática dessa situação é que uma vez que os professores estão cumprindo contratos no formato de tempo parcial ou como horistas, geralmente eles precisam trabalhar em outras organizações de educação para complementar sua renda, não possuindo as mesmas condições de se aprofundar na prática docente que um professor com dedicação exclusiva possui. Acrescentando mais um elemento a isso, diferentes formas de contratos de trabalho acarretam fragmentação da categoria docente.

3.1.4.1 *Regime salarial*

O ingresso ao trabalho docente no setor público e no privado ocorre de diferentes maneiras. No primeiro, como previsto na LDB (1996), art. 67, o ingresso é exclusivo por concurso público de provas e títulos. E no segundo, de acordo com Rodrigues Filho (2015), geralmente ocorre a prática de “seleção livre” em que os docentes são selecionados através de indicação e análise do currículo, posteriormente sendo regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Segundo Rodrigues Filho (2015), a manutenção e progressão dos docentes do ensino superior na carreira docente, a partir do Plano de Carreira, ocorrem através de etapas percorridas pelo docente ao longo do tempo após o seu ingresso. Contudo, embora as organizações privadas de ensino também possam utilizar essa configuração, Rodrigue Filho (2015), ao analisar os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS constatou que uma alta concentração de professores apenas permanece por período entre 1 a 3 anos nessas organizações de educação, o que certamente inviabiliza qualquer aplicabilidade de uma proposta de carreira em longo prazo.

Acerca do regime salarial, nas análises dos dados do RAIS (2013), Rodrigues Filhos (2015) estipulou uma remuneração média para o setor privado em torno de R\$ 41,15 hora/aula e R\$ 4.123,62 mensais para as privadas sem fins lucrativos e R\$ 23,06 hora/aula e R\$ 2.310,42 para as privadas com fins lucrativos, em uma jornada aproximada de 20 horas/semanais.

E para a educação pública, Rodrigues Filhos (2015) apontou que diante da complexidade de constituição dos salários e da diversidade de atividades que constituem a jornada de trabalho dos docentes, não foi possível realizar uma análise segura sobre a média salarial.

3.1.5 Grau de formação

Nessa direção, outro ponto interessante para considerar no trabalho docente é a qualificação que esses professores possuem. Em vista dos dados alcançados pelo Censo da Educação Superior (INEP, 2019) a maior proporção de professores doutores está localizada na educação pública. Dado que se relaciona com a quantidade de afastamento para qualificação (tabela 6).

No total são 120.889 doutores que estão distribuídos nas IES públicas, em comparação aos 61.365 doutores das IES privadas, sendo 29.050 pertencentes às organizações de educação com fins lucrativos e 32.315 às privadas sem fins lucrativos, indicando que o ensino privado não enfatiza a titulação nas suas unidades, provavelmente pelo encarecimento que a titulação acarreta na folha salarial. Comparando as instituições federais e o grupo das com fins lucrativos, a distância aumenta ainda mais. Atualmente é nas federais, com 87.474 docentes, que existe a maior quantidade de professores doutores.

Tabela 8 – Docentes (presencial e EaD), em exercício e afastados, por grau de formação, graduação, educação superior, 2020

Categoria administrativa	Sem graduação		Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		
	Quant. num.	%	Quant. num.	%	Quant. num.	%	Quant. num.	%	Quant. num.	%	
Pública	Federal	1	0,001	2.687	2,11	6.721	5,28	30.443	23,91	87.474	68,70
	Estadual	4	0,008	708	1,36	5.280	10,12	14.572	27,94	31.598	60,58
	Municipal	0	0,000	35	0,52	1.872	27,82	3.005	44,66	1.817	27,00
Total pública	5	0,003	3.430	1,84	13.873	7,45	48.020	25,79	120.889	64,92	
Privada	Com fins lucrativos	2	0,002	96	0,09	28.039	25,38	53.274	48,23	29.050	26,30
	Sem fins lucrativos	6	0,006	149	0,15	20.885	20,33	49.395	48,07	32.315	31,45
Total privada	8	0,004	245	0,11	48.924	22,95	102.669	48,15	61.365	28,78	
Total Brasil	13	0,003	3.675	0,92	62.797	15,72	150.689	37,73	182.254	45,63	

Elaboração própria.

Fonte: Censo da Educação Superior 2019 (2020a).

Segundo Sevim (2015), a formação do trabalhador deveria ser um pré-requisito para sua contratação, sobretudo no trabalho docente na educação superior. A autora indica isso, pois, em tese, um professor com uma titulação mais elevada possui um maior contato com os conhecimentos da sua área de atuação, o que leva o atrelamento da qualidade dos cursos superiores à titulação do seu corpo docente.

Por outro lado, nas organizações mercantis, Carvalho (2013) aponta que a maioria dos cursos geralmente é orientada para os negócios, evitando perspectivas teóricas que não sejam imediatamente “aplicáveis” ou “relevantes” ao trabalho, de acordo com seus julgamentos, da mesma forma que não há necessidade de os docentes desenvolverem pesquisas, também não existindo qualquer expectativa de serviço à comunidade.

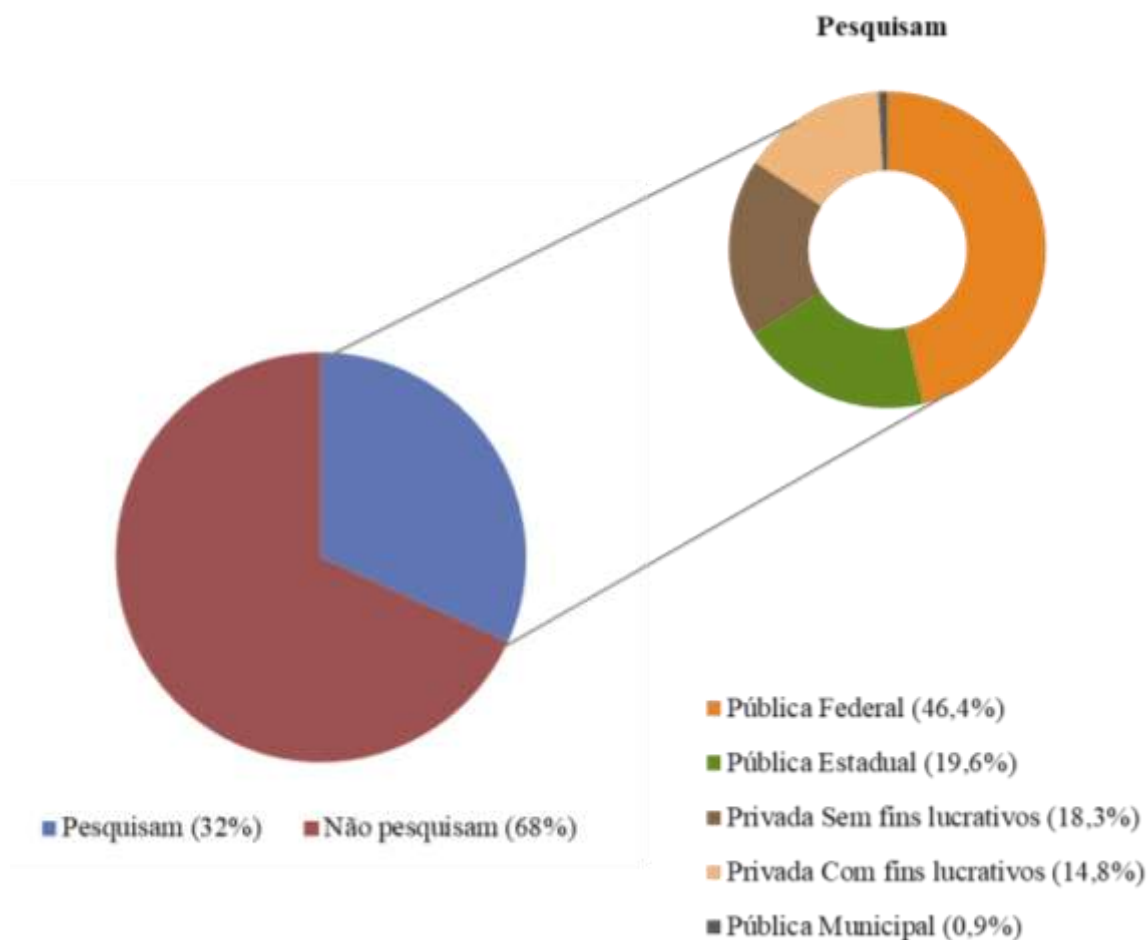
Para Chauí (2003), essas organizações de educação, são definidas e estruturadas por normas e padrões alheios ao conhecimento e à formação intelectual, onde a docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes, sendo o recrutamento de professores feito sem levar em consideração se dominam ou não o campo de conhecimento de sua disciplina.

De qualquer forma, não é que não exista pesquisa nas organizações privadas, a pesquisa ocorre, mas como Chauí (2003) aponta, elas seguem os padrões organizacionais, recortando a realidade em meios de soluções parciais para problemas e obstáculos locais. Por isso, para autora, numa organização não há tempo para reflexão, crítica, exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua superação.

3.1.6 Atuação em pesquisa

Na esteira da discussão sobre titulação dos docentes e pesquisa nos cursos de graduação da educação superior, foi averiguada a quantidade de professores que desenvolvem pesquisa no país, sendo identificada uma quantia de 122.675 docentes que atuam neste âmbito e de 263.398 professores que não possuem vínculo com essa prática.

Gráfico 9 – Docentes (presencial e EaD) que realizam pesquisa acadêmica por categoria administrativa pública (federal, municipal, estadual) e privada (com e sem fins lucrativos), graduação, educação superior, 2019



Elaboração própria.

Fonte: Censo da Educação Superior 2019 (2020a).

Como pode ser observado, dos 122.675 docentes que desenvolvem pesquisa, quase a metade, 56.928 estão nas instituições federais (46,4%). Adentrando ainda mais nesse número, dessa quantidade, 50.303 estão nas 63 universidades federais existentes. Acerca da pós-graduação, existem 107.189 docentes ministrando aulas e orientando pesquisas nos cursos de mestrado e doutorado, dos quais 88% estão nas instituições públicas (federais: 62%, estaduais: 25%, municipais: 1%), enquanto 12% estão nas privadas (GEOCAPES, 2021).

De acordo com Ildeu de Castro Moreira, presidente da SBPC, existe um longo caminho pela frente no melhoramento das condições de desenvolvimento de pesquisa no país; e o que existe hoje é resultado dos investimentos de várias instituições, universidades, das agências de fomento como o CNPq e a Capes, do trabalho e ICTs (Instituições de Pesquisa

Científica e Tecnológica), entre outros, que mesmo com os ciclos oscilantes de apoio contribuíram para a criação de um Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia robusto e que significa um pouco mais de 50% da ciência produzida na América Latina (SBPC, 2020).

Por mais que seja um número considerável, a pesquisa no Brasil ainda possui condições de avançar substancialmente, pois mesmo com cortes de investimentos e falta de incentivo que tem ocorrido nos últimos anos, o país está no 11º lugar no *ranking* global em produção científica (SBPC, 2020); desenvolvendo relevantes pesquisas para a sociedade.

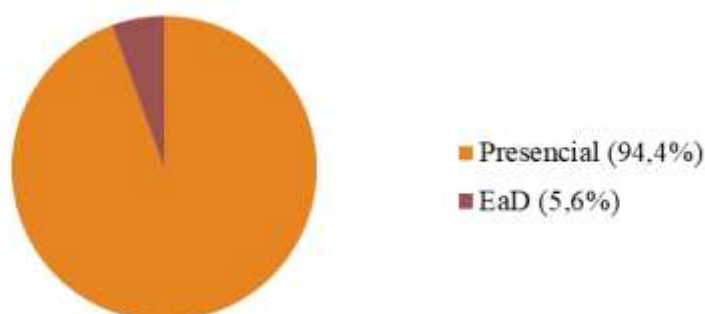
Sobre os cortes, em 2013 o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) chegou a ter investimento de R\$ 8 bilhões e, em 2020, de apenas R\$ 3,5 bilhões; a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) teve o orçamento reduzido para a metade no mesmo período, tendo perdido 25% apenas de 2019 para 2020; e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), principal fonte de recursos para pesquisa e desenvolvimento (P&D), teve entre os anos de 2006 e 2020 cerca de R\$ 25 bilhões contingenciados e atualmente está com mais de 90% de seus recursos nessa situação (SBPC, 2020).

Para a Fiocruz (2020), os efeitos negativos dos sucessivos cortes na pesquisa e nas bolsas de estudantes, caso não sejam revertidos, vão repercutir negativamente nas próximas décadas, com prejuízo não só na sua capacidade de produzir conhecimento, mas também na capacidade de formar profissionais para dar conta dos problemas que atingem a população brasileira, sobretudo porque a ciência e educação são bases para o fortalecimento de um projeto nacional de desenvolvimento orientado para a soberania nacional, autonomia tecnológica, direitos sociais e sustentabilidade ambiental.

3.1.7 Modalidade de ensino: presencial e a distância

Chegando quase no final da sistematização do perfil docente, um dos aspectos relevantes para visualizar o professor na educação superior foi sondar a quantidade de docentes que ministram aulas em cada modalidade de ensino. O quadro encontrado foi de 21.491 professores que estão na educação a distância, em contraste com 364.582 docentes que estão no ensino presencial.

Gráfico 10 – Docentes dos cursos de graduação da educação superior por modalidade de ensino (presencial e a distância), 2019



Elaboração própria.

Fonte: Censo da Educação Superior 2019 (INEP, 2020a).

Entre os 21.491 docentes que lecionam na graduação em cursos EaD, aproximadamente 15,7 mil são do setor privado, representando uma proporção de 73% dos professores nessa modalidade; distribuídos em cerca de 9 mil nas organizações com fins lucrativos (42%) e 6,7 mil nas privadas sem fins lucrativos (31%).

Tabela 9 – Docentes (em exercício) por modalidade de ensino (presencial e EaD) e categoria administrativa pública (federal, estadual, municipal) e privada (com e sem fins lucrativos), graduação, educação superior, 2019

Categoria administrativa		Presencial	%	Distância	%
Pública	Federal	116.346	96,6	4.151	3,4
	Estadual	47.942	97,0	1.495	3,0
	Municipal	6.367	98,4	102	1,6
Total pública		170.655	96,7	5.748	3,3
Privada	Com fins lucrativos	100.142	91,7	9.026	8,3
	Sem fins lucrativos	93.785	93,3	6.717	6,7
Total privada		193.927	92,5	15.743	7,5
Total Brasil		364.582	94,4	21.491	5,6

Elaboração própria.

Fonte: Censo da Educação Superior 2019 (2020a).

Em um primeiro olhar sobre essa divisão, percebe-se que a quantidade de professores na educação a distância é baixa em relação ao presencial, o gráfico 9 indica bem isso. Apenas 5,6% do magistério superior do país estão nesta condição. Vale ponderar que a baixa quantidade de professores na EaD, enquanto a quantidade de matrícula tem experimentando

considerável crescimento (gráfico 6), pode representar uma racionalização no quadro docente e intensificação da exploração do seu trabalho, dado que as novas regras da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (BRASIL, 2017a) e a Portaria 2.117 do MEC (BRASIL, 2019) fornecem condições para as organizações de educação reduzirem ainda mais o seu número de professores.

3.1.8 Quantidade de estudantes por docente

Para finalizar, como último aspecto do perfil docente verificado nessa parte introdutória do capítulo 3, foi calculada a quantidade de estudante por docente existente na graduação, em cada categoria, buscando a média geral e específica relacionada às modalidades de ensino presencial e a distância. Com esse objetivo, foi comparada a quantidade de matrículas e professores em exercício a partir das tabelas 1, 6 e 9, resultando na tabela 10:

Tabela 10 – Matrículas e docentes (em exercício), geral, presencial e a distância nas categorias administrativa pública (federal, estadual, municipal) e privada (com e sem fins lucrativos), graduação, educação superior, 2019

Categoria administrativa	Presencial		Distância		Geral		
	Mat.	Doc.	Mat.	Doc.	Mat.	Doc.	
Federal	1.254.065	116.346	81.189	4.151	1.335.254	120.497	
Pública Estadual	582.134	47.942	74.451	1.495	656.585	49.437	
Municipal	86.290	6.367	2.017	102	88.307	6.469	
Total pública	1.922.489	170.655	157.657	5.748	2.080.146	176.403	
Privada	Com fins lucrativos	2.472.517	100.142	1.973.751	9.026	4.446.268	109.168
	Sem fins lucrativos	1.758.554	93.785	318.856	6.717	2.077.410	100.502
Total privada	4.231.071	193.927	2.292.607	15.743	6.523.678	209.670	
Total Brasil	6.153.560	364.582	2.450.264	21.491	8.603.824	386.073	

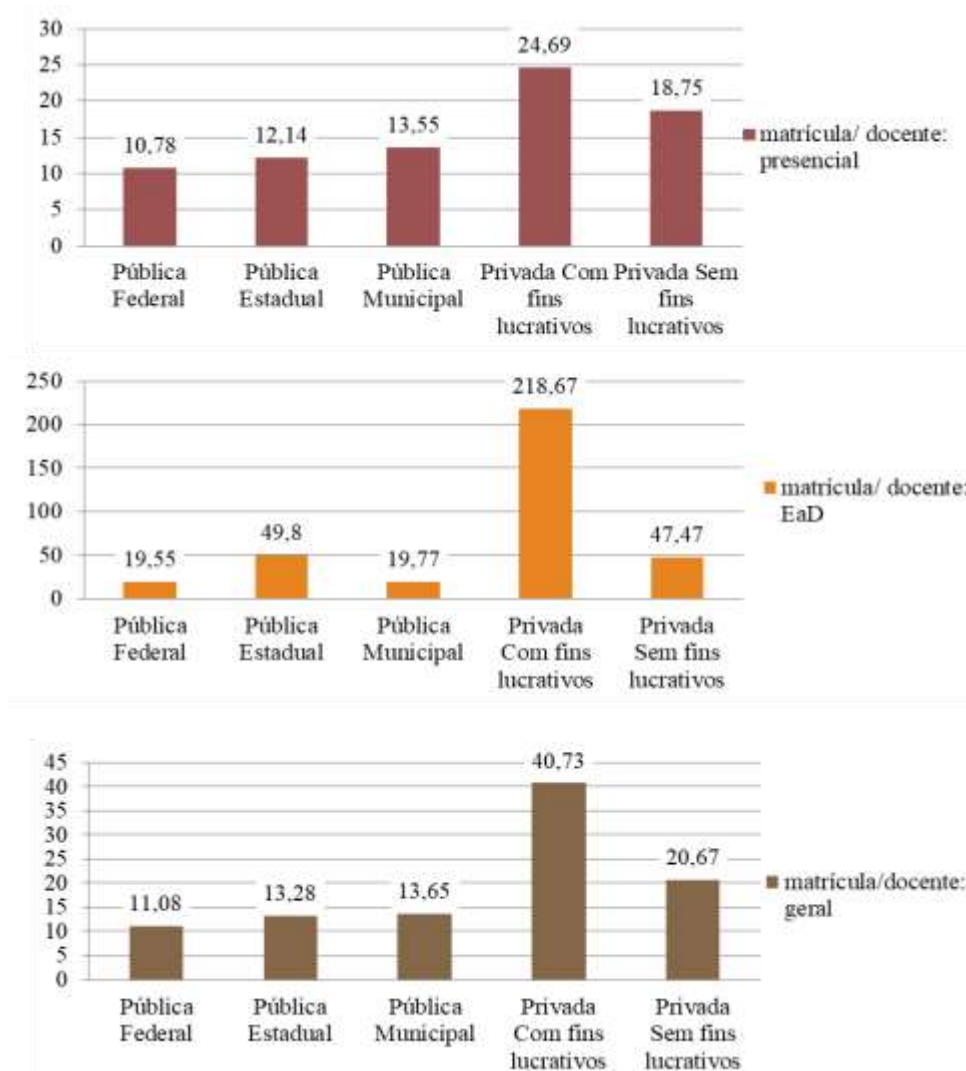
Observação: mat. = matrículas; doc. = docentes.

Elaboração própria.

Fonte: Censo da Educação Superior 2019 (2020a).

Com base nesses dados foi calculada a relação existente entre estudante por docente³⁶ conforme a divisão apresentada. Como resultado, a proporção de estudantes por professores na rede privada é mais acentuada do que no setor público, sendo nítido que, especificamente, as organizações com fins lucrativos possuem uma média de estudantes por professor, em todos os cálculos (geral, presencial e EaD) bem mais elevada do que as demais.

Gráfico 11 – Relação matrícula/docente (presencial, EaD e geral) por categoria administrativa pública (federal, estadual, municipal) e privada (com e sem fins lucrativos), graduação, educação superior, 2019



Elaboração própria.

Fonte: Censo da Educação Superior 2019 (2020a).

³⁶ Dados da graduação. Na pós-graduação *stricto sensu* a proporção de estudantes por docente é de 3,44 na Federal (228.779 discentes para 66.434 docentes); 3,56 na Estadual (96.347 discentes para 26.993 docentes); 3,26 na Municipal (1.676 discentes para 513 docentes); e 4,56 nas Privadas (60.467 discentes para 13.249 docentes) (GEOCAPES, 2021).

Como as organizações com fins lucrativos são mercantis, provavelmente a maior quantidade de estudante por professor diz respeito a seus interesses econômicos. Todavia, é importante salientar que esses valores correspondem a uma média, podendo existir casos em que essa quantidade é extrapolada. Para exemplificar isso, dois momentos podem ser mencionados. Um que ocorreu em Vitória (ES) em 2015, e outro em Paragominas (PA) em 2020, ambas em faculdades particulares. Segundo Machado (2015), estudantes em 2015 denunciaram turmas que possuíam mais de 100 estudantes por sala de aula, citando a ocorrência de uma turma “unificada” de engenharia elétrica, civil e ambiental, que por possuírem disciplinas básicas nos dois primeiros anos, eram aglomeradas, resultando em baixa compreensão dos assuntos ministrados (MACHADO, 2015).

Situação semelhante ocorreu também com estudantes da faculdade Pitágoras em 2020, que resultou em manifestação com o bloqueio do tráfego de automóveis em via pública com a finalidade de chamar atenção para a falta de professores e aumento exacerbado do valor das mensalidades (QUADROS, 2020). De acordo com estudantes (QUADROS, 2020), a organização de educação tomou a decisão de cortar gastos “enxugando” o quadro de docentes e acomodando os estudantes em salas cheias que também possuíam mais de cem estudantes por sala. Em suma, relatos como esses que indicam salas de aula lotadas e o “enxugamento” do corpo docente estão se tornando corriqueiros nas organizações de educação mercantis.

3.1.9 Entidades representativas dos docentes na educação superior

Neste tópico são abordadas as entidades representativas da categoria docente em nível nacional: Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes-SN), representando as instituições públicas; e Confederação Nacional dos Trabalhadores em educação do setor privado (Contee), representando as organizações de educação privada. E a nível estadual, no setor privado, os Sindicatos de Professores (Sinpros).

3.1.9.1 Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN)

Na educação superior, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (Andes-SN) é uma das formas coletivas de grande visibilidade. Criado em 19 de fevereiro de 1981 em Campinas, interior de São Paulo, como Associação Nacional dos

Docentes das Instituições do Ensino Superior, a Andes foi aprovada durante o Congresso Nacional dos Docentes Universitários realizado naquele ano (ANDES, 2020).

Apenas sete anos depois, em 26 de novembro de 1988, é que a associação se tornou Sindicato Nacional, passando a ser designado como Andes-SN (ANDES, 2020). Segundo Silva e Guimarães (2020), isso não ocorreu antes em função da proibição existente de organização sindical no setor público e que só após a promulgação da Constituição Federal de 1988 passou a ser permitida.

Silva e Guimarães (2020) destacam que mesmo antes de ser oficialmente um sindicato, a Andes já se organizava como tal, sendo o termo “associação” utilizada como forma de burlar a legislação autoritária naquele contexto. Por isso que sua formação inicial foi opção política dos docentes que constituíram a associação em 1981, bem como sua transformação em sindicato (SILVA; GUIMARÃES, 2020).

De acordo com o próprio Andes-SN (2018), o sindicato representa o professor de ensino superior, básico, técnico e tecnológico de todo país, sendo filiado desde 2011 à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP – Conlutas). A partir da deliberação da constituição, como parte do processo de consolidação do Andes-SN, instalou-se no âmbito do movimento docente nacional uma campanha de expansão que culminou na criação das seções sindicais nas instituições de educação superior pelo país (SILVA; GUIMARÃES, 2020). Com 70 mil sindicalizados de instituições federais, estaduais e municipais, o Andes é representado em todo o território nacional pelas suas 110 seções sindicais (ANDES, 2018).

O sindicato possui reivindicações que foram construídas a partir dos problemas históricos vivenciados pela maioria dos trabalhadores e enfrentados por inúmeros movimentos sociais que reivindicam emprego, transporte, moradia, terra, educação, saúde e o fim das diferentes opressões (ANDES, 2018).

A concepção de educação que vem sendo reiterada ao longo dos tempos pelo sindicato (ANDES, 2018) é que a educação deve ser pública e gratuita, em seus diferentes níveis e modalidades, não sendo um serviço ou uma mercadoria. Além disso, o sindicato também defende que o fundo público seja utilizado exclusivamente para financiar a educação pública (ANDES, 2018).

3.1.9.2 Sindicatos de Professores (Sinpros)

Em relação ao setor privado, Peixoto e Petta (2009) apontam que no final da década de 1970 e início dos anos 80, da mesma maneira que avançou a organização no setor público, também avançou no setor privado. Peixoto e Petta (2009) expõem que nessa época foram estabelecidas duas perspectivas: professores e técnico-administrativos da rede pública, até então proibidos por Lei de se constituírem em sindicato; enquanto os trabalhadores de educação da rede privada iniciaram movimentos de oposição sindical em busca da renovação das diretorias do Sindicato dos Professores (Sinpros) que existiam espalhados pelo país.

E ao longo do tempo, na educação superior, começaram a surgir nos dois setores as Associações Docentes – ADs (PEIXOTO; PETTA, 2009). A Andes foi fundada justamente como resultado dessa articulação das Associações de Docentes de vários estados do Brasil que se encontraram no Congresso Nacional dos Docentes Universitários, sendo composta por 21 ADs de IES Federais, 17 de particulares, 13 de fundações, 5 de estaduais e 1 de pesquisadores e tecnólogos (PEIXOTO; PETTA, 2009).

Peixoto e Petta (2009) apontam que as ADs das organizações particulares participavam da Andes enquanto espaço importante na articulação das próprias Associações, mas reconheciam a representatividade sindical dos Sinpros. Inclusive algumas greves e acordos coletivos foram encaminhados em conjunto pelos Sinpros e ADs que atuavam em parceria por uma universidade democrática, comprometida com os interesses nacionais e que participavam das lutas pela redemocratização do país (PEIXOTO; PETTA, 2009).

Dessa maneira, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que passou a permitir que os funcionários públicos pudessem se organizar também em sindicatos, várias associações de professores e técnicos-administrativos das redes públicas municipais, estaduais e federal transformaram-se em sindicatos da rede pública (PEIXOTO; PETTA, 2009). Nesse momento a nomenclatura inicial adotada do Andes, enquanto sindicato, foi Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior Público e Privado (Andes-SN), buscando representar, como o próprio nome indica, ambos os setores.

Todavia, as autoras apontam que durante o processo de transformação de Associação para Sindicato Nacional, ocorreu conduta antidemocrática adotada pela diretoria, sobretudo porque ao longo das reuniões preparatórias e quando a proposta foi divulgada, a maioria das entidades representativas dos professores do setor privado – Sinpros e ADs – manifestaram sua discordância sobre a pretensão da entidade pela representação sindical do setor privado.

Porém, Peixoto e Petta (2009) expõem que, no Congresso, os professores das IES públicas eram a maioria, e, apesar da contestação e voto contrário das poucas ADs do setor privado que estavam presentes, a decisão foi encaminhada, o que para as autoras, representou uma forma artificial e equivocada de legitimar uma representação em conjunto. E logo após o Congresso as ADs das organizações de educação privada convocaram um plebiscito no qual os professores reafirmaram a representatividade dos Sinpros, aprovando a desfiliação do Andes, ocorrendo desde então o afastamento do setor privado (PEIXOTO; PETTA, 2009).

Segundo as autoras, com o decorrer do tempo, após a fundação do Andes-SN, os Sinpros avançaram em sua organização e, juntamente com os técnicos e administrativos, criaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de ensino – Contee.

3.1.9.3 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee)

Fundada em 1991, a Contee é uma entidade sindical que congrega 88 sindicatos e 10 federações de professores e técnicos administrativos do setor privado de ensino, desde a educação infantil à superior, representando atualmente cerca de 1 milhão de trabalhadores (CONTEE, 2020).

De acordo com a própria Contee (2020), sua principal bandeira política é a defesa da educação como direito e bem público, sendo esta de responsabilidade do Estado, buscando o fortalecimento da educação pública, democrática e de qualidade.

A Contee (2020) entende que o estabelecimento da educação como direito também se dá por meio da regulamentação do setor privado de ensino, com a exigência do cumprimento do papel do Estado no controle, regulação, credenciamento e avaliação da educação; bem como com as devidas referências sociais. O combate à mercantilização, à desnacionalização da educação, a luta pelo desenvolvimento do país, com distribuição de renda, justiça social e soberania nacional também são pautas da Confederação (CONTEE, 2020).

Acerca das suas parcerias, a Contee é filiada à Confederação dos Educadores Americanos (CEA), à Sindical de Educação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), à Federação Internacional de Sindicatos de Educadores (Fise), à Internacional da Educação (IE), Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) (CONTEE, 2020).

Em relação ao Andes-SN, em 2014 a Contee moveu uma ação na Justiça do Trabalho exigindo a proibição de o Andes-SN falar em nome das organizações privadas de ensino, sendo estas representadas legal e legitimamente pela Contee (CONTEE, 2014). A medida foi tomada com a finalidade de coibi-lo de continuar falando pelo setor privado. Naquela época, por decisão da Justiça, o Andes-SE ficou proibido de repetir o ato com pena de multa diária de R\$ 2 mil (CONTEE, 2014). E hoje, de acordo com a Contee, cabe a este representar os docentes das organizações de educação privada, como tem sido feito desde o seu surgimento e consolidação.

3.2 Conformações do mundo do trabalho

No mundo do trabalho, existe uma diversidade de questões. Antunes (2018) nos auxilia na compreensão de que a precarização, a informalidade e o desemprego são fatos que se destacam. No Brasil chama atenção a contrarreforma trabalhista (BRASIL, 2017a) que traz em seu texto instabilidade e vulnerabilidade para a classe trabalhadora, elementos desconcertantes para as lutas dos trabalhadores e para o seu próprio cotidiano.

O resultado disto, junto com o crescimento exponencial das tecnologias na educação e o crescimento da EaD, conjuga um cenário severo para os docentes direcionado para demissões e exploração dos que continuam empregados. Desse modo, vislumbrando discutir esses pontos e sua interferência no trabalho docente, nos próximos tópicos são abordadas algumas questões centrais.

3.2.1 A contrarreforma trabalhista

A contrarreforma trabalhista, representada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, encaminhada pelo Governo Temer (BRASIL, 2017a), modificou significativamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), representando uma mudança substancial no padrão de regulação do trabalho no Brasil e adequação da legislação às novas relações de emprego. No total foram alterados, revogados e criados cerca de 100 artigos. Entre eles, é fundamental neste estudo destacar alguns pontos.

Primeiramente, a regulamentação na CLT do trabalho *intermitente*, modalidade em que o empregador não precisa estabelecer vínculo com o empregado a partir de prestação de

serviço não continuada. Assim, podem ser alternados os períodos de prestação de serviços e de inatividade, mensurados em horas, dias ou meses, por prazo determinado ou indeterminado, a depender das necessidades do empregador.

Uma das características no trabalho intermitente é que, na prática, o tempo inativo não é remunerado, e, se o trabalhador recebe menos do que um salário-mínimo mensal (o período mínimo de trabalho é de uma hora, com ampla flexibilidade), deverá complementar sua contribuição previdenciária para fim de aposentadoria (FILGUEIRAS, BISPO, COUTINHO, 2018).

Além desse ponto, também chama a atenção, no artigo 442-B, a possibilidade da contratação de *autônomo* com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não. Segundo Filgueiras, Bispo e Coutinho (2018), para a empresa a diferença entre contratar formalmente um trabalhador como autônomo ou como empregado é elementar: o empregado tem sua relação embasada pelo direito do trabalho e o autônomo não possui qualquer proteção prévia como salário-mínimo e jornada de trabalho. E isso só é possível a partir da transformação do trabalhador em uma Pessoa Jurídica com direitos trabalhistas reduzidos e mais flexíveis, como ocorre com o trabalhador que é induzido a se transformar em um dos Microempreendedores Individuais (MEI).

Um exemplo de como a transformação em MEI pode afetar os professores é a aposentadoria. Para Pires (2019), os professores que se tornam em e se aposentam como MEI estão no que é considerada a pior hipótese de aposentadoria, já que nessa condição a única possibilidade é se aposentar por idade geral estabelecida com um salário-mínimo de proventos mensais. A advogada Melissa Folmman, especialista em direito previdenciário, alerta:

Temos vários professores que inadvertidamente passaram para o MEI. Tenho um exemplo de um professor que tinha 30 anos de contribuição e acabou indo trabalhar por meio do regime MEI. Quando ele criou um MEI abriu mão de se aposentar pelo regime de contribuição, para ele faltavam apenas cinco anos, e ele só vai se aposentar agora por idade (apud PIRES, 2019, s.p.).

É importante acrescentar que ambas as modalidades não compõem novidade no mundo do trabalho, a complexidade da situação é o respaldo legal de modalidades precárias já existentes e o retrocesso de direitos dos trabalhadores que tende a estimular o crescimento da contratação de trabalhadores sob essas duas formas de emprego mencionadas. E, notavelmente, essas modalidades precárias de contratação são as modalidades que cresceram no mercado de trabalho nos últimos anos, sendo verificadas em várias partes do mundo. Não por acaso a reforma assemelha-se a outras reformas trabalhistas que ocorreram quase

simultaneamente na Argentina, por Mauricio Macri, e, na França, por Emmanuel Macron (MANCEBO; SANTORUM; RIBEIRO; LÉDA, 2020).

Segundo Krein e Gimenez (2018), essas alterações são fruto de mudanças na dinâmica do capitalismo contemporâneo de acirramento da concorrência internacional, reconfigurando o padrão de competitividade entre as nações que se funda em um mercado de trabalho desorganizado e flexível. Na busca pelo baixo custo, o trabalho possui centralidade no processo de acumulação capitalista atual, e a reforma demonstra a importância dada pelo capital para continuar explorando a força de trabalho, sofisticando as formas de sua subordinação (KREIN; GIMENEZ, 2018).

Mancebo, Santorum, Ribeiro e Léda (2020) indicam que não há prova alguma de que a flexibilização das Leis Trabalhistas traga resultados positivos para o crescimento econômico, para a diminuição das desigualdades e para menores taxas de desemprego. Para as autoras (MANCEBO; SANTORUM; RIBEIRO; LÉDA, 2020), é preciso considerar a legislação trabalhista aprovada em 2017 como um efeito claro da luta de classes que visou aprofundar as condições para acumulação dos capitais que aqui residem.

Com efeito, a tendência é ocorrer algo próximo às experiências internacionais em que reformas com conteúdos similares provocaram redução dos salários e precarização das condições de trabalho, gerando piora na condição de vida dos assalariados em uma sociedade já marcada por grandes desigualdades e por remuneração insuficiente para que as pessoas possam viver dignamente (KREIN; ABÍLIO; FREITAS; BORSARI; CRUZ, 2018).

A contrarreforma trabalhista modifica as relações de emprego ao ampliar as possibilidades de utilização de modalidades de contratação e introduz contratos como o intermitente e o autônomo, viabilizando formas de flexibilização da utilização do tempo de vida do trabalhador que tende a provocar desorganização na vida social e pessoal em favor da empresa (KREIN; GIMENEZ, 2018). Ademais, a contrarreforma também modifica a “defesa” e a negociação do trabalhador ao suspender a obrigatoriedade da contribuição sindical, ficando facultativo o seu desconto na folha de pagamento, enfraquecendo a atuação dos sindicatos.

Por fim, no documento aprovado da contrarreforma, pelo art. 477, são possibilitadas dispensas imotivadas, equiparando demissões individuais com coletivas, não havendo necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou acordo. O impacto desse ponto, somado com os anteriores discutidos, tem apresentado um movimento de demissões em

massa seguidas por contratações que seguem novos modelos precários de trabalho, cada vez mais flexíveis.

3.2.2 Demissões em foco

O desemprego compõe uma realidade preocupante para os que se sustentam do seu trabalho. O cenário brasileiro apresenta 13,8 milhões de trabalhadores sem ocupação nesta situação (IBGE, 2020b). Certamente a pandemia agravou esse quantitativo; entretanto, antes dela as condições também não estavam favoráveis ao emprego. A categoria docente que atua na educação superior exemplifica isso.

O ponto de partida adotado para fazer esta análise neste tópico é a contrarreforma trabalhista encaminhada ao Congresso Nacional no governo de Michel Temer em 2017. A partir dela, demissões ocorreram, sobretudo as coletivas e sem justificativa, mediante equiparação, proveniente da contrarreforma, de uma demissão individual com uma coletiva. O que tornou posteriormente o termo demissão em massa mais comum na grande mídia brasileira, principalmente agora com a justificativa da pandemia.

Uma das grandes demissões que ocorreu e que marca esse período foi realizada pela Estácio no final de 2017 com a demissão de 1.200 professores. Interessante perceber que a demissão ocorreu em uma quinta-feira, envolvendo professores antigos e com titulações como doutorado e mestrado, e na segunda-feira foi anunciado processo seletivo para contratação de novos professores com salários inferiores e com exigência mínima de especialização.

Sobre isso o diretor do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (Sinpro Rio) ressaltou a qualificação e o tempo de serviço dos professores demitidos (LUNA, 2017). Segundo Luna (2017), os professores demitidos foram pegos de surpresa, entre eles um professor de 66 anos, que trabalhava na Estácio há 18 anos e era responsável por cursos de graduação e pós-graduação, e que denunciou:

[...] nunca tive tanta desconsideração na minha carreira, todos os demitidos foram os que formaram a eficiência da Estácio. A qualidade da universidade vai cair, eles só pensam no lucro. A intenção é reduzir cada vez mais a participação do professor (LUNA, 2017).

A demissão em massa que ocorreu na Estácio foi mais uma das estratégias direcionada ao controle de custos, movimento empresarial que se encontra em andamento. A medida faz parte de uma reestruturação que compõe um movimento de potencialização de orçamento, que induz diminuição do número de docentes nessas organizações, intensificando o trabalho.

Em documento publicado para investidores da Estácio, em maio de 2018 (ESTACIO, 2018, p.7), no tópico “iniciativas para ganhos, eficiência e aumento da receita”, é possível perceber isso claramente nas medidas como “aumento dos estudantes por classe” e “redução do corpo docente”. Neste mesmo documento também é mencionada a implementação de um novo plano de carreira do corpo docente, além do estímulo de “maior compartilhamento das disciplinas entre os cursos” e de “disciplinas híbridas (presencial e *online*) como estratégias para otimizar a alocação dos professores” (ESTACIO, 2018, p.9).

Para o advogado trabalhista Valdyr Perrine, (apud PIRES, 2019), as demissões são um desdobramento de uma crise que aflige não só a educação superior, mas o estado social como um todo, e que tem na reforma trabalhista um dos seus grandes pilares. O quadro a seguir apresenta algumas das demissões nas organizações de educação registradas pela grande mídia que ocorreram ao longo dos anos que seguiram.

Tabela 11 – Demissões de professores, educação superior, Brasil, 2017-2020

Ano	Empresa envolvida	Docentes demitidos
2020	Universidade Nove de Julho – Uninove	500
	Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU (Laureate)	190
	Universidade Luterana do Brasil – Ulbra	172
	Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos	38
	Centro Universitário Cenecista de Osório – Unicnec	19
	Universidade Feevale	22
	Universidade Cruzeiro do Sul – Unicsul	200
	São Judas Tadeu (Ânima)	74
	União Bandeirante	40
	Rede Laureate (FMU, FIAM-FAAM, Anhebi-Morumbi)	120
	Universidade Positivo	160
	Una (Ânima)	150
	Centro Universitário do Distrito Federal – UDF	50
	São Sebastião (Cruzeiro do Sul)	6
	Centro Universitário Módulo (Cruzeiro do Sul)	15
	Universidade Positivo	26
Total 2020	16	1.782
2019	Estácio (Salvador-BA)	60
	Estácio (Teresina-PI)	40
	Laureate	300

	Universidade Nove de Julho – Uninove	300
	Universo	73
	Unipê	16
	Universidade Potiguar (UNP)	20
	Centro Universitário Autônomo do Brasil – Unibrasil	32
	Universidade Positivo	6
Total 2019	9	847
	Fanese (SE)	90
	Universidade Potiguar (UnP)	10
	Estácio (Fortaleza-CE)	50
	Estácio (Goiânia-GO)	43
	Estácio (Maceió-AL)	50
	Anhembi Morumbi	90
	Unic	23
	FAM	85
Total 2018	8	441
	Estácio	1.200
	Estácio (São Paulo-SP)	150
	Universidade Metodista de São Paulo	50
	Mackenzie	100
	Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU (Laureate)	220
	Anhembi Morumbi	150
	Universidade Uniritter	100
	São Judas Tadeu	36
	Cásper Libero	13
	Uniritter	127
	Faculdade Internacional da Paraíba – FPB	70
	Centro universitário Fieo – Unifieo	127
Total 2017	12	2.343

Elaboração própria.

Fonte: Reportagens diversas (anexo).

O quadro apresentado foi desenvolvido com base em publicações em jornais eletrônicos. As reportagens utilizadas são enumeradas no quadro 4 (anexo). Vale ponderar que os dados são de difícil precisão, pois não é possível verificar se todas as demissões são

aferidas pela imprensa. Além disso, pós-contrarreforma, não é mais obrigatório notificar as demissões aos sindicatos, o que dificulta esse tipo de levantamento.

Entre as demissões, algumas delas foram mais divulgadas e expressivas, como a que envolveu a Universidade Nove de Julho (Uninove), que comunicou a demissão de cerca de 500 docentes via mensagem *pop-up*³⁷ no portal da universidade. A demissão ocorreu no final de junho, sem que antes o semestre letivo fosse encerrado, e, para os estudantes, os coordenadores informaram que, na última semana letiva, ocorreriam palestras diversas, ao invés das aulas, como uma estudante relatou que, ao entrar na sala de aula, deparou-se com uma palestra sobre *empoderamento* (GALVANI, 2020).

No comunicado de desligamento aos professores foi solicitada a entrega quase que imediata, em um prazo de dois dias, de benefícios como a carteira do plano de saúde, mesmo diante de uma pandemia global. Sobre isso, para o Sindicato dos Professores de São Paulo – SinproSP, o comunicado oferece uma orientação equivocada ao solicitar que os docentes entreguem a carteira do plano de saúde, pois é dever da empresa manter o plano por período de 30 dias, além de informar a opção do trabalhador em manter o plano por período determinado, arcando com seus custos (GALVANI, 2020).

Nesse caso, a própria pandemia poderia “justificar” a ação, contudo, para o Sindicato dos Professores de São Paulo – SinproSP, a situação econômica gerada pela pandemia não é a única justificativa possível ao se considerar o histórico da universidade, já que a Uninove estava passando por um processo de *reestruturação interna* que se acentua a cada ano (GALVANI, 2020).

O Sindicato relembra que, com autorização do MEC, em dezembro de 2019, de ampliação do percentual de aulas a distância nos cursos de graduação presenciais, a Uninove tentou aplicar essa mudança já no início de 2020, sendo barrada por ação do SinproSP; e, agora, é possível que as demissões sejam a continuidade desse processo de reduzir custo com a folha de pagamento e ampliar, tanto quanto possível, as margens de lucro (GALVANI,

³⁷ Anteriormente a esse caso, outras organizações de ensino já utilizaram os meios de comunicação via internet/intranet para comunicar demissões. Ganha destaque o caso que ocorreu com a Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) em 2006. Situada no interior de São Paulo, em Piracicaba, a Unimep em 2006 demitiu no início de dezembro, antes do final do ano letivo, mais de 100 docentes sem justa causa a partir de comunicado da reitoria via intranet (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2006). Após a demissão, estudantes ocuparam o prédio da instituição, paralisaram atividades acadêmicas e advogados da Associação dos Docentes da Universidade Metodista de Piracicaba (Adunimep) solicitaram a mediação do Ministério Público do Trabalho (FENAJ, 2006). Dias depois do ocorrido, a Justiça determinou a readmissão dos professores (SINPRO SP, 2006).

2020). Paralelo a isso, a Uninove investia no ensino a distância, reduzindo carga horária e salário dos professores (REIS, 2020).

Comovidos e incrédulos com a situação, o corpo discente da organização de educação criou o abaixo-assinado intitulado “Uninove, queremos nossos professores de volta!” (PEREIRA, 2020) com o texto:

Imagine como deve ser acordar cedo todos os dias durante uma pandemia, se esforçar para dar aulas de qualidade a distância, e receber uma carta de demissão dez minutos antes de dar aula? Foi isso que UNINOVE fez com mais de 500 professores no dia 22/06 e dia 30/06, em pleno fim de semestre!! Em um momento tão drástico como o que estamos passando no momento, é um absurdo tomar tal medida sem o mínimo de empatia e humanidade!! Nem os coordenadores sabiam da decisão, todos foram pegos de surpresa!! Parabéns UNINOVE pelo péssimo exemplo e pela propaganda enganosa. QUEREMOS NOSSOS PROFESSORES DE VOLTA! (PEREIRA, 2020, s.p.).

O ocorrido expressa de modo cabal a violência das relações de trabalho nessas corporações. Para os envolvidos, o comunicado foi tão repentino que muitos acharam a princípio que se tratava de um erro do sistema. Perrin (2020) traz alguns relatos desses docentes, como o de uma professora, que em primeiro momento achou que era um comunicado sobre programação da Uninove e confessou que ninguém estava acreditando e que chegaram a cogitar que se tratava de um engano, já que foi inesperado e próximo ao horário da aula.

Outro professor conta que se surpreendeu com a mensagem e que, quando procurou os coordenadores e o diretor do departamento em que trabalhava há 14 anos para entender o que estava acontecendo, nenhum deles sabia da demissão (PERRIN, 2020). Além desse constrangimento, esse professor tinha programado aulas com convidados externos que precisaram ser desmarcadas por conta da demissão.

Perrin (2020) expõe também mais um relato de uma professora que reclamou da maneira abrupta e truculenta como a demissão foi feita. A professora indica que rapidamente ela ficou sem acesso ao sistema e que não tinha mais como cumprir o que tinha combinado com os alunos, sendo sua aula ironicamente substituída por uma palestra motivacional sobre empatia.

A ironia da palestra reside na Uninove ter generalizado todos os casos, interrompendo subitamente as atividades de professores que se dedicaram a prepará-las e assumiram compromissos com estudantes, ou por professores que já tinham muito anos de casa, envolvimento com o ambiente, e foram descartados, sem, ao menos, se esperar o fim do semestre chegar e o encerramento de atividades como aulas, lançamento das notas e finalização dos trabalhos.

Nessa demissão não existiu o mínimo de empatia, como mostra o relato sensível de um professor que estava avaliando que foi demitido pela razão da sua idade, 61 anos, e proximidade de alcançar o período de estabilidade pré-aposentadoria — que garante que o trabalhador não possa ser demitido durante os 24 meses que antecedem a data da aposentadoria, seja por idade ou por tempo de contribuição (PERRIN, 2020).

Mesmo se queixando da forma como foi demitido, ele afirma que voltaria a lecionar na Uninove caso fosse possível um retorno. Ele avalia que o mercado está terrível, especialmente por conta da sua idade, que o fez afirmar que aceitaria retomar seu trabalho mesmo com redução de carga horária e salarial, acreditando que isso seria melhor do que a demissão sumária. E, ao falar disso, ele reflete que se coloca como uma pessoa racional que precisa pagar suas contas, e não pelo ego dele que fala para nunca mais voltar à organização de educação (PERRIN, 2020).

Sobre os motivos para a demissão, eles podem ser inúmeros, todos sob o manto da *reestruturação interna*, que por trás segue a necessidade de aproveitar a legalização do crescimento da educação a distância no ensino presencial, o uso das tecnologias e da própria pandemia. O que mostra certa perversidade, pois se as demissões antes eram realizadas por causa do trabalhador ou seu desempenho, que não agradava a direção por algum motivo, agora pouco importa o que esse trabalhador faz diante do imperativo do interesse do lucro. Ordem que, geralmente, surge hierarquicamente dos grandes conselhos desses ambientes de aprendizado, que tem naturalizado a presença de investidores e operadores das finanças, pessoas que provavelmente não possuem contato direto ou participação do convívio de aprendizagem que uma organização de educação supostamente deveria ter.

É evidente que, nesse contexto, o lucro prevalece sobre as relações de trabalho e sobre as humanas, sendo um grande motivador da precarização do trabalho dos docentes na educação superior privada. E aos que sobram nos seus postos de emprego, a exploração tem se apresentado mais severa e as tecnologias mais presentes para facilitá-la.

Por mais que as organizações de educação queiram realizar a sua *reestruturação*, é necessária a figura do professor no processo de aprendizagem. As tecnologias e a alta exploração podem “ajudar” apenas a tornar possível o menor número de docentes para fornecer suporte ao maior número de estudantes.

Assim, se, por um lado, professores estão sendo demitidos, por outro, novas contratações são realizadas seguindo possibilidades mais baratas fornecidas pela contrarreforma. O leque de possibilidades é amplo: contratação de professores intermitente,

professores autônomos, os microempreendedores da sua força de trabalho, e os *tutores*, considerados não professores.

Por fim, não por acaso, as demissões se encontram diretamente relacionadas ao avanço da educação a distância. A legislação sobre a EaD não regulamenta a quantidade de estudantes por turma virtual o que leva um mesmo professor a lecionar para salas de até 300 alunos, ou mais, suprimindo postos de trabalho. O recurso tecnológico empregado possibilita que uma mesma vídeo-aula seja reproduzida indefinidamente, embora o docente que a gravou receba apenas uma vez pelo conteúdo produzido.

3.3 Tecnologia, ensino a distância, exploração e expropriação do trabalho docente

Elias e Navarro (2019), ao estudar a profissão docente na educação superior privada, apontam o papel do uso de tecnologias e de novas formas de modernização da gestão da força de trabalho como um dos principais fatores que tornaram possível poupar a mão de obra neste setor, priorizando o mercado e maximizando os lucros.

Para as autoras, as novas tecnologias estão cumprindo um papel estratégico: sofisticar os processos de exploração do trabalho e do trabalhador, para possibilitar maior cobrança e controle sobre a atividade laboral (ELIAS E NAVARRO, 2019). A organização do trabalho também tem sido modernizada para atender à necessidade de aceleração da produção na busca por uma maior “eficiência”, o que interfere diretamente nas relações entre funcionário e empresa.

As ditas ‘novas’ formas de organização das relações submetem as pessoas a modelos de gestão que desconsideram a humanidade, tratando os homens como máquinas, de modo a operacionalizar as ações e diminuir o tempo para a execução das atividades. Em consonância a esse fato, a reestruturação produtiva, sustentada na revolução tecnológica, altera a organização do processo de produção e modifica a estrutura e as relações de trabalho (ELIAS, NAVARRO, p, 51, 2019).

Desse modo, Elias e Navarro (2019) apontam que a atividade docente, especialmente aquela realizada em organizações privadas, verdadeiras empresas educacionais, está submetida às mesmas regras e modos de gestão que existem nas demais empresas capitalistas. E, a classe trabalhadora, como um todo, também sofre consequências das transformações dos setores produtivos da economia.

Logo, é inevitável que, ao atender as exigências do mercado, o bem-estar do trabalho não se torna uma prioridade, ocorrendo a tradução das atividades humanas por um indicador de desempenho (ELIAS, NAVARRO, 2019). Segundo as autoras, a mercantilização da

educação, a perda de autonomia e o ensino cada vez mais submetido às práticas gerenciais que atendem ao mercado são fatores que afetam o fazer profissional, podendo acarretar mal-estar e adoecimento.

O avanço da educação a distância é um produto dessa relação. Quando comparada ao ensino presencial, ela representa uma estratégia sofisticada de aumento de lucro e diminuição de gastos. Com essa configuração, barreiras físicas do trabalho docente são superadas e uma aula pode alcançar inúmeros estudantes em tempo e espaço diferentes. Para o capital torna-se uma equação simples: “por que contratar vários professores, se apenas um pode fazer o trabalho de todos esses?”. Não importando se esse modo de fazer vai ser precarizado ou não.

Como efeitos negativos do crescimento da educação a distância para os docentes, o desemprego, a expropriação do trabalho e a sobrecarga do seu trabalho são os mais notáveis. Primeiramente, fica evidente que, na modalidade a distância, o docente pode alcançar mais estudantes, tanto em aulas gravadas (assíncronas), ou até mesmo em aulas ao vivo (síncronas), o que tem gerado desemprego.

Com menos docentes, o ensino a distância vem sendo usado para diminuir custos, ocorrendo também uma mudança no perfil desse trabalhador. De acordo com Gerheim e Castro (2008), tem ocorrido uma substituição de uma parcela dos professores por *tutores* que auxiliam os estudantes em questões relativas aos materiais disponibilizados.

E dada essa conformação e modo de organização do trabalho educacional instituído, sobretudo, pelos conglomerados de ensino privado, um novo modelo de professor passa a prevalecer, visto que docentes que outrora tinham conhecimento e autonomia para elaborar aulas a partir de um pensamento investigativo, crítico e criativo, agora restringem o seu fazer ao manejo das tecnologias educacionais, monitorando e instruindo estudantes. Gera-se, assim, um claro processo de expropriação do trabalho docente.

Para Gerheim e Castro (2008) os professores que atuam no ensino a distância geralmente são conduzidos a novas modalidades de contrato, por meio dos quais eles concedem a propriedade intelectual de suas aulas permitindo que estas sejam filmadas e disponibilizadas nas plataformas de ensino *online*. Além disso, essas novas modalidades de contrato também são dotadas de exigências que buscam um professor flexível em seus horários e com capacidade para atender demandas múltiplas, entre elas o domínio das tecnologias e o atendimento em larga escala.

Ao analisar mais a fundo este cenário, observa-se que, no Brasil, estabeleceu-se um robusto parque de ciência e tecnologia. Entretanto, a condição de capitalismo dependente

impediu um desenvolvimento próprio e autônomo, sobretudo porque as políticas de modernização e crescimento econômico foram elaboradas pelas economias centrais. Deste modo, os avanços científicos e tecnológicos causaram alterações definitivas no processo de desenvolvimento dos países hegemônicos e, por conseguinte, nos países periféricos, mas não necessariamente correspondem a progresso em ambos.

Longe de serem somente mecanismos de desenvolvimento independente, estes dois elementos, ciência e tecnologia, ganham um lugar fundamental na definição da expansão de modelos econômicos. Marx ([1858] 2011; [1890] 2013), auxilia na compreensão deste fenômeno ao analisar estes elementos no processo de produção e na relação que estes estabelecem com o trabalhador, temática que é trazida para esta tese com o intuito de refletir sobre o trabalho desenvolvido pelos docentes que atuam em organizações de educação superior privada, e que, mediante o uso de tecnologias, especialmente na educação a distância, e em disciplinas híbridas, aumentam o alcance de suas aulas, aumentando também o lucro das corporações educacionais.

Nessa direção, para Marx ([1858] 2011, p.940), a apropriação do trabalho vivo pelo capital “transforma as operações dos trabalhadores cada vez mais em operações mecânicas, de tal modo que a certa altura o mecanismo pode ocupar os seus lugares”, desvalorizando o próprio trabalho, e colocando o trabalhador à margem do processo de produção, ao invés de ser o seu principal agente.

A invenção e a aplicação da ciência tornam-se então um negócio e uma forma de potencializar a produção, e, agora, a maquinaria desenvolvida força o trabalhador a trabalhar mais tempo que o fazia anteriormente com ferramentas simples e rudimentares (MARX, [1858] 2011). Por isso, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica determina a força produtiva do trabalho, juntamente com a organização social do processo, o volume e a eficácia dos meios de produção (MARX, [1890] 2013).

Em relação à força de trabalho, Marx ([1890] 2013) aponta que o trabalhador, nessa sociedade, tem que se relacionar com sua força de trabalho como uma propriedade, sua própria mercadoria, que é colocada à disposição do comprador por um período determinado. E, para que alguém possa vender mercadorias diferentes de sua força de trabalho, ele tem de possuir, evidentemente, meios de produção como matérias-primas e instrumentos de trabalho (MARX, [1890] 2013).

Segundo Marx ([1890] 2013), para a manutenção da força de trabalho, é necessária condição de subsistência, uma vez que, se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje,

ele tem de poder repetir o mesmo processo amanhã. Desse modo, a quantidade dos meios de subsistência deve ser suficiente para manter o indivíduo trabalhando.

E sob seu domínio, o trabalhador labora a partir do controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho; e o capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, sendo desgastado apenas na medida necessária à consecução do seu trabalho (MARX, [1890] 2013).

Do ponto de vista do capitalista, o processo de trabalho não é mais do que o consumo da mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, e um meio de produção adquirido (MARX, [1890] 2013). Como qualquer comprador, o capitalista busca tirar o maior proveito possível do valor de uso de sua mercadoria, fazendo valer seus “direitos” como comprador quando tenta prolongar o máximo possível a jornada de trabalho, e transformando, onde for possível, uma jornada de trabalho em duas (MARX, [1890] 2013).

Utilizando o exemplo do sapateiro, com a suposição que fosse necessário criar dois pares de botas no tempo de produção de apenas um par, a força produtiva de seu trabalho tem de ser duplicada (MARX, [1890] 2013). De acordo com Marx ([1890] 2013), para o capitalista é preciso que ocorra uma *elevação da força produtiva do trabalho*, que ele entende como:

[...] uma alteração no processo de trabalho por meio da qual o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria é reduzido, de modo que uma quantidade menor de trabalho é dotada da força para produzir uma quantidade maior de valor de uso (MARX, [1890] 2013, p. 484).

Marx ([1890] 2013) salienta que, para que ocorra este aumento na produtividade, é necessário revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto, revolucionar o próprio modo de produção. Com este intuito e com restritas considerações com os trabalhadores, criou-se então a mais moderna ciência da tecnologia, que, por meio da maquinaria e outros métodos, revoluciona continuamente as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho (MARX, [1890] 2013). Essa revolução suprime toda tranquilidade, solidez e segurança na condição de vida do trabalhador, a quem ela ameaça constantemente de lhe privar de seu meio de trabalho e de subsistência, tornando a ele próprio supérfluo (MARX, [1890] 2013).

3.3.1 O “exemplo” da Laureate: exploração e expropriação do trabalho docente

Trazendo para a pesquisa um breve exemplo de como o ensino a distância e o uso das tecnologias estão afetando o trabalho docente, neste tópico é apresentado o caso da Laureate, rede estadunidense com fins lucrativos que recentemente foi adquirida pela Ânima.

No final de abril, enquanto Laureate ainda era uma empresa de capital aberto internacional, foi divulgada (DOMENICI, 2020b) a existência de um *software* de inteligência artificial, chamado LTI, que era utilizado pela rede, no lugar de professores, para a correção de atividades acadêmicas.

Em texto presente no manual do LTI, arquivo que foi enviado aos professores da organização de educação, existia solicitação para que a informação não fosse compartilhada com estudantes, coagindo os docentes a agir como se eles fossem os corretores, e não um *software* (DOMENICI, 2020b).

Na prática, o LTI, que funciona com palavras-chave compara respostas e atribui nota de acordo com um padrão preestabelecido. A nota pode ser revelada imediatamente pelo sistema, mas era programado atraso proposital para que os estudantes não percebessem que a correção era automática a partir de cálculos de algoritmos (DOMENICI, 2020c).

Após essa polêmica, quase na metade de maio, a Laureate seguiu em evidência ao demitir parcela dos seus professores. De acordo com informações levantadas pela agência de jornalismo investigativa “Pública” (DOMENICI, 2020c), a maioria dos demitidos fazia parte do quadro docente da modalidade de educação a distância, composto por pouco mais de uma centena de docentes.

De acordo com a própria Laureate, a motivação das demissões não diz respeito à competência profissional dos demitidos, e, sim, a uma reestruturação pela qual a empresa tem passado (DOMENICI, 2020c). Conforme relato de uma das professoras demitidas, a demissão ocorreu por videochamada com a presença de um coordenador e de um membro dos recursos humanos da Laureate (DOMENICI, 2020c).

Depois dessa série de demissões, em menos de um dia, a Laureate anunciou vagas para a contratação de “professores” *online* na rede *LinkedIn* (DOMENICI, 2020c). Docentes comentaram que a Laureate pretendia com isso substituir a figura do professor por pessoas que não possuíam formação específica na área em que iriam atuar, denominados de “profissional monitor”, uma espécie de “operador de *chat*”, reduzido a tirar dúvidas gerais, enquanto a inteligência artificial seria utilizada para atividades dissertativas avaliativas

(DOMENICI, 2020c). A proposta era que os monitores recebessem R\$1.200 reais por oito horas de trabalho, enquanto os professores costumavam receber mais do que o dobro desta quantia (DOMENICI, 2020c).

Tal processo de expropriação do trabalho docente já vem se desenrolando há anos, primeiro com a produção de manuais, para que qualquer professor ministre virtualmente disciplinas diversas, depois com a compra no valor R\$ 1.000 pelo direito de videoaulas por 70 anos, seguido com a criação de “cenas” para enganar o MEC durante visitas, o uso de robôs para substituir professores e, por fim, as demissões (DOMENICI, 2020c).

A companhia já se havia envolvido com outras questões problemáticas. Em dezembro de 2018, 150 professores foram demitidos da Laureate e, mediante depoimentos, foi revelado que a empresa cometia irregularidades nos cursos a distância, com atas forjadas para o reconhecimento de cursos junto ao MEC e atuação de docentes em cursos fora de sua área de formação (DOMENICI, 2019).

Parte dessas irregularidades ocorreu durante o processo de reconhecimento dos cursos. De acordo com relatos de docentes que trabalharam na empresa, sazonalmente era criada uma equipe chamada “Equipe Multidisciplinar” para atender exigências do MEC. Essa equipe deveria se reunir semestralmente, sendo necessário o registro em atas como parte da documentação necessária para o MEC fazer o reconhecimento do curso e validar os diplomas dos concluintes (DOMENICI, 2019).

Tal reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação, que é o básico para validar um curso de graduação, tem servido até como estratégia de marketing, como, por exemplo, a campanha publicitária da Laureate em que a cantora Ivete Sangalo anunciava, a partir de R\$ 159 reais mensais e matrícula grátis, “cursos de graduação e pós a distância reconhecidos pelo MEC” (DOMENICI, 2019).

Além da “Equipe Multidisciplinar” que não funcionava adequadamente, tanto os “Núcleos Docentes Estruturantes”, que estão diretamente ligados à criação, implantação e consolidação do projeto pedagógico do curso, quanto o colegiado do curso, órgão consultivo e deliberativo, não funcionavam corretamente (DOMENICI, 2019). Agravando ainda mais a situação, os professores também indicaram que toda uma “cena” era produzida quando era agendada uma visita do MEC, chegando a ocorrer até mesmo visitar a prédios onde os cursos não ocorriam de fato (DOMENICI, 2019).

Outro ponto da lista extensa de elementos que comprometiam a Laureate foi o caso de uma pedagoga especializada em libras. Contratada no dia 3 de dezembro de 2018, a

professora foi demitida em 10 de fevereiro de 2019, cerca de dois meses após o seu ingresso (DOMENICI, 2019). Durante a conversa que resultou na sua demissão, a coordenadora acadêmica da Laureate, à época, teria deixado escapar que sua contratação tinha sido motivada pela visita do MEC (DOMENICI, 2019).

A visita também influenciava na transferência tempestiva de professores doutores e mestres, já que a existência destes no curso interfere diretamente na nota final da avaliação. A tática era conhecida pelos professores que já trabalharam na empresa como “atribuição relâmpago” (DOMENICI, 2019).

Os professores também eram sujeitos a ministrar aulas em disciplinas que não correspondiam a sua formação, como o exemplo da professora que tem formação em psicologia e foi designada para disciplina de *Direito Marítimo*, ou outra docente que possui formação em antropologia, designada para disciplinas *Estudo das cores para o design da moda*, *História Regional do Rio Grande Norte* e *Psicologia e comportamento* (DOMENICI, 2019).

Completando a lista de questões problemáticas, um contrato de direitos autorais veio à tona: nele Laureate estabeleceu o valor R\$1.000 pela cessão dos direitos de imagem de professores por um período de 70 anos, existindo uma cláusula indicando que a empresa processaria aqueles professores que reclamassem, justificando “quebra do sigilo contratual” (DOMENICI, 2019). Enfim, tudo isso compõe diferentes elementos que colocam Laureate atualmente na linha de frente da intensificação da expropriação do trabalho docente e como um exemplo emblemático das decorrências do ensino a distância e da prática de demissões nas organizações de educação privado-mercantis.

3.3.2 Professores em quarentena e o fortalecimento da EaD

A partir de meados de março de 2020, atividades e setores produtivos foram forçados a interromper parte de seus processos de produção, embora de modo desigual nos países e regiões, juntamente com a suspensão de aulas tanto na educação básica, quanto na educação superior. Com o apontamento do ensino remoto como uma solução para o cumprimento do ano letivo, organizações de educação implementaram, quase que imediatamente, o ensino remoto sem garantir a capacitação e/ou a infraestrutura necessária aos professores, excluindo-os do processo decisório quanto à condução das atividades escolares.

Junto a isso, um novo regime de trabalho precário e com significativa extensão da jornada de trabalho começou a prevalecer, ofuscando o limite entre a e o trabalho e a vida privada a partir do *home office*. Para os docentes, toda a pandemia foi um agravamento da situação que já se apresentava complexamente precária.

Segundo Celso Napolitano, presidente da Federação dos Professores do Estado de São Paulo (Fepesp), na educação superior a pandemia acelerou a implantação da EaD até em cursos presenciais, precarizando o trabalho docente para reduzir custos nas organizações privadas (BARRETO, 2020).

Para Napolitano, a pandemia serviu como justificativa para empresas emplacarem um processo que até então estava sendo adotado de forma gradativa para evitar protestos, instalando um sistema de precarização de difícil reversão (BARRETO, 2020). Ele aponta um quadro tenebroso em que provas são corrigidas por robôs, professores ganham R\$ 1.200 para montar o conteúdo de um curso intensivo de seis módulos, pagamento de R\$ 200 para gravação de vídeo cedendo os direitos de conteúdo e imagem por tempo indeterminado, e existência de contratos absurdos em que docentes possuem 3 mil estudantes e ganham em torno de R\$ 400 (BARRETO, 2020).

De acordo com o dirigente sindical, a conjuntura do ensino privado é um paradoxo, pois diferentemente do ensino básico, o setor não deseja a retomada do ensino presencial. O que ele avalia é que as empresas querem manter o ensino a distância, continuando a experiência que criou salas virtuais com inúmeros estudantes, ao mesmo tempo em que organizações de educação como a Kroton já começaram a devolver prédios (BARRETO, 2020).

Além dessa estratégia para aumentar os lucros, o sindicato (VIEIRA, 2020) também tem identificado o uso de aulas gravadas por professores que foram demitidos e não possuem mais vínculo com a instituição. Desse modo, turmas podem continuar “assistindo” as aulas mesmo sem professor, durante o tempo que as organizações de educação acharem pertinente, já que muitos dos docentes “aceitam” ceder direito de imagem e conteúdo sem prazo de validade, sobretudo pelo medo do desemprego que tem aumentado durante a pandemia.

Entre as condições que os docentes estão se vendo coagidos a aceitar, Domenici (2020c) argumenta que o significativo aumento no número de estudantes em cada matéria a partir do “ensalamento” de estudantes de diferentes semestres, campus e cursos alocados juntos em uma mesma turma, redundando em salas de aula entre 100 e 250 estudantes.

A justificativa disso, de acordo um professor do setor privado que foi entrevistado (DOMENICI, 2020c), é o interesse das faculdades em reduzir custos, já que é muito mais barato pagar um docente por três horas, que é o caso dele, para falar com 200 estudantes *online* do que pagar mais professores para ficar cada um com turmas de 50 estudantes (DOMENICI, 2020c). Outro professor consultado comentou que tinha ministrado aula para 310 alunos, e mostrou preocupação de como ocorrerá a avaliação dessa turma e o lançamento de notas no *sistema* (DOMENICI, 2020c).

Ao consultar o corpo discente, uma estudante de psicologia comentou que a postura da faculdade em que está matriculada é incoerente e que as aulas perderam a sua qualidade com o modelo *online*, sendo nítido que a organização de educação tem buscado reduzir os custos. Um estudante de jornalismo chegou a pontuar que eles são tratados como números pela faculdade e que durante esse tempo de isolamento e aulas a distância esse fato só foi escancarado (DOMENICI, 2020c).

Por isso, profissionais têm vivenciado situações de adoecimento, sofrimento e enormes desafios durante a pandemia, pois enquanto as organizações privadas de ensino usam a pandemia como oportunidade para experimentar novos formatos de contrato de trabalho, professores são sobrecarregados, trabalhando mais do que antes do isolamento social (DOMENICI, 2020c).

Capítulo 4: Conflitos laborais e os docentes nas empresas de educação superior de capital aberto

A escolha por estudar o trabalho docente nas empresas de capital aberto a partir de conflitos laborais emergiu através do contexto adverso de expansão do setor privado-mercantil, de capitalização de organizações de educação, de fortalecimento da lógica empresarial e de novas conformações do mundo do trabalho, flexibilizando e degradando os direitos trabalhistas.

Frente a esse cenário, pareceu pertinente observar como os docentes que estão trabalhando nas organizações de educação superior de capital aberto vivenciam as relações de trabalho engendradas pelas corporações, as questões que os afligem e seus mecanismos de resistência. Por outro lado, o estudo dos conflitos laborais se constitui como uma ferramenta interessante para investigação do trabalho, oferecendo uma visão ampla da situação, que certamente não abarca sua totalidade, mas que proporciona indicações imprescindíveis para compreender e explicar as formas de exploração associadas ao processo de centralização da educação.

Segundo o dicionário político de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), *conflito* é uma das possíveis formas de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica em um choque, uma oposição, que é distinta dos conflitos entre indivíduos em sentido psicológico. Aqui é focalizado o conflito social; mais especificamente, o relacionado ao trabalho e às relações laborais.

De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), o conflito é um requisito da mudança social, entretanto, eles consideram que a sua *resolução*, isto é, a eliminação das causas, das tensões, dos contrastes que o originaram é relativamente rara, ocorrendo geralmente a sua estabilização através de alguma concessão, quando esta ocorre. Os conflitos são fundamentais para os indivíduos e a sociedade. É a partir dos conflitos que reflexões e mudanças podem ser construídas.

Para Thompson (1987a), os mais relevantes frutos dos conflitos são as *experiências* que eles desencadeiam, e que atingem a *consciência* dos trabalhadores, o que, potencialmente, colabora para a construção da ideia de *classe*. É a partir de experiências comuns que se articulam a identidade dos interesses. E se tratando de conflitos laborais, a experiência é determinada, em grande medida, pelas relações de produção.

Thompson (2001) afirma que a classe é inseparável da *luta de classes*, na qual os indivíduos se veem numa sociedade estruturada por meio das relações de produção

suportando a exploração, ou buscando manter poder sobre os explorados, “identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, ocorrendo assim a sua descoberta da sua consciência” (THOMPSON, 2001, p. 274). Por isso, Thompson aponta que a classe e consciência de classes são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real, onde a classe se delineia a partir de experiências vivenciadas por homens e mulheres nas relações de produção e no conjunto de suas relações sociais.

Nesse sentido, não existem pesquisas que tenham como foco compreender os trabalhadores que compõem o corpo docente das empresas de educação superior de capital aberto a partir das suas lutas e experiências coletivas. Um dos objetivos desta tese é o de rastrear essas experiências, selecionar e analisar suas informações.

Na seção de metodologia os procedimentos são elucidados detalhadamente, sendo possível o acesso aos dados coletados através do quadro 5 e 6 (anexo). Para o levantamento, foram considerados as empresas que possuem ações negociadas na bolsa de valores B3, que, como já exposto, correspondem às empresas Ânima Educação, Estácio, Kroton e Ser Educacional.

Como sistematizado na seção de metodologia deste material, nesta pesquisa realizou-se o levantamento de reportagens, do período 2010-2020, que tratavam da ocorrência de conflitos relacionados ao trabalho docente e que envolviam as empresas de capital aberto listados. A partir do esforço de identificação e estudo do material foram sumarizadas 117 reportagens em jornais eletrônicos e, a partir delas, 60 conflitos.

É importante salientar que, embora tenha sido detectada essa quantidade, ela pode não corresponder ao número real de conflitos, uma vez que existe a possibilidade de eventos que não foram relatados ou localizados. De qualquer maneira, a intenção foi resgatar o que pôde ser identificado e pontuar o que esse material revela.

O resultado desse processo é apresentado nos próximos cinco tópicos que compõem esta seção final da pesquisa, que são: i) cronologia: síntese do conflito; ii) cartografia: localização espacial e empresa/marcas envolvidas; iii) protagonistas: organizadores do conflito; iv) mecanismos: ações efetuadas; v) pautas: reivindicações motivadoras; e vi) desfecho: identificação dos resultados alcançados nos conflitos.

A partir desses elementos, é visível que estamos diante de um padrão de resistência distinto dos tradicionais, no qual não são os trabalhadores os principais agentes dos conflitos. Greves e assembleias também não são os principais mecanismos de resistência. A causa dessa

configuração decorre da realidade da nova morfologia do trabalho (ANTUNES, 2018) que apresenta severas condições de precarização e informalidade. Junto a ela, a contrarreforma trabalhista fraciona os postos de trabalho e torna menos burocráticas as demissões.

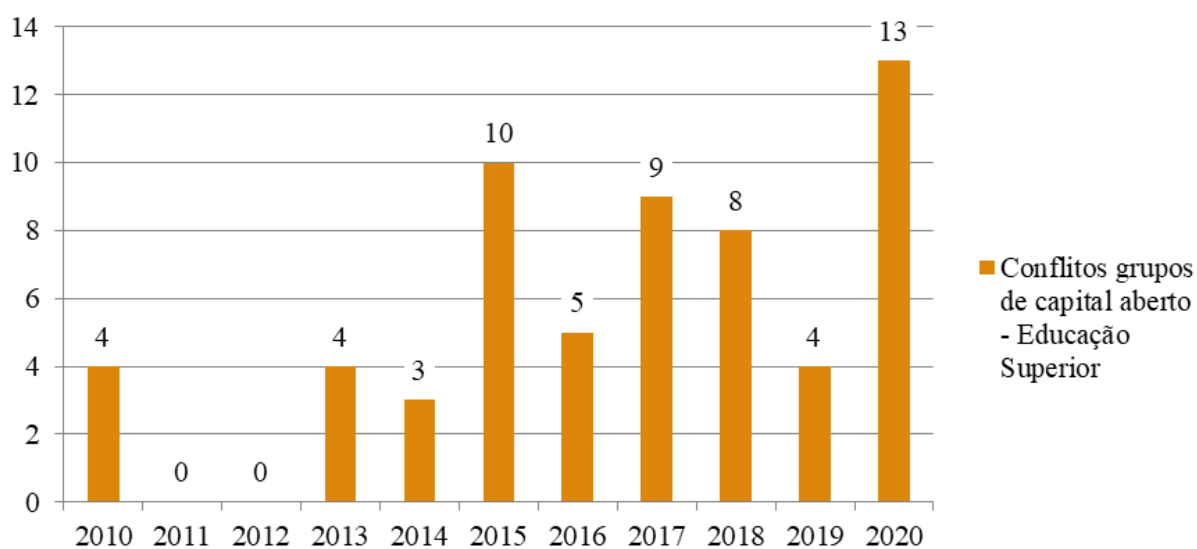
Como discutido até aqui, nesses ambientes, estão ocorrendo demissões, ao passo que as tecnologias contribuem para potencializar o “uso” desses trabalhadores, legislações amplificam a educação a distância e as novas modalidades de contratação tornam o vínculo com o trabalho fragilizado. Diante disso, vivemos uma era de demissões sem “justificativa”, a não ser alcançar maior lucratividade. E assim, organizações de educação superior mercantis demitem professores alegando *processo natural* da educação superior; o que torna manifestações de inconformismo arriscadas e nocivas aos trabalhadores.

Para Druck (2002) a crescente precarização do trabalho, num contexto de hegemonia de operadores financeiros, exige maior mobilidade para os capitais e processos produtivos menos rígidos e mais flexíveis, estimulados por investimentos e resultados de curto prazo. De acordo com Druck (2011), o processo de acumulação do capital orienta a sociedade em uma busca insaciável pelo lucro, e a sua valorização ocorre através do trabalho excedente que garante perpetuação da acumulação, o que é aceito pela permanente ameaça do desemprego estrutural criado pelo capitalismo, já que para os trabalhadores é melhor ter qualquer emprego do que nenhum.

Com efeito, se tais condições silenciam os professores, por outro lado, essas mesmas condições extrapolam o *trabalho* e os *meios de produção*, e atingem o que o capital insiste em chamar de *consumidor*, que na verdade, neste caso, são os *estudantes*. Deste modo, o movimento estudantil é crucial nesta discussão. Dos 60 conflitos que de algum modo se relacionam com o trabalho docente nas organizações de educação, 56 tiveram estudantes na linha de frente, enquanto apenas 4 mencionaram a participação de professores.

De maneira consciente ou não, são os estudantes que estão colocando as pautas docentes em discussão e disputas com os grandes conglomerados que avançam na educação superior. Neste prisma, o movimento estudantil tem sido uma forma de inserir a agenda docente sem que os professores tenham que assumir a liderança do processo. E, a partir dessa movimentação, ocorreram os seguintes conflitos na última década:

Gráfico 12 – Conflitos nas empresas educacionais de capital aberto que atuam na educação superior: Ânima, Estácio, Kroton e Ser Educacional, 2010-2020



Elaboração própria.

Fonte: Quadro 6 (anexo).

Como apresentado, os anos em que foi localizada maior quantidade de conflitos foram os de 2015, 2017 e 2020. Com base neste quadro, surgiu a hipótese de que sua frequência relaciona-se a três importantes eventos: 2015, o declínio do Fies; 2017, a aprovação da contrarreforma trabalhista; e 2020, a recente ampliação da carga horária de 20% para 40% de EaD nos cursos presenciais.

Para compreender essa hipótese, algumas pontuações são necessárias. Primeiramente, segundo Chaves, Santos e Kato (2020), no contexto da predominância financeira, a educação deixa de ser concebida como direito social pois transformada em serviço altamente lucrativo. No caminho deste processo, uma nova estrutura empresarial do setor privado-mercantil foi construída baseada na concentração de capital e financeirização do setor que tornaram os quatro empresas estudadas consideravelmente rentáveis.

Graças ao financiamento estatal do Fies, segundo Chaves, Santos e Kato (2020), o desempenho da Ânima, Estácio, Kroton e Ser apresentaram crescimento acima da média das demais empresas brasileiras, resultando em uma Receita Líquida elevada.

Tabela 12 – Impacto do Fies (milhões de reais) no Rendimento Líquido nas empresas educacionais de capital aberto: Ânima, Estácio, Kroton e Ser Educacional, 2010-2016

	Ânima			Estácio			Kroton Educacional			Ser Educacional		
	Fies (A)	Receita líquida (B)	% (A/B)	Fies (A)	Receita líquida (B)	% (A/B)	Fies (A)	Receita líquida (B)	% (A/B)	Fies (A)	Receita líquida (B)	% (A/B)
2010	26,32	330.62	7,96	57,57	1.495,95	3,85	39,35	802,06	4,91	-	-	-
2011	71,85	366.91	19,58	146,36	1.540,55	9,50	192,01	833,21	23,04	-	-	-
2012	122,97	443.27	27,74	372,48	1.735,18	21,47	525,11	1.192,17	44,05	104,53	387.93	26,94
2013	245,63	538.58	45,61	765,78	2.231,98	34,31	926,63	1.534,53	60,38	210,48	588.95	35,74
2014	361,86	785.56	46,06	1.374,43	2.915,85	47,14	2.128,96	2.926,85	72,74	425,98	855.00	49,82
2015	419,24	925.82	45,28	1.558,46	2.824,85	55,17	2.928,73	4.151,80	70,54	532,64	1.148.32	46,38
2016	344,35	931.29	36,98	1.440,57	2.893,11	49,79	2.496,95	4.019,03	62,13	553,26	1.151.08	48,06

Observação: Tabela modificada e reduzida em relação a original, dados preservados.

Fonte: Chaves, Santos e Kato (2020).

Como a tabela ilustra, a empresa mais beneficiada com os recursos do Fies foi a Kroton. De acordo com as autoras, o Fies em 2015 representava 70,5% da receita líquida da graduação presencial. Nas demais empresas, nesse ano a proporção foi de 55% na Estácio, 46% na Ser Educação e 45% na Ânima.

Chaves, Santos e Kato (2020) apontam que o Fies foi fundamental para o crescimento exponencial desses conglomerados, principalmente pela facilidade de acesso ao programa, à redução da inadimplência dos estudantes e garantia de sustentabilidade econômica das empresas educacionais. Contudo em 2014 a sustentação do Fies sofreu mudanças com a diminuição das concessões dos contratos, que, nos períodos posteriores, também redundou no declínio do montante destinado ao financiamento. O gráfico 3 (página 42), apresentado no tópico 1.2 desta tese ilustra bem isso.

Em 2014 mais de 700 mil contratos de financiamentos foram efetivados e, em 2015, esses contratos não chegaram a 300 mil. Deste modo, com o declínio do Fies, estratégias para continuar repassando bons rendimentos aos investidores precisaram ser redefinidas, como aumento da exploração dos trabalhadores, crescimento da EaD e redução dos postos de trabalho. Não que as empresas não estivessem se utilizando dessas ferramentas anteriormente, mas agora, depois de um histórico de altos rendimentos, mais do que nunca a lucratividade

precisaria ser alimentada. Por isso, ao mesmo tempo em que o Fies pareceu um oásis para as empresas educacionais, depois ele se transformou em uma encurralada.

Portanto, as “reestruturações pedagógicas” foram enfatizadas ao reduzir carga horária de disciplinas e tornar demissões possíveis, principalmente pós-contrarreforma trabalhista que equiparou demissão individual e coletiva, e enfraqueceu os sindicatos. O resultado disso foi o acirramento de dificuldades nas organizações de educação superior do setor privado, especialmente as associadas às empresas de capital aberto, pois estas experimentam nível mais elevado de mercantilização. Desse modo, os conflitos são sintomas e indicativos.

4.1 Cronologia

Como descrito na seção referente aos procedimentos metodológicos, os conflitos foram identificados com base no Sistema de Acompanhamento de Greves do Dieese e a sistematização da cronologia dos conflitos foi desenvolvida a partir do modelo adotado pelo Observatório Social de América Latina, da Clacso.

Os endereços eletrônicos das reportagens completas em que os relatos foram baseados se encontram no quadro 5 (anexo). E para correlação entre as reportagens, os eventos e as discussões desenvolvidas neste capítulo é utilizado um código para cada conflito, mecanismo criado para facilitar sua organização. O código corresponde à sigla da empresa mais número conforme ordem crescente dos anos, do mais antigo ao mais atual. Por exemplo: Primeiro conflito localizado da Kroton – K1; da Estácio - E1; e assim por diante.

Em resumo, inicialmente a pesquisa utilizou o modo de investigação do Dieese para localizar os conflitos a partir de reportagens, em seguida foi construído o quadro 5 com os endereços eletrônicos. Na etapa posterior, características são pontuadas com palavras-chave no quadro 6 (anexo), e, antecedendo as análises finais a seguir, é apresentada breve descrição dos elementos encontrados.

4.1.1. Ânima Educação

2017

A1: 13/12/2017 - Em São Paulo, estudantes da Universidade São Judas Tadeu fazem abaixo-assinado contra a reestruturação da grade curricular e a demissão de professores.

2020

A2: 18/06/20 – Estudantes de Direito marcaram “buzinaço” na frente da UniCuritiba. A motivação foi a implementação da nova matriz curricular que reduz a carga horária presencial. Estudantes temiam que professores fossem demitidos ou tivessem sua carga horária reduzida.

No mesmo dia, professores da UniCuritiba fizeram assembleia no Sindicato dos Professores de Ensino Superior de Curitiba e Região Metropolitana (Sinpes) para discutir edital que eles avaliaram que propunha condições de trabalho desfavoráveis.

19/06/20 – Estudantes protestaram com “buzinaço”, exposição de cartazes e velório simbólico em frente à UniCuritiba. A causa foi a oposição à *Matriz Curricular E2A 2.0* que a Ânima Educação tentava implementar. Estudantes indicaram que essa modificação estava sendo imposta e que não houve oportunidade de diálogo. O protesto foi organizado pelo corpo discente, Diretório Acadêmico de Direito e pelas Atléticas da universidade.

02/07/20 – Com apoio do sindicato e dos estudantes, docentes protestam contra a redução da carga horária, possíveis demissões e nova matriz curricular. É discutida a possibilidade de greve a partir de 16 de julho, caso não houvesse suspensão da implantação do novo modelo de ensino.

O Centro Acadêmico de Relações Internacionais Primeiro de Janeiro (Relações Internacionais), Diretório Acadêmico Clotário Portugal (Direito) e Diretório Central dos Estudantes entraram com ação civil pública para tentar impedir a mudança da matriz curricular. O regimento da UniCuritiba prevê que tais mudanças sejam previamente discutidas e votadas nos conselhos da faculdade.

A3: 30/06/2020 – Estudantes da Universidade São Judas Tadeu em São Paulo (SP) se unem nas redes sociais para denunciar que a organização de educação superior apoiou-se nas medidas de isolamento social da pandemia para realizar alterações na grade curricular. O movimento publicou mensagens com a *hashtag* #RecuaÂnima e #ReduzSãoJudas

A4: 10/07/20 – Em Joinville (SC), na UniSociesc, estudantes realizaram protesto contra implementação de 30% dos cursos como EaD. Vestidos de preto, com cartazes e um caixão de papelão que representava a educação, fizeram um velório simbólico pela educação, com falas e gritos por ensino de qualidade.

18/07/20 – Na UniSociesc, estudantes organizaram novo protesto contra cortes nas atividades educacionais, demissão de professores, aumento das horas de ensino a distância e mudanças na matriz curricular.

A5: 18/08/2020 - Em Jacobina (BA), estudantes da Ages se manifestaram nas redes sociais e fizeram “buzinação” contra a imposição da nova matriz curricular.

A6: 14/10/20 – Em Tubarão e Palhoça (SC), entidades estudantis emitiram nota contra Unisul por mudanças no curso de Medicina. As organizações estudantis reclamaram de admissão excessiva de novos estudantes, aumento no valor da mensalidade, transformação de disciplinas presenciais em virtuais. As entidades envolvidas foram: Associação dos Estudantes de Medicina de Santa Catarina, Centro Acadêmico de Medicina da Pedra Branca, Atlético de Medicina da Pedra Branca, DCE Unisul Florianópolis, DCE Unisul Tubarão e Centro Acadêmico de Medicina de Tubarão.

4.1.2 Estácio

2013

E1: 13/03/2013 – Em Niterói (RJ), estudantes da Estácio realizam “apitação” para protestar contra falta de professores, salas e laboratórios.

2016

E2: 05/04/2016 – Em Ourinhos (SP) ocorreu reunião com a direção da Estácio, entrega de documento assinado por estudantes e protesto que reivindicava mais segurança. A motivação foi o assassinato de um estudante dentro da faculdade.

E3: 20/09/2016 – No Rio de Janeiro, estudantes também reivindicaram por segurança. Com cartazes e faixas, estudantes realizaram protesto solicitando policiamento.

2017

E4: 18/08/2017 – Na Estácio do Rio, outro protesto ocorreu no ano seguinte, a motivação foram as disciplinas *online* e ausência de professores. Os protestos ocorreram dentro e fora da organização de educação.

E5: 06/12/2017 – Em Ribeirão Preto (SP), estudantes protestaram contra demissão de professores. A manifestação foi marcada pelas redes sociais depois de notícias sobre a demissão de 1.200 professores de unidades da Estácio espalhadas pelo país.

07/12/2017 – Em São Paulo, estudantes e sindicatos mobilizaram-se para convocar ato. A Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) entrou com uma ação civil pública contra a Estácio solicitando a reintegração dos cargos e suspensão das demissões.

No Rio de Janeiro, a decisão da Estácio entrou no radar do Ministério Público do Trabalho. Além dos protestos de rua, estudantes também ameaçaram organizar um desligamento em massa da faculdade caso a demissão não fosse anulada.

Nesse dia foi identificada a ocorrência de protestos nas cidades de Nova Friburgo (RJ) e Resende (RJ).

08/12/2017 – No Ceará, estudantes protestaram em Fortaleza e fizeram abaixo-assinado.

09/12/2017 – Estudantes protestaram novamente em Resende (RJ).

13/12/2017 – Ato ocorre em Campo Grande (MS).

2018

E6: 25/05/2018 – Estudantes de medicina da Estácio no Rio de Janeiro protestaram contra transferência de campus, falta de estrutura e alto valor da mensalidade.

E7: 12/12/2018 – Estudantes fizeram protesto e abaixo-assinado contra demissões de professores em unidade de Fortaleza (CE).

E8: 13/12/2018 – Em Natal (RN) estudantes também protestaram contra demissão de professores.

2019

E9: 04/01/2019 – Estudantes da Estácio (Rio de Janeiro – RJ) fizeram protesto contra demissão de professores.

E10: 26/04/2019 – Na Bahia, em Salvador, estudantes pediram por mais segurança em protesto depois de uma tentativa de estupro na faculdade.

E11: 11/12/2019 - Em Teresina (PI), estudantes realizaram manifestação na frente da Estácio em repúdio à demissão de 40 professores. Além das demissões, os estudantes estavam insatisfeitos com as decisões impostas pela faculdade como a substituição de aulas presenciais por disciplinas *online* e o aumento no valor da mensalidade.

2020

E12: 22/01/2020 – Estudantes da Estácio em Natal realizaram um protesto e entraram com ação judicial coletiva contra demissões e a ausência da disponibilidade de disciplinas.

E13: 29/01/2020 – Estudantes da Estácio em Campo Grande (MS) organizaram protesto contra demissões de professores e grade do curso.

30/01/2020 – Estudantes reclamaram da grade curricular que ainda não estava definida e de demissões.

4.1.3 Kroton

2010

K1: 13/05/2010 – Professores da faculdade Pitágoras, unidade Belo Horizonte, preocupados e insatisfeitos com a proposta da reforma pedagógica feita pela Kroton, realizaram assembleia. Para os docentes, as alterações poderiam repercutir em demissões e estavam em desacordo com a LDB que determina a participação do corpo docente na elaboração das diretrizes pedagógicas, envolvimento que não ocorreu.

17/05/2010 – Estudantes fecharam via pública em frente à Pitágoras para protestar e foram reprimidos pela Polícia Militar que utilizou gás lacrimogêneo e balas de borracha para conter os manifestantes. Dois estudantes foram detidos.

K2: 20/05/2010 – Em Ipatinga (MG), estudantes da rede Pitágoras protestaram e acionaram Ministério Público contra reforma pedagógica.

K3: 24/05/2010 – Em Betim (MG), professores realizaram assembleia e optaram por paralisação contra reforma pedagógica da Kroton.

K4: 26/05/2010 – Na faculdade Pitágoras, em Linhares (ES), estudantes entregaram ofício para a direção da organização de educação, solicitaram esclarecimentos acerca de mudanças na grade curricular, reativação do Diretório Acadêmico e agendaram assembleia. Ocorreu protesto com exposição de cartazes e estudantes que utilizaram nariz de palhaço e sabão em pó. O produto de limpeza fez alusão à frase dita por um representante da Diretoria Regional que comparou o comércio da educação ao de venda de sabão em pó.

Os estudantes protestaram contra a implementação de 20% de aulas a distância e alegaram insatisfação com a compra do Grupo Iuni pela Kroton, pois, provavelmente após o acordo, o grupo conterà custos para pagamento da dívida de compra.

2013

K5: 25/03/2013 – Na Unic, em Cuiabá, estudantes se reuniram com membros da direção e coordenação para expor insatisfação com a superlotação das salas de aula e com a falta de professores.

01/04/2013 – Sem respostas, estudantes iniciaram greve com previsão para encerrar no dia 05/04, sexta-feira.

04/04/2013 – Estudantes realizaram protesto e indicaram que algumas disciplinas estavam com professores substitutos que não eram especialistas na área.

K6: 13/08/2013 – Estudantes protestaram contra falta de infraestrutura do novo Centro de Ciências Agrárias da Unopar, Londrina (PR). Manifestantes reclamaram que as instalações não possuíam bebedouros, banheiros em funcionamento e extintores de incêndio.

2014

K7: 02/04/2014 – Estudantes de Odontologia da Unime, Lauro de Freitas (BA) realizaram manifestação para reivindicar funcionamento da clínica universitária.

K8: 03/06/2014 – Estudantes da faculdade Pitágoras em Feira de Santana (BA) protestaram contra aumento de mensalidade e contestaram medida. Além disso, relataram problemas na estrutura física e falta de laboratórios.

K9: 15/09/2014 – Na Bahia, em Itabuna, estudantes da Unime reclamaram da superlotação nas aulas que contava entre 80 a 120 estudantes por sala. Protestaram também pela falta de coordenador e de professores nos cursos.

2015

K10: 25/02/2015 – Na Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - Uniderp (Anhanguera), Campo Grande (MS), estudantes protestaram contra alta na mensalidade do curso de medicina que chegava a 10 mil reais.

03/03/2015 – Estudantes bloquearam avenida pública em protesto ao reajuste da mensalidade e problemas com o Fies.

11/03/2015 – Estudantes se reuniram com administração da organização de educação sobre valor da mensalidade. Da turma de 120 estudantes, cerca de 50 conseguiram continuar com o Fies, os demais enfrentaram problemas. Estudantes do primeiro ano do curso de medicina alegaram que não imaginavam que iriam passar por dificuldades no Fies, e que se soubessem não teriam se responsabilizado com a dívida do financiamento.

De acordo com planilha organizada pelos estudantes e apresentada na reunião, em 2012 a mensalidade de medicina na Uniderp era de R\$ 4.790 mensais; em 2015 a fatura subiu para R\$ 10.317, o que representava aumento de mais de 100% da mensalidade.

Estudantes também se mostraram insatisfeitos com a infraestrutura da universidade que não condizia com o alto valor cobrado no curso. Sem acordo, estudantes de medicina apontaram que iriam abandonar o curso.

K11: 27/08/2015 – Em Cuiabá (MT), estudantes de odontologia da Unic fizeram protesto e ameaçaram zerar Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enad). De acordo com os manifestantes, a universidades assediava estudantes de outra universidade próxima (Universidade de Várzea Grande - Univag), oferecia 50% de desconto nas mensalidades, pós-graduação e reposição de disciplinas reprovadas, tudo gratuitamente para transferência de universidade.

Um dos estudantes apontou que vieram em torno de 130 matrículas com essa proposta, e que agora as salas de aulas e os laboratórios estavam cheios, além de mostrarem frustração pela mensalidade que custava 3 mil reais por mês, enquanto os recém matriculados pagavam 1,5 mil reais mensalmente.

Estudantes de outros cursos também reclamavam da superlotação das aulas “interativas” e da mudança da disciplina que envolvia o Trabalho de Conclusão de Curso para o formato online.

28/08/2015 – Estudantes ameaçaram entrar em greve, e em assembleia agendaram reunião com estudantes de outros campi e da Unirondon³⁸, também de Cuiabá, organização de educação que pertenciam na época à Kroton e que também enfrentava os mesmos problemas.

02/09/2015 – Estudantes da Unic e de Unirondon chamaram para greve geral; as reivindicações eram: fim da unificação de turmas, a volta do trabalho de conclusão de curso presencial, valorização dos professores, fim do aumento das mensalidades, fim das matérias de ensino a distância, direito de escolher os coordenadores dos cursos e melhorias na infraestrutura entre outros.

03/09/2015 – Estudantes da Unic e Unirondon fecharam avenida em manifestação.

K12: 28/08/2015 - Em Itabuna (BA), estudantes da Unime protestaram contra novo modelo acadêmico e lotação de salas.

K13: 10/09/2015 – Por causa de assaltos ao redor da faculdade, estudantes da Anhanguera protestaram em Caxias do Sul (RS) por mais segurança.

K14: 29/09/2015 - Na Unime, Lauro de Freitas (BA), estudantes organizaram ato em protesto contra gestão da Kroton. O corpo discente reclamou da má prestação de serviço refletida na superlotação das salas de aula, demissão em massa de professores e aumento no número de matérias interativas. Todas medidas que os estudantes avaliaram como consequências do declínio do Fies e da diminuição de novas matrículas que visava cortar custos.

30/09/2015 – Ao som de gritos de ordem como “Unime vergonha”, estudantes bloquearam a entrada do prédio da organização de educação. Os estudantes utilizaram cartazes, faixas e apitos para protestar contra a má prestação de serviços, demissão de professores, aumento do número de matérias interativas e superlotação das salas de aula, com proposta de reduzir a capacidade máxima de estudantes de 100 para 60.

Ocorreu reunião com a coordenação e estudantes entregaram as pautas e estipularam prazos.

Há 2 meses reclamações ao grupo tinham sido feitas e nada havia sido encaminhado.

Além dessa reunião, a Kroton também se reuniu internamente e deliberou suspensão de quatro estudantes que organizaram a manifestação por melhorias. A Polícia Militar foi acionada para

³⁸ Em 2012 a Kroton adquiriu a União Educacional Cândido Rondon – Unirondon por R\$ 22 milhões (FREITAS, 2012). Em 2016 a Unirondon é extinta com venda de seus imóveis e incorporação dos estudantes pela Unic (FOLHAMAX, 2016).

expulsar os estudantes do campus. No documento de suspensão foi alegado que os organizadores da manifestação traziam riscos a comunidade acadêmica ao excitar os estudantes.

K15: 08/12/2015 – Em relação à Uniderp, em dezembro desse mesmo ano, estudantes bloquearam via pública contra disciplina online com carga horária acima da permitida. Polícia Militar joga bomba de gás em manifestantes.

09/12/2015 – Estudantes criticaram curso em ambiente virtual e pediram mudanças. A reclamação foi referente às aulas online sem presença física de professor em sala de aula a partir do sistema AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem). De acordo com um estudante as mudanças começaram a partir da fusão da Kroton com a Anhanguera, mantenedora da Uniderp.

2016

K16: 25/01/2016 – Estudantes da Unirondon e da Unic organizaram protesto para o dia 28/01 contra a Kroton. Eles cobraram melhorias na estrutura como troca de cadeiras e ar-condicionado nas salas de aula e material de higiene nos banheiros.

Estudantes reclamam também que não eram ouvidos pela Kroton, que os professores e funcionários ganhavam pouco, que as salas estavam superlotadas e que as aulas interativas não estavam de acordo com instruções do MEC.

K17: 06/07/2016 - Em Campo Grande (MT), estudantes voltaram a protestar contra superlotação na Uniderp. Na organização de educação, estudantes alegaram que existiam 158 por sala no 1º ano de medicina, e mesmo assim a Uniderp abriu novas vagas para completar 200 nessa turma.

Estudantes criticaram que não havia estrutura para 158 pessoas em uma sala, muito menos para 200. No início do curso eles foram informados que seriam “apenas” 120 estudantes por turma.

2017

K18: 07/02/2017 – Estudantes se indignaram com instalação de *containers* como salas de aula na Faculdade Pitágoras, Divinópolis (MG), e procuraram Ministério Público. De acordo

com estudantes, esses *containers* estavam em péssimas condições e não possuíam estrutura para suportar aulas.

Anteriormente, uma representante dos estudantes procurou a diretora da unidade para conversar sobre o assunto e outras questões que envolviam melhorias na organização de educação e foi constrangida. Apenas depois que a estudante mencionou que iria fazer um Boletim de Ocorrência foi que a diretora a recebeu.

Questionada sobre os *containers*, a diretora disse que também não concordava com a nova estrutura, mas que não iria argumentar contra as decisões da Kroton.

A estudante solicitou ainda que a direção fizesse reunião com demais representantes dos estudantes, sendo negada solicitação com a indicação de que ela, a diretora, não tinha obrigação de dar satisfação para um “grupinho de alunos”. Segundo a estudante, a diretora comentou que estava apenas de passagem naquela faculdade e que estava ali para implementar o que ela e a empresa acreditavam ser importante para a faculdade.

Foram feitos Boletim de Ocorrência e denúncia no Ministério Público para verificar a legalidade da estrutura provisória.

K19: 18/08/2017 – Revoltados, estudantes da Faculdade Pitágoras, em São Luís (MA) protestam e fizeram “apitação” contra falta de professores e afirmaram que a faculdade estava transformando disciplinas presenciais em *online*.

K20: 19/08/2017 – Estudantes da Anhanguera, unidade Anchieta, São Bernardo do Campo (SP), entregaram requerimento para direção da unidade insatisfeitos com a demissão de professores e o aumento do número de aulas a distância.

Foi organizado ato estudantil para cobrar qualificação na metodologia de ensino, substituição do sistema online utilizado pela unidade, o KLS, e para retorno de aulas presenciais com corpo docente formado por professores doutores e mestres para todos os cursos.

Para os estudantes, desde que a Anhanguera adquiriu a faculdade Anchieta, e depois a Anhanguera foi incorporada pela Kroton, a qualidade decaiu muito. Anteriormente, a faculdade possuía mais professores mestres e doutores.

Foi relatado que a unidade esperou passar a avaliação do MEC para demitir professores com maior titulação.

K21: 29/08/2017 – Na Bahia, na unidade de Teixeira Freitas, estudantes denunciaram em manifestações salas de aula lotadas e reivindicaram melhorias na estrutura e na segurança. Os motivos das críticas foram: implementação do sistema “Blended”, portal online na qual o professor se torna apenas um tutor para acompanhar a realização de avaliações; salas lotadas em sinergia com a diminuição de gastos, junção de períodos; falta de instalações adequadas para épocas chuvosas; ausência de aulas prática e a alta mensalidade que era superior aos mesmos cursos em outras cidades.

K22: 05/10/2017 – Com cartazes e apitos, na Unopar, Londrina (PR), estudantes realizaram protesto por mais segurança.

K23: 15/11/2017 – Estudantes protestaram contra Uniderp, Campo Grande, por causa de disciplinas inseridas no sistema *online* AVA com proposta híbrida.

2018

K24: 19/02/2018 – Na Unic, Cuiabá, acadêmicos organizaram protesto e devem protocolar ação judicial coletiva por danos morais. O motivo foi o aumento e transformação de matérias presenciais em *online*, como a disciplina correspondente ao Trabalho de Conclusão de Curso nesse modelo, aumento da mensalidade e demissão de professores.

K25: 14/03/2018 - Estudantes de Anápolis (GO) protestaram contra Anhanguera por causa de disciplinas como o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Estágio no formato *online*.

K26: 16/11/2018 – Estudantes da Uniderp preparam protesto para audiência pública na Câmara Municipal de Campo Grande (MS) sobre problemas que envolvia a universidade. Dentre as principais reclamações estava a cobrança indevida dos valores do Fies.

K27: 14/12/2018 – Estudantes da Unic (Cuiabá-MS) ameaçaram nas redes sociais não se matricular na organização de educação como protesto contra a demissão de coordenadoras dos cursos de Direito e Psicologia.

K28: 31/12/2018 – Ainda em Cuiabá, outro professor foi demitido e estudantes ficaram indignados. A demissão ocorreu com um professor de direito e estudantes protestaram nas

redes sociais. De acordo com o corpo discente, o professor foi desligado porque pediu a expulsão de graduandos que tiraram fotos das provas e colocaram em grupos de *whatsapp*, além de reprovar outros por insuficiência de nota. Segundo a Unic, a demissão fez parte do ciclo “natural” do ensino superior de contratações e substituições do corpo docente.

2019

K29: 21/11/2019 - Estudantes de medicina da Pitágoras (Eunápolis – BA) protestaram por falta de estrutura e mensalidade alta.

2020

K30: 07/02/2020 – Em Lauro de Freitas (BA), estudantes denunciaram a faculdade Unime ao Ministério Público por série de irregularidades no curso de medicina. As denúncias foram diversas: cobranças indevidas de mensalidades, desrespeito aos contratos do Fies, atraso de salário de professores (cerca de 6 meses) e estrutura física precária. De acordo com estudantes, a Unime estaria cobrando valores extras da mensalidade e afirmou que estes não seriam cobertos pelo Fies. Alguns estudantes chegaram a ter dívida de 80 mil com a organização de educação. A Unime alegou que não iria matricular nenhum estudante “inadimplente”.

K31: 20/02/2020 - No Pará, na cidade de Marabá, a Faculdade Pitágoras também foi alvo de protesto contra a falta de estrutura e mensalidades abusivas. Em manifestação, estudantes utilizaram cartazes e fizeram “apitação” em frente à faculdade por melhorias.

K32: - 02/03/2020 – Estudantes do campus de Marabá e Parauapebas (PA) protestaram contra Faculdade Pitágoras. O motivo correspondeu a cobranças abusivas e mudança no modelo de ensino que antes era totalmente presencial e após alteração, possuía parcela a distância.

K33: 03/04/2020 – Em Divinópolis (MG), na Faculdade Pitágoras, estudantes elaboraram nota de repúdio à adesão ao método de aulas *online* durante a pandemia sem redução no valor da mensalidade. Estudantes alegaram que nem todos possuíam recursos para acessar conteúdo *online*, já que aquela parcela dos graduados vivia em zona rural com baixa qualidade de sinal de internet.

4.1.4 Ser Educacional

2013

S1: 02/10/2013 – Estudantes da Faculdade Maurício de Nassau, em Salvador (BA), fecharam rua por mais segurança.

2015

S2: 04/03/2015 – Estudantes do curso de Psicologia do Campus Parnaíba (PI) da Faculdade Maurício de Nassau registraram Boletim de Ocorrência e protestaram em favor de uma melhor estrutura como clínica escola, livros, laboratórios de testes e materiais didáticos.

Estudantes alegaram que procuraram em outros momentos a coordenação da unidade para discutir reivindicações, mas não obtiveram resposta.

S3: 27/05/2015 – Na Bahia, em Salvador, Estudantes da Mauricio de Nassau protestaram por mais segurança. Na semana anterior ao protesto, ocorreu tentativa de sequestro. Professores suspenderam as aulas e apoiaram a manifestação.

S4: 30/06/2015 – Estudantes da Universidade da Amazônia (Unama), Belém (PA), realizaram manifestação para protestar contra demissão em massa de professores. O ato foi organizado pelo DCE e ocorreu no campus da Unama com estudantes de diferentes cursos.

De acordo com o sindicato, cerca de 40 docentes foram demitidos para contratação de profissionais com salários inferiores.

A demissão causou revolta entre os estudantes e muitos deles ficaram sem orientadores de TCC.

S5: 04/11/2015 – Estudantes da Mauricio de Nassau, Fortaleza (CE), protestaram contra falta de segurança. O ato ocorreu após duas estudantes terem sido vítimas de uma tentativa de estupro em ponto de ônibus próximo à unidade de ensino. Estudantes apontam que o campus não possuía estrutura segura e que estudantes já foram assaltados mais de uma vez.

2016

S6: 07/06/2016 – Em protesto, estudantes da Mauricio de Nassau, Maceió (AL), fizeram uma manifestação bloqueando via pública contra a falta de segurança e ocorrência de assaltos.

2020

S7: 09/04/2020 – Estudantes denunciaram a Uninorte ao Procon em Manaus. As denúncias se referiam a dificuldades de acesso na plataforma de ensino e de disponibilização de conteúdo online, além de alterações na data de vencimento das mensalidades.

S8: 14/08/2020 – Nota pública feita por estudantes da Uninorte foi criada em discordância do desenvolvimento de aulas práticas online.

4.2 Cartografia

Após organização do material coletado, os conflitos foram identificados conforme localização geografia, quantidade de ocorrência por estado e município, o que permitiu gerar a seguinte tabela:

Tabela 14 – Conflitos por estado e município, Brasil, 2010 – 2020

Conflito	Estado	Quantidade	Cidade	Quantidade		
S5	Alagoas	1	Maceió	1		
S6	Amazonas	2	Manaus	2		
S7						
A5	Bahia	12	Jacobina	1		
k7			Lauro de Freitas	3		
k14						
K30						
k8			Feira de Santana	1		
k9			Itabuna	2		
k12						
k21			Teixeira de Freitas	1		
k29			Eunápolis	1		
k34			Salvador	3		
S2						
E10						
E5			Ceará	3	Fortaleza	3
E7						
S4						
k4	Espírito Santo	1	Linhares	1		
k25	Goiás	1	Anápolis	1		
k19	Maranhão	1	São Luís	1		
k1	Minas Gerais	5	Belo Horizonte	1		
k2			Ipatinga	1		

k3			Betim	1		
k18			Divinópolis	2		
k33						
E5	Mato Grosso do Sul	7	Campo Grande	7		
E13						
k10						
k15						
k17						
k23						
k26						
k5	Mato Grosso	6	Cuiabá	6		
k11						
k16						
k24						
k27						
k28						
k31	Pará	3	Marabá	1		
k32			Marabá e Parauapebas	1		
S3			Belém	1		
E11	Piauí	2	Teresina	1		
S1			Parnaíba	1		
A2	Paraná	3	Curitiba	1		
k6			Londrina	2		
k22						
E1	Rio de Janeiro	9	Niterói			
E3			Rio de Janeiro	5		
E4						
E5						
E6						
E9						
E5			Nova Friburgo	1		
E5			Resende	1		
E5			Friburgo	1		
E12	Rio Grande do Norte	2	Natal	2		
E8						
k13	Rio Grande do Sul	1	Caxias do Sul	1		
A4	Santa Catarina	2	Joinville	1		
A6			Tubarão e Palhoça	1		
A1	São Paulo	5	São Paulo	2		
A3			Ourinhos	1		
E2						
E5					Ribeirão Preto	1
k20					São Bernardo	1

Elaboração própria.

Fonte: Quadro 6 (anexo).

A partir desta sistematização foi possível identificar que o estado que mais concentrou conflitos relacionados ao trabalho docente nas empresas de capital aberto foi a Bahia, com a ocorrência de 12 conflitos. E, em relação aos municípios com maior incidência, Campo Grande (7) e Cuiabá (6) foram os de maior incidência, ocorrendo quantidade considerável de conflitos com a Kroton e suas afiliadas.

Dos 12 conflitos na Bahia, 8 ocorreram com organizações de educação vinculadas à Kroton: 5 com a faculdade Unime e 3 com a Pitágoras. E em Campo Grande e Cuiabá, todos tiveram a Kroton também como alvo: Campo Grande a Anhanguera e Cuiabá a Unic/Unirondon. Não por acaso, a Kroton e essas marcas são também as que possuem mais conflitos.

Tabela 13 – Quantidade de conflitos laborais (trabalho docente), por empresas de capital aberto (Ânima, Estácio, Kroton, Ser Educacional), 2010-2020

Empresa	Marca	Quantidade	Total	Porcentagem
Ânima Educação	São Judas Tadeu	2	6	10%
	UniCuritiba	1		
	UniSociesc	1		
	Ages	1		
	Unisul	1		
Estácio	-	-	13	21,7%
Kroton	Pitágoras	12	33	55%
	Anhanguera	8		
	Unic	6		
	Unime	5		
	Unopar	2		
Ser Educacional	Maurício de Nassau	5	8	13,3%
	Unama	1		
	UniNorte	2		
Total			60	

Elaboração própria.

Fonte: Quadro 6 (anexo).

De todas as empresas a Kroton é a que mais obteve conflitos durante a década estudada: dos 60 conflitos, 33 a envolveram, 55% do total. Provavelmente, essa parcela considerável ocorreu devido a seu avanço no mercado, fruto de uma expansão desenfreada e intensificação da lógica empresarial em suas unidades de ensino, tornando a Kroton a maior empresa do setor, sobretudo a partir da adoção da estratégia de compra de outras organizações, incorporando faculdades inteiras, com seus estudantes, ao seu conglomerado.

Com a Kroton à frente na ocorrência de conflitos, suas afiliadas também se sobressaíram em relação às demais. Como evidencia a tabela acima, Pitágoras foi a afiliada com maior quantidade de conflitos. É importante destacar que a Kroton se origina da rede

Pitágoras, sendo esta a primeira a adotar o modelo empresarial na sua gestão, sendo hoje um dos grandes nomes do conglomerado.

Em seguida, a Anhanguera também se mostrou constante nos conflitos. Dos 8 registros, 5 relacionam-se à unidade da Uniderp, em Campo Grande. A Uniderp vinculou-se à Anhanguera em 2007, e, em 2014, a Kroton incorporou a Anhanguera. Já a Unic e a Unime, que ocupam os lugares posteriores de ocorrência de conflitos, pertencem ambas a Iuni Educacional que, em 2010, foi adquirido pela Kroton.

4.3 Protagonistas do conflito: o papel dos estudantes na luta dos professores

Em virtude da repressão inclemente do patronato, os estudantes possuem papel de relevo nos conflitos investigados nesta tese. Dos 60 conflitos rastreados, 56 foram protagonizados pelo corpo discente das organizações de educação selecionadas. Esse dado aponta que o movimento estudantil auxilia fortemente nas lutas da categoria docente sem que estes tenham que assumir a liderança do processo.

Por isso, seria impossível discutir os conflitos laborais sem destacar que são os discentes os responsáveis por sua linha de frente. São eles que, mesmo sem pertencer à categoria, lutam pelos professores e, conseqüentemente, pela melhoria do ensino. Não porque os docentes não considerem importantes as mobilizações, mas em virtude da política antissindical das corporações que não admitem mobilizações e reivindicações associadas a métodos de luta da classe trabalhadora em suas empresas; e, sobretudo, pelas demissões.

Abordadas anteriormente (tópico 3.2.2) de maneira ampla no setor privado, as demissões reaparecem outra vez no texto em páginas adiante (tópico 4.5) por compor a frente das pautas mais recorrentes dos conflitos estudados. E, juntamente com as demissões, a rotatividade (*turnover*) também aparece relacionada.

A rotatividade (*turnover* no jargão dos gestores) é o dado utilizado para medir a proporção de trabalhadores desligados ao longo de um ano em relação ao número total de trabalhadores mantidos no emprego. A rotatividade, sob o ponto de vista das empresas (mas também para as IES), significa custo operacional pois a substituição do trabalhador implica em custos de desligamento (indenizações e multas legais), bem como em custos de reposição (processos de seleção, custos de contratação e treinamento) (RODRIGUES FILHO, 2015, p77).

Nas organizações de educação superior privadas, a rotatividade é uma estratégia recorrente. Segundo Rodrigues Filho (2015), ao longo de 2013, a partir de análise dos dados da RAIS, 67.200 contratos de trabalho foram encerrados e 60.867 novos contratos foram

celebrados em organizações privadas educacionais (com e sem fins lucrativos). Por isso, segundo Rodrigues Filho (2015, p.78), é baixa a expectativa de permanência nas organizações de educação privada, na qual “os docentes não criam laços de fixação no emprego e se deslocam de uma para outra em busca de melhores condições”.

Por outro lado, mesmo que sejam os professores que sofrem diretamente com complicações do mundo do trabalho, os estudantes também vivenciam isso a partir da repercussão dessas problemáticas no ensino e no ambiente de aprendizagem.

Para os estudantes, é evidente que as penalidades, quando existem, são mais brandas, enquanto para os docentes o envolvimento em manifestações de insatisfação pode ser motivo para demissão. Todavia, mesmo ao apresentar baixo risco em relação aos docentes, há registro de suspensão e violência por causa de protestos. Como o conflito (k14) que envolveu a Unime da Kroton, na Bahia, em 2015, em que os estudantes que reivindicaram melhorias foram suspensos. A Polícia Militar foi acionada para expulsá-los do campus. Em outros conflitos (k1 e k15) também foi registrada a ação da polícia que reprimiu os manifestantes com gás lacrimogênio e balas de borracha.

No documento de suspensão dos estudantes da Unime (k14) foi afirmado que os estudantes haviam posto em risco a comunidade acadêmica. As reivindicações referiam-se à má prestação de serviço decorrente da superlotação das salas de aula, demissão em massa de professores sem reposição e aumento de disciplinas interativas. Os estudantes avaliam que tais ações foram consequências do declínio do Fies.

Embora os estudantes estejam majoritariamente nos conflitos, mesmo diante das adversidades, a categoria docente também contribui. Os conflitos A2, E5, k1 e k3 evidenciam isso. O primeiro conflito laboral (k1) rastreado nas empresas de capital aberto conduzido por docente ocorreu em 2010 com a Kroton e sua afiliada Pitágoras. Na época os professores realizaram assembleia, preocupados e insatisfeitos com a proposta pedagógica apresentada.

A reforma previa redução da carga horária de cursos que resultaria em demissão de professores, principalmente porque em algumas áreas, naquele momento, já estava sendo levantada a proposta de substituição de aulas presenciais pela modalidade a distância. Na ocasião o Sinpro Minas estava junto aos professores nessa movimentação.

Para os docentes e o sindicato, a reforma revelava mais uma tentativa da Kroton de reduzir custos e aumentar o lucro, medidas que prejudicavam a qualidade do ensino e as condições de trabalho da categoria para atender os interesses dos investidores. De acordo com eles, a proposta não foi apresentada oficialmente aos professores e nem ao sindicato, o que a

pôs em desacordo com a LDB que determina a participação do corpo docente na elaboração das diretrizes pedagógicas.

Foi alegado que ocorreu apenas a circulação de um comunicado das alterações por meio de informativo interno que impôs as mudanças. Por isso, os docentes reivindicaram a suspensão das mudanças e a participação na construção do projeto pedagógico. Esse conflito evidenciou que há dez anos os professores e o sindicato tinham conhecimento da influência do setor financeiro e a repercussão na organização de educação.

Nesse mesmo ano, 2010, a Kroton expandiu seus negócios na bolsa de valores e negociou a compra da Iuni e suas marcas Unic, Unime e Fama. Os docentes naquela época avaliaram que essa proposta pedagógica visava à redução de custos para diminuir impactos dessa compra. Junto aos docentes, os estudantes também participaram das movimentações e realizaram protesto contra a mudança que acabou em violência em decorrência do conflito com a Polícia Militar que agiu contra os estudantes que foram feridos e presos. Para concentrar vídeos do protesto e depoimentos acerca das mudanças apresentadas pela Kroton, estudantes criaram um *blog* – falsidadepitagoras.blogspot.com – ; nele é possível ter acesso aos materiais desse conflito (k1) e maiores informações.

Em outro conflito (A2), em 2020, que envolveu a Ânima/UniCuritiba, foram encontradas semelhanças, mesmo 10 dez depois, com a realização de protesto contra a implementação da nova matriz curricular. Nesse caso de 2020, estudantes temem que, com a nova matriz curricular, que reduz a carga horária presencial, professores sejam demitidos ou tenham sua carga horária reduzida, e reivindicam participação na construção da proposta pedagógica.

Um dos pontos centrais desse conflito (A2) foi que a Ânima publicou edital, não muito claro, sobre distribuição da carga horária, que não previa remuneração diferenciada por titulação. Em assembleia, estudantes e o Sindicato dos Professores de Ensino Superior de Curitiba e Região Metropolitana (Sinpes) avaliaram que o edital propunha condições de trabalho desfavoráveis aos docentes. Para os estudantes, a empresa tem como objetivo apenas lucrar, passando por cima do interesse dos corpos discente e docente.

Diante disso, os docentes começaram a discutir a possibilidade de greve e ocorreram reuniões mediadas pelo Ministério Público do Trabalho, o que resultou na suspensão do edital e com o comprometimento da Ânima em criar procedimento de inserção da matriz curricular com a participação dos docentes.

Por fim, vale colocar em relevo a existência da Rede de Educadores do Ensino Superior em Luta (facebook.com/redeeducadoresemluta), espaço de acolhimento, articulação e mobilização política dos educadores que atuam em empresas privadas de educação superior. A Rede de Educadores do Ensino Superior em Luta se posiciona como um coletivo formado por professores e professoras preocupados com uma educação emancipadora e verdadeiramente comprometida com a igualdade social (REDE DE EDUCADORES EM LUTA, 2021).

Com o foco em questões relacionadas à precarização do trabalho e à mercantilização da educação, a Rede surgiu a partir de conflitos que envolviam a Laureate quando ela era uma empresa de capital aberto internacional, e segue aglutinando questões que não apenas envolvem esse grupo específico.

Em 2020, em meio à pandemia da Covid-19, a Rede criou a plataforma “Apoio Psicológico para Profissionais da Educação” (apoiopsicoeducacao.bonde.org), canal que fornece gratuitamente suporte psicológico para profissionais da educação. Para o coletivo, os desafios que envolvem os professores nunca foram pequenos. A lista destes desafios é considerável e abrange: responsabilidades, cobranças, número de tarefas, frustrações decorrentes de limitações tecnológicas, aumento do tempo gasto na elaboração de atividades remotas, sobrecarga, redução salarial, ameaças de desemprego e aumento da jornada de trabalho.

Conforme a Rede, a pandemia agravou o contexto do trabalho docente e aumentou os sinais de adoecimento mental. Por isso, considerando a importância desses trabalhadores, eles lançaram a plataforma como um gesto solidário que conecta profissionais da educação a psicólogos voluntários de todo o país. E em apenas cinco horas de lançamento, 300 pedidos de atendimento foram realizados (DOMENICI, 2020d): mais um indício de que os docentes vivem tempos difíceis.

4.4 Mecanismos de luta

Entre os mecanismos de manifestação utilizados, os protestos são os mais usuais. Dos 60 conflitos, 51 utilizaram essa ferramenta como maneira de expressar insatisfação e atrair visibilidade para suas pautas. De um modo geral, essa estratégia nos conflitos tem se caracterizado com o ato de manifestar publicamente, de forma presencial, descontentamento

com algo a partir da aglomeração de manifestantes com cartazes e faixas expondo a problemática.

Essa exposição tem sido seguida por elementos visuais irônicos como o uso de nariz de palhaço, referente à “piada” das ações cometidas pelas empresas e encenação de velório simbólico da educação; e também elementos sonoros como frases curtas que sintetizam pautas (“palavras de ordem”) e apitos (“apitaços”). Com o advento da pandemia e do isolamento social o uso de carreatas e de buzinas dos automóveis, os “buzinaços”, também foram utilizados (A2, A4). Acerca dos ambientes escolhidos para o protesto, percebe-se que a organização de educação foi utilizada como marco: ocorreram protestos dentro dela, em frente e em via públicas nas proximidades.

Junto com esse tipo de manifestação foram identificadas ações judiciais (A2, E5, E12, k2, k18, k24, k32, k33 e S7) com Ministério Público ou Vara do Trabalho, boletim de ocorrência (k18) e denúncia no Procon (k33, S7), embora em proporção menor. Apenas 10 conflitos possuíram essa indicação de estratégia legal. Entre as outras ferramentas utilizadas nos conflitos, pode-se destacar também o uso de manifestação em redes sociais (4), entrega de documentação com reivindicações (4), abaixo-assinado (3), nota pública (3), paralisação (3), assembleia (3) e greve (2).

Desse modo, um mecanismo que tem auxiliado a compreensão da situação são os abaixo-assinados e as notas públicas. Certamente de maneira isolada o seu alcance é limitado, mas quando conjugado com outros mecanismos eles se tornam importantes ferramentas de expressão dos anseios relacionam ao conflito, sobretudo por serem construídos por quem vivencia as situações.

Os conflitos A1 e A5, da Ânima que envolveram a Universidade São Judas Tadeu – USJT (São Paulo) em 2017 e Ages (Bahia) em 2020, respectivamente, ilustram bem esse recurso. O primeiro diz respeito à “reestruturação” de grades e demissões de professores. O segundo sobre a rejeição estudantil à nova matriz curricular imposta. Temáticas próximas, abordada em tempos e espaço diferentes. Ambas fazem crítica às imposições da Ânima das duas marcas que foram adquiridas pela mantenedora.

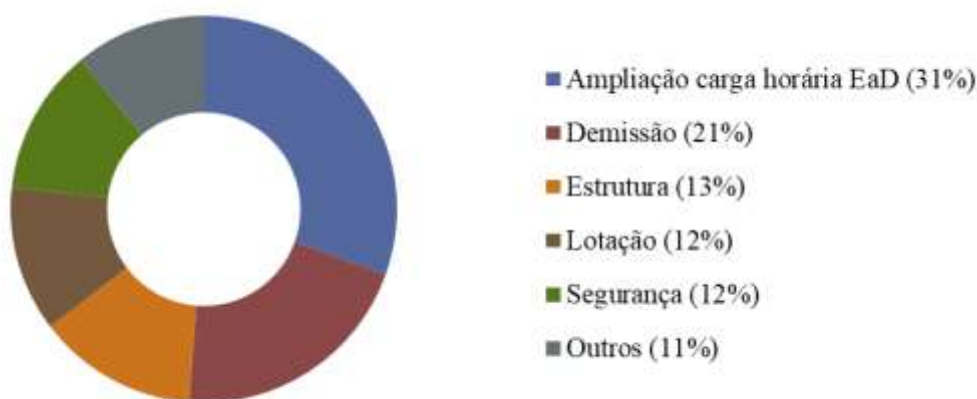
No conflito A1, foi indicado que a USJT era referência no mercado pelos seus métodos pedagógicos, por não ter EaD e pelo seu modelo anual. Após a sua compra pela Ânima, foi indicado que tudo mudou e que agora a organização de educação virou uma “*delivery* de canudos”, com objetivo “aventureiro” e mercantil.

Por fim, é interessante ponderar que greve, paralisações e assembleias são ferramentas clássicas dos trabalhadores em conflito. Contudo, o recorte utilizado nesta pesquisa, os conflitos laborais dos docentes que trabalham nas empresas educacionais de capital aberto, apresentam peculiaridades que tornam praticamente raro o uso dessa ferramenta, sendo mais frequentes os protestos.

4.5 Os anseios em pauta: ensino *online* e demissões

De um modo geral, pode-se dizer que as pautas de qualquer conflito refletem os anseios vivenciados pelos protestantes. No caso dos conflitos estudados nesta pesquisa, as reformas pedagógicas com o foco em disciplinas *online*, a partir do aumento da carga horária da EaD em cursos presenciais, foi a grande motivadora das manifestações que envolveram as empresas educacionais de capital aberto. Juntamente com ela, não por acaso em segundo lugar, apareceram as demissões.

Gráfico 13 - Pautas dos conflitos vinculados às empresas de capital aberto, educação superior, Brasil, 2010 – 2020



Elaboração própria a partir do quadro 6.

Para além dessas, que em conjunto motivam metade dos conflitos, como se depreende do Gráfico 13, também foi apresentada nos registros a necessidade de melhorias nas condições de ensino e de estrutura das organizações. Da mesma maneira, também foi possível perceber maior insatisfação com a lotação das salas de aula.

Esse quadro, elaborado com base nos eventos dos últimos 10 anos, expressou um conjunto de elementos. É crucial reafirmar o papel que a financeirização da educação

provocou na educação superior e retroagiu 20 anos, aos anos 2000, quando ocorreram os primeiros ingressos de fundos estrangeiros no setor educacional com operadores altamente profissionais no mundo dos negócios, e a educação passou a ser comercializada na bolsa de valores.

Essa época definiu os contornos que conhecemos atualmente. A partir desses dois movimentos centrais foram construídos os alicerces que tornaram possível a consolidação de uma cultura empresarial nos ambientes de educação superior. E com o apoio do Estado, a mercantilização da educação não apenas foi permitida como foi impulsionada nos anos posteriores, o Prouni, e principalmente o Fies são provas disso. E o resultado foi que tanto esse suporte do Estado, quanto a procura por novos nichos de mercado e a potencialidade econômica que a mercantilização da educação poderia alcançar, tornaram o setor atraente para os investidores.

Observando os conflitos, é nítido que se encontra em curso uma reformulação do currículo nas organizações de educação de capital aberto, buscando a transformação de disciplinas que antes eram presenciais, em disciplinas inteiramente *online*, ou adotando um modelo híbrido que mescla ensino presencial e EaD. Ou seja, a educação a distância não só se restringiu apenas aos cursos que se enquadraram nessa modalidade, ocorreu um movimento amplo de inserção de ferramentas da educação a distância também no ensino presencial.

Ao acompanhar essa questão, a segunda pauta mais frequente, a demissão de professores, complementou a realidade da primeira, pois ao aumentar a educação a distância foi possível reduzir os postos de trabalho, principalmente porque as aulas gravadas ou transmitidas para inúmeros estudantes possuíam alcance ou validade quase imensuráveis.

Diante disso, alguns apontamentos podem ser feitos. Primeiramente, as empresas educacionais, ao abrir capital, se relacionam com investidores que operam no mundo das finanças e que passam a ter como centro decisório o Conselho de Administração, constituído por gestores profissionais, representantes dos fundos de investimentos e acionistas. Cabe ao Conselho calibrar o funcionamento do grupo educacional de modo a assegurar lucros crescentes.

São muitas as formas de ampliar a taxa de lucro como o uso intensivo de tecnologias, materiais pedagógicos padronizados, disciplinas a distância, ampliação das matrículas de cursos a distância, reorganização dos ciclos básicos de modo a torná-los comuns a diversas áreas conexas e a redução do número de disciplinas. Em comum, todas essas medidas envolvem a intensificação da exploração e expropriação do trabalho docente que combina

aumento do número de estudantes por docente (com as referidas tecnologias), enxuga o número de disciplinas, acarreta jornadas de trabalho extenuantes, demissões de docentes mais qualificados e, se necessário, contratação de docentes menos qualificados e com menor remuneração.

Essa conversão da organização de educação em uma espécie de empresa lucrativa e suas consequências colaboram para a criação de um ambiente nocivo para os professores. Santos e Almeida (2009), em pesquisa, aferiram a produção acadêmica-científica sobre trabalho docente na educação superior, constataram a recorrência, na abordagem, da relação entre condições de trabalho e processo de saúde-doença, com destaque para a chamada *síndrome do estresse*. E além dessas pesquisas, as autoras também destacaram o estudo acerca do processo de saúde-adoecimento de professores que atuam em ambiente virtual. Naquela época a expansão da Educação a Distância já estava se revelando como uma das opções dos governos e das organizações de educação por uma ampliação não presencial da educação superior.

De acordo com Santos e Almeida (2009), as condições de sobrecarga de trabalho, que se agravaram ainda mais como ambiente virtual, não só interferiram de forma negativa na saúde docente, como também prejudicaram a integração e socialização do conhecimento. Destacaram-se entre elas a pressão sobre determinadas tarefas, o produtivismo, o empobrecimento da função de docente, flexibilização do trabalho e os controles exacerbados da gestão, questões essas que alteram as experiências de trabalho, seus significados e podem levar ao adoecimento.

Impulsionando isso, a lógica da financeirização é de forte compressão temporal das expectativas de lucros: muitos fundos fazem aquisições com um horizonte de desinvestimento que não ultrapassa, em geral, cinco anos. Os investidores, especialmente os individuais, têm expectativa de desinvestimento em prazo ainda mais curto. Desse modo, o investimento em capital fixo busca a maximização do lucro, mesmo que ocorra intensificação do trabalho, sobrecarga das condições de ensino, estrutura e formação acadêmica.

Mancebo, Silva Júnior e Schugurensky (2016), ao analisarem a educação superior diante da mundialização do capital predominantemente financeiro, ressaltam que o foco nas planilhas financeiras interfere diretamente no oferecimento de cursos e de matrículas nas organizações privadas. Sua expansão se dá sob a influência direta de demandas mercadológicas condizentes com os interesses da burguesia desse setor de ampliar a

valorização do seu capital com a venda de serviços educacionais (MANCERO; SILVA JÚNIOR; SCHUGURENSKY, 2016).

De acordo com os autores, isso faz com que haja uma enorme quantidade de cursos de forte apelo mercantil oferecidos nas regiões mais ricas do país e que dão pouquíssimas contribuições para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país ou da própria região, enquanto os locais e áreas profissionais que mais necessitam de reforços são abandonados.

Vale considerar que o critério financeiro atinge também o direcionamento de investimento e atratividades entre as modalidades de ensino, o que reforça o argumento de que a preferência econômica é pelos cursos EaD ou a aproximação ao máximo dos cursos presenciais a essa modalidade. Adicionalmente, ao uso intensivo da modalidade a distância, os autores apontaram também para a introdução de inovações gerenciais (enxugamento de quadros, precarização do trabalho) e da adoção de um ensino de qualidade discutível (MANCERO; SILVA JÚNIOR; SCHUGURENSKY, 2016).

Para o mundo dos negócios, pouco importa uma formação social, crítica, criativa e condizente ao desenvolvimento humano. A questão não é que os operadores financeiros tramam o oposto a isso, mas que esse não é o primordial de suas ações. Embora estejamos falando de ambientes de ensino que deveriam prezar a formação humana, quando a educação se torna uma mercadoria, o imperativo é o capital e as oportunidades da sua acumulação.

Como uma pauta relevante nos conflitos estudados, frequentemente o avanço de características que remetem a um ensino *online* têm gerado repulsa. Os conflitos revelaram que os estudantes não estão satisfeitos com as reestruturações de currículos impulsionadas nas organizações de educação que possuem como norte o ensino a distância.

O drama aumenta à medida que o setor privado se utiliza dessa estratégia como mecanismo de lucratividade e de expansão, mesmo com quantidade alta de matrículas nesta modalidade de ensino. Esta acentuação da educação a distância nos cursos presenciais já gerava insatisfação antes mesmo da sua ampliação, em 2019, para 40%, como expressa o protesto (k21) que ocorreu em 2017 na faculdade Pitágoras, unidade Teixeira de Freitas (BA), na qual estudantes percorreram o espaço da organização para chamar atenção da administração com a finalidade de pressioná-los para abertura de diálogo sobre algumas pautas.

Entre as pautas, foi indicado que no contrato assinado pelos estudantes constava que eles estavam se matriculando em um curso presencial, e atualmente há turmas com até 3 dias

de aulas *online* durante a semana. Além disso, os estudantes da Pitágoras também relataram que um dos motivos da manifestação foi a inserção da “Blended”, que consiste na oferta de uma disciplina com elementos presenciais e interativos em uma plataforma chamada Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), na qual a carga horária teórica é ofertada totalmente pela plataforma *online* e a carga horária prática realizada presencialmente na organização de educação.

Todavia, embora seja indicado o acompanhamento das aulas práticas nesse formato de disciplina, no conflito (k21) foi apontada a ausência destas, e a inutilização dos laboratórios com fins para práticas específicas em salas de aulas normais, sem necessariamente envolver o uso adequado do laboratório. Outro conflito (k1), também na Faculdade Pitágoras, mas agora em unidade de Belo Horizonte, em 2010, demonstra que há anos o setor privado-mercantil, sobretudo os conglomerados de capital aberto, buscavam avançar na implementação dessa modalidade de ensino.

De acordo com o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais - Sinpro Minas, em assembleia dos docentes dessa unidade em 2010, já eram apontadas preocupações com a proposta da reforma pedagógica apresentada pela Kroton que tinha como finalidade substituir aulas presenciais por aulas a distância, o que resultaria na demissão de professores.

Para os docentes e o Sinpro Minas a reforma revelava mais uma tentativa da Kroton de reduzir custos e aumentar os lucros com prejuízo para a qualidade do ensino e as condições de trabalho da categoria. Segundo o sindicato, a reforma foi uma medida voltada para atender os interesses do mercado financeiro.

Em outro protesto (k20), em 2017, que envolvia a Anhanguera, no interior de São Paulo, estudantes estavam cobrando a substituição do KLS (do inglês *Kroton Learning System*, sistema *online* da Kroton) por aulas presenciais com um corpo docente formado por professores com qualificação adequada para todos os cursos da companhia em nível nacional.

Para um dos representantes de turma da organização de educação, quando ele optou pela organização de educação e iniciou seu curso a proposta do estabelecimento era diferente, ocorrendo mudanças negativas, sobretudo após a incorporação da Anhanguera pela Kroton. O estudante resgata que quando entrou na faculdade existiam professores capacitados, mestres e um doutor em direito, mas que ao longo do tempo tudo foi se computadorizando, sendo excessivo o uso das plataformas. Ele também comenta que a gestão esperou passar a avaliação do MEC para demitir os professores mais qualificados, por isso que os apelos desse

conflito estavam envolvendo a contratação imediata de professores com titulação e a extinção de práticas excessivamente virtuais no aprendizado.

Sobre esse mesmo conflito (k20) envolvendo a Anhanguera (Kroton), outra estudante afirmou que no início do semestre eles se depararam com uma matéria importante disponibilizada hibridamente, com aulas *online* e aulas práticas, o que motivou os estudantes a se posicionarem contra a decisão, realizando diversos protestos na tentativa de diálogo com a coordenação do curso. Estudantes se organizaram e entregaram abaixo-assinado descrevendo a importância do conteúdo e a opção dos estudantes em estudar presencialmente, e não a distância; mas nada adiantou e a organização de educação manteve a decisão.

Motivados pelo lucro, e com suporte de tecnologias, empresários compreendem que o ensino a distância é mais barato do que o ensino presencial, e dificilmente se abstêm dessa possibilidade. A Portaria 2.117 é um exemplo disso. Em 2019 o Estado ampliou a possibilidade da carga horária de EaD nos cursos presenciais. Não necessariamente esta é uma obrigação a que as empresas de capital aberto precisariam aderir.

Para os professores, essa indução ao ensino online gera várias implicações. Freitas (2006), ao realizar estudo sobre o trabalho docente em ambiente virtual, alerta que geralmente o ritmo de trabalho é excessivo, e que eles precisam aprender a desenvolver o processo pedagógico mediado por novas tecnologias de comunicação e informação.

Conforme Leda (2006), essa intensidade do trabalho ocorreu em função das novas demandas que foram incorporadas ao fazer dessa categoria como o manuseio técnico e pedagógico de tecnologias, o uso exacerbado da comunicação escrita, o atendimento aos estudantes, o trabalho por demanda e, ainda, o controle permanente da participação dos estudantes no ambiente virtual.

Além disso, os professores estão sendo coagidos a assumir turmas que extrapolaram sua área de conhecimento. Em conflito (A4) que envolveu a UniSociesc (Joinville – SC), no final do primeiro semestre do ano letivo de 2020, estudantes indicaram que a dita mudanças na matriz curricular, que ampliaram a EaD nos cursos presenciais a partir do formato híbrido, aglomeraram disciplinas com as chamadas “Unidades Curriculares” (UCs) – espécie de fusão de diferentes matérias, além de reduzirem a carga horária dos cursos ao mínimo exigido pelo MEC. Segundo estudantes, a mudança estava sendo empurrada hierarquicamente pela Ânima, mantenedora da organização de educação, a partir de falso argumento de que a mudança era obrigatória. Estudantes possuem entendimento de que a Ânima pode optar por não implementar alterações.

Em Jacobina, Bahia (A5), estudantes da faculdade Ages, também estavam insatisfeitos com as mudanças na matriz curricular. Tudo indica que a Ânima está encaminhando essa nova matriz nas suas diversas unidades. Para os estudantes, a consequência desse processo será a diminuição do acompanhamento dos professores. Os estudantes questionaram como vai ser a junção de disciplinas na UCs, que aparentemente aglutina 3 matérias distintas, com apenas um professor ministrando aula que anteriormente era ministrada por três docentes.

Em relato apresentado nesse conflito (A5), estudantes de medicina apontaram que um professor ficou responsável por três matérias de uma unidade curricular, quando era perceptível que ele não dominava todos os conteúdos, sobretudo por não ter formação específica para isso.

De acordo com os estudantes, a partir dessas uniões de disciplinas ocorreram demissões simplesmente porque o quantitativo de professores existente anteriormente à mudança não era mais necessário. E, mesmo assim, apesar de toda redução de carga horária, junção de matérias, demissão de professores, implementação de carga horária virtual, não houve nenhuma redução no valor da mensalidade.

Na UniCuritiba, também da Ânima, estudantes realizam “buzinaço”, sem aglomeração e em carros por conta da pandemia da Covid-19. Os estudantes temiam que com a nova matriz curricular a carga horária em sala de aula fosse reduzida provocando demissões de docentes ou redução da jornada de trabalho de professores em virtude da substituição tecnológica.

Segundo os estudantes, a UniCuritiba possui docentes com muitos anos de casa e que esse corpo docente contribuiu para a escolha dos universitários pela organização de educação. Os estudantes protocolaram uma notificação extrajudicial e avaliaram entrar na Justiça contra as mudanças. Uma das razões da revolta dos estudantes foi a arbitrária alteração da grade curricular dos cursos oferecidos sem uma consulta prévia, passando por cima dos interesses dos estudantes da valorização profissional dos professores.

Acerca das demissões, a contrarreforma trabalhista (BRASIL, 2017a) contribuiu nesse encaminhamento e na transformação progressiva que expôs o trabalhador como figura descartável. Nesse contexto, para os docentes a situação não foi diferente. Todavia, tornou-se pesado o fardo da necessidade de continuidade que a docência exigia.

No caso dos professores, processos de ensino e aprendizagem foram perdidos, e com a ruptura do vínculo, tanto a educação dos estudantes quanto o bem-estar dos professores foram comprometidos. Não só docentes, mas também estudantes possuíam a noção dos problemas que as demissões acarretam.

Em conflito (E13) de 2020, uma estudante de enfermagem da Estácio, em Campo Grande, indicou como prática dessa unidade de ensino a demissão de professores durante o período de férias, mesmo sendo até orientadores de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desconsiderando acordos, vínculos, o andamento de pesquisas e processos de produção acadêmica.

Para os estudantes dessa organização as demissões interferiram diretamente na qualidade do curso. Em um texto (E13) que circulou pelas redes sociais, criado para convocar o maior número de estudantes para um protesto, está descrito que, além das demissões, existe uma insatisfação por conta de promessas por melhorias que não foram cumpridas. Como resposta, a Estácio afirmou que desligamentos realizados fazem parte de um “processo natural” para qualquer organização de educação que periodicamente avalia a sua base de docentes, adequando-se às necessidades do mercado.

Na Ânima, demissões também foram registradas. No conflito A1, estudantes através de abaixo-assinado apresentaram insatisfação em relação a demissões e “reestruturação” da grade na Universidade São Judas Tadeu (SP), adquirida pela Ânima Educação em 2014.

De acordo com as informações fornecidas no documento, a universidade piorou desde a compra realizada pela Ânima, e ocorreu crescimento no número de estudantes e cursos mesmo sem a estrutura necessária para funcionamento, o que resultou na perda de laboratórios que foram fechados para serem transformados em salas de aulas. Além disso, os estudantes salientaram que professores que fundaram e elevaram a qualidade dos cursos foram demitidos.

A Ser Educacional, com a Universidade da Amazônia (Unama), também se inclui nessa situação. Em 2015, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Unama organizou um protesto (S4) contra a demissão em massa de docentes. Conforme relato de um dos estudantes, muitos discentes perderam os seus orientadores do TCC.

Segundo Sguissardi (2018), essa realidade de demissões não se restringe apenas às organizações de educação superior privadas com fins lucrativos; as instituições privadas sem fins lucrativos também estão vivenciando esse processo. Sguissardi (2018) evidencia que a acelerada e desregulada expansão do setor mercantil acarretou consequente redução do espaço de atuação das organizações de educação comunitárias e confessionais, tanto no número de estabelecimentos quanto em matrículas, o que colaborou para as demissões, mesmo que estas possuam características e razões diversas daquelas das com fins lucrativos.

De acordo com o autor, na primeira (privadas sem fins lucrativos), as demissões de docentes tendem a se impor, via de regra, em razão da redução do número de matrículas e *déficit* operacional. Na segunda, corresponde à necessidade de promoção da rotatividade (*turnover*) de seu corpo docente, que é majoritariamente contratado em regime de hora/aula, e seus membros são substituídos por outros com salários inferiores, para assim garantir aumento do lucro das empresas e da competitividade no mercado (SGUISSARDI, 2018).

Sob o ponto de vista do trabalhador, a rotatividade sinaliza o grau de precariedade com que sua relação de trabalho se estabelece; se a rotatividade é alta, isso indica que será igualmente alta a probabilidade de que sua permanência na atividade seja pequena, conseqüentemente uma relação de trabalho instável (RODRIGUES FILHO, 2015, p.78).

Junto com essas demissões, a superlotação das salas de aula é o corolário da intensificação da exploração docente. Os conflitos aqui estudados apresentaram isso. Não obstante foi indicado que professores estavam ministrando aula para turmas de 100 estudantes, condição que contribui para a exploração do trabalho docente, que o precariza, sobretudo pelas dificuldades de propor uma aula condizente com o desempenho da turma, acompanhamento e avaliação desses estudantes. Sem contar que geralmente um professor possui mais de uma turma, e, em muitos casos, trabalha em diferentes organizações de educação.

Um conflito (k17) emblemático que traz essa pauta ocorreu com a Uniderp em 2016. Estudantes estavam protestando especificamente contra a superlotação das salas de aula. O estopim desse caso foi uma turma com 158 estudantes em uma única sala. A turma estava cursando o primeiro ano do curso, e a universidade abriu vagas para mais de 48 estudantes, perfazendo um total de mais de 200 estudantes por sala. Sobre isso, os estudantes salientaram que não existia estrutura suficiente para os 158 matriculados aprenderem com qualidade, muito menos para os 48 ingressantes a mais. Uma das estudantes comentou que quando iniciou o curso foi prometido “apenas” 120 estudantes em cada sala. O resultado foi o desencadeamento de protesto (k17) em frente à organização de educação.

Por conseguinte, este e os demais conflitos só reafirmam que a educação, o corpo docente e discente, não são prioridades das empresas educacionais de capital aberto. Essa circunstância pulsa nos ambientes de ensino e enquanto outra realidade não existir, experiências de resistências como as apresentadas continuarão ocorrendo. Não por escolha, mas pela busca genuína de condições melhores.

4.6 E o desfecho?

Na análise das reportagens constatou-se que os conflitos apresentados não possuem uma finalização nítida e muito menos concreta. A maioria corresponde a notas de esclarecimento, assinadas pelas organizações de educação, aos jornais que fizeram o relato dos conflitos e, em poucos casos, houve o recuo das ações adotadas. De um modo geral, as empresas alegam compreender o papel das manifestações, colocam-se à disposição do diálogo, e se comprometem com o desenvolvimento de uma educação de qualidade. Comprometimento que, de acordo com comunidade acadêmica, nem sempre é avaliado como verídico.

O conflito A2, que envolveu a UniCuritiba, da Ânima, traz alguns desses elementos. Em 2020 a Ânima implementou uma nova matriz curricular nessa unidade de ensino. A mudança foi criticada pelos estudantes que temiam diminuição da qualidade dos cursos e demissão de professores.

Em nota (reportagem n. 2), a Ânima posicionou-se aberta ao diálogo e apontou a realização de rodadas de apresentação e conversas para que os estudantes tivessem a oportunidade de conhecer as vantagens desse novo modelo adotado e tirar dúvidas. Contrariamente, professores e estudantes alegaram que não existiu diálogo com a organização de educação e que, para eles, não ocorreu uma atualização da matriz curricular, e sim um desmonte e introdução de um modelo totalmente novo (A2). Estudantes ainda reforçam que a Ânima não abriu para negociação, apenas comunicou e defendeu suas escolhas.

Entretanto, mesmo diante dessas dificuldades, nesse conflito (A2) um avanço foi alcançado. Além dessa questão, os professores estavam lidando com um edital que apresentava como proposta um modelo de contratação com regime de trabalho parcial e salários reduzidos. Após reuniões mediadas pelo Ministério Público do Trabalho, o edital foi suspenso e a Ânima comprometeu-se a adotar um novo procedimento com a participação dos professores; quanto à mudança da matriz curricular e suas consequências, estas permaneceram.

Em outro pronunciamento (reportagem n. 7), a UniCuritiba informou que o modelo de ensino adotado possui o respaldo do MEC. No que diz respeito ao corpo docente, eles reiteraram que eventuais movimentações – como as demissões que estudantes e professores temem – não têm qualquer relação com a aplicação da nova matriz curricular, sendo estas fruto de uma *dinâmica normal* que ocorre a cada semestre.

De acordo com isso, a UniSociesc, que também implementou mudanças nos seus cursos, em nota, ao fazer menção ao corpo docente, argumentou que não há qualquer movimentação estranha da que ocorre normalmente ao fim de cada semestre. A UniSociesc aponta que o *turnover* é algo *natural* da incompatibilidade de horários, aprovações em concursos, processos de avaliação institucional, entre outras causas.

Seguindo essa linha de justificativa, a Estácio (E13) também indicou que é um processo *natural* o desligamento do seu corpo docente, e que ocorre em qualquer organização de educação que periodicamente avalia a sua base de professores e se adequa às necessidades do mercado.

Para os estudantes (reportagem 46), esse movimento de desligamento é frequente durante as férias, e geralmente torna um caos o semestre seguinte. Os discentes avaliam que a demissão em excesso prejudica a formação e o andamento do curso, principalmente daqueles que estão em seu último ano e que porventura perdem seus orientadores de TCC. Além desse motivo, que gera revolta no corpo discente, eles se incomodam que as empresas considerem *natural* a substituição de professores, sobretudo quando são demitidos mestres e doutores para contratação de docentes com titulação inferior.

Anteriormente, no conflito E5, sequer foi esperada a finalização do semestre. Neste caso, assim como no da Ânima, a justiça interveio e o desligamento desses professores foi provisoriamente suspenso. Entretanto, logo em seguida a Estácio derrubou a liminar que suspendeu as demissões. Recuo efêmero, a partir da hipótese de que estamos vivendo uma onda de expansão da educação a distância, exploração e expropriação do trabalho docente: elementos que desembocam na demissão de professores.

A Kroton também adota discurso semelhante as demais empresas. Em nota (reportagem 102) assinada pela Unic, foi apontado que, ao final de cada período, são realizadas revisões no quadro de professores, compondo um procedimento rotineiro. A justificativa utilizada foi que o movimento considera o ingresso e formatura de estudantes. Ao que tudo indica, para as empresas essas atitudes compõem o “natural”, o “esperado”.

Para a Kroton, as mudanças que realizaram em sua grade curricular foram uma atualização que visou a conexão com a nova realidade do mundo tecnológico e digital. E, conseqüentemente, a expansão do ensino *online*, formato que, como pontuado anteriormente, é objeto de consideráveis críticas relacionadas à precarização do trabalho.

Não que o uso das tecnologias esteja diretamente relacionado às demissões, exploração e expropriação do trabalho docente. A questão é a maneira como elas são

utilizadas. Evidentemente, se as tecnologias fossem produzidas com outros fins, em outra forma de sociedade, isto poderia ser diferente. Por isso, a EaD, abstratamente, não apresenta caráter negativo ou precário ao trabalho. O que esta pesquisa evidencia é o manuseio dessa ferramenta para fins de intensificação do trabalho, expropriando o conhecimento docente e restringindo o alcance histórico-social da formação dos estudantes.

De longe, pode parecer um cenário degradante, mas, de perto, chama atenção o que está nas entrelinhas. Para compreender isso, retomando os estudos de Marx (1848, p.3), “a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais”. Tudo isso repercute na correlação de forças da luta de classes, por isto, investigar as lutas e resistências dos trabalhadores do setor é tão crucial.

À guisa do encerramento, em linhas gerais, pode-se concluir que as empresas estão direcionando suas organizações de educação para uma etapa mais digital, aproximando ao máximo a proposta pedagógica dos cursos presenciais com EaD, modalidade que tem potencializado lucros por um lado e, por outro, colabora para a demissão de professores, precarização e expropriação do trabalho docente.

Essas mudanças curriculares pipocaram nos últimos anos e dificilmente os conflitos desencadeados, através de suas manifestações, conseguirão barrar este processo. Entretanto, cada vez mais a população, os filhos da classe trabalhadora e ela própria estão se dando conta das condições que os cercam. Os professores também crescem nesse processo de compreensão, o que certamente proporciona avanços na sua consciência e seu papel.

Por fim, as experiências desenvolvidas certamente são intrigantes. Muitas são as questões que continuam atormentando essa linha investigativa. Que decerto não encerra o assunto, mas apresenta o retrato do trabalho docente nesse contexto a partir das experiências de resistência que contribuem para a defesa dos professores, e consequentemente da educação.

5 Considerações finais

Esta tese teve como objetivo analisar os conflitos laborais relacionados ao trabalho docente nas quatro empresas de capital aberto (Ânima Educação, Estácio, Kroton e Ser Educacional) que atuam na educação superior listadas na bolsa de valores do Brasil (B3).

Diante dessa proposta de pesquisa, indagações surgiram e foram sistematizadas como as questões norteadoras do trabalho (página 26). Ao longo da pesquisa, as questões auxiliaram na construção do estudo e colaboraram para a organização da tese que seguiu o roteiro: panorama da educação superior, trabalho docente e conflitos.

Para contextualizar esses pontos, os elementos conjunturais e teóricos foram diversos como a expansão da educação superior privada; o ingresso e desenvolvimento de empresas educacionais na bolsa de valores; o movimento de centralização, decorrente da financeirização, das fusões e aquisições formando grandes conglomerados; a nova morfologia do trabalho; a contrarreforma trabalhista; a expansão da EaD; e o trabalho docente e a educação submetidos aos interesses dos investidores.

Como descrito na seção metodológica, a base investigativa para a proposta de pesquisa foram os microdados do Censo da Educação Superior do Inep, o portal *online* da bolsa de valores B3, os endereços eletrônicos e relatórios financeiros dessas empresas de capital aberto e as reportagens sobre a ocorrência de conflitos nas organizações estudadas. Para os conflitos, o modelo adotado para rastreamento foi o Sistema de Acompanhamento de Greves do Dieese e para sistematização/apresentação a referência foi a cronologia dos conflitos do Observatório Social de América Latina da Clacso.

Por ser tratar de um tema complexo e amplo, foram utilizadas diferentes abordagens metodológicas e teóricas, sendo a extração e sistematização dos dados, bem como a conjugação dos elementos conjunturais e teóricos, as principais dificuldades da pesquisa.

Acerca da contextualização do objeto de estudo, a narrativa desenvolvida no capítulo 1 inicia-se com a implementação no Brasil do neoliberalismo na década de 1990 a partir dos governos Collor-FHC, bem como sua repercussão e avanço, nos anos posteriores, com Lula-Dilma e Temer-Bolsonaro.

O retorno à década de 1990 foi realizado, pois, nesse momento, com o breve governo de Collor, ideias neoliberais foram introduzidas no país e postas em prática, mais sistematicamente, no governo FHC, que além de incentivar a abertura do mercado nacional ao

capital estrangeiro, enfatizou os procedimentos de “eficiência” na gestão, retraiu a esfera pública e favoreceu o setor privado; medidas que também repercutiram na educação.

Nesse momento, questões importantes que colaboraram para a configuração atual da educação superior foram definidas, entre elas a possibilidade de repasse de recursos públicos para o setor privado, o reconhecimento legal da existência de organizações de educação com fins lucrativos, o surgimento e avanço da educação a distância e a criação do Fies.

Nos anos posteriores, com o governo de Lula e Dilma, a educação superior praticamente dobrou sua quantidade de matrículas, expansão em grande parte proporcionada pela intervenção do fundo público nas organizações de educação privadas, a educação a distância pôde ocupar até 20% da carga horária total dos cursos presenciais e o Fies ganhou impulso.

Chama atenção nesse processo o ingresso de organizações de educação no mercado de ativos na bolsa de valores, a partir de 2007, que reverberou fortemente na composição e teor concorrencial da educação superior, que antes era formada por um setor privado familiar e religioso, e agora contava com investidores profissionais e influxos acentuados do empresariado. Assim, organizações educacionais começaram a focar mais na gestão do que propriamente no ensino. E, em poucos anos, o setor presenciou movimento de centralização de empresas educacionais que se tornaram grandes conglomerados a partir de fusões e aquisições de faculdades.

O desdobramento disso foi exposto no capítulo 2. Em poucos anos a educação privada superou a educação pública com predominância massiva do segmento com fins lucrativos. Dos 8,5 milhões de matrículas na educação superior, cerca de 6,7 milhões (76%) estão no setor privado, das quais 4,5 milhões (52%) em organizações com fins lucrativos, e dentro desse quantitativo, 1,7 milhões (20%) estão matriculados apenas nas quatro empresas de capital aberto: Ânima, Estácio, Kroton e Ser Educacional. Enquanto a educação pública, somando as esferas federal (que possui entre elas as 63 universidades), estadual e municipal como um todo, detém apenas 2 milhões de matrículas, 24% do total, proporção ainda longe da meta do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) que estabelece que 40% do total das novas matrículas até 2024 sejam efetuadas em IES públicas.

O papel do Estado foi certo nessa distribuição e proporcionou a expansão da educação superior privada, principalmente dos conglomerados de capital aberto. Durante anos o Fies foi o programa que mais colaborou para elevação das receitas de empresas de capital aberto e da valorização de seus títulos na bolsa de valores. Muitos dos investidores foram

atraídos com base neste investimento sólido que o governo estava fazendo e em um curto espaço de tempo organizaram-se empresas altamente rentáveis.

Com a decadência do Fies, e para as empresas do campo educacional manterem suas altas taxas de lucro, as formas de extração de dinheiro precisaram ser reformuladas. A aposta foi o aumento dos negócios dessas empresas na educação básica, a ampliação da educação a distância e a intensificação da exploração do trabalho docente.

Entre elas, o trabalho docente entrou na mira tanto porque sua exploração poderia gerar diminuição dos gastos, quanto abranger mais matrículas. Destarte, os empresários, mediante exploração do seu quadro de professores, maximizaram a produtividade, flexibilizaram contratos, diminuíram os gastos e aumentaram o faturamento.

E, com a intensificação do trabalho, demissões se acentuaram também, especialmente a partir do apoio das tecnologias de informação e comunicação ao ponto dos trabalhadores que se tornaram “sobrantes”; temática do capítulo 3, que relacionou demissão às mudanças do mundo do trabalho, legislação trabalhista e, principalmente, o crescimento da educação a distância.

Não que anteriormente demissões e ampliação da EaD não ocorressem no setor privado-mercantil: dados levantados nesta tese apontam para movimentos com esse viés desde 2010. Todavia, agora um impulso maior foi utilizado para encaminhar essas situações que já eram almejadas.

Como um dos fatores que colaboraram com esse quadro, no período Temer-Bolsonaro foram elementares a Portaria 2.117/2019 que possibilitou que os cursos presenciais pudessem ter até 40% de sua carga horária total no formato EaD, e a reforma trabalhista, Lei 13.467/2017 com a naturalização das demissões em massa e dos contratos precarizantes.

Como discutido, a reforma adequou a legislação às novas relações de trabalho pela via da legalização de modelos precários e vulneráveis para o trabalhador. Longe de ser uma reforma apta para reduzir os índices de desemprego, a nova legislação aprofundou o processo de precarização da vida. Mais do que nunca trabalhadores se encontram em situações instáveis, em face do flagelo do desemprego.

Concomitantemente, diferentes modelos de contratações, como o intermitente e o autônomo, estão se tornando mais corriqueiros entre os professores, enquanto o regime de dedicação exclusiva está cada vez mais raro, pelo menos no setor privado-mercantil. Dados do censo da educação superior (INEP, 2020) apontam que nas organizações com fins lucrativos ocorre algo em torno de 1,5 mil docentes com regime de dedicação exclusiva, enquanto no

segmento federal a quantia é de quase 100 mil. Tratando-se de pesquisas acadêmicas, a diferença também é considerável. Dos 130 mil professores que pesquisam no país, apenas 14,8% são do setor privado-mercantil, em contraste com a 46,4% do segmento federal.

Não por acaso as universidades federais e instituições públicas estão desempenhando importante papel científico e social diante da pandemia da Covid-19 que tangencia o tempo de conclusão desta tese; reafirmando para a humanidade a relevância do investimento em ciência, educação e saúde no setor público, inclusive como ferramentas para soberania e segurança nacional. Enquanto isso, as organizações privado-mercantis, segmento que mais cresce e possui maior apoio do governo, “aproveitam” a pandemia para ampliar a EaD, cortar custos, realizar novas aquisições e acumular mais capital.

Diante de todos esses elementos, no capítulo 4 são apresentados os conflitos laborais selecionados que auxiliaram na compreensão do trabalho docente em organizações de educação superior vinculadas as empresas de capital, locais em que a financeirização da educação se tornou mais latente no país. No total, para compor a empiria, foram rastreadas 117 reportagens, do período 2010-2020, com relatos de 60 conflitos que expressaram ações de inconformismo com as condições e relações de trabalho docente nas empresas educacionais de capital aberto e tendências que podem se agravar nos próximos anos.

Tais ações de inconformismo majoritariamente se caracterizam como protestos/ato em vias públicas com o intuito de atrair visibilidade para uma determinada pauta ou conjunto de pautas estabelecidas. Dos 60 conflitos, 51 adotaram esse mecanismo de luta e a formatação mais usual foi aglomeração de manifestantes com cartazes e faixas expondo problemáticas.

A cartografia realizada evidenciou a Kroton com a maior concentração de conflitos: dos 60 conflitos, 33 são de afiliadas à esta empresa, sendo a mais envolvida nos conflitos a Pitágoras, primeira marca da empresa e pioneira na educação superior a possuir aporte e associação de um fundo de investimento.

Provavelmente isso ocorre por causa da proporção ocupada pela Kroton no mercado e das estratégias de gestão utilizadas para chegar a essa posição e nela manter-se, o imperativo da lucratividade, e a necessidade constante, devido ao seu caráter competitivo, de responder com repasses cada vez maiores aos investidores. Tanto a Kroton, quanto as demais empresas, a partir das análises da empiria apresentada na tese, evidenciam que a atividade-fim prioritária não é a educação, o conhecimento, a formação humana ou crítica; o que predomina é o negócio.

Frente a isso, as pautas das ações de resistência possuem relação direta com essa condição, sendo as mais recorrentes a reestruturação de cursos de graduação (modalidade presencial) para um formato *híbrido*, que mescla aulas/disciplinas presenciais e *online*; e a demissão de professores.

Resgatando alguns pontos centrais desta tese, primeiramente é imprescindível considerar que a modalidade educação a distância já totaliza quase 2,5 milhões de estudantes no país, mais de ¼ das matrículas (28%) da educação superior. O crescimento tem sido consistente. Apenas no último ano meio milhão de novos estudantes se matricularam em cursos EaD (INEP, 2019; 2020a).

Existe um interesse claro das empresas do campo educacional nessa modalidade de ensino. O motivo é o baixo custo operacional principalmente em relação a trabalhadores e infraestrutura. Desse modo, um único docente pode fornecer aula para inúmeros estudantes sem limitação de lotação presencial ou sem precisar de uma sala de aula física. E assim, aos olhos dos gestores, a expansão de cursos EaDs é uma excelente estratégia para obter maiores índices de lucro mediante diminuição de investimento no corpo docente e aumento no investimento de equipamentos e tecnologias.

No caso dos cursos presenciais, com a possibilidade de parcela considerável da carga horária no formato EaD, as empresas agora podem aumentar ainda mais os seus ganhos mediante suporte das tecnologias de informação e comunicação, o que tem motivado alterações nas grades curriculares em diferentes organizações de educação no país, o que os estudantes têm repudiado arduamente em suas manifestações de protesto.

Todavia, já foi sinalizado que a problemática não são as tecnologias ou a educação a distância por si só. Em hipótese alguma existe uma crítica generalizada neste aspecto. As ponderações apresentadas restringem-se ao uso dessas ferramentas como algo prioritariamente lucrativo e depreciativo de condições adequadas de ensino e aprendizagem. Longe desse contexto, as tecnologias foram e são intervenções importantes da humanidade. Por isso, o problema não são a educação a distância ou essas tecnologias, mas, sim, o uso que as grandes corporações estão fazendo delas.

Com efeito, essas empresas, além de visarem novas formas de ampliar os ganhos financeiros, buscaram também cortar despesas. É importante mencionar que em diversos protestos foram identificadas reclamações referentes à superlotação em sala de aula, na qual as turmas possuíam mais de 100 estudantes por sala de aula; realidade também presente em ambientes virtuais, como as aulas remotas que estão ocorrendo durante o isolamento social.

Sobre esse ponto, os estudantes avaliam negativamente e apontam essa medida como um mecanismo da organização de educação em conter custos. E, como consequência, o trabalhador é mais explorado, novas demissões podem ocorrer, e a formação é rebaixada, principalmente pelas dificuldades de ensino, acompanhamento e avaliação que são comprometidos.

A centralidade dos estudantes tem muito a ver com esses pontos. Durante as análises dos conflitos o corpo discente foi axial em conduzir e protagonizar ações de enfrentamento. A predominância dos estudantes no conflito evidenciou de um lado a preocupação com a formação nestes ambientes de educação, e de outro, as limitações dos docentes no envolvimento com manifestações de inconformismo, provavelmente pela instabilidade acarretada pelas demissões e *turnover*. A realidade da contrarreforma também influencia ao tornar o vínculo com o trabalho e com sindicato fragilizados.

Outra característica observada foi a distribuição anual dos conflitos que revelou maior ocorrência nos anos 2015, 2017 e 2020, épocas que se conectam a três importantes eventos: 2015, declínio do Fies; 2017, aprovação da contrarreforma trabalhista; e 2020, recente ampliação da carga horária de 20% para 40% de EaD nos cursos presenciais. Por isso esses três pontos foram constantemente retomados ao longo da pesquisa. Eles atravessam o estudo e sua repercussão ainda é presente.

Como consequências, as mudanças precarizantes decorrentes assolam os trabalhadores. Em linhas gerais, a redução do Fies, entre outras questões discutidas, estimulou a exploração do professor; a contrarreforma facilitou demissões, legalizou formas precárias de contratação e fragilizou sindicatos; e a possibilidade de cursos *híbridos*, ou algo próximo a isso, “otimizou” o corpo docente, que, agora, pelo menos em algumas turmas, não tem mais limitação física da superlotação, sendo mais viável aumentar o número de estudantes por professor de maneira *online*, do que presencial.

Na esteira dessas questões, as reestruturações pedagógicas, as novas grades curriculares, que unificam disciplinas e aumentam a EaD, são fruto desse contexto que acirra as dificuldades nas organizações privadas de ensino superior, especialmente nas associadas às empresas de educação de capital aberto. Como mencionado, para Antunes (2018), somente através de ações coletivas em um processo de disputa é que será possível contrapor-se a padrões adversos. Por isso, os movimentos sociais e suas manifestações ganham importância crucial.

Concordando com Izaguirre (2003) e retomando a introdução deste estudo, os conflitos constituem uma das dimensões explicativas das mudanças sociais. Eles são sintomas e indicativos. E, ao buscar compreendê-los, também é possível conhecer sua gênese e ampliar a perspectiva de compreensão da realidade em que os trabalhadores estão inseridos.

Como um movimento de causa e efeito, a movimentação da educação superior privada mercantil, especialmente a das empresas de capital aberto, repercute no cotidiano. Tais empresas vivem um patamar alto do avanço do capitalismo, e estudar os professores que atuam a partir dos seus conflitos forneceu importantes elementos para investigar o trabalho docente e seus desafios.

A realidade encontrada foi a de uma observação ampla, que, obviamente, não esgota a temática, mas que proporciona relevantes indicações. Por todas as questões expostas neste tópico final e ao longo da tese, os conflitos foram selecionados como meio de adentrar as organizações de educação vinculadas a essas empresas do campo educacional de capital aberto.

Os dados localizados apresentaram modos distintos dos tradicionais. Não foram encontradas grandes greves ou o protagonismo fervescente dos trabalhadores. Pelo contrário, eventos pontuais com os estudantes à frente foram os principais achados. Longe de desmerecer essa composição, esse resultado é um retrato da realidade. Não sendo uma surpresa, Antunes (2018) já havia comentado que uma *nova morfologia do mundo do trabalho* também exigia uma *nova morfologia de lutas*.

Frente a essas questões, seria quase impossível os sintomas de insatisfação não se externalizarem. No país, foi justamente na educação superior que a mercantilização do ensino chegou ao seu ápice até o momento. Retrato, que a educação básica pode conjecturar - a partir do combo da influência da lógica empresarial, de investidores do mercado de ações e de grandes corporações - aonde vai chegar, caso a financeirização se aprofunde nas escolas.

Nesse sentido, em direção ao encerramento, a agressividade do mundo dos negócios na formação do mercado educacional revelou um ambiente em expansão e moldado pela busca incessante do lucro, redefinindo o trabalho docente. A hipótese levantada, e que agora confirmamos, é que o controle das organizações educacionais pelo comércio de dinheiro (MARX, [1894] 2017), sobretudo ao ter como norte a centralização (MARX, [1890] 2013), requer formas específicas de controle que conjugam expropriação do conhecimento, exploração e precarização do trabalho.

Ademais, vale ponderar que como toda pesquisa, as indagações se multiplicaram ao longo do percurso investigativo e da escrita. No caso desta tese, chegando ao final dela, surgiram as novas questões: *quem é a empresa Cruzeiro do Sul e o que o seu ingresso na bolsa de valores, em fevereiro de 2021, representa? Como a Afya, empresa brasileira com ações em bolsa de valores estrangeira, tem se posicionado na educação superior? Quais as semelhanças e diferenças entre ela e as empresas que estão na B3? Como as empresas de capital aberto estão agindo na educação básica e na pós-graduação? Além do interesse em mais detalhes sobre as organizações de educação categorizadas como “especiais”, os fundos de investimentos que investem na educação e nas empresas educacionais que estão no Brasil e negociam títulos em bolsas de valores estrangeiras.*

Por fim, o cenário é desafiador, instiga reflexões e desperta uma indagação maior: *como seria uma educação em que a formação humana fosse um direito social e não uma mercadoria, os professores fossem mais ouvidos do que os investidores e a prioridade fosse a educação e não o lucro?*

6 Referências

ABED. **Censo EAD.BR**: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil. Curitiba: InterSaberes, 2019. Disponível em: <http://abed.org.br/arquivos/CENSO_DIGITAL_EAD_2018_PORTUGUES.pdf>. Acesso em: 07/10/2020.

ABMES. **O que é a ABMES**. 2020a. Disponível em: <<https://abmes.org.br/o-que-e-a-abmes>>. Acesso em: 01/02/2020.

ABMES. **Nossa história**. 2020b. Disponível em: <<https://abmes.org.br/nossa-historia>>. Acesso em: 01/02/2020.

ABMES. **Especialistas debatem como a tecnologia e a inovação podem atender aos desafios da aprendizagem pós-pandemia**. 2020c. Disponível em: <<https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3968/especialistas-debatem-como-a-tecnologia-e-a-inovacao-podem-atender-aos-desafios-da-aprendizagem-pos-pandemia>>. Acesso em: 20/08/2020.

ABMES. **Desmotivados, estudantes trancam cursos durante a pandemia**. 2020d. Disponível em: <<https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3974/desmotivados-estudantes-trancam-cursos-durante-a-pandemia>>. Acesso em: 20/08/2020.

ABRUC. **Institucional**. 2020. Disponível em: <<http://www.abruc.org.br/abruc>>. Acesso em: 08/02/2020.

ABRAFI. **A Abrafi**. 2020. Disponível em: <<https://www.abrafi.org.br/index.php/site/Internasnovos/chamada/quemsomos>>. Acesso em: 09/02/2020.

AFYA. **Graduação**. 2021a. Disponível em: <<https://afya.com.br/graduacao>>. Acesso em: 20/02/2021.

AFYA. **Unidades**. 2021b. Disponível em: <<https://afya.com.br/unidades>>. Acesso em: 20/02/2021.

AFYA. **Nossa história**. 2021c. Disponível em: <<https://afya.com.br/nossa-historia>>. Acesso em: 20/02/2021.

AGOSTINE, Cristiane; RIBEIRO, Marcelo; CUNTO, Raphael. **Defesa de Lula diz que decisão do STF é ‘histórica’ e que Moro agiu como adversário político**. 2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/03/23/defesa-de-lula-diz-que-decisao-do-stf-e-historica-e-que-moro-agiu-como-adversario-politico.ghtml>>. Acesso em: 12/04/2021.

ALGEBAILLE, E. **Escola pública e pobreza**: expansão escolar e formação da escola dos pobres no Brasil. Tese (Doutorado em Educação). Programa de pós-graduação em educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004, p. 174 – 258. Disponível em: <www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/evelicea04.pdf>. Acesso em: 20/01/2019.

AMORIM, Lucas. **O buraco de 4 bilhões do Fies**. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/blog/primeiro-lugar/o-buraco-de-4-bilhoes-do-fies/>>. Acesso em: 10/01/2019.

ANDES. **Um pouco de história, pois o futuro não se constrói só com o presente**. 2018. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-686213597.pdf>>. Acesso em: 14/03/2020.

ANDES. **História**. 2020. Disponível: <<https://www.andes.org.br/sites/historia>>. Acesso em: 13/03/2020.

ÂNIMA EDUCAÇÃO. **Release de resultados 3T20**. 2020a. Disponível: <<https://ri.animaeducacao.com.br/Download.aspx?Arquivo=qL5q7iwVSaUIYahFam/keQ==>>>. Acesso em: 15/11/2020.

ÂNIMA EDUCAÇÃO. **Portal eletrônico**. 2020b. Disponível em: <animaeducacao.com.br>. Acesso em: 28/01/2020.

ÂNIMA EDUCAÇÃO. **Relações com investidores**. 2020c. Disponível em: <ri.animaeducacao.com.br>. Acesso em: 28/01/2020.

ÂNIMA EDUCAÇÃO. **Histórico e perfil corporativo**. 2020d. Disponível em: <<https://ri.animaeducacao.com.br/show.aspx?idCanal=NeeBu1Wsd1UIE9vJaj6abw==>>>. Acesso em: 28/02/2020.

ÂNIMA EDUCAÇÃO. **Fato relevante: Ânima Educação firma contrato para aquisição dos ativos do Grupo Laureate no Brasil**. 2020e. Disponível em: <<https://animaeducacao.com.br/fato-relevante-anima-educacao-firma-contrato-para-aquisicao-dos-ativos-do-grupo-laureate-no-brasil/>>. Acesso em: 16/12/2020.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho no Brasil. Reestruturação e precariedade. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, p. 44-59, jun., 2012.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANUP. **Como fazemos a gestão da Anup**. 2020. Disponível em: <<https://anup.org.br/sobre/organograma/>>. Acesso em: 03/10/2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Associação dos docentes da Unimep recorrerá a Brasília sobre demissões**. 2006. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=315808>>. Acesso em: 14/04/2021.

AZEVEDO, Rita. **Educacionais caem na bolsa com novidades no Fies**. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mercados/educacionais-desabam-na-bolsa-com-novidades-no-fies/>>. Acesso em: 10/01/2019.

B3. **Empresas listadas**. 2020a. Disponível em: <www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em: 28/01/2020.

B3. **Portal eletrônico [B3]**. 2020b. Disponível em: <www.b3.com.br>. Acesso em: 28/01/2020.

BANCO MUNDIAL. **La Enseñanza Superior**: Las lecciones derivadas de La experiência. Washington, 1995.

BARBOSA, Daniela. **Quem é a Anima, que comprou a Universidade São Judas Tadeu**. 2014. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/quem-e-a-anima-que-comprou-a-universidade-sao-judas-tadeu/>>. Acesso em: 12/01/2020.

BARRETO, Marcelo. **Setor educacional mercantil usou pandemia para acelerar EaD**. 2020. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/09/setor-educacional-mercantil-usou-pandemia-para-acelerar-ead/>>. Acesso em: 25/09/2020.

BECK, Marcelo. **O avanço do investimento privado na educação básica: um novo cenário para as políticas públicas educacionais**. 2019. Disponível em: <<https://gazetaarcadas.com/2019/11/05/o-futuro-das-politicas-publicas-educacionais-do-brasil-como-o-avanco-do-investimento-privado-pode-influenciar-os-rumos-da-educacao-basica-do-pais/>>. Acesso em: 23/01/2020.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOMFIM, Mariana. **Metade do ideal na educação**. 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/uol-lideres-marcelo-bueno-anima-educacao/#pais-sem-educacao>>. Acesso em: 14/01/2020.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm>. Acesso em: 22/02/2021.

BRASIL. **Constituição da república dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 22/02/2021.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 22/02/2021.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 22/02/2021.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por ações. Presidência da República, 1976. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/contabil/lei6404_1976.htm>. Acesso em: 20/08/2018.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**. Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Brasil: um projeto de reconstrução nacional**. Brasília, 1991. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/collor/bras-il-um-projeto-de-reconstrucao-nacional-1991>>. Acesso em: 18/02/2021.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1995.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece a Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos arts. 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. 1997a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2207.htm. Acesso em: 06/05/2019.

BRASIL. **Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. 1997b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2306.htm. Acesso em: 06/05/2019.

BRASIL. **Portaria nº 4.059**. 2004. Dispõe sobre o ensino semipresencial. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf. Acesso em: 08/11/2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 16/12/2020.

BRASIL. **Emenda constitucional nº95**. 2016. Institui o novo regime fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 15/10/2019.

BRASIL. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm. Acesso em: 31/08/2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.057**. 2017b. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 24/11/2020.

BRASIL. **Portaria nº 2.117**. 2019. Atualiza a Portaria nº 1.428 e dispõe sobre a modalidade de ensino a distância em cursos presenciais. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 28/05/2020.

BRASIL. **Portaria nº544**. 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 20/08/2020.

BTG PACTUAL. **Fundos:** Alaska Black Institucional FIA. 2021. Disponível em: <<https://www.btgpactualdigital.com/fundos-de-investimento/alaska-black-institucional-fia>>. Acesso em: 21/02/2021.

BURGARELLI, Rodrigo. Explosão e implosão do Fies: como o ensino superior privado virou o centro dos gastos com educação do governo federal. *In: FEPESP. O negócio da educação*. São Paulo: Olho d'água, 2017. p. 37 – 54.

CADE. **Atos de concentração no mercado de prestação de serviços de ensino superior**. Brasília: Ministério da Justiça, 2016.

CADE. **O Cade**. 2021. Disponível em: <<http://antigo.cade.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>>. Acesso em: 18/02/2021.

CAMARGO, Gilson. **Ânima Educação anuncia compra de ativos da Laureate no Brasil**. 2020. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/10/anima-educacao-anuncia-compra-de-ativos-da-laureate-no-brasil/>>. Acesso em: 08/11/2020.

CARLYLE. **A firma**. 2021. Disponível em: <<https://www.carlyle.com/firm>>. Acesso em: 13/04/2021.

CARVALHO, Cristina. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista brasileira de educação**. v. 18, n.54, jul-set, 2013.

CARVALHO, Denise. **Carlyle desembarca no Brasil**. 2010. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/carlyle-desembarca-no-brasil-m0120666/>>. Acesso em: 13/04/2021.

CAVALCANTI, Glauce; NETO, João. **Com aumento da inadimplência e perda de alunos, universidades devem ter nova onda de fusões e aquisições**. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/com-aumento-da-inadimplencia-perda-de-alunos-universidades-devem-ter-nova-onda-de-fusoes-aquisicoes-24467118>>. Acesso em: 09/06/2020.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade operacional**. São Paulo: Caderno Mais! Folha de São Paulo, 09 de maio de 1999.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. 2003. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 20/01/2019.

CHAVES, Vera Lúcia. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 481-500, 2010.

CHAVES, Vera Lúcia; SANTOS, Maria Rosimary; KATO, Fabíola. Financiamento público para o ensino superior privado-mercantil e a financeirização. **Jornal de Políticas Educacionais**, v.14, n.8, jan., 2020.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade – Revista do Instituto de Economia da Unicamp**, Campinas, n. 5, p 1-30, Dezembro de 1995.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, edição 5, 2001.

COGNA. **Relações com investidores**. 2020b. Disponível em: <<http://ri.cogna.com.br/>>. Acesso em: 28/01/2020.

COGNA. **Release de resultados 3T20**. 2020a. Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/e1110a12-6e58-4cb0-be24-ed1d5f18049a/d7a2367e-d11b-20cf-cd2e-87973c05036a?origin=2>>. Acesso em: 15/11/2020.

COLEMARX. **Educação no governo Bolsonaro em seis atos. A universidade na mira do capital e do ódio ao conhecimento**. 2019. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/08/08/educacao-no-governo-bolsonaro-em-seis-atos-a-universidade-na-mira-do-capital-e-do-odio-ao-conhecimento/>>. Acesso em: 08/10/2019.
CONFENEN. **Institucional**. 2020. Disponível em: <<https://www.confenen.org/untitled>>. Acesso em: 09/02/2020.

CONTEE. **Ações das empresas educacionais do Brasil crescem após anúncio dos cortes na Educação**. 2019. Disponível em: <<https://contee.org.br/acoes-das-empresas-educacionais-do-brasil-crescem-apos-anuncio-dos-cortes-na-educacao/>>. Acesso em: 01/02/2020.

CONTEE. **Apresentação**. 2020. Disponível em: <<https://contee.org.br/apresentacao/>>. Acesso em: 14/03/2020.

CONTEE. **Oligopólio na educação superior: Uma grave ameaça**. 2016. Disponível em: <<http://contee.org.br/nota-da-contee-oligopolio-na-educacao-superior-uma-grave-ameaca/#.V28E6PkrKUK>>. Acesso em: 20/10/2018.

CONTEE. **Vitória: em sentença, justiça do trabalho confirma proibição ao ANDES de falar em nome de professores de IES privadas**. 2014. Disponível em: <<http://contee.org.br/vitoria-em-sentenca-justica-do-trabalho-confirma-proibicao-ao-andes-de-falar-em-nome-de-professores-de-ies-privadas/>>. Acesso em: 15/03/2020.

COSTA, Hellen; GOMES, Thayse. A migração dos grupos empresariais de capital aberto para a educação básica brasileira. *In: Jornada Internacional de Políticas Públicas*. 9. 2019. **Anais...** Maranhão: UFMA, 2019.

COSTA, Hellen. **Financeirização da Educação Básica: tendências no período 2010-2019**. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CRUZ, Carlos. **As 100 universidades brasileiras que mais publicam artigos científicos em revistas de circulação internacional; 2014-2018**. 2019. Disponível em: <<https://ciencianarua.net/wp-content/uploads/2019/06/100-univ-inst-com-mais-artigos-2014-a-2018-BRASIL-corrigido-upe-20190614.pdf>>. Acesso em: 01/02/2020.

CUNHA, Joana. **Conglomerados do ensino superior avançam sobre a educação básica**. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/conglomerados-do-ensino-superior-avancam-sobre-a-educacao-basica.shtml>>. Acesso em: 23/01/2020.

CUNHA, Luiz. O público e o privado no ensino superior brasileiro: fronteira em movimento?. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v.2, n.4, 1997. Disponível em:

<<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/976/972>>. Acesso em: 22/02/2021.

CMN. **Resolução nº 4.432, de 23 de julho de 2015**. 2015. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=30&data=27/07/2015>>. Acesso em: 19/02/2021.

CVM. **Informe trimestral: Rose Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**. 2020. Disponível: <https://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/InfoTrim/CPublicaInfTrimV2.aspx?PK_PARTIC=157295&TpConsulta=24&TpPartic=73>. Acesso em: 20/02/2021.

CVM. **Fundos de investimento**. 2019a. Disponível: <<http://www.cvm.gov.br/menu/regulados/fundos/sobre.html>>. Acesso em: 06/05/2019.

CVM. **Valores mobiliários**. 2019b. Disponível: <https://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/valores_mobiliarios/introducao.html>. Acesso em: 04/05/2019.

CVM. **Instrução CVM nº 578**. 2016. Disponível: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/500/inst578consolid.pdf>>. Acesso em: 29/03/2019.

DATAFOLHA. **39% votariam em Lula; sem petista, Bolsonaro lidera disputa presidencial**. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/08/1979559-39-votariam-em-lula-sem-petista-bolsonaro-lidera-disputa-presidencial.shtml>>. Acesso em: 12/04/2021.

DAMÁSIO EDUCACIONAL. **Conheça o Damásio**. 2021. Disponível em: <<http://servicos.damasio.com.br/sejadamasio/php/pags/conheca.php>>. Acesso em: 18/02/2021.

DIEESE. **Balanco das greves de 2018**. 2018. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2018/estPesq89balancoGreves2018.html>>. Acesso em: 19/09/2020.

DIEESE. **Quem somos**. 2020. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/materialinstitucional/quemSomos.html>>. Acesso em: 19/09/2020.

DIEESE. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos**. 2021a. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 13/04/2021.

DIEESE. **Salário mínimo em 2021 será de R\$ 1.100,00**. 2021b. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec249salarioMinimo.pdf>>. Acesso em: 13/04/2021.

DOLCE, Júlia. **Objetivo é reduzir direitos trabalhistas, diz professor demitido da Estácio de Sá**. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/12/06/objetivo-e-reduzir-direitos-trabalhistas-diz-professor-demitido-da-estacio-de-sa/>>. Acesso em: 29/08/2018.

DOMENICI, Thiago. **Professores acusam Laureate de forjar documentos para obter o reconhecimento de cursos EAD no Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/05/professores-acusam-laureate-de-forjar-documentos-para-obter-o-reconhecimento-de-cursos-ead-no-brasil/>>. Acesso em: 25/05/2020.

DOMENICI, Thiago. **Laureate: o raio-x de uma fraude para reconhecer uma graduação no MEC**. 2020a. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/11/laureate-o-raio-x-de-uma-fraude-para-reconhecer-uma-graduacao-no-mec/>>. Acesso em: 16/12/2020.

DOMENICI, Thiago. **Laureate usa robôs no lugar de professores sem que alunos saibam**. 2020b. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/04/laureate-usa-robos-no-lugar-de-professores-sem-que-alunos-saibam/>>. Acesso em: 14/05/2020.

DOMENICI, Thiago. **Após uso de robôs, Laureate agora demite professores de EAD**. 2020c. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/05/apos-uso-de-robos-laureate-agora-demite-professores-de-ead/?fbclid=IwAR3r9UJH51A9vWkCxWqAiPYc3jCUMOKqPM48z41cOTZ-mh6PUjEpvzu6Bms>>. Acesso em: 14/05/2020.

DOMENICI, Thiago. **“É cruel”: professores relatam de aulas on-line com 300 alunos a demissões por pop-up**. 2020d. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/09/e-cruel-professores-relatam-de-aulas-on-line-com-300-alunos-a-demissoes-por-pop-up/>>. Acesso em: 26/09/2020.

DRUCK, Maria da Graça. Flexibilização e precarização: Formas contemporâneas de dominação do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 11-22, jul./dez. 2002.

DRUCK, Maria da Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p.37-57, 2011. 37, p. 11-22, jul./dez. 2011.

DRSKA, Moacir. **A bilionária aposta da Cogna no ensino a distância**. 2019b. Disponível em: <<https://neofeed.com.br/blog/home/a-bilionaria-aposta-da-cogna-no-ensino-a-distancia/>>. Acesso em: 17/01/2020.

DRSKA, Moacir. **A equação da Kroton para mirar um mercado de R\$ 174 bilhões**. 2019a. Disponível em: <<https://neofeed.com.br/blog/home/a-equacao-da-kroton-para-mirar-um-mercado-de-r-174-bilhoes/>>. Acesso em: 17/01/2020.

ELIAS, Marisa; NAVARRO, Vera. Profissão docente no ensino superior privado: o difícil equilíbrio de quem vive na corda bamba. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, vol. 22, n.1, p.49-63, 2019.

ESTÁCIO. **Apresentação Institucional**. 2018. Disponível: <<https://www.yduqs.com.br/Download.aspx?Arquivo=vOmOArVdPDjo5cGMTYGhTA==>>. Acesso em: 24/11/2020.

ESTÁCIO. **Portal eletrônico**. 2020a. Disponível em: <<portal.estacio.br>>. Acesso em: 28/01/2020.

ESTÁCIO. **História**. 2020b. Disponível: <<https://portal.estacio.br/quem-somos/historia/>>. Acesso em: 15/01/2020.

EXAME. **Grupos de ensino seguem sofrendo com crise e fim do Fies.** 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/grupos-de-ensino-seguem-sofrendo-com-crise-e-fim-do-fies/>>. Acesso em: 10/01/2019.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora da UNB, 2001.

FARIA, Flávia. **Entenda o que acontece com Lula e por que ele não pode se candidatar.** 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/entenda-o-que-acontece-com-lula-e-por-que-ele-nao-pode-se-candidatar.shtml>>. Acesso em: 18/02/2021.

FENAJ. **Unimep promove demissão em massa de professores.** 2006. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/unimep-promove-demissao-em-massa-de-professores/>>. Acesso em: 14/04/2021

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente: e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil.** São Paulo: Editora Globo, 2006.

FIGO, Anderson. **Compra da Adtalem faz sentido estratégico e financeiro para a Yduqs, dizem analistas.** 2019. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/mercados/compra-da-adtalem-faz-sentido-estrategico-e-financeiro-para-a-yduqs-dizem-analistas/>>. Acesso em: 16/01/2020.

FILGUEIRAS, Vitor; BISPO, Bruna; COUTINHO, Pablo. A reforma trabalhista como reforço a tendências recentes no mercado de trabalho. *In:* KREIN, José, GIMENEZ, Denis; SANTOS, Anselmo (org.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil.** Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.

FILHO SANTOS, João. **Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais.** Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará. Belém. 2016.

FIOCRUZ. **Nota do Conselho Deliberativo da Fiocruz em defesa da Pesquisa e da Pós-Graduação como patrimônio da sociedade brasileira.** 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-divulga-nota-em-defesa-da-pesquisa-e-da-pos-graduacao>>. Acesso em: 30/09/2020.

FNDE. **Financiamentos concedidos.** 2020. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fies-graduacao/mantenedora-e-ies/financiamentos-concedidos>>. Acesso em: 01/07/2020.

FONTENELE, Davi. **Conheça a BlackRock, maior gestora do mundo, e seu fundo na plataforma XP.** 2020. Disponível em: <<https://conteudos.xpi.com.br/fundos-de-investimento/relatorios/conheca-a-blackrock-maior-gestora-do-mundo-e-seu-fundo-na-plataforma-xp/>>. Acesso em: 21/02/2021.

FÓRUM. **Sobre o Fórum.** 2020. Disponível em: <<https://www.forumensinosuperior.org.br/inicio/sobre-o-forum>>. Acesso em: 09/02/2020.

FREITAS, Leda. **Saúde e processo de adoecimento no trabalho dos professores em ambiente virtual**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de Brasília, Distrito federal, 2006.

FUNDAÇÃO PITÁGORAS. **Nossa missão**. 2021a. Disponível em: <<https://fundacaopitagoras.com.br/nossa-missao/>>. Acesso em: 18/02/2021.

FUNDAÇÃO PITÁGORAS. **A fundação**. 2021b. Disponível em: <<https://fundacaopitagoras.com.br/a-fundacao-pitagoras/>>. Acesso em: 18/02/2021.

GALVANI, Giovanna. **Uninove demite professores por mensagem automática na internet e revolta alunos**. 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/uninove-demite-professores-por-mensagem-automatica-na-internet-e-revolta-alunos/>>. Acesso em: 02/11/2020.

GASPARINI, Carolina. **Advent acumulou R\$ 1,51 bilhão com venda de participação em Dufry, Kroton e IMC**. 2013. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/mercados/advent-acumulou-r-157-bilhao-com-venda-de-participacao-em-dufry-kroton-e-imc/>>. Acesso em: 21/02/2021.

GEOCAPES. **Sistema de Informações Georreferenciadas**. 2021. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>. Acesso em: 17/04/2021.

GERHEIM, Marcia; CASTRO, Fernando. **As tensões de ser professor no setor privado de ensino**. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro, 70 (3): 35 – 50, 2008.

GIOLO, Jaime; LEHER, Roberto; SGUISSARDI, Valdemar. **Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado**. São Carlos: Diagrama Editorial, 2020.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

GUIMARÃES, Fernanda. **Parente: aquisição da Adtalem é a maior da história da Yduqsn**. 2019. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/economia/parente-aquisicao-da-adtalem-e-a-maior-da-historia-da-yduqs,57ca705581adc6d758c9f9c2ebe06b07ufwq3h4c.html>>. Acesso em: 16/01/2020.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOPER. **O impacto das mudanças do Fies na educação superior brasileira**. 2015. Disponível em: <<https://www.hoper.com.br/single-post/2015/02/12/o-impacto-das-mudan%C3%A7as-do-fies-na-educa%C3%A7%C3%A3o-superior-brasileira>>. Acesso em: 13/04/2021.

IBGE. Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2020a.

IBGE. **Desemprego chega a 14,4% no trimestre encerrado em agosto**. 2020b. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de->

noticias/noticias/29321-desemprego-chega-a-14-4-no-trimestre-encerrado-em-agosto>.
Acesso em: 02/11/2020.

IBMEC. **Unidades**. Disponível em: <<https://www.ibmec.br/unidades>>. Acesso em: 18/02/2021.

INEP. **Microdados Censo da Educação Superior 1995**. 1996. Disponível: <http://download.inep.gov.br/microdados/microdados_educacao_superior_1995.zip>. Acesso em: 24/11/2020.

INEP. **Microdados Censo da Educação Superior 2003**. 2004. Disponível: <http://download.inep.gov.br/microdados/microdados_educacao_superior_2003.zip>. Acesso em: 24/11/2020.

INEP. **Microdados Censo da Educação Superior 2010**. 2011. Disponível: <http://download.inep.gov.br/microdados/microdados_censo_superior_2010.zip>. Acesso em: 20/02/2019.

INEP. **Microdados Censo da Educação Superior 2011**. 2012. Disponível: <http://download.inep.gov.br/microdados/microdados_censo_superior_2011.zip>. Acesso em: 24/11/2020.

INEP. **Microdados Censo da Educação Superior 2016**. 2017. Disponível: <http://download.inep.gov.br/microdados/microdados_censo_superior_2016.zip>. Acesso em: 20/02/2019.

INEP. **Microdados Censo da Educação Superior 2018**. 2019. Disponível: <http://download.inep.gov.br/microdados/microdados_educacao_superior_2018.zip>. Acesso em: 28/01/2019.

INEP. **Censo da Educação Superior 2019**. 2020a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/microdados/microdados_educacao_superior_2019.zip>. Acesso em: 12/11/2020.

INEP. **Conheça o Inep**. 2020b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/conheca-o-inep>>. Acesso em: 12/08/2019.

IZAGUIRRE, Inés. **Debates metodológicos sobre los estudios de conflicto y movimientos sociales: algunos ejes teóricos-metodológicos en el estudio del conflicto social**. In: CLACSO. *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

JORNAL NACIONAL. **Maior rede de livrarias do país pede recuperação judicial**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/11/23/maior-rede-de-livrarias-do-pais-pede-recuperacao-judicial.ghtml>>. Acesso em: 18/02/2021.

KAHIL, Gustavo. **Estácio muda marca para Yduqs e cria duas unidades de negócios**. 2019. Disponível em: <<https://moneytimes.com.br/fast/estacio-muda-marca-para-yduqs-e-cria-duas-unidades-de-negocios/>>. Acesso em: 30/10/2019.

KOIKE, Beth. **Para Anima e Ser, crise traz mais oferta de aquisições**. 2020a. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/05/18/para-anima-e-ser-crise-traz-mais-oferta-de-aquisicoes.ghtml>>. Acesso em: 10/06/2020.

KOIKE, Beth. **Cogna não pretende fazer aquisições no período da crise**. 2020b. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/05/22/cogna-no-pretende-fazer-aquisies-no-perodo-da-crise.ghtml>>. Acesso em: 12/06/2020.

KOIKE, Beth. **Receita menor com Fies afeta setor privado**. 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/empresas/5521747/receita-menor-com-fies-afeta-setor-privado>>. Acesso em: 02/08/2018.

KREIN, José; ABÍLIO, Ludmila; FREITAS, Paula; BORSARI, Pietro; CRUZ, Reginaldo. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. In: KREIN, José; GIMENEZ, Denis; SANTOS, Anselmo. **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.

KREIN, José; GIMENEZ, Denis. Apresentação. In: KREIN, José; GIMENEZ, Denis; SANTOS, Anselmo. **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.

KROTON. **Histórico**. 2020b. Disponível em: <http://www.mzweb.com.br/kroton2010/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&conta=45&tipo=34091>. Acesso em: 28/01/2020.

KROTON. **Portal eletrônico**. 2020a. Disponível em: <kroton.com.br>. Acesso em: 28/01/2020.

LAZARINI, Jader. **Estácio compra a UniToledo por R\$102,5 milhões**. 2019. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/noticias/estacio-compra-a-unitoledo-por-102-milhoes/>>. Acesso em: 16/01/2020.

LEHER, Roberto. A educação no governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**, p.369-411. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LEHER, Roberto. **Sobre educação a distância**. 2011. Disponível em: <<https://educabrasil20111.files.wordpress.com/2011/03/sobre-educac3a7c3a3o-adistc3a2ncia-leher.pdf>>. Acesso em: 24/11/2020.

LEHER, Roberto; MOTTA, Vânia. Trabalho docente crítico com dimensão do projeto universidade. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.6, n.1, p. 48-78, jun. 2014.

LEHER, Roberto. **Educação superior, fundos de investimentos e monopolização do setor privado**. Relatório de pesquisa CNPq, 2018.

LEHER, Roberto. **Educação superior, fundos de investimentos e monopolização do setor privado**. Relatório de pesquisa Faperj, 2019a.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019b.

LEHER, Roberto. Apontamentos para análise da correção de forças na educação brasileira: em prol da frente democrática. **Educ. Soc., Campinas**, V.40, 2019c.

LEHER, Roberto. **Leia a análise de Roberto Leher, da UFRJ, sobre o “Future-se**. 2019d. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/07/25/leia-a-analise-de-roberto-leher-da-ufrj-sobre-o-future-se/>>. Acesso em: 15/10/2019.

LEHER, Roberto; SANTOS, Maria Rosimary. Financiamento das universidades federais: determinantes econômicos e políticos. **Inter-Ação**, Goiânia, v.45, n.2, p.220-239, maio/ago. 2020.

LE MONDE. **L’empire Carlyle**. 2004. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/archives/article/2004/04/29/l-empire-carlyle_362942_1819218.html>. Acesso em: 13/04/2021.

LIMA, Cláudia. **Janguê Diniz prova que educação faz vencer na vida**. 2019. Disponível em: <<https://forbes.com.br/negocios/2019/03/janguie-diniz-prova-que-educacao-faz-vencer-na-vida/>>. Acesso em: 18/01/2020.

LUNA, Denise. Demissões na Estácio estão no radar do MPT. 2017. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,demissoes-na-estacio-estao-no-radar-do-mpt,70002112435>>. Acesso em: 15/10/2019.

MACHADO, Viviane. **Alunos denunciam sala superlotada e improviso em faculdade de Vitória**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2015/02/alunos-denunciam-sala-superlotada-e-improviso-em-faculdade-de-vitoria.html>>. Acesso em: 25/09/2020.

MANCEBO, Deise; SANTORUM, Katia; RIBEIRO, Carla; LÉDA, Denise. O trabalho na educação superior. **Arquivos analíticos de políticas educativas**, v. 28, n. 16, 2020.

MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SCHUGURENSKY, Daniel. A educação superior no Brasil diante da mundialização do capital. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.32, n.04, p. 205-225, 2016.

MARTINS, Elisa. **Com inadimplência e evasão em alta na pandemia, 30% das instituições de Ensino Superior podem fechar em 2020**. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/com-inadimplencia-evasao-em-alta-na-pandemia-30-das-instituicoes-de-ensino-superior-podem-fechar-em-2020-24444843>>. Acesso em: 28/05/2020.

MARX, KARL. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editorial, [1858] 2011.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, [1890] 2013.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro III. São Paulo: Boitempo, [1894] 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 1848. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetaileObraForm.do?select_action=&co_obra=2273>. Acesso em: 20/11/2020.

MATOS, Eduardo. **Por que o ensino a distância cresceu tanto e quais os desafios do setor**. 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2020/01/por-que-o-ensino-a-distancia-cresceu-tanto-e-quais-os-desafios-do-setor-ck4yclkh201bn01ockas6mo0h.html>>. Acesso em: 22/03/2020.

MATTOS, Marcelo. Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil. *In*: XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

MAUÉS, Olgaíses. A expansão e a internacionalização da educação superior. **3ª reunião nacional da ANPEd**, UFSC, Florianópolis, 2015.

MEC. **Censo da Educação Superior 2013: Glossário**. 2014a. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/questionarios_e_manuais/2013/glossario_modulo_ies_censup_2013.pdf>. Acesso em: 19/02/2021.

MEC. **Portaria normativa nº21, de 26 dezembro de 2014**. Altera dispositivos do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies. 2014b. Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/arquivos/portaria_normativa_21_26122014_compilada_050115.pdf>. Acesso em: 13/04/2021.

MEC. **Portaria normativa nº 23, de 29 de dezembro de 2014**. Altera dispositivos do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies. 2014c. Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/arquivos/portaria_23_29122014.pdf>. Acesso em: 13/04/2021.

MIGUEL, Luis. **O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MONETUS. **Atmos ações FIC Ações**. 2021. Disponível em: <<https://monetus.com.br/comparador/fundos-de-investimento/atmos-acoes-fic-acoes>>. Acesso em: 21/02/2021.

MOTTA, Vânia; ANDRADE, Maria Carolina. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, 2020.

MOURA, Mariluce. **Universidade públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil**. 2019. Disponível em: <<http://ciencianarua.net/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>>. Acesso em: 18/11/2019.

NASCIMENTO, Marcelo. **A reforma trabalhista liberou geral a pejetização?**. 2018. Disponível em: <<https://exame.com/carreira/a-reforma-trabalhista-liberou-geral-a-pejetizacao/>>. Acesso em: 24/02/2021.

NASDAQ. Laureate Education, Inc. Class A Common Stock (LAUR). 2021. Disponível em: <<https://www.nasdaq.com/market-activity/stocks/laur>>. Acesso em: 20/02/2021.

NYSE. **Adtalem Global Education Inc Atge**. 2021. Disponível em: <<https://www.nyse.com/quote/XNYS:ATGE>>. Acesso em: 20/02/2021.

O GLOBO. **Relembre a trajetória de Bolsonaro por partidos políticos**. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/fotogalerias/relembre-trajetoria-de-bolsonaro-por-partidos-politicos-24006620>>. Acesso em: 18/02/2021.

OLIVEIRA, Amanda; PEREIRA, Maristela; LIMA, Luana. Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, vol. 21, n. 3, set./dez., 2017.

OLIVEIRA, Francisco. Ornitorrinco. In: OLIVEIRA, F. **Crítica da razão dualista/ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo editorial, p. 121-150, 2003.

OLIVEIRA, Romualdo. A financeirização da economia e suas consequências para a educação superior no Brasil. In: FEPESP. **O negócio da educação**. São Paulo: Olho d'água, 2017. p. 27 – 36.

OLIVEIRA, Romualdo. A transformação da educação em mercadoria no Brasil, **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, 2009.

ONZE. **B3 ou Bovespa: o que é o quê no mercado**. 2021a. Disponível em: <<https://www.onze.com.br/blog/b3-ou-bovespa/>>. Acesso em: 12/02/2021.

ONZE. **Venture Capital: o que é essa modalidade de investimento?**. 2021b. Disponível em: <<https://www.onze.com.br/blog/venture-capital/>>. Acesso em: 17/02/2021.

OSAL. **Cronología del conflicto social. Brasil 2012**. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

PALMA, Edson. **Ânima Educação impulsiona mercado com aquisição de R\$130 milhões**. 2020. Disponível em: <<https://www.euqueroinvestir.com/anima-educacao-impulsiona-mercado-com-aquisicao-de-r-130-milhoes/>>. Acesso em: 14/01/2020.

JULIBONI, Márcio. **Ânima Educação fecha compra da Unicuritiba por R\$130 milhões**. 2020. Disponível em: <<https://moneytimes.com.br/fast/anima-educacao-fecha-compra-da-unicuritiba-por-r-130-milhoes/>>. Acesso em: 14/01/2020.

PEIXOTO, Madalena; PETTA, Maria. **ANDES, SINPROs e CONTEE: recuperando a história**. 2009. Disponível em: <<http://sinprominas.org.br/noticias/andes-sinpros-e-contee-recuperando-a-historia/>>. Acesso em: 14/03/2020.

PEREIRA, Larissa. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e serviço social. **Rev. Katál**. Florianópolis v.12, n.2, p. 268 – 277, jul./dez. 2009.

PEREIRA, Letícia. **Uninove, queremos nossos professores de volta!**. 2020. Disponível em: <<https://www.change.org/p/uninove-uninove-queremos-nossos-professores-de-volta>>. Acesso em: 02/11/2020.

PERRIN, Fernanda. **Professores acharam que pop-up de demissão da Uninove era erro do sistema**. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/professores-acharam-que-pop-up-de-demissao-da-uninove-era-erro-do-sistema.shtml>>. Acesso em: 02/11/2020.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**. nº 114, p. 179-195. 2001.

PINTO. **O conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PIRES, José. **Demissões em universidades de Curitiba expõem face cruel da mercantilização do ensino superior**. 2019. Disponível em: <<https://paragrafo2.com.br/2019/07/24/demissoes-em-universidades-de-curitiba-expoem-face-cruel-da-mercantilizacao-do-ensino-superior/>>. Acesso em: 03/11/2020.

PT. **Legado do PT: salário mínimo saltou de R\$200 em 2003 para R\$880 em 2015**. 2019. Disponível em: <<https://pt.org.br/legado-do-pt-salario-minimo-saltou-de-r-200-em-2003-para-r-880-em-2015/>>. Acesso em: 19/02/2021.

PITÁGORAS. **Nossa história**. 2021. Disponível em: <<https://www.pitagoras.com.br/institucional/nossa-historia/>>. Acesso em: 18/02/2021.

PLANALTO. **Conheça a trajetória de Jair Bolsonaro, o presidente escolhido nas eleições de 2018**. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/01/conheca-a-trajetoria-de-jair-bolsonaro-o-presidente-escolhido-nas-eleicoes-de-2018>>. Acesso em: 18/02/2021.

PORTINARI, Natália. **Kroton investe em ensino básico e acerta compra da Somos por R\$4,6 bi**. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/04/kroton-acerta-compra-da-somos-educacao-por-r-46-bi.shtml>>. Acesso em: 23/01/2020.

POULANTZAS, N. O Estado, o poder e nós. In: BALIBAR, E. et al. **O Estado em Discussão**. Lisboa: Edições 70, 1981.

PUJOL, Leonardo. **Pandemia acelera aquisições no ensino superior**. 2020. Disponível em: <<https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/crise-acelera-aquisicoes-ensino-superior/>>. Acesso em: 20/08/2020.

QEDU. **O que são microdados**. 2020. Disponível em: <<http://academia.qedu.org.br/glossario/o-que-sao-microdados/>>. Acesso em: 28/01/2020.

QUADROS, Jorge. **Alunos da faculdade Pitágoras fazem manifestação por falta de professores e aumento das mensalidades**. 2020. Disponível em: <<https://www.jqnoticias.com.br/2020/02/21/alunos-da-faculdade-pitagoras-fazem-manifestacao-por-falta-de-professores-e-aumento-das-mensalidades/>>. Acesso em: 25/09/2020.

REDE DE EDUCADORES EM LUTA. **Apoio Psicológico para profissionais da educação**. 2021. Disponível em: <<https://www.apoiopsicoeducacao.bonde.org/>>. Acesso em: 25/01/2021.

REIS, Vivian. **Professores da Uninove acessam plataforma de aulas e recebem aviso de demissão, diz sindicato**. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/23/professores-da-uninove-acessam-plataforma-de-aulas-e-recebem-aviso-de-demissao-diz-sindicato.ghtml>>. Acesso em: 02/11/2020.

REUTERS. **Ser educacional poderá movimentar quase R\$ 1 bi em abertura de capital.** 2013. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ser-educacional-podera-movimentar-quase-r-1-bi-em-abertura-de-capital,166137e>>. Acesso em: 19/01/2019.

REUTERS. **Kroton vende Uniasselvi para Carlyle e Vinci Partners por até R\$ 1,105 bilhão.** 2015. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/economia/kroton-vende-uniasselvi-para-carlyle-e-vinci-partners-por-ate-r1105-bilhao-26102015-1>>. Acesso em: 13/04/2021.

RODA VIVA. **Roda viva: Sidarta Ribeiro.** 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E4pO_h3D6jU>. Acesso em: 18/01/2020.

RODRIGUES FILHO, José Alberto. **Trabalho docente no ensino superior: uma análise das políticas retributórias e seus efeitos.** 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2015.

ROMANO, Rogério. **Breves considerações sobre a Holding.** 2019. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/73850/breves-consideracoes-sobre-a-holding>>. Acesso em: 19/01/2020.

RYNGELBLUM, Ivan. **Yduqs adquire Athenas Grupo Educacional por R\$120 milhões.** 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/06/04/yduqs-adquire-athenas-grupo-educacional-por-r-120-milhes.ghtml>>. Acesso em: 12/06/2020.

RYNGELBLUM, Ivan. **Ser Educacional compra faculdades em Rondônia por R\$120 milhões.** 2021. Disponível em: <<https://www.seudinheiro.com/2020/empresas/ser-educacional-compra-faculdades-em-rondonia-por-r-120-milhoes/>>. Acesso em: 04/01/2021.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia.** São Paulo: Boitempo, 2018.

SAMOR, Geraldo. **Breaking: Ânima investe R\$ 300 milhões na Unisul para liderar em SC.** 2019. Disponível em: <<https://braziljournal.com/breaking-anima-investe-r-300-milhoes-na-unisul-para-liderar-em-sc>>. Acesso em: 17/01/2021.

SAMOR, Geraldo. **Fundo de Abilio Diniz compra 6% da Anima.** 2014. Disponível em: <<https://braziljournal.com/fundo-de-abilio-diniz-compra-6-da-anima>>. Acesso em: 15/01/2019.

SANTOS, Maria Rosimary; ALMEIDA, Halley. Trabalho docente, políticas universitárias e “capitalismo acadêmico” no Brasil. **Cadernos ANPAE**, v. 1, p. 1-13, 2009.

SARAIVA. **Informações trimestrais.** 2020. Disponível em: <http://www.mzweb.com.br/saraiva/web/download_arquivos.asp?id_arquivo=8B499FC2-7F0E-40B1-8F07-B98FB454168F>. Acesso em: 26/02/2021.

SBPC. **Pandemia ressalta necessidade de investimento em educação, saúde e CT&I.** 2020. Disponível em: <<http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/pandemia-ressalta-necessidade-de-investimento-em-educacao-saude-e-cti/>>. Acesso em: 30/09/2020.

SCHWARTZMAN, Simon. **O impacto da pandemia no ensino superior**. 2020. Disponível em: <<https://opinio.estado.com.br/noticias/espaco-aberto,o-impacto-da-pandemia-no-ensino-superior,70003296055>>. Acesso em: 28/05/2020.

SEBIM, Charlini. O trabalho docente no processo de financeirização da educação superior: o caso da Kroton no espírito santo – UFES. *In*: Reunião Nacional da ANPED. 37. 2015. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2015.

SENADO. **Financiamento estudantil – Fies**. 2020. Disponível em: <http://www9.senado.leg.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2FSigaBrasilPainelCidadao.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&select=lbTemas,*000894*>. Acesso em: 01/07/2020.

SER EDUCACIONAL. **Resultados do Primeiro Trimestre de 2020**. 2020a. Disponível: <http://www.mzweb.com.br/sereducacional/web/download_arquivos.asp?id_arquivo=ACAF4F1E-2274-4A28-ACAD-43F3975622EA>. Acesso em: 15/11/2020.

SER EDUCACIONAL. **Portal eletrônico**. 2020b. Disponível em: <sereducacional.com>. Acesso em: 28/01/2020.

SER EDUCACIONAL. **Relações com investidores**. 2020c. Disponível em: <ri.sereducacional.com>. Acesso em: 28/01/2020.

SER EDUCACIONAL. **Sobre o grupo**. 2020d. Disponível em: <http://ri.sereducacional.com/sereducacional/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tip o=47915>. Acesso em: 15/06/2020.

SGUISSARDI, Valdemar. **Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil 2002-2012**. Piracicaba: Projeto de Organismo Internacional, 2014.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou Massificação Mercantil? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n.º. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015.

SGUISSARDI, Valdemar. O que será das instituições de educação superior comunitárias e confessionais?. **Comunicações**, Piracicaba, v.25, n.3, p. 27-42, set.-dez., 2018.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **O trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. Minas Gerais: Navegando, 2018.

SGUISSARDI, Valdemar. **Mercadização/mercantilização: desafios para a missão das Instituições de Educação Superior**. 6a. FORGES, Para que(m) servem as Instituições de Educação Superior? Balanços, proposições e desafios acerca do papel das IES no Século XXI, Campinas: Unicamp, 2016. Disponível em: <http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/12/Valdemar-Sguiss-Mercadizac_a_o-mercantilizac_a_o-Texto-Mesa.pdf>. Acesso em: 18/02/2021.

SGUISSARDI, Valdemar. As missões da universidade, entre as quais a extensão universitária ou a terceira missão, em face dos desafios da mercadização/mercantilização. **Teoria e prática da educação**, v. 22, n. 3, p. 38-56, set./dez., 2019.

SILVA, Michelle; GUIMARÃES, André. Concepções, aproximações e afastamentos de docentes universitários em relação ao movimento sindical. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, nº 16, 2020.

SINPRO-DF. **Financeirização da educação e EAD em tempos de pandemia**. 2020. Disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/financeirizacao-da-educacao-e-ead-em-tempos-de-pandemia/>>. Acesso em: 28/05/2020.

SINPRO SP. **Justiça concede liminar que garante a reintegração dos professores da Unimep**. 2006. Disponível em: <<https://www.sinprosp.org.br/noticias/669>>. Acesso em: 14/04/2021.

SODRÉ, Pedro. **Ex-estácio, Yduqs compra grupo dono do Ibmeq por 1,92 bi**. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/ex-estacio-yduqs-compra-grupo-dono-do-ibmeq-por-r-192-bi.shtml>>. Acesso em: 16/01/2020.

SOUSA, Dayanne. **Fusão que cria maior grupo de educação do Brasil é aprovada**. 2014. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,fusao-que-cria-maior-grupo-de-educacao-do-brasil-e-aprovada,1522995>>. Acesso em: 20/01/2019.

SUNO. **Ser Educacional (SEER3) compra faculdade baiana Unifasb por R\$210 milhões**. 2021. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/noticias/ser-educacional-seer3-compra-unifasb/>>. Acesso em: 04/01/2021.

SUNO FUNDOS. **Dynamo Cougar FIA**. 2021. Disponível em: <<https://www.suno.com.br/fundos-de-investimento/dynamo-cougar-fia>>. Acesso em: 21/02/2021.

SUTTO, Giovanna. **Ânima Educação: as estratégias da empresa para ser protagonista em 2020**. 2019. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/negocios/anima-educacao-as-estrategias-da-empresa-para-ser-protagonista-em-2020/>>. Acesso em: 13/01/2020.

TCU. **Relatório de auditoria TC 011.884/2016-9**. 2016. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/data/files/08/43/F7/B1/51B98510784389852A2818A8/011.884-2016-9%20_FIES_.pdf>. Acesso em: 07/09/2020.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa I: A árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.1, 1987a.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa II: A maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.1, 1987b.

THOMPSON, Edward. **As peculiaridades dos ingleses e outros estudos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TRICONTINENTAL. **A Educação Brasileira na Bolsa de Valores: As oito empresas privadas de capital aberto que atuam no setor educacional**. 2020. Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/wpcontent/uploads/2020/10/20201015_Financeirizac%CC%A7a%CC%83o-da-Educac%CC%A7a%CC%83o_Web.pdf>. Acesso em: 20/02/2021.

VENTURA, Manoel. **Cade rejeita fusão da Kroton Educacional com a Estácio**. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/cade-rejeita-fusao-da-kroton-educacional-com-estacio-1-21532066>>. Acesso em: 20/01/2019.

VIEIRA, Bárbara. **Faculdades particulares de SP lotam salas virtuais com até 180 alunos e demitem mais de 1.600 professores durante pandemia**. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/02/faculdades-particulares-de-sp-lotam-salas-virtuais-com-ate-180-alunos-e-demitem-mais-de-1600-professores-durante-pandemia.ghtml>>. Acesso em: 26/09/2020.

VINCI PARTNERS. **Institucional**. 2021. Disponível em: <<https://www.vincipartners.com/empresa/institucional>>. Acesso em: 13/04/2021.

WALLMINE. **Cape Ann Asset Management Ltd 13F annual report**. 2121. Disponível em: <<https://wallmine.com/fund/471/cape-ann-asset-management-ltd>>. Acesso em: 21/02/2021.

YDUQS. **Divulgação de resultados 3T20**. 2020a. Disponível: <<https://www.yduqs.com.br/Download.aspx?Arquivo=a74yKhr/Y7nz3teDnzV11A==>>. Acesso em: 15/11/2020.

YDUQS. **Histórico e perfil corporativo**. 2020c. Disponível em: <<https://www.yduqs.com.br/show.aspx?idCanal=U/ccuSh0iht1/mEX/ez1ng==>>. Acesso em: 15/01/2020.

YDUQS. **Relações com investidores**. 2020b. Disponível em: <<https://www.yduqs.com.br/>>. Acesso em: 28/01/2020.

7 Anexo

7.1 Reportagens demissões, educação superior, 2017-2020

Quadro 4 – Reportagens demissões de professores, educação superior, 2017-2020

Ano	Docentes demitidos	Empresa envolvida	Reportagem
2020	500	Universidade Nove de Julho – Uninove	https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-23/e-cruel-professores-encaram-aulas-virtuais-com-300-alunos-e-demissoes-por-pop-up-na-tela.html
	190	Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU (Laureate)	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/02/faculdades-particulares-de-sp-lotam-salas-virtuais-com-ate-180-alunos-e-demitem-mais-de-1600-professores-durante-pandemia.ghtml
	172	Universidade Luterana do Brasil – Ulbra	https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/08/universidades-comunitarias-demitem-na-pandemia/
	38	Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos	https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/08/universidades-comunitarias-demitem-na-pandemia/
	19	Centro Universitário Cenecista de Osório – Uicnec	https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/08/universidades-comunitarias-demitem-na-pandemia/
	22	Universidade Feevale	https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/08/universidades-comunitarias-demitem-na-pandemia/
	200	Universidade Cruzeiro do Sul – Unicsul	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/07/com-ensino-remoto-e-crise-faculdades-particulares-demitem-professores.shtml
	74	São Judas Tadeu	https://www.brasildefatong.com.br/2020/07/07/mais-de-150-professores-sao-demitidos-da-una-faculdade-do-grupo-anima-em-bh
	40	União Bandeirante	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/07/com-ensino-remoto-e-crise-faculdades-particulares-demitem-professores.shtml

	120	Rede Laureate (FMU, FIAM-FAAM, Anhebi-Morumbi)	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/depois-de-colocar-robos-para-ensino-laureate-demite-120-professores.shtml
	160	Universidade Positivo	https://www.brasildefatopr.com.br/2020/07/27/universidade-pegou-esforco-de-professores-e-jogou-no-lixo-diz-demitido-da-positivo
	150	Una (Ânima)	https://www.brasildefatomg.com.br/2020/07/07/mais-de-150-professores-sao-demitidos-da-una-faculdade-do-grupo-anima-em-bh
	50	Centro Universitário do Distrito Federal – UDF	https://www.metropoles.com/distrito-federal/educacao-df/efeito-pandemia-faculdade-particular-do-df-demite-ao-menos-50-professores
	6	São Sebastião (Cruzeiro do Sul)	https://www.tamoiosnews.com.br/noticias/cidades/cruzeiro-do-sul-educacional-demite-professores-em-faculdades-de-sao-sebastiao-e-caraguatatuba/
	15	Centro Universitário Módulo (Cruzeiro do Sul)	https://www.tamoiosnews.com.br/noticias/cidades/cruzeiro-do-sul-educacional-demite-professores-em-faculdades-de-sao-sebastiao-e-caraguatatuba/
	26	Universidade Positivo	https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/up-demite-mais-professores/
2019	60	Estácio (Salvador-BA)	https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/84535,alunos-reclamam-de-demissoes-de-professores-na-estacio-em-salvador-faculdade-diz-que-e-natural
	40	Estácio (Teresina-PI)	https://www.viagora.com.br/noticias/alunos-da-estacio-irao-protestar-contra-demissao-de-professores-78442.html
	300	Laureate	https://www.sinprosp.org.br/noticias/3641
	300	Universidade Nove de Julho – Uninove	https://www.sinprosp.org.br/noticias/3641
	73	Universo	https://www.otempo.com.br/cidades/professores-demitidos-da-universo-protestam-contra-nao-pagamento-do-fgts-1.2217095
	16	Unipê	http://paraibadebate.com.br/faculdade-volta-a-demitir-professores-na-lista-esta-o-desembargador-do-tjpb/

	20	Universidade Potiguar (UNP)	https://www.saibamais.jor.br/estudantes-da-unp-protestam-contrademissao-de-professores
	32	Centro Universitário Autônomo do Brasil - Unibrasil	https://paragrafo2.com.br/2019/07/24/demissoes-em-universidades-de-curitiba-expoem-face-cruel-da-mercantilizacao-do-ensino-superior/
	6	Universidade Positivo	https://paragrafo2.com.br/2019/07/24/demissoes-em-universidades-de-curitiba-expoem-face-cruel-da-mercantilizacao-do-ensino-superior/
2018	90	Fanese (SE)	https://infonet.com.br/noticias/educacao/alunos-de-faculdade-particular-denunciam-demissao-de-professores/
	10	Universidade Potiguar (UnP)	https://www.blogdobg.com.br/demissao-em-massa-unp-demite-professores-com-mestrado-e-doutorado-e-revolta-alunos/
	50	Estácio (Fortaleza-CE)	https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/12/estudantes-da-estacio-fazem-protesto-contrademissoes-de-professores.html
	43	Estácio (Goiânia-GO)	https://www.emaisgoias.com.br/43-professores-sao-demitidos-no-final-do-semester-em-faculdade-particular-de-goiania/
	50	Estácio (Maceió-AL)	https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2018/12/13/faculdade-faz-demissao-em-massa-de-professores-e-sindicato-diz-que-vai-ao-mpe/
	90	Anhembi Morumbi	https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=393288
	23	Unic	https://www.folhamax.com/entrelinhas/por-e-mail-unic-faz-23-demissoes/153370
	85	FAM	https://www.sinprosp.org.br/noticias/2976
2017	1.200	Estácio	http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1940980-estacio-de-sa-demite-12-mil-professores-apos-reforma-trabalhista.shtml
	150	Estácio (São Paulo-SP)	https://www.cpp.org.br/informacao/noticias/item/11866-400-professores-foram-demitidos-de-faculdades-particulares
	50	Universidade Metodista de São Paulo	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/universidade-metodista-fecha-cursos-e-demite-ao-menos-45-professores-no-abc-diz-sindicato.ghtml
	100	Mackenzie	https://www.cpp.org.br/informacao/noticias/item/11866-400-

			professores-foram-demitidos-de-faculdades-particulares
220	Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU (Laureate)		http://www.esquerdadiario.com.br/Apos-demissao-em-massa-professores-da-FMU-decidem-por-greve
150	Anhembi Morumbi		https://www.cpp.org.br/informacao/noticias/item/11866-400-professores-foram-demitidos-de-faculdades-particulares
100	Universidade Uniritter		https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/ensino/professores-com-mais-de-cinco-anos-foram-alvos-de-demiss%C3%A3o-diz-ex-docente-da-uniritter-1.249570
36	São Judas Tadeu		https://www.amplitudenews.com.br/noticia/1257/-1201
13	Cásper Libero		https://portal.comunique-se.com.br/casper-libero-demite-mais-de-10-professores-alunos-falam-em-perseguaao-politica/
127	Uniritter		https://vermelho.org.br/2017/12/19/desmonte-do-ensino-superior-uniritter-demite-127-professores/
70	Faculdade Internacional da Paraíba – FPB		https://www.clickpb.com.br/paraiba/faculdade-emite-nota-de-esclarecimento-apos-protestos-de-alunos-por-demissao-de-professores-232464.html
127	Centro universitário Fieo – Unifieo		https://veja.abril.com.br/brasil/professores-sao-demitidos-por-telegrama-apos-5-meses-sem-receber/

Elaboração própria.

Fonte: Reportagens diversas.

7.2 Reportagens conflitos laborais Ânima, Estácio, Kroton e Ser Educacional

Quadro 5 - Reportagens conflitos Ânima, Estácio, Kroton e Ser Educacional 2010 – 2020

N.	Cod. Conf.	Reportagem	Empresa	Marca	Estado	Cidade	Ano	Link
1	A1	Contra a "reestruturação" de grades e demissões de professores da Universidade São Judas!	Ânima	São Judas Tadeu	SP	São Paulo	2017	https://www.change.org/p/contra-a-reestruturação-de-grades-e-demissões-de-professores-da-universidade-são-judas
2	A2	Estudantes fazem protesto e professores se mobilizam contra mudanças na UniCuritiba	Ânima	UniCuritiba	PR	Curitiba	2020	https://barulhocuritiba.bemparana.com.br/post/estudantes-fazem-protesto-e-professores-se-mobilizam-contramudancas-na-unicuritiba#.X6UWz2hKjIU
3	A2	Universitários prepara buzinação contra mudanças na UniCuritiba	Ânima	UniCuritiba	PR	Curitiba	2020	https://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/universitarios-preparam-buzinaco-contramudancas-na-unicuritiba/
4	A2	Estudantes protestam com buzinação e velório simbólico em frente ao UniCuritiba	Ânima	UniCuritiba	PR	Curitiba	2020	https://paranaportal.uol.com.br/cidades/estudantes-unicuritiba/
5	A2	Em Curitiba, estudantes fazem buzinação e protestam contra mudanças em universidade	Ânima	UniCuritiba	PR	Curitiba	2020	https://barulhocuritiba.bemparana.com.br/post/em-curitiba-estudantes-fazem-buzinaco-e-protestam-contramudancas-em-universidade#.X6UWzWhKjIU
6	A2	Alunos fazem buzinação em protesto contra mudanças na UniCuritiba	Ânima	UniCuritiba	PR	Curitiba	2020	https://www.agenciadanoticia.com.br/parana/noticias/exibir.asp?id=91509&noticia=alunos-fazem-buzinaco-em-protesto-contramudancas-na-unicuritiba
7	A2	Professores do UniCuritiba votam indicativo de greve	Ânima	UniCuritiba	PR	Curitiba	2020	https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/professores-do-unicuritiba-votam-

								indicativo-de-greive/
8	A2	Justiça manda UniCuritiba retomar calendário acadêmico	Ânima	UniCuritiba	PR	Curitiba	2020	https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhana/justica-manda-unicuritiba-retomar-calendario-academico/
9	A3	Ânima Educação se envolve em ação polêmica	Ânima	São Judas Tadeu	SP	São Paulo	2020	https://www.dm.jor.br/cidades/2020/06/anima-educacao-se-envolve-em-acao-polemica/
10	A4	Em Joinville, UniSociesc quer implementar 30% dos cursos como EaD	Ânima	UniSociesc	SC	Joinville	2020	http://reporterpopular.com.br/unisociesc_ead_joinville_30/
11	A4	Estudantes realizam novo protesto contra cortes na UniSociesc	Ânima	UniSociesc	SC	Joinville	2020	https://omirantejoinville.com.br/2020/07/18/estudantes-realizam-novo-protesto-contra-cortes-em-faculdade-de-joinville/
12	A5	Contra decisões da Ânima Educação, alunos da Ages promovem buzinação em Jacobina	Ânima	Ages	BA	Jacobina	2020	https://www.jacobinanoticia.com.br/2020/08/contra-decisoes-da-anima-educacao.html
13	A5	Rejeição estudantil à nova matriz curricular (UC's) imposta na Ages pelo grupo Ânima	Ânima	Ages	BA	Jacobina	2020	https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/ministerio_publico_rejeicao_estudantil_a_nova_matriz_curricular_ucs_imposta_na_ages_pelo_grupo_anima/?cUZBirb&utm_source=sharetools&utm_medium=copy&utm_campaign=petition-1096477-rejeicao_estudantil_a_nova_matriz_curricular_ucs_imposta_na_ages_pelo_grupo_anima&utm_term=UZBirb%2Bpo
14	A6	Entidades estudantis emitem nota contra Unisul/Ânima por mudanças no curso de medicina	Ânima	Unisul	SC	Tubarão e Pedra Branca	2020	https://extra.sc/2020/10/14/entidades-estudantis-de-medicina-emitem-nota-de-repudio-contra-unisul-anima/

15	E1	Alunos de universidade em Niterói realizam apitação para protestar	Estácio	RJ	Niterói	2013	http://soumaisniteroi.com.br/noticias/alunos-de-universidade-particular-de-niteroi-realizam-apitaco-para-protestar
16	E2	Estudante da Faculdade Estácio de Sá realizam ato publico pedindo mais segurança no campus	Estácio	SP	Ourinhos	2016	http://www.ourinhosnoticias.com.br/noticia/9052/Estudante-da-Faculdade-Estacio-de-Sa-realizam-ato-publico-pedindo-mais-seguranca-no-campus
17	E2	Estudantes da Estácio de Sá de Ourinhos protestam por maior segurança no campus	Estácio	SP	Ourinhos	2016	http://www.divisafm.com.br/noticia/estudantes-da-estacio-de-sa-de-ourinhos-protestam-por-maior-seguranca-no-campus/330
18	E3	Em protesto, alunos de universidade pedem mais policiamento no Centro	Estácio	RJ	Rio de Janeiro	2016	https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-09-20/em-protesto-alunos-de-universidade-pedem-mais-policimento-no-centro.html
19	E4	Alunos fizeram protestos dentro e fora da Faculdade Estácio de Sá	Estácio	RJ	Rio de Janeiro	2017	https://luiscardoso.com.br/politica/2017/08/alunos-fizeram-protestos-dentro-e-fora-da-faculdade-estacio-de-sa/
20	E5	Alunos protestam contra demissão de professores do Grupo Estácio em SP	Estácio	SP	Ribeirão Preto	2017	https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/alunos-protestam-contrademissao-de-professores-do-grupo-estacio-em-sp.ghtml
21	E5	Embate entre Estácio e professores demitidos chega à Justiça; sindicatos e alunos preparam atos contra empresa	Estácio	DN	Dimensão Nacional	2017	https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN1E1341-OBRS
22	E5	Demissões na Estácio estão no radar do MPT	Estácio	RJ	Rio de Janeiro	2017	https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,demissoes-na-estacio-estao-no-radar-do-mpt,70002112435

23	E5	Alunos da Universidade Estácio de Sá ameaçaram abandonar a instituição	Estácio	DN	Dimensão Nacional	2017	http://sindvas.org/2017/12/07/alunos-da-universidade-estacio-de-sa-ameacam-abandonar-a-instituicao/
24	E5	Estudantes da Estácio se mobilizam contra aplicação da Reforma Trabalhista	Estácio	RJ	Rio de Janeiro	2017	https://www.esquerdadiario.com.br/Estudantes-da-Estacio-se-mobilizam-contraplicacao-da-Reforma-Trabalhista
25	E5	Estudantes da Estácio-NF protestam contra demissão de professores	Estácio	RJ	Nova Friburgo	2017	http://acervo.avozdaserra.com.br/noticias/estudantes-da-estacio-nf-protestam-contrademissao-de-professores
26	E5	Estudantes da Estácio organizam protesto nesta sexta contra demissões na universidade	Estácio	RJ	Resende	2017	https://avozdacidade.com/wp/estudantes-da-estacio-organizam-protesto-nesta-sexta-contrademissoes-na-universidade/
27	E5	Friburgo: Universitários da Estácio vão protestar contra demissão de professores nesta sexta, 8	Estácio	RJ	Friburgo	2017	https://www.novafriburgoemfoco.com.br/noticia/friburgo-universitarios-da-estacio-vao-protos
28	E5	Demissões de professores da Estácio atingem unidades de Fortaleza. Grupo se manifesta	Estácio	CE	Fortaleza	2017	http://blogdoeliomar.com.br/2017/12/08/demissoes-de-professores-da-estacio-atingem-unidades-de-fortaleza/
29	E5	Demissão de professores dá origem a protestos entre alunos de universidade em Resende	Estácio	RJ	Resende	2017	http://jornalbeirario.com.br/portal/?p=55461
30	E5	Demissão de professores gera protestos em faculdade da Capital	Estácio	MS	Campo Grande	2017	https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/demissao-de-professores-gera-protestos-em-faculdade-da-capital
31	E6	Estudantes de medicina da Estácio fazem protesto na Lapa	Estácio	RJ	Rio de Janeiro	2018	https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/05/5543519-estudantes-de-medicina-da-estacio-de-sa-fazem-

							protesto-na-lapa.html#foto=1
32	E6	Estudantes de Medicina da Estácio protestam contra transferência de campus	Estácio	RJ	Rio de Janeiro	2018	https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/estudantes-de-medicina-da-estacio-protestam-contr-transferencia-de-campus-22717840
33	E6	Estudantes de medicina da Estácio de Sá fazem protesto na Lapa	Estácio	RJ	Rio de Janeiro	2018	https://midiainformal.wordpress.com/2018/05/25/estudantes-de-medicina-da-estacio-de-sa-fazem-protesto-na-lapa/
34	E7	Estudantes da Estácio fazem protesto contra demissões de professores	Estácio	CE	Fortaleza	2018	https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/12/estudantes-da-estacio-fazem-protesto-contr-demissoes-de-professores.html
35	E8	Estudantes da Estácio em Natal protestam contra demissões de professores	Estácio	RN	Natal	2018	https://www.blogdobg.com.br/estudantes-da-estacio-protestam-contr-demissoes-de-professores/
36	E9	Estudantes da Estácio fazem protesto contra demissões de professores em Sulacap	Estácio	RJ	Rio de Janeiro	2019	http://padremiguelnews.blogspot.com/2019/01/estudantes-da-estacio-fazem-protesto.html
37	E9	Estudantes da Estácio fazem protesto contra demissões de professores em faculdade na zona oeste	Estácio	RJ	Rio de Janeiro	2019	https://acgnews.com.br/denuncias/estudantes-da-estacio-fazem-protesto-contr-demissoes-de-professores-em-faculdade-na-zona-oeste/38766/
38	E10	Estudante diz ter sofrido tentativa de estupro na Estácio Fib; alunos protestam	Estácio	BA	Salvador	2019	https://bahia.ba/salvador/estudante-diz-ter-sofrido-tentativa-de-estupro-na-estacio-fib-alunos-protestam/
39	E10	Após tentativa de estupro em faculdade no Stiep, alunos cobram segurança	Estácio	BA	Salvador	2019	https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/apos-tentativa-de-estupro-em-faculdade-no-stiep-alunos-cobram-seguranca/

40	E11	Alunos da Estácio irão protestar contra demissão de professores	Estácio		PI	Teresina	2019	https://www.viagora.com.br/noticias/alunos-da-estacio-irao-protestar-contrademissao-de-professores-78442.html
41	E11	Estudantes protestam contra demissões de professores na Estácio Ceut	Estácio		PI	Teresina	2019	https://www.gp1.com.br/noticias/estudantes-protestam-contrademissoes-de-professores-na-estacio-ceut-468054.html
42	E11	Estudantes da Estácio Ceut protestam contra demissões e pedem melhorias no ensino	Estácio		PI	Teresina	2019	https://piauiemdia.com.br/estudantes-da-estacio-ceut-protestam-contrademissoes-e-pedem-melhorias-no-ensino/
43	E11	Professores são demitidos da Estácio/Ceut e estudantes fazem protesto	Estácio		PI	Teresina	2019	https://180graus.com/educacao/professores-sao-demitidos-da-estacio-ceut-e-estudantes-fazem-protesto
44	E12	Alunos de publicidade e propaganda da Estácio Fatern em Natal protestam e organizam ação judicial coletiva	Estácio		RN	Natal	2020	https://www.blogdobg.com.br/alunos-de-publicidade-de-propaganda-da-estacio-fatern-em-natal-protestam-e-organizam-entrar-com-acao-coletiva/
45	E13	Professores de faculdade são demitidos e estudantes reclamam de grade dos cursos	Estácio		MS	Campo Grande	2020	https://www.campograndenews.com.br/direto-das-ruas/professores-de-faculdade-sao-demitidos-e-estudantes-reclamam-de-grade-dos-cursos
46	E13	Revoltados, acadêmicos da Estácio criticam universidade	Estácio		MS	Campo Grande	2020	https://www.jd1noticias.com/cidade/revoltados-academicos-da-estacio-criticam-universidade/72229/
47	E13	Estudantes de universidade particular relatam transtornos após demissão de professores	Estácio		MS	Campo Grande	2020	https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2020/estudantes-de-universidade-particular-relatam-transtornos-apos-demissao-de-professores
48	k1	Professores do Pitágoras rejeitam proposta de mudança pedagógica	Kroton	Pitágoras	MG	Belo Horizonte	2010	http://sinprominas.org.br/noticias/professores-do-pitagoras-rejeitam-proposta-de-mudanca-pedagogica/

49	k1	Professores do Pitágoras decidem paralisar atividades nesta sexta-feira	Kroton	Pitágoras	MG	Belo Horizonte	2010	http://www.otempo.com.br/cidades/professores-do-pit%C3%A1goras-decidem-paralisar-atividades-nesta-sexta-feira-1.492467
50	k1	Manifestação de estudantes termina em violência em BH	Kroton	Pitágoras	MG	Belo Horizonte	2010	http://www.otempo.com.br/cidades/manifesta%C3%A7%C3%A3o-de-estudantes-termina-em-viol%C3%Aancia-em-bh-1.492652
51	k1	Polícia reprime manifestação de estudantes do Pitágoras	Kroton	Pitágoras	MG	Belo Horizonte	2010	http://sinprominas.org.br/noticias/policia-reprime-manifestacao-de-estudantes-do-pitagoras/
52	k1	Universitários entram em choque com polícia em BH	Kroton	Pitágoras	MG	Belo Horizonte	2010	http://www.estadao.com.br/noticias/geral,universitarios-entram-em-choque-com-policia-em-bh,553446
53	k1	PM nega excessos em confronto com estudantes e diz que vai investigar denúncias de agressão	Kroton	Pitágoras	MG	Belo Horizonte	2010	http://www.otempo.com.br/cidades/pm-nega-excessos-em-confronto-com-estudantes-e-diz-que-vai-investigar-den%C3%Bancias-de-agress%C3%A3o-1.492615
54	k2	Protesto acadêmico	Kroton	Pitágoras	MG	Ipatinga	2010	https://www.diariodoaco.com.br/noticia/0028540-protesto-acadamico
55	k3	Comunicado dos professores da faculdade Pitágoras de Betim	Kroton	Pitágoras	MG	Betim	2010	http://sinprominas.org.br/noticias/professores-do-pitagoras-de-betim-divulgam-comunicado/
56	k4	O protesto dos alunos da Pitágoras: Termina prazo que alunos deram à diretoria	Kroton	Pitágoras	ES	Linhares	2010	http://www.sitedelinhares.com.br/noticias/geral/o-protesto-dos-alunos-da-pitagoras-termina-prazo-que-alunos-deram-a-diretoria
57	k4	Mudanças na Pitágoras: universitários iniciam manifestação no início da noite	Kroton	Pitágoras	ES	Linhares	2010	http://www.sitedelinhares.com.br/noticias/geral/mudancas-na-pitagoras-universitarios-iniciam-manifestacao-no-inicio-da-noite

58	k4	Manifestação: Universitários promovem "apitaco" em frente à Pitágoras	Kroton	Pitágoras	ES	Linhares	2010	http://www.sitedelinhares.com.br/noticias/geral/manifestacao-universitarios-promovem-apitaco-em-frente-a-pitagoras
59	k5	Acadêmicos da Unic protestam contra falta de professores	Kroton	Unic	MT	Cuiabá	2013	https://www.campoverdenews.net.br/academicos-da-unic-protestam-contra-falta-de-professores/
60	k6	Alunos da Unopar param as aulas em protesto	Kroton	Unopar	PR	Londrina	2013	http://www.annoticias.com.br/Noticias/educacao/alunos-da-unopar-param-as-aulas-em-protesto
61	k7	Estudantes da Unime protestam contra falta de clínica	Kroton	Unime	BA	Lauro de Freitas	2014	https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/estudantes-da-unime-protestam-contra-falta-de-clinica-1580885
62	k8	Estudantes de faculdade em Feira de Santana protestam contra aumento de mensalidade	Kroton	Pitágoras	BA	Feira de Santana	2014	http://www.acordacidade.com.br/noticias/125392/estudantes-de-faculdade-em-feira-de-santana-protestam-contra-aumento-de-mensalidade.html
63	k9	Alunos de arquitetura e urbanismo anunciam protesto na Unime	Kroton	Unime	BA	Itabuna	2014	http://www.pimenta.blog.br/2014/09/15/alunos-da-unime-anunciam-protesto/
64	k10	Acadêmicos da Uniderp reclamam de alta em mensalidades que chegam a R\$ 10 mil	Kroton	Anhanguera Uniderp	MS	Campo Grande	2015	http://www.amambainoticias.com.br/educacao-e-cultura/academicos-da-uniderp-reclamam-de-alta-em-mensalidades-que-chegam-a-r-10-mil
65	k10	Estudantes da Uniderp fecham Avenida Ceará	Kroton	Anhanguera Uniderp	MS	Campo Grande	2015	http://www.marcoeusebio.com.br/coluna/estudantes-da-uniderp-fecham-avenida-ceara/43533
66	k10	Sem acordo, 70 alunos de Medicina tem problema com Fies e vão deixar curso	Kroton	Anhanguera Uniderp	MS	Campo Grande	2015	https://www.campograndenews.com.br/cidades/sem-acordo-70-alunos-de-medicina-tem-problema-com-fies-e-vaodeixar-curso
67	k11	Estudantes da Unic apontam superlotação e ameaçam iniciar greve	Kroton	Unic	MT	Cuiabá	2015	http://midianews.com.br/cotidiano/estudantes-da-unic-apontam-superlotacao-e-ameacam-iniciar-greve/241131

68	k11	Alunos da Unic ameaçam entrar em “greve”; universitários reclamam de superlotação e aulas online	Kroton	Unic	MT	Cuiabá	2015	http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=405214&noticia=alunos-da-unic-ameacam-entrar-em-greve-universitarios-reclamam-de-superlotacao-e-aulas-online
69	k11	Alunos da Unic pedem melhorias no ensino e ameaçam 'greve'	Kroton	Unic	MT	Cuiabá	2015	http://circuitomt.com.br/editorias/cidades/73251-alunos-da-unic-pedem-melhorias-no-ensino-e-ameacam-greve.html
70	k11	Alunos da Unic protestam contra benefícios para quem deixar Univag; veja fotos	Kroton	Unic	MT	Cuiabá	2015	http://www.reportermt.com.br/geral/alunos-da-unic-protestam-contrabeneficios-para-quem-deixar-univag-veja-fotos/48299
71	k11	Alunos da Unic e Unirondon chamam para 'greve' geral nesta quarta	Kroton	Unic/ Unirondon	MT	Cuiabá	2015	http://www.reportermt.com.br/geral/alunos-da-unic-e-unirondon-chamam-para-greve-geral-nesta-quarta/48433
72	k11	Alunos da Unic e Unirondon prometem greve pela melhoria da qualidade de ensino	Kroton	Unic/ Unirondon	MT	Cuiabá	2015	http://www.hipernoticias.com.br/cidades/prefeitura-de-cuiaba-inaugura-novo-hospital-nesta-quinta-feita/cidades/alunos-da-unic-e-unirondon-prometem-greve-pela-melhoria-da-qualidade-de-ensino/48198
73	k11	Alunos da Unic e Unirondon ameaçam fazer mais uma paralisação nesta quarta	Kroton	Unic/ Unirondon	MT	Cuiabá	2015	http://circuitomt.com.br/editorias/cidades/73444-alunos-da-unic-e-unirondon-ameacam-fazer-mais-uma-paralisacao-nesta-quarta.html
74	k11	Estudantes da Unic e Unirondon se recusam a entrar em aula em protesto contra Grupo Kroton	Kroton	Unic/ Unirondon	MT	Cuiabá	2015	http://www.hipernoticias.com.br/cidades/secreta-rio-kleber-lima-recebe-visita-do-novo-presidente-do-grupo-de-uniao-e-consciencia-negra-de-mato-grosso/cidades/estudantes-da-unic-e-unirondon-se-recusam-a-entrar-em-aula-em-protesto-contragrupo-kroton/48245

75	k11	Alunos da Unic e Unirondon prometem para todas as unidades do Grupo Kroton	Kroton	Unic/Unirondon	MT	Cuiabá	2015	http://www.reportermt.com.br/geral/alunos-da-unic-e-unirondon-prometem-para-todas-as-unidades-do-grupo-kroton/48485
76	k11	Estudantes da Unic e Unirondon se recusam a entrar em aula em protesto contra Grupo Kroton	Kroton	Unic/Unirondon	MT	Cuiabá	2015	http://www.hipernoticia.com.br/cidades/estudantes-da-unic-e-unirondon-se-recusam-a-entrar-em-aula-em-protesto-contra-grupo-kroton/48245
77	k11	Alunos da Unic e Unirondon fecham avenida em manifestação	Kroton	Unic/Unirondon	MT	Cuiabá	2015	http://circuitomt.com.br/editorias/cidades/73515-alunos-da-unic-e-unirondon-fecham-avenida-em-manifestacao-.html
78	k12	Estudantes protestam contra novo modelo acadêmico da Unime em Itabuna	Kroton	Unime	BA	Itabuna	2015	https://www.todabahia.com.br/estudantes-protestam-contra-novo-modelo-academico-da-unime-em-itabuna/
79	k13	Após protesto de alunos, faculdade de Caxias se posiciona sobre insegurança	Kroton	Anhanguera	RS	Caxias do Sul	2015	http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2015/09/apos-protesto-de-alunos-faculdade-de-caxias-se-posiciona-sobre-inseguranca-4844838.html
80	k14	Estudantes criticam corte de custos na Unime: 'Aluno passou a ser enxergado como contrato'	Kroton	Unime	BA	Lauro de Freitas	2015	https://www.bahianoticias.com.br/noticia/179384-estudantes-criticam-corte-de-custos-na-unime-aluno-passou-a-ser-enxergado-como-contrato.html
81	k14	Alunos protestam contra irregularidades na UNIME	Kroton	Unime	BA	Lauro de Freitas	2015	https://bahianoar.com/alunos-protestam-contra-irregularidades-na-unime/
82	k14	Após manifestação, alunos acusam direção da Unime de expulsão indevida	Kroton	Unime	BA	Lauro de Freitas	2015	https://www.bocaonews.com.br/noticias/principal/manifestacao/125408,apos-manifestacao-alunos-acusam-direcao-da-unime-de-expulsao-indevida.html
83	k14	Alunos da Unime acusam direção de expulsão indevida	Kroton	Unime	BA	Lauro de Freitas	2015	http://saiunoblog.blogspot.com.br/2015/10/alunos-da-unime-acusam-direcao-de.html

84	k14	Alunos da faculdade Unime reclamam de má gestão educacional	Kroton	Unime	BA	Lauro de Freitas	2015	http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1716545-alunos-da-faculdade-unime-reclamam-de-ma-gestao-educacional
85	k14	Alunos da faculdade Unime em Lauro de Freitas reclamam de má gestão educacional	Kroton	Unime	BA	Lauro de Freitas	2015	http://blogdovalente.com.br/sem-categoria/2015/10/alunos-da-faculdade-unime-em-lauro-de-freitas-reclamam-de-ma-gestao-educacional/
86	k15	Alunos da Uniderp protestam na Ceará contra disciplina on-line	Kroton	Anhanguera Uniderp	MS	Campo Grande	2015	https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2015/alunos-da-uniderp-protestam-na-ceara-contra-disciplina-on-line
87	k15	Acadêmicos de universidade criticam curso em ambiente virtual e pedem mudanças	Kroton	Anhanguera Uniderp	MS	Campo Grande	2015	https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2015/academicos-de-universidade-criticam-curso-em-ambiente-virtual-e-pedem-mudancas
88	k16	Estudantes protestam contra o Grupo Kroton	Kroton	Unirondon/ Unic	MT	Cuiabá	2016	http://www.folhamax.com.br/cidades/estudantes-protestam-contra-o-grupo-kroton/73646
89	k16	Alguma coisa está fora da ordem na Unirondon	Kroton	Unirondon/ Unic	MT	Cuiabá	2016	https://paginadoenock.com.br/alguma-coisa-esta-fora-da-ordem-nas-faculdades-da-unirondon-estudantes-se-mobilizam-contra-normativas-do-grupo-kroton-educacional-quinta-feira-tem-manifestacao-la-na-beira-rio-estudantes-querem-se/
90	k16	Universitários protestam contra grupo Kroton em Cuiabá	Kroton	Unirondon/ Unic	MT	Cuiabá	2016	http://midianews.com.br/cotidiano/universitarios-protestam-contra-grupo-kroton-em-cuiaba/253333
91	k16	Estudantes da Unic e Unirondon fazem protesto por melhorias na estrutura	Kroton	Unirondon/ Unic	MT	Cuiabá	2016	http://www.hipernoticias.com.br/cidades/estudantes-da-unic-e-unirondon-fazem-protesto-por-melhorias-na-estrutura/54526

92	k17	Acadêmicos realizam protesto contra superlotação na Uniderp	Kroton	Anhanguera Uniderp	MS	Campo Grande	2016	http://www.msnoticias.com.br/editorias/geral-ms-noticias/academicos-realizam-protesto-contrasuperlotacao-na-uniderp/67687/
93	k18	Alunos estão indignados com a instalação de containers como salas de aula na Faculdade Pitágoras	Kroton	Pitágoras	MG	Divinópolis	2017	https://www.g37.com.br/c/ultimas-noticias/alunos-estao-indignados-com-a-instalacao-de-containers-como-salas-de-aula-na-faculdade-pitagoras
94	k19	VÍDEO: revoltados, alunos da Faculdade Pitágoras protestam e fazem apitação	Kroton	Pitágoras	MA	São Luís	2017	https://blogdominard.com.br/2017/08/alunos-da-faculdade-pitagoras-protestam/
95	k20	Alunos da Anhanguera reclamam que ensino tem sido precarizado	Kroton	Anhanguera Anchieta	SP	São Bernardo do Campo	2017	http://www.dgabc.com.br/Noticia/2772760/alunos-da-anhanguera-reclamam-que-ensino-tem-sido-precarizado
96	k21	Salas lotadas, infraestrutura, segurança: Estudantes da Faculdade Pitágoras fazem manifestação reivindicando melhorias	Kroton	Pitágoras	BA	Teixeira de Freitas	2017	http://vidadiaria.com.br/index.php/educacao/1292-salas-lotadas-infraestrutura-seguranca-estudantes-da-faculdade-pitagoras-fazem-manifestacao-reivindicando-melhorias
97	k22	Estudantes da Unopar fazem protesto e pedem mais segurança	Kroton	Unopar	PR	Londrina	2017	https://tarobanews.com/noticias/policial/estudantes-da-unopar-fazem-protesto-e-pedem-mais-seguranca-EZ4Pk.html
98	k23	Revoltados, estudantes denunciam 'caos total' em curso universitário	Kroton	Anhanguera Uniderp	MS	Campo Grande	2017	https://www.topmidianews.com.br/reporte-r-top/revoltados-estudantes-denunciam-caos-total-na-uniderp-anhanguera/79408/
99	k24	Acadêmicos da Unic organizam protesto e devem protocolar ação coletiva por danos morais de R\$ 15 mi	Kroton	Unic	MT	Cuiabá	2018	http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=443104&noticia=academicos-da-unic-organizam-protesto-e-devem-protocolar-acao-coletiva-por-danos-morais-de-r-15-mi

100	k25	Alunos protestam contra irregularidades na Faculdade Anhanguera de Anápolis	Kroton	Anhanguera	GO	Anápolis	2018	https://www.emaisgoias.com.br/alunos-protestam-contra-irregularidades-na-faculdade-anhanguera-de-anapolis/
101	k26	Alunos da Uniderp preparam protesto para audiência pública na Câmara	Kroton	Anhanguera Uniderp	MS	Campo Grande	2018	https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2018/alunos-da-uniderp-preparam-protesto-para-audiencia-publica-na-camara/
102	k27	Alunos de universidade de Primavera ameaçam não fazer rematrícula como protesto a demissão de coordenadores	Kroton	Unic	MT	Cuiabá	2018	https://jornalodiario.com.br/primavera-do-leste/noticias-de-pva-do-leste/alunos-de-universidade-de-primavera-ameacam-nao-fazer-rematricula-como-protesto-a-demissao-de-coordenadores/172144
103	k28	Alunos fazem protesto contra demissão de professor de Direito da Unic	Kroton	Unic	MT	Cuiabá	2018	https://www.hnt.com.br/cidades/alunos-fazem-protesto-contra-demissao-de-professor-de-direito-da-unic/114288
104	k29	Estudantes de medicina da Pitágoras protestam por falta de estrutura e mensalidade altas	Kroton	Pitágoras	BA	Eunápolis	2019	http://www.portoinforma.com.br/2019/11/21/estudantes-de-medicina-da-pitagoras-protestam-por-falta-de-estrutura-e-mensalidade-altas/
105	k30	Alunos denunciam faculdade Unime por série de irregularidades no curso de medicina	Kroton	Unime	BA	Lauro de Freitas	2020	https://varelanoticias.com.br/alunos-denunciam-faculdade-unime-por-serie-de-irregularidades-no-curso-de-medicina/
106	k30	Alunos denunciam faculdade particular após enfrentarem problemas com matrícula e cobrança indevida na BA	Kroton	Unime	BA	Lauro de Freitas	2020	https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/02/07/alunos-denunciam-faculdade-particular-apos-enfrentarem-problemas-com-matricula-e-cobranca-indevida-na-ba.ghtml
107	k31	Estudantes protestam contra falta de estrutura e mensalidades abusivas na Faculdade Pitágoras no Pará	Kroton	Pitágoras	PA	Marabá	2020	https://www.diarioonline.com.br/noticias/maraba/569580/estudantes-protestam-contra-falta-de-estrutura-e-mensalidades-abusivas-na-faculdade-pitagoras-no-para

108	k32	Universitários voltam a protestar contra faculdade Pitágoras	Kroton	Pitágoras	PA	Marabá e Parauapebas	2020	https://pebinhadeacucar.com.br/universitarios-voltam-a-protestar-contra-faculdade-pitagoras/
109	k33	Alunos da Faculdade Pitágoras Divinópolis se revoltam com EaD sem redução no valor da mensalidade	Kroton	Pitágoras	MG	Divinópolis	2020	https://divinews.com/2020/04/03/alunos-da-faculdade-pitagoras-divinopolis-se-revoltam-com-ead-sem-reducao-no-valor-da-mensalidade/
110	S1	Em protesto, alunos da Faculdade Maurício de Nassau fecham a Pinto de Aguiar	Ser educacional	Maurício de Nassau	BA	Salvador	2013	https://www.bocaonews.com.br/noticias/principal/geral/70509,em-protesto-alunos-da-faculdade-mauricio-de-nassau-fecham-a-pinto-de-aguiar.html
111	S2	Faculdade Mauricio de Nassau é cenário de protesto	Ser educacional	Maurício de Nassau	PI	Parnaíba	2015	http://www.phbemnota.com/2015/03/faculdade-mauricio-de-nassau-e-cenario.html
112	S3	Alunos da Unirb e Mauricio de Nassau protestam por mais segurança	Ser educacional	Maurício de Nassau	BA	Salvador	2015	https://www.bocaonews.com.br/noticias/principal/policia/114896,alunos-da-unirb-e-mauricio-de-nassau-protestam-por-mais-seguranca.html
113	S4	Alunos protestam contra demissão de professores	Ser educacional	Unama	PA	Belém	2015	http://m.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-335572-alunos-protestam-contra-demissao-de-professores.html
114	S5	Alunos de faculdade protestam contra falta de segurança no local; veja vídeo	Ser educacional	Maurício de Nassau	CE	Fortaleza	2015	https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/11/04/noticiafortaleza,3529199/alunos-de-faculdade-protestam-contra-falta-de-seguranca.shtml
115	S6	Em protesto, estudantes de faculdade particular clamam por segurança	Ser educacional	Maurício de Nassau	AL	Maceió	2016	http://www.cadaminuto.com.br/noticia/288100/2016/06/07/em-protesto-estudantes-de-faculdade-particular-clamam-por-seguranca
116	S7	Após denúncias de alunos, Procon ameaça multar UniNorte em Manaus	Ser educacional	UniNorte	AM	Manaus	2020	https://www.portaldoholanda.com.br/amazonas/apos-denuncias-de-alunos-procon-ameaca-multar-uninorte-em-manaus

117	S8	UniNorte é denunciada por alunos de Odontologia por oferecer aulas práticas de forma on-line	Ser educacional	UniNorte	AM	Manaus	2020	https://folhadoacre.com.br/2020/08/14/uni-norte-e-denunciada-por-alunos-de-odontologia-por-oferecer-aulas-praticas-de-forma-on-line/
-----	----	--	-----------------	----------	----	--------	------	---

Observação: Cod. conf. – Código do conflito.

Elaboração própria.

Fonte: Reportagens diversas.

7.3 Conflitos laborais Ânima, Estácio, Kroton e Ser Educacional

Quadro 6 - Conflitos laborais Ânima, Estácio, Kroton e Ser Educacional 2010 - 2020

N.	Cod. Conf.	Protagonista	Mecanismo	Pautas	Empresa	Marca	Ano	Cidade	Estado
1	A1	Estudantes	Protesto; abaixo-assinado	Ampliação carga horária EaD; demissão	Ânima	São Judas Tadeu	2017	São Paulo	SP
2	A2	Estudantes; DCE; C.A.; docentes; sindicato	Protesto; ação judicial; assembleia	Ampliação carga horária EaD; demissão	Ânima	UniCuritiba	2020	Curitiba	PR
3	A3	Estudantes	Manifestação redes sociais	Ampliação carga horária EaD	Ânima	São Judas Tadeu	2020	São Paulo	SP
4	A4	Estudantes	Protesto	Ampliação carga horária EaD	Ânima	UniSociesc	2020	Joinville	SC
5	A5	Estudantes	Protesto; manifestação redes sociais	Ampliação carga horária EaD	Ânima	Ages	2020	Jacobina	BA
6	A6	Estudantes; entidades diversas	Nota pública	Lotação; ampliação carga horária EaD	Ânima	Unisul	2020	Tubarão e Palhoça	SC
7	E1	Estudantes	Protesto	Estrutura		Estácio	2013	Niterói	RJ
8	E2	Estudantes	Reunião; entrega de documento com reivindicações; protesto	Segurança		Estácio	2016	Ourinhos	SP
9	E3	Estudantes	Protesto	Segurança		Estácio	2016	Rio de Janeiro	RJ

10	E4	Estudantes	Protesto	Lotação; ampliação carga horária EaD	Estácio		2017	Rio de Janeiro	RJ
11	E5	Docentes	Ação judicial; abaixo-assinado; protestos	Demissão	Estácio		2017	Dimensão Nacional	DN
12	E6	Estudantes	Protesto	Estrutura; mensalidade	Estácio		2018	Rio de Janeiro	RJ
13	E7	Estudantes	Protesto; abaixo-assinado	Demissão	Estácio		2018	Fortaleza	CE
14	E8	Estudantes	Protesto	Demissão	Estácio		2018	Natal	RN
15	E9	Estudantes	Protesto	Demissão	Estácio		2019	Rio de Janeiro	RJ
16	E10	Estudante	Protesto	Segurança	Estácio		2019	Salvador	Bahia
17	E11	Estudantes	Protesto	Demissão	Estácio		2019	Teresina	PI
18	E12	Estudantes	Protesto; ação judicial	Demissão; gestão	Estácio		2020	Natal	RN
19	E13	Estudantes	Protesto	Demissão; gestão	Estácio		2020	Campo Grande	MS
20	k1	Docentes; estudantes e sindicato	Paralisação; protesto; assembleia	Ampliação carga horária EaD	Kroton	Pitágoras	2010	Belo Horizonte	MG
21	k2	Estudantes	Protesto; ação judicial	Ampliação carga horária EaD	Kroton	Pitágoras	2010	Ipatinga	MG
22	k3	Docentes	Assembleia; paralisação	Ampliação carga horária EaD	Kroton	Pitágoras	2010	Betim	MG

23	k4	Estudantes	Protesto; Entrega de documento com reivindicações	Ampliação carga horária EaD	Kroton	Pitágoras	2010	Linhares	ES
24	k5	Estudantes	Reunião; greve; protesto	Lotação; demissão	Kroton	Unic	2013	Cuiabá	MT
25	k6	Estudantes	Protesto	Estrutura	Kroton	Unopar	2013	Londrina	PR
26	k7	Estudantes	Protesto	Estrutura	Kroton	Unime	2014	Lauro de Freitas	BA
27	k8	Estudantes	Protesto; entrega de documento com reivindicações	Mensalidade; demissão	Kroton	Pitágoras	2014	Feira de Santana	BA
28	k9	Estudantes	Protesto	Lotação	Kroton	Unime	2014	Itabuna	BA
29	k10	Estudantes	Protesto; reunião	Mensalidade; Fies	Kroton	Anhanguera Uniderp	2015	Campo Grande	MS
30	k11	Estudantes	Protesto; greve; paralisação; boicote	Lotação; estrutura; ampliação carga horária EaD	Kroton	Unic/ Unirondon	2015	Cuiabá	MT
31	k12	Estudantes	Protesto	Ampliação carga horária EaD; lotação	Kroton	Unime	2015	Itabuna	BA
32	k13	Estudantes	Protesto	Segurança	Kroton	Anhanguera	2015	Caxias do Sul	RS
33	k14	Estudantes	Protesto	Lotação; ampliação carga horária EaD	Kroton	Unime	2015	Lauro de Freitas	BA
34	k15	Estudantes	Protesto	Ampliação carga horária EaD	Kroton	Anhanguera Uniderp	2015	Campo Grande	MS

35	k16	Estudantes	Protesto	Estrutura; ampliação carga horária EaD; lotação	Kroton	Unirondon/ Unic	2016	Cuiabá	MT
36	k17	Estudantes	Protesto	Lotação	Kroton	Anhanguera Uniderp	2016	Campo Grande	MS
37	k18	Estudantes	Reunião; BO; ação judicial	Estrutura	Kroton	Pitágoras	2017	Divinópolis	MG
38	k19	Estudantes	Protesto	Demissão; ampliação carga horária EaD	Kroton	Pitágoras	2017	São Luís	MA
39	k20	Estudantes	Protesto; entrega de documento com reivindicações	Demissão; ampliação carga horária EaD	Kroton	Anhanguera Anchieta	2017	São Bernardo	SP
40	k21	Estudantes	Protesto	Lotação; estrutura; segurança; ampliação carga horária EaD	Kroton	Pitágoras	2017	Teixeira de Freitas	BA
41	k22	Estudantes	Protesto	Segurança	Kroton	Unopar	2017	Londrina	PR
42	k23	Estudantes	Protesto	Ampliação carga horária EaD	Kroton	Anhanguera Uniderp	2017	Campo Grande	MS
43	k24	Estudantes	Protesto; ação judicial	Ampliação carga horária EaD; mensalidade; demissão	Kroton	Unic	2018	Cuiabá	MT
44	k25	Estudantes	Protesto	Ampliação carga horária EaD	Kroton	Anhanguera	2018	Anápolis	GO
45	k26	Estudantes	Protesto	Fies	Kroton	Anhanguera Uniderp	2018	Campo Grande	MS
46	k27	Estudantes	Manifestação redes sociais	Demissão	Kroton	Unic	2018	Cuiabá	MT
47	k28	Estudantes	Manifestação redes sociais	Demissão	Kroton	Unic	2018	Cuiabá	MT
48	k29	Estudantes e pais	Protesto	Estrutura; mensalidade;	Kroton	Pitágoras	2019	Eunápolis	BA

49	k30	Estudantes	Protesto	Mensalidade; Fies	Kroton	Unime	2020	Lauro de Freitas	BA
50	k31	Estudantes	Protesto	Estrutura; mensalidades	Kroton	Pitágoras	2020	Marabá	PA
51	k32	Estudantes	Protesto; ação judicial	Mensalidade; ampliação carga horária EaD	Kroton	Pitágoras	2020	Marabá e Parauapebas	PA
52	k33	Estudantes	Denúncia Procon; nota de repúdio	Mensalidade; ampliação carga horária EaD	Kroton	Pitágoras	2020	Divinópolis	MG
53	S1	Estudantes	Protesto	Segurança	Ser educacional	Maurício de Nassau	2013	Salvador	BA
54	S2	Estudantes	Protesto	Estrutura	Ser educacional	Maurício de Nassau	2015	Parnaíba	PI
55	S3	Estudantes	Protesto	Segurança	Ser educacional	Maurício de Nassau	2015	Salvador	BA
56	S4	Estudantes	Protesto	Demissão	Ser educacional	Unama	2015	Belém	PA
57	S5	Estudantes	Protesto	Segurança	Ser educacional	Maurício de Nassau	2015	Fortaleza	CE
58	S6	Estudantes	Protesto	Segurança	Ser educacional	Maurício de Nassau	2016	Maceió	AL
59	S7	Estudantes	Denúncia Procon	Gestão	Ser educacional	UniNorte	2020	Manaus	AM
60	S8	Estudantes	Nota pública	Ampliação carga horária EaD	Ser educacional	UniNorte	2020	Manaus	AM

Observação: N° ger. – número geral; N° conf. - número do conflito; N° rep. - número da reportagem.

Elaboração própria.

Fonte: Reportagens diversas